

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
Faculdade de Letras  
Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários

Henrique Fagundes Carvalho

**DIÁLOGO EM TEMPOS DE SILENCIAMENTO: o político na crônica de Carlos  
Drummond de Andrade nos “Anos de chumbo”**

Belo Horizonte

2021

Henrique Fagundes Carvalho

**DIÁLOGO EM TEMPOS DE SILENCIAMENTO: o político na crônica de Carlos  
Drummond de Andrade nos “Anos de chumbo”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

**Área de Concentração:** Teoria da Literatura e Literatura Comparada

**Linha de Pesquisa:** Literatura, História e Memória Cultural

**Orientador:** Prof. Dr. Roberto Alexandre do Carmo Said

Belo Horizonte

2021

A553.Yc-d Carvalho, Henrique Fagundes.  
Diálogo em tempos de silenciamento [manuscrito] : o político na crônica de Carlos Drummond de Andrade nos "Anos de Chumbo" / Henrique Fagundes Carvalho. – 2021.  
189 f.

Orientador: Roberto Alexandre do Carmo Said.

Área de concentração: Teoria da Literatura e Literatura Comparada.

Linha de Pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 175-189.

1. Andrade, Carlos Drummond de, 1902-1987 – Crítica e interpretação – Teses. 2. Política e literatura – Teses 3. Literatura e sociedade – Teses. 4. Crônicas brasileiras – Teses. 5. Brasil – Política e governo, 1964-1985 – Teses. I. Said, Roberto, 1971- III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. IV, Título.

CDD: B869.33



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE LETRAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS LITERÁRIOS

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação intitulada *DIÁLOGO EM TEMPOS DE SILENCIAMENTO: O político na crônica de Carlos Drummond de Andrade nos "anos de chumbo"*, de autoria do Mestrando HENRIQUE FAGUNDES CARVALHO, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras: Estudos Literários.

Área de Concentração: Teoria da Literatura e Literatura Comparada/Mestrado

Linha de Pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural

Aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Roberto Alexandre do Carmo Said - FALE/UFMG - Orientador

Prof. Dr. Wander Melo Miranda - FALE/UFMG

Prof. Dr. André Pereira Botelho - UFRJ

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Wander Melo Miranda, Servidor(a)**, em 29/11/2021, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Pereira Botelho, Usuário Externo**, em 30/11/2021, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Alexandre do Carmo Said, Professor do Magistério Superior**, em 02/12/2021, às 08:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Orlando de Oliveira Dourado Lopes, Coordenador(a)**, em 03/12/2021, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1065573** e o código CRC **5A7351DA**.

Dedicatória

A minha família,  
poesia e prosa.

## **Agradecimentos**

Deixo registrada minha imensa gratidão e admiração ao professor Dr. Roberto Said por sua competência e profissionalismo e por me conduzir e indicar caminhos no vasto país de Carlos Drummond de Andrade.

Agradeço à Fernanda Porto, amiga com quem partilhei os dilemas e impasses da vida e das letras e cujo incentivo foi fundamental para que eu me aventurasse por esse mestrado.

Minha gratidão à Beatriz Bueres, querida amiga a quem também devo o encorajamento para ter ingressado nessa aventura.

Também agradeço ao amigo John Wayne Antônio Pereira, que primeiro desbravou o território das letras e que segue sendo uma inspiração.

Aos colegas do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pelo apoio a esse mestrando-servidor-equilibrista.

Às queridas amigas Aghata Pequinna e Carol Lomasso, agradeço por me resgatarem dos livros e por me reclamarem para a vida que existe para além deles.

Agradeço imensamente a Leonardo Carvalho Teixeira, pelo companheirismo, compreensão e apoio cotidianos sem os quais eu não teria concluído este périplo.

A minha irmã, Cristiane Fagundes, por sempre acreditar em mim e por torcer pelo sucesso de minhas empreitadas.

A meu irmão, Mateus Fagundes, meu primeiro leitor e incentivador de sempre, pela leitura crítica, suporte e estímulo.

A minhas sobrinhas Maria Fernanda e Laura, por trazerem alegria e agito para minha vida, sacudindo do mundo esse pó que inevitavelmente se acumula sobre os livros e a mobília.

A meus pais, Ana Aparecida e Lázaro, agradeço por tudo, e em particular por me abrigarem nos primeiros tempos da pandemia, quando este trabalho começou a ganhar forma em um mundo parecia perder o sentido.

*O Constante Diálogo*

*Há tantos diálogos*

*Diálogo com o ser amado*

*O semelhante*

*O diferente*

*O indiferente*

*O oposto*

*O adversário*

*O surdo-mudo*

*O irracional*

*O vegetal*

*O mineral*

*O inominado*

*Diálogo consigo mesmo*

*Com a noite*

*Os astros*

*Os mortos*

*As ideias*

*O sonho*

*O passado*

*O mais que futuro*

*Escolhe teu diálogo*

*E*

*Tua melhor palavra*

*Ou*

*Teu melhor silêncio.*

*Mesmo no silêncio e com o silêncio*

*Dialogamos.*

(Carlos Drummond de Andrade)

## RESUMO

O presente trabalho investiga o caráter político da escrita de Carlos Drummond de Andrade a partir de crônicas publicadas no Jornal do Brasil (JB) entre 1969 e 1974, período conhecido como os “anos de chumbo” da ditadura militar. A ampliação do uso da violência e a implantação da censura que se seguiram à edição do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, estabelecem o contexto histórico no qual essas crônicas foram publicadas. O *corpus* da pesquisa constitui-se de um conjunto de 53 textos, em quase sua totalidade, não publicados em livros. A crônica foi escolhida como objeto de estudo por ser considerada representativa da cultura e da sociedade brasileiras, além de se tratar de um gênero literário pouco explorado na fortuna crítica de Drummond. Para esse estudo, são retomados os conceitos de *partilha do sensível* de Jacques Rancière, a analítica do poder, de Michel Foucault, além das considerações sobre a *condição humana* e o político, a partir de Hannah Arendt, e os conceitos de *estado de exceção* e de *vida nua*, de Giorgio Agamben. O trabalho revisita a discussão sobre o papel político do intelectual e demonstra que, apesar de Drummond declarar-se “não-político”, sobretudo a partir dos anos 1950, o autor se mantém, por meio da crônica, politicamente participante do debate público no período estudado. Nas crônicas investigadas, há uma recorrente tematização de disputas políticas a partir de uma perspectiva local, mas também uma visão do contexto global de avanço das estratégias do biopoder e da conseqüente objetificação do ser humano. O caráter político da escrita de Drummond aparece, assim, tanto no registro do avanço do biopoder, quanto na crítica e denúncia de arranjos políticos da ditadura e se apresenta como um contraponto reflexivo a esses movimentos por se erigir como um espaço de diálogo e de defesa da pluralidade, configurando-se como uma ação discursiva em defesa da esfera pública em tempos de silenciamento.

**Palavras-chaves:** Anos de chumbo. Biopoder. Carlos Drummond de Andrade. Crônica. Ditadura. Esfera Pública. Política.



## ABSTRACT

This study analyses the political character of Carlos Drummond de Andrade's writings based on the chronicles published in *Jornal do Brasil* (JB) between 1969 and 1974, a period is known as the "leaden years" of the military dictatorship. The increase in the use of violence and the implementation of censorship that followed the publication of Institutional Act No. 5 (AI-5) in December 1968 establish the historical context in which these chronicles were published. The *corpus* of the research consists of 53 texts, almost all of them not published in books. The chronicle was chosen as the object of study because it is considered representative of Brazilian culture and society, besides being a literary genre, under-explored in Drummond's critical fortune. For this study, the concepts of Jacques Rancière's *distribution of the sensible* and Michel Foucault's *analytics of power*, and the considerations about the *human condition* and the political, on Hannah Arendt, and the concepts of *state of exception* and *bare life*, by Giorgio Agamben. The work revisits the discussion about the political role of the intellectuals and demonstrates that, although Drummond declared himself as "non-political", especially from the 1950s on, the author kept himself, through the chronicle, politically participating in the public debate in the period studied. In the studied chronicles, there is a recurrent thematization of political disputes from a local perspective, but also a vision of the global context of the advancement of *biopower* strategies and the consequent objectification of the human being. The political character of Drummond's writings appears, thus, both in the register of the advance of biopower and in the criticism and denunciation of political arrangements of the dictatorship and presents itself as a reflexive counterpoint to these movements by establishing itself as a space for dialogue and defense of plurality, configuring a discursive action in defense of the public sphere in times of silencing.

**Keywords:** Biopower. Carlos Drummond de Andrade. Chronicle. Dictatorship. Leaden Years. Policy. Public Sphere.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	10
2	CAPÍTULO 1: SOBRE O PODER E A POLÍTICA .....	37
	2.1. O papel do intelectual.....	37
	2.2. Biopoder e política .....	45
3	CAPÍTULO 2: LITERATURA E JORNAL .....	58
	3.1. O romance dos anos de chumbo.....	58
	3.2. Um gênero brasileiro.....	61
	3.3. A crônica de Drummond.....	71
	3.3. O cronista da ambiguidade.....	83
4	CAPÍTULO 3: AS AMBIGUIDADES DO CRONISTA .....	90
5	CAPÍTULO 4: DIÁLOGO EM TEMPOS DE SILENCIAMENTO .....	111
	5.1. Tempos de Silenciamento .....	111
	5.2. A Máquina do Mundo .....	133
	5.3. Uma engrenagem.....	151
6	CONCLUSÃO .....	171
7	REFERÊNCIAS.....	175
	7.1 Obras de Drummond.....	175
	7.2 Crônicas de Drummond .....	175
	7.3 Fortuna Crítica de Drummond .....	180
	7.4 Crítica Literária, Teórica e Geral .....	183

## 1 INTRODUÇÃO

A capa do *Jornal do Brasil* na edição de 30 de agosto de 1974, uma sexta-feira, dava destaque a um discurso proferido na véspera pelo Presidente Ernesto Geisel que se tornou célebre pela promessa de uma “lenta, gradativa e segura distensão” do regime ditatorial implantado uma década antes e que ainda iria se arrastar por outros dez anos: *Presidente adverte radicais e anuncia distensão gradual*<sup>1</sup>. Na terça-feira seguinte, nas páginas do *Caderno B*, no mesmo jornal, Drummond escrevia esta crônica:

### CONVERSA

Registro com atraso o diálogo que escutei por aí, sexta-feira passada:

- Como é, ouviu?
- Ouvi e vi.
- E então, gostou?
- Pois é.
- É ou não é?
- Lá isso é, sim.
- Falou, né?
- É.
- Mas tem um mas, naturalmente.
- Qual é?
- Ficou bem claro: é nem tanto ao mar nem tanto à terra.
- Entendi.
- De qualquer maneira, as coisas vão melhorar.
- Tomara.
- Pois se de hora em hora até Deus melhora.
- Ué, ele era pior?
- Voltaram os bons tempos.
- Quais?
- Sei lá.
- Sabe e não quer dizer.
- Ouvi de fonte limpa.
- Diz, conta logo.
- Depois eu conto.
- Depois, quando?
- Mas não espalha, hem?
- Espalhar o quê?
- Peixe morre é pela boca.
- Na Lagoa, nem sempre.
- Ora, lá vem você.
- Desculpe.
- Não... não te parece escutar o som de um sino diferente?
- Vou esperar mais badaladas.
- Acho que está amanhecendo.
- Então, posso abrir as janelas?
- Mas cuidado com o vento.
- Que diz o boletim meteorológico?
- Alguma nebulosidade, devendo clarear no período.
- Por mim, levo sempre meu guarda-chuva.
- Assim, você provoca a chuva.
- Homem prevenido vale por dois.
- Deixe os provérbios para o meu consumo.

---

<sup>1</sup> PRESIDENTE adverte radicais e anuncia distensão gradual. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 144, 30 ago. 1974. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/110033](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/110033). Acesso em: 2 set. 2021.

- Existem provérbios dos dois lados.
- O fato é que já se pode discutir, debater.
- Conhece alguma academia?
- Para quê?
- Para treinar. Perdi o costume.
- Treine diante do espelho, com moderação. Depois, na loja, com o fornecedor.
- Será que ele vai debater na regra?
- Tente, tente.
- Será que eu também vou?
- Bem, está prevenido: nada de apelação.
- Melhor esperar os outros começarem.
- Assim não aprende nunca. Jogue fora o guarda-chuva.
- Pelo contrário. Debaterei de guarda-chuva aberto.
- Como quiser. Mas não use ele no lombo do fornecedor, nem de ninguém.
- No calor da discussão, peço um sorvete.
- Isso.
- De pistache.
- À vontade. A imagem do sorvete é ótima; esfria os impulsos.
- Mas também congela.
- E daí? Até entre esquimós se confrontam opiniões.
- Talvez seja mais fácil do que em país tropical.
- Vá temperando o calor das convicções com o gelo da cautela.
- Terei presente.
- Bem, voltemos aos provérbios. Estou disposto a compartilhá-los com você. *Petit à petit l'oiseau fait son nid.*
- Sim, mas *est modus in rebus*.
- Ora, errando, *discitur*.
- Mais quero asno que me carregue, que cavalo que me derrube.
- Contudo, quem não arrisca não petisca.
- E quem comunica demais, às vezes se trumbica.
- Até logo, sim?<sup>2</sup>

A vasta paisagem literária que constitui a obra de Carlos Drummond de Andrade (1902 - 1987) abrange uma diversificada gama de gêneros e estilos que testificam uma versatilidade diversas vezes apontada pela crítica. Nesse imenso território, destaca-se a poesia, gênero no qual o autor se consagrou como um dos maiores nomes da língua portuguesa, importância que se reflete na extensa fortuna crítica que foi e continua a ser produzida a seu respeito. Como lembra Silviano Santiago<sup>3</sup>, a vida de Drummond coincide com a maior parte do “breve século XX”, assim referido pelo historiador Eric Hobsbawm, para quem os marcos históricos da “era dos extremos” seriam a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914) e o colapso da URSS (1991), e sua escrita engendra uma reflexão sobre os principais acontecimentos do período.

Como o *Pierre Menard*<sup>4</sup> do conto de Borges, em relação a Drummond também se pode falar em duas obras, uma visível e outra invisível. À primeira, corresponderia aquela coligida nas coletâneas de poesia ou de prosa que o autor publicou em dezenas de livros ao longo de

<sup>2</sup> ANDRADE, C. D. Conversa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 84, n. 148, 3 set. 1974b. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_09/110261](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/110261). Acesso em: 2 set. 2021.

<sup>3</sup> SANTIAGO, S. Convite à leitura dos poemas de Carlos Drummond de Andrade. In: \_\_\_\_\_. **Ora direis puxar conversa!** Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 9 – 58.

<sup>4</sup> BORGES, J. L. Pierre Menard, autor do Quixote. In: \_\_\_\_\_. **Obras completas de Jorge Luis Borges**: volume 1. São Paulo: Globo, 2000, p. 490 - 498.

sua vida. Os escritos – “crônicas”<sup>5</sup> e poesias – que compõem sua obra visível foram, em sua grande maioria, publicados antes nos diversos jornais para os quais Drummond escreveu. A princípio, não haveria grande diferença entre a escrita da parte visível e a da invisível, como o autor sugere na entrevista concedida a sua filha e publicada no jornal *O Globo*, em 29 de janeiro de 1984. Depois de declarar-se um literato apenas nas horas vagas e de ser confrontado com o fato de àquela altura ter escrito cerca de quarenta livros, diz: “Até hoje não fiz nenhum. Vou juntando textos, crônicas e versos esparsos, mas nunca me sentei para fazer um livro, na expressão rigorosa do termo.”<sup>6</sup> Sua carreira como “cronista profissional” teve início na década de 1920, quando Drummond se mudou, com seus pais, de Itabira do Mato Dentro (MG) para Belo Horizonte, e se estendeu até 1984, ano em que o escritor, radicado desde a década de 1930 no Rio de Janeiro, despediu-se dos leitores de sua coluna regular no *Jornal do Brasil*. De escritos esparsos, resgatados do jornal e reorganizados pelo próprio autor, constitui-se essa volumosa porção visível de sua obra, visibilidade atestada pelo fato de ser esta a parte constantemente revisitada pela crítica.

Mas enquanto sua obra visível ergue-se em destaque no contorno da paisagem, há também aqueles escritos que ficaram como que sedimentados na imensa planície, textos cuja circulação restringiu-se às páginas dos jornais, não tendo sido alçados à forma-livro que lhes concederia visibilidade e sobrevida e que permanecem, por isso mesmo, quase inexplorados: sua obra invisível. É claro que não se trata de uma obra *não lida*. A longa carreira do cronista atesta o permanente interesse do público pelas suas crônicas, como comprova o anúncio de destaque na véspera de sua estreia no *Jornal do Brasil*: “A partir de amanhã – e sempre às terças, quintas e sábados – Carlos Drummond de Andrade estará no *Caderno B*. O maior poeta brasileiro, que é também um de nossos maiores contistas e cronista, abordará com seu sentimento ético, com sua enorme carga humana, fatos e gentes desta cidade, do país e do mundo”<sup>7</sup>. Assim, o que chamamos de sua obra invisível constitui-se, efetivamente, de uma obra *não relida*, ou seja, não analisada de forma sistemática pela crítica, o que se deve, em parte, ao fato de encontrar-se dispersa em jornais e revistas nos quais esses textos foram originalmente publicados, fato que dificulta, quando não impossibilita, o acesso a esse material.

---

<sup>5</sup> Os textos que compõem a produção jornalística de Drummond podem ser classificados em diferentes gêneros, mas adotamos aqui a denominação usada pelo próprio autor que se referia a eles como “crônicas”, ou crônicas “entre aspas” como se verá a partir de Antonio Candido na discussão sobre o gênero, retomada no capítulo 2.

<sup>6</sup> ANDRADE, C. D. Carlos Drummond de Andrade fala a Maria Julieta Drummond de Andrade. *Caderno Domingo*. *O Globo*. Rio de Janeiro, Ano 59, n. 18.346, 29 jan. 1984a. Domingo, p.3.

<sup>7</sup> DRUMMOND aqui entre nós. *Jornal do Brasil*: Rio de Janeiro, ano 79, n. 151, 1º out. 1969. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/141671](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/141671). Acesso em: 10 jul. 2021.

No presente trabalho, nos propusemos a percorrer um trecho inexplorado do vasto *país* do mais célebre *dos Andrades*. Partimos de uma pesquisa de natureza bibliográfica com fontes primárias nas bases da Hemeroteca Digital Brasileira (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>), plataforma que disponibiliza uma parte significativa do acervo da Fundação Biblioteca Nacional, em formato digital, possibilitando o acesso remoto a um conteúdo antes disponível apenas para consulta presencial.

O universo investigado constitui-se dos textos de Drummond veiculados pelo *Jornal do Brasil*, cerca de duas mil e trezentas crônicas publicadas entre 2 de outubro de 1969 e 29 de setembro de 1984. Para identificar esses textos, acessamos o endereço eletrônico mencionado, selecionando, no campo “Periódico”, o título “Jornal do Brasil (RJ)” e, no campo “Período”, as décadas de 1960, 1970 e 1980. A pesquisa exibe pastas correspondentes aos anos onde estão cronologicamente organizadas as edições do jornal. Embora na plataforma digital haja uma ferramenta de pesquisa por termo, verificamos que a busca pela expressão “Drummond” se mostra pouco efetiva, pois nem todos os resultados correspondem aos textos escritos pelo autor e, igualmente, nem todos os textos por ele produzidos são identificados pela ferramenta de busca.

A fim de direcionar a consulta para as publicações de interesse, utilizamos como referência a dissertação de mestrado de Valentina da Silva Nunes, *A produção jornalística de Carlos Drummond de Andrade para o Jornal do Brasil (1969 – 1984)*<sup>8</sup>. Dos cerca de dois mil e trezentos textos que compreendem quinze anos de produção para o *Jornal do Brasil*, aproximadamente seiscentos (pouco mais de um quarto) foram posteriormente reunidos em seus volumes de prosa e ou poesia. A consulta ao acervo disponibilizado eletronicamente e à dissertação mencionada permitiram a construção de um banco de dados com registros de impressões gerais decorrentes de uma leitura inicial das crônicas, de caráter exploratório, com particular atenção para aqueles textos não publicados em livro. Parte do presente trabalho consistiu, pois, em deambular por um território pouco conhecido e em registrar impressões gerais.

Como dito, no processo de edificação do que temos chamado sua obra visível, Drummond realizou um segundo trabalho de escrita que consistiu em selecionar, segundo lógica e intencionalidade próprias, o material que veio a compor cada um de seus livros. De sua obra visível desenha-se, pois, um retrato cuidadosamente construído pelo autor. Assim, ao olhar para o que não foi por ele selecionado, talvez se tenha acesso a aspectos menos evidentes de

---

<sup>8</sup> NUNES, V. S. **A produção jornalística de Carlos Drummond de Andrade no Jornal do Brasil (1969 – 1984)**. 1995. 290 p. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

sua personalidade literária. Se de sua obra visível emerge um retrato – por certo multifacetado do autor, mas, ainda assim, posado – que imagens ou declinações podem surgir da leitura de sua obra invisível? Obviamente, estão ali os mesmos traços fundamentais, mas talvez haja outros que o retrato posado não evidencia.

A tentativa de mapear um universo tão amplo de escritos tem de se haver com a diversidade desse conjunto: é considerável o número de resenhas de livros lançados à época. Também significativo é o número de perfis biográficos em homenagem a amigos, por ocasião de seus aniversários ou em razão de seu falecimento. Há uma significativa produção memorialística, em gêneros e estilos diversos como as crônicas-poemas da série *Boitempo*, as cartas (Mário de Andrade, Alceu Amoroso Lima) e as páginas de seus diários publicados a partir de 1980. Também há que se mencionar as séries de crônicas “catalográficas”: apelidos, aforismos, entre outros temas produzidos em séries organizadas alfabeticamente emulam dicionários, objetos bibliográficos que talvez sejam para Drummond o que as enciclopédias são para Borges. A crônica, próxima de sua forma praticada no século XIX, como resumo comentado de notícias da semana, também está presente de forma significativa. Somam-se a esses escritos contos, poemas e, por fim, crônicas, num sentido mais moderno do termo.

Detalhar os múltiplos relevos dessa produção, extensa e diversa, seria uma tarefa similar àquela descrita em outro conto de Borges<sup>9</sup> que narra a obsessão de um império pela “Arte da Cartografia”, interesse que resultou na absurda criação de um mapa que tinha a exata extensão do território mapeado. O projeto dos cartógrafos do conto revela-se tão ambicioso quanto inútil: uma cartografia deve sacrificar detalhes e fixar-se em pontos de destaque da paisagem mapeada. Para identificar alguns desses pontos, na leitura exploratória inicial, buscamos por repetições temáticas e ou estilísticas. Desse processo emergiu um estranhamento: algumas dessas repetições pareciam destoantes de certa expectativa prévia em relação à obra de Drummond.

A expectativa a que nos referimos diz respeito à recorrente tematização do político<sup>10</sup> nessa porção inexplorada do território, aspecto que chamou-nos a atenção por duas razões: em primeiro lugar, por haver certa ideia bastante disseminada (embora, como veremos, já colocada em questão por parte da crítica) de que a partir de certo ponto de sua trajetória artística Drummond teria recuado do campo de batalha político e se tornado um *observador no escri-*

---

<sup>9</sup> BORGES, J. L. Do rigor na ciência. In: \_\_\_\_\_. **Obras completas de Jorge Luis Borges**: volume 2. São Paulo: Globo, 2005, p. 247.

<sup>10</sup> Optamos por utilizar o termo genérico “político” embora, como se verá, a forma diversificada como o tema aparece nas crônicas de Drummond nos permitiria falar, igualmente, em “políticas”, isto é, em perspectivas múltiplas a partir das quais as relações com o poder podem ser pensadas na contemporaneidade.

*tório*, alguém que assiste ao espetáculo do mundo, algo entediado e desalentado, afastamento que levou a uma guinada em sua lírica, na qual se notou o sucessivo predomínio de uma nota metafísica, experimental e memorialística por oposição à poética social de um momento anterior de sua produção. Essa imagem, como se verá, se coaduna com um certo esforço autobiográfico e é reforçada por leituras de parte importante da crítica. O estranhamento reside precisamente no fato de nos depararmos com muitas crônicas, como a que reproduzimos previamente, nas quais uma voz politicamente crítica e participante do autor se faz ouvir.

Em segundo lugar, a tematização do político nesses escritos chama a atenção por se tratar de um período de agudas tensões políticas, marcado por uma vigilância extrema e restrição à liberdade de imprensa e de expressão. Os quinze anos de colaboração de Drummond para o *Jornal do Brasil* transcorreram dentro da ditadura civil-militar implantada em 1964. Mais precisamente, essa produção tem início após a edição do Ato-Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, instrumento que inaugura a fase mais sombria da ditadura, quando a perseguição aos opositores do regime tornou-se prática cotidiana, endossada pelo dispositivo legal que suspendeu os direitos e liberdades civis. Cabe ainda mencionar o Decreto-Lei nº 1.077, de 21 de janeiro de 1970, que regulamentou o exercício da censura prévia, autorizando a presença permanente de censores na redação de jornais e revistas e exigindo a submissão prévia de livros e outras publicações à Divisão de Censura e Diversões Públicas da Polícia Federal, a seguir criada.

A crônica *Conversa*, com que abrimos este trabalho, é exemplar de uma das formas como o político aparece na obra invisível de Drummond. Resgatado o contexto de sua escrita, a temática se torna evidente, mas sua abordagem é tangencial, como no próprio diálogo dos dois personagens não identificados, onde o tema (a distensão política mencionada no discurso de Geisel) torna-se mais evidente por sua não-nomeação e pelas reiteradas construções perifrásticas que conferem certa comicidade à cena.

O título da crônica, *Conversa*, é uma descrição do seu conteúdo (a estrutura dramática elementar de reprodução alternada das falas de dois personagens) mas pode ser lido como uma alusão metalinguística à própria crônica moderna brasileira que se propõe a ser um *diálogo* entre o cronista e seus leitores, num tipo de bate-papo casual, como o ali reproduzido, e que invariavelmente abordará temas do cotidiano. *Conversemos* sobre o discurso do presidente, convida, nas entrelinhas, o cronista. No discurso de Geisel proferido para as lideranças estaduais da Arena, a promessa de uma abertura lenta é contrabalanceada pela ameaça de respostas enérgicas a eventuais “pressões”:



Erram – e erram gravemente, porém – os que pensam poder apressar esse processo pelo jogo de pressões manipuladas sobre a opinião pública, e, através desta, contra o Governo. Tais pressões servirão, apenas, para provocar contrapressões de igual ou maior intensidade, invertendo-se o processo da lenta, gradativa e segura distensão, tal como se requer, para chegar-se a um clima de crescente polarização e radicalização intransigente, com apelo à irracionalidade emocional e à violência destruidora.<sup>11</sup>

A crônica *fala* sobre o silenciamento imposto pela ditadura. Realidade política não nomeada, porque não nomeável, em razão da censura vigente. Silenciada, mas dita de forma tangencial e alusiva, típica do gênero. Retrata ainda o misto de expectativa e ceticismo quanto à prometida distensão, como se vê na sequência, não desprovida de certa poesia: “– Não... não te parece escutar o som de um sino diferente? / – Vou esperar mais badaladas. / – Acho que está amanhecendo. / – Então, posso abrir as janelas? / – Mas cuidado com o vento”. As ameaças de “contrapressões”, para retomar o termo do discurso de Geisel, justificam todo cuidado e reticência dos interlocutores: “Por mim, levo sempre meu guarda-chuva.”, “Bem, está prevenido: nada de apelação”.

Desabituaados do debate público, os personagens terão de reaprender como utilizar a liberdade de expressão: “– O fato é que já se pode discutir, debater. / – Conhece alguma academia? / – Para quê? / – Para treinar. Perdi o costume”. Mas é ainda o medo da repressão que deve estar no pano de fundo da ação dos sujeitos: “Treine diante do espelho, com moderação”. A recomendação do solilóquio contrapõe-se à expectativa do diálogo público e reforça os receios quanto à efetiva abertura e à liberdade prometidas.

“No calor da discussão, peço um sorvete.” O elemento circunstancial que quebra a sequência e aparentemente se desvia do embate para recair na cena cotidiana, cuja inspiração talvez seja uma leitura semiótica da página do próprio *Jornal do Brasil* onde o discurso de Geisel foi divulgado ao lado do anúncio de uma marca de sorvete, é ressignificado e passa a metaforizar tanto a atitude precavida necessária, quanto o temor de que a prometida distensão não avance: “A imagem do sorvete é ótima; esfria os impulsos.”, argumenta um dos indivíduos, “Mas também congela.”, contrapõe-se o outro, expressando o receio de que a lenta distensão jamais ocorra. “Vá temperando o calor das convicções com o gelo da cautela.”, conclui um deles. Nesta crônica está a representação de uma esperança desconfiada, expressa de maneira esquiva – potencializada pela própria natureza, também alusiva, do gênero “crônica” – levada a um extremo nesta cena ouvida ao acaso, um motivo recorrente do gênero.

Deparar-se com crônicas tão flagrantemente políticas em um autor que se empenhou pela construção da imagem pública de um sujeito *apolítico*, causou-nos o estranhamento men-

---

<sup>11</sup> GEISEL, E. O discurso. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 84, n. 144, 30 ago. 1974. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/110037](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/110037). Acesso em: 2 set. 2021.

cionado. Essa suposta postura apolítica foi diversas vezes reafirmada por Drummond e teria sido assumida a partir da década de 1950 em decorrência de suas experiências com o Partido Comunista do Brasil após a deposição de Vargas. Veja-se, por exemplo, a resposta dada por Drummond a sua filha, na entrevista já mencionada, quando perguntado sobre qual teria sido sua fase poética mais produtiva:

A social, quando eu me achava muito imbuído de ideais políticos e queria dar a minha contribuição através da poesia. Mas a tentativa se frustrou: um começo de militância política no jornalismo, sem compromisso formal com o comunismo, me decepcionou tão profundamente que eu não quis mais saber daquilo. Refluí então para uma poesia mais subjetiva, algo metafísica.<sup>12</sup>

Contudo, como se verá, suas crônicas aqui estudadas carregam ainda um caráter fortemente político-participante. Essa dimensão, no entanto, assume tom diverso daqueles de sua poesia dos anos 1940, diferença que, como pretendemos demonstrar, não reflete apenas uma mudança de postura pessoal de Drummond, mas algo mais amplo, uma mudança na própria forma como a participação política do intelectual passou a ser concebida no contexto do pós-guerra.

De fato, tanto a obra visível quanto a invisível de Drummond são permeadas pelos acontecimentos sociais e políticos do século que o autor atravessou. Há em suas poesias e crônicas, mais do que o simples sedimento dos fatos de seu tempo<sup>13</sup>. Em particular nas suas crônicas, objeto investigado neste trabalho, os acontecimentos dia a dia, matéria bruta do jornal, passam por um processo de elaboração reflexiva e estética que transcende o mero comentário factual, mas que é mitigado pela forma leve e alusiva do gênero, pelo que se apresentam como objeto privilegiado para uma investigação das relações entre o ficcional e o real, entre o literário e o histórico, entre o estético e o social e entre o artístico e o político, relações que remetem à própria discussão sobre o papel do intelectual na sociedade, suas possibilidades e limites.

A partir do trabalho exploratório inicial, optamos por circunscrever o território para melhor esquadrihá-lo. Uma vez que o caráter político da crônica emergiu como o ponto a ser analisado, a delimitação procurou corresponder ao período no qual o tensionamento entre o ambiente político e a liberdade de expressão havia sido mais intenso. Como dissemos,

---

<sup>12</sup> ANDRADE, 1984a, p. 3.

<sup>13</sup> “Irmão um ano mais novo, Carlos Drummond de Andrade é nas nossas letras o melhor e mais multifacetado intérprete do irmão um ano mais velho. Os dois seguem percurso paralelo e íntimo. O caminhar conflituoso do século 20 está indissolivelmente interligado ao desenvolvimento em ritmo de vai-e-vem da sua poesia. Ler a obra poética do irmão mais novo pode servir para compreender melhor a história do irmão mais velho. Ler a história do mais velho pode ajudar a analisar e interpretar melhor a obra poética do mais novo.” (SANTIAGO, 2006, p. 10)

Drummond passou a escrever para o *Jornal do Brasil* em outubro de 1969, mesmo mês em que havia tomado posse o General Emílio Garrastazu Médici, cujo governo se estendeu até março de 1974, intervalo de maior recrudescimento da perseguição política e da censura no regime ditatorial, conhecido como os Anos de Chumbo. Definimos como marcos temporais os anos de 1969 e 1974 dentro dos quais selecionamos uma amostra composta por 53 crônicas, em quase totalidade inéditas, ou seja, não coligidas posteriormente em livros. As crônicas citadas ao longo deste trabalho pertencem quase todas ao período destacado.

Sobre essa escrita, produzida e veiculada quando o Brasil se encontrava sob o regime de exceção, caberia a indagação subterrânea dos versos de *Áporo*: “Que fazer, exausto, /em país bloqueado, /enlace de noite/raiz e minério?”<sup>14</sup>. Como comenta Davi Arrigucci Jr. a respeito do poema que faz parte da obra *Claro Enigma* (1951): “[...] o breve poema pode ser destacado como um ponto alto, não só pela qualidade em si, mas pelo caráter exemplar com relação ao conjunto da obra [...] nele se vê como Drummond faz da dificuldade arte.”<sup>15</sup> Do mesmo modo como o impasse aporético se resolve na flor-inseto-poema, as crônicas de Drummond publicadas trissemanalmente nas páginas do *Jornal do Brasil* são respostas a uma pergunta da mesma ordem: como dizer o que não pode ser dito “em país bloqueado”? A indagação serviu de fio condutor para a construção do conjunto amostral de crônicas que aqui serão analisadas, dando um sentido de conjunto a esse *corpus* e evidenciando um aspecto menos destacado na obra visível de Drummond do mesmo período.

Na análise que realizaremos das crônicas pretendemos demonstrar uma recorrente dicção-intento-interpelação política e participante em Drummond, que vai desde a escolha dos acontecimentos que toma para objeto de sua crônica até a forma como os trabalha, performando aquele gesto político fundamental, que, no dizer de Rancière, recoloca – e por vezes baralha – os lugares e sensibilidades socialmente determinados numa *partilha do sensível*. Tangencialmente, também abordaremos a discussão sobre o papel político do intelectual, tema que deu margem a um escrutínio da biografia de Drummond, considerada emblemática da constituição histórica da elite intelectual brasileira do século XX, dadas suas origens familiares de uma oligarquia decadente e sua posterior inscrição na máquina burocrática do Estado, notadamente na era Vargas.

Revisitaremos alguns momentos da biografia do escritor, notadamente do período compreendido entre 1945 e 1964, com vistas a demonstrar seu permanente interesse, e em não

---

<sup>14</sup> ANDRADE, C. D. **Nova Reunião**: 23 livros de poesia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 127.

<sup>15</sup> ARRIGUCCI JR., D. **Coração partido**: uma análise da poesia reflexiva de Drummond. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p. 76.

poucos momentos, seu envolvimento ativo no campo de disputas políticas, mesmo quando o aspecto combativo deixa de estar evidente em sua poesia. Não pretendemos, contudo, rotular ou enquadrar ideologicamente suas posições político-partidárias, mas tão somente esboçar um arco biográfico, sob o enfoque da atuação na cena política, entre o período que se seguiu à deposição de Getúlio Vargas e o golpe militar de 1964.

Como nos ocuparemos do caráter político de sua escrita, cabe também resgatar o modo como a crítica apreendeu esse aspecto na obra drummondiana. É preciso, de antemão, assinalar que a parte visível da obra drummondiana também se constitui de um extenso conjunto de textos em prosa de gêneros diversos. Observa-se, inicialmente, que a crítica não se ocupou de forma sistemática dessa produção em prosa da mesma maneira como o fez em relação a sua poesia. Veja-se, a respeito, o comentário feito na década de 1970 por Silviano Santiago e que ainda se mantém, em grande medida, atual:

Sobre tal riqueza crítica pesa apenas uma lástima: os contos, as crônicas e a crítica literária de Drummond, infelizmente, não têm merecido a mesma atenção por parte dos espíritos críticos. Não será neste livro, no entanto e com pesar, que escaparemos ao círculo vicioso. Fica apenas assinalada a dívida de todos nós para com os “gêneros menores” almejando que seu resgate seja rápido e consequente.<sup>16</sup>

Como dito, esses textos publicados inicialmente em jornais ao longo de quatro décadas foram reunidos em diversas coletâneas: *Confissões de Minas* (1944), *Contos de Aprendiz* (1951), *Passeios na Ilha* (1952), *Fala, amendoeira* (1957), *A bolsa e a vida* (1959), *Cadeira de balanço* (1966), *Versiprosa* (1967), *Caminhos de João Brandão* (1970), *Seleto em prosa e verso* (1971), *O poder ultrajovem* (1972), *De notícias & não notícias faz-se a crônica* (1974), *Os dias lindos* (1977), *70 historinhas* (1978), *Contos Plausíveis* (1981), *O pipoqueiro da esquina* (1981), *Boca de Luar* (1984) e *Moça deitada na grama* (1987). De um modo geral, as menções à prosa de Drummond pela crítica são realizadas de forma incidental, normalmente a partir de um viés de confirmação tomando como ponto de comparação sua poesia, como se uma forma fosse apenas a extensão prosaica e afrouxada da outra. Note-se também que a maioria dos estudos que analisa a prosa de Drummond se atém a suas obras publicadas nas décadas de 1940 e 1950.

O ensaio de Antonio Candido, intitulado *Drummond prosador*, destaca-se dessa fortuna crítica como uma referência importante por que procura delinear os andamentos de um percurso geral da prosa drummondiana reunida em livros, encampando um largo intervalo de tempo, da década de 1940 até o final dos anos 1970. O crítico propõe que a obra de Drummond seja lida como um *continuum* que vai da poesia à prosa reflexiva, passando pela prosa

<sup>16</sup> SANTIAGO, S. **Carlos Drummond de Andrade**. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 26.

narrativa que funcionaria como um elemento de transição do registro lírico para o ensaístico, a que o crítico denomina *ponte ficcional*. Retomando a designação genérica de crônicas que Drummond dava a seus escritos em prosa, Candido argumenta que, em relação ao autor, tal rótulo deva ser lido *entre aspas*, dada a diversidade e a mescla de gêneros presentes nesses escritos. Candido propõe, assim, uma *divisão* dentro do *continuum* que é a obra de Drummond, onde a produção lírica se presta a uma abordagem mais adensada, que convoca à exploração cuidadosa da natureza polissêmica das palavras, e sua prosa, por seu turno, corresponda um tratamento mais distendido com privilégio da comunicabilidade:

A prosa de Drummond em geral distende o leitor e por isso é de excelente convívio. A sua poesia, ao contrário, força o leitor a se dobrar em torno de si mesmo como um punho fechado. E isto está de certo modo em harmonia com a natureza dos dois veículos. A poesia é mais tensa, porque depende de uma exploração constante da multiplicidade de significados da palavra. [...] Já na prosa, o peso da mensagem a transmitir atenua na maioria dos casos a força tensorial, cada palavra encontrando o leitor por onde corre mais livre. Em tese, é claro.<sup>17</sup>

Mas, como veremos, na crônica há também uma exploração da *multiplicidade de significados da palavra*, obviamente com menor densidade, o que a torna um instrumento, por vezes cifrado, para uma expressão crítica sobre o campo político, um dos modos como se enuncia a participação do artista em tempos de censura. Nas crônicas, jogos com os múltiplos sentidos das palavras costumam ser explorados tanto por seus efeitos humorísticos quanto por permitirem, pela forma alusiva, elíptica e perifrástica do gênero, uma manifestação do pensamento em *país bloqueado*. É interessante visitar a definição de perífrase que Drummond diz ter resgatado de uma das crônicas de Machado de Assis e que pode se aplicar muito adequadamente à abordagem do político pela crônica:

Perífrase - A perífrase é um grande tempero para essas drogas amargas. Se eu chamar tratante a um homem, ele investe para mim; mas se eu lhe disser que o seu procedimento não é adequado aos princípios corretos e são que Deus pôs na consciência humana para o seguro caminho de uma vida rigorosamente moral, – quando o meu ouvinte desembulhar o pacote, já eu voltei à esquina.<sup>18</sup>

A relativa desatenção da crítica à produção em prosa de Drummond está em consonância com a centralidade que a lírica ocupa na sua obra, como observa Arthur Vonk:

Nos prefácios e apresentações a seus livros em prosa, Drummond não deixa de prestar testemunho daquela divisão do trabalho literário discutida, como se viu, por Antonio Candido. A prosa sai em boa medida diminuída: o escritor custa a admitir seu valor e se apressa em localizá-la como acessória ou contingente. Não se há de ignorar a verdade que pode haver nessa classificação, que depõe a respeito das condições de produção de uma obra cuja centralidade coube aos domínios da lírica, de um projeto intelectual de longo curso no qual a prosa acolhe de modo mais imediato as so-

<sup>17</sup> CANDIDO, A. Drummond prosador. In: \_\_\_\_\_. **Recortes**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 23.

<sup>18</sup> ANDRADE, C. D. O melhor do cronista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 86, n. 61, 8 jun. 1976b. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/141919](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/141919). Acesso em: 2 set. 2021.

licitações que transigem a autonomia – sempre relativa, ou por outra, socialmente produzida – do trabalho artístico.<sup>19</sup>

Reforça esse lugar de menor prestígio da prosa para o autor, o próprio fato de a crônica ser um gênero “de conveniência”. Como lembra Roberto Schwarz “A crônica é um gênero essencialmente desmoralizado, quer dizer, se faz por dinheiro, semanalmente, com ou sem assunto, fofocando, agradando a uns, desagradando a outros, enfim um gênero profundamente atolado nas conveniências mais medíocres da vida”<sup>20</sup>. A desvalorização do gênero, por certo, concorre para que não se tenha dado maior atenção a essa importante parte da obra de Drummond.

Mas, como Arthur Vonk, pensamos que a crônica permite a investigação de temas que, embora fundamentais a Drummond, encontraram-se expressos de forma mais evidente em sua prosa: “[...] o que não significa imaginá-la um prodígio de autoconsciência, mas tomá-la como um lugar a partir do qual examinar a configuração de problemas que correm à margem das obras maiores”.<sup>21</sup> Isso parece ainda mais significativo em relação ao período estudado. Sabe-se que a maior parte da poesia produzida nesse período (também ela veiculada inicialmente na coluna de Drummond no *Jornal do Brasil*) foi reunida no segundo e terceiro volumes da série *Boitempo – Menino Antigo*, de 1973 e *Esquecer para Lembrar*, de 1979. O primeiro livro *Boitempo – (In)Memória*, de 1968, inaugura uma série dominada por uma poética de conteúdo memorialístico e autobiográfico, com foco na infância e juventude do autor. Esse olhar voltado para o passado e as próprias origens teria sido interpretado como sintomático de uma atitude menos preocupada com as questões do presente e avessa, portanto, ao embate político.

Veja-se, por exemplo, a análise de Silviano Santiago em *Convite à leitura dos poemas de Carlos Drummond de Andrade*, prefácio escrito para a edição da Poesia Completa comemorativa do centenário do escritor. O crítico identifica na lírica de Drummond do período aqui estudado o ponto de inflexão da sua obra, a qual divide em dois grandes ciclos tomando por referência a tematização da cidade natal e da família. Em torno dessa temática, seriam representadas pelo poeta a relação entre o local e o global, o rural e o urbano, o passado e o presente. Essas duas grandes fases ou ciclos seriam o robinsoniano (em referência ao *Robinson Crusóe*) e o proustiano (em alusão ao autor de *Em busca do tempo perdido*). O ciclo robinsoniano, que engloba a maior parte da obra, seria caracterizado por uma visão centrada no presente e

---

<sup>19</sup> VONK, A. V. **Ao rés do chão, sem chão**: Drummond e a crônica moderna brasileira. 147 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 30.

<sup>20</sup> SCHWARZ, R. Debate Mesa Redonda: Crônicas e narrativas de viagem. In: VÁRIOS AUTORES. **Gêneros de fronteira**: cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997, p. 48.

<sup>21</sup> VONK, Op. cit., p. 30.

com o foco de interesse voltado para o mundo exterior. Nela o poeta se expressa por uma espécie de rebeldia, um desejo de diferenciação em relação a suas raízes familiares, justificando assim a perspectiva marginal da qual o poeta lida com o mundo.

Robinson Crusóé, aventureiro ilhado, alegoriza a situação do escritor que, desde seu lugar isolado, lança o olhar para fora da ilha / província. O foco de interesse é externo. Um dos traços mais significativos nessa fase da poesia de Drummond seria seu cosmopolitismo, visível desde suas primeiras obras, nas quais este contrasta com o projeto fundamentalmente nacionalista de seus companheiros modernistas. Embora na sua origem o cosmopolitismo drummondiano tenha surgido de uma certa leitura eurocêntrica, fortemente criticada por Mário de Andrade na correspondência que manteve com o jovem poeta na década de 1920, o desenvolvimento crítico que esse olhar cosmopolita posteriormente adquiriu impregnou de originalidade e de um caráter universalista sua poesia. A principal característica comum aos poemas da fase robinsoniana, segundo Santiago, seria o fato de dialogarem com o presente histórico (embora com diferentes dicções) projetando um futuro, utópico ou distópico, em cada momento de sua da sua produção.

Na visão do crítico, a segunda fase de sua poesia, representada pelos poemas da série *Boitempo*, seria marcada por um retorno ao passado em um movimento de reavaliação das origens familiares, representando uma espécie de fechamento a partir dessa “Viagem de regresso ao país dos Andrades.”<sup>22</sup> Esses poemas, dialogam com a herança familiar, com vistas a uma reconciliação autoindulgente com essas raízes. A cidade natal deixa de ser a perspectiva de onde se olha para o mundo e passa a ser, ela mesma, o universo da poesia.

Para Santiago, a dimensão política da lírica de Drummond seria dada não apenas em termos de sua adesão ideológica nos anos 1940 – e da desilusão subsequente –, mas sobretudo quanto às diferentes atitudes em relação ao tempo e ao espaço (presente – passado; cosmopolitismo – provincianismo) nesses distintos ciclos. Assim, na fase robinsoniana: “Itabira, além de ser a cidade do interior que é, é também para o leitor mirim e rebelde o domínio poético que potencializa e reforça a possibilidade de se operarem transformações significativas no devir da humanidade.”<sup>23</sup> Já no período proustiano, caracterizado não mais por uma atitude rebelde, mas complacente com as origens, o caráter político deixa de ser o da tensão com o mundo presente e pode ser lido como uma descrição da relação filogênica entre patriarcalismo e mandonismo político, cujos desdobramentos chegam ao presente: “Patriarca e coronel res-

---

<sup>22</sup> SANTIAGO, 2006, p. 51.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 34.

surgem das cinzas pela força da palavra poética: o futuro do passado, pretérito mais-que-perfeito, o eterno presente.”<sup>24</sup>

A análise de Santiago, realizada após o centenário do escritor, exemplifica um tipo de crítica que toma a obra como um todo, quer no sentido de identificar elementos constantes, quer no sentido de classificá-la em períodos conforme características próprias. Esses estudos longitudinais da obra foram mais comuns de meados da década de 1960 até o princípio dos anos 1980 e foram retomados a partir do princípio dos anos 2000, com a comemoração dos cem anos do nascimento do poeta. Nos anos 1980 e 1990, foram mais comuns estudos latitudinais, isto é, que se debruçaram sobre alguma obra específica ou sobre um conjunto de obras temporalmente próximas.

O ensaio de Antonio Candido *As inquietudes na poesia de Drummond* afilia-se às críticas que procuram por traços unificadores da obra. Procedendo a uma leitura descritiva, o autor verifica a recorrência temática de certos motivos e identifica diferentes “inquietações” que, segundo o crítico, constituiriam o substrato de sua poesia. A partir dessa perspectiva, Candido organiza, a produção de Drummond em três blocos temporais. Nos dois blocos extremos, estariam as obras que assumem uma concepção da poesia como *registro* do “espetáculo material e espiritual do mundo” correspondente a seus dois primeiros livros, *Alguma Poesia* (1930) e *Brejo das Almas* (1932), assim como, três décadas depois, ao último livro analisado pelo crítico, *Lição de Coisas* (1962).

Já nas obras do bloco intermediário (entre 1935 e 1959), a poesia é entendida como um *processo* “[...] que institui um objeto novo, elaborado à custa da desfiguração ou mesmo destruição ritual do ser e do mundo, para refazê-los no plano estético.”<sup>25</sup> Nesse período, a poesia de Drummond oscila entre dois polos, o indivíduo e a sociedade, como se depreende do próprio título de duas obras do período: *Sentimento do Mundo* e *José*, e a poesia se apresenta ora como inquietude com o *eu*, ora como inquietude com o *mundo*: “Se aborda o ser, imediatamente lhe ocorre que seria mais válido tratar do mundo; se aborda o mundo, que melhor fora limitar-se ao modo de ser”.<sup>26</sup>

Para Candido, o caráter político da poesia de Drummond seria correlato da inquietude com o mundo, cujo momento mais agudo em sua obra se encontra em *A Rosa do povo*. Nessa obra haveria a convergência das perspectivas sociais e pessoais, pois nela Drummond buscou “[...] superar o lirismo individualista, praticou um lirismo social e mesmo político de grande

<sup>24</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>25</sup> CANDIDO, A. *Inquietudes na Poesia de Drummond*. In: \_\_\_\_\_, **Vários Escritos**. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1995, p. 67.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 67.



eficácia”.<sup>27</sup> Assim, o aspecto político da obra de Drummond se manifestaria principalmente em sua poesia “social”, como uma expressão da inquietude com o *mundo* e sob a forma de um desejo de reforma deste, aspiração que, por seu turno, remete especularmente à inquietude com o *eu*. Estabelece-se, assim, na poesia da década de 1940, um paralelismo entre as inquietudes com o *eu* e com o *mundo*: ao eu torto corresponderia uma sociedade torta de “iniquidade e incompreensão”, e o desejo de reformulação política do mundo é, também um desejo de retificação do eu: “A consciência social, e dela uma espécie de militância através da poesia, surgem para o poeta como possibilidade de resgatar a consciência do estado de emparedamento e a existência da situação de pavor.”<sup>28</sup>

Registre-se que, segundo Candido, o caráter político da lírica social drummondiana seria tributário do interesse do autor pelo cotidiano, traço também marcante de sua crônica. Mas, em sua poesia, o caráter político teria seu alcance amplificado, fazendo com que a experiência cotidiana seja representativa não apenas de embates políticos socialmente localizados, mas se torne como que alegórica da própria condição humana na modernidade:

A poesia social de Drummond deve ainda a sua eficácia a uma espécie de alargamento do gosto pelo cotidiano, que foi sempre um dos fulcros da sua obra e inclusive explica a **sua qualidade de excelente cronista em prosa**. Ora, a experiência política permitiu transfigurar o cotidiano através do aprofundamento da consciência do outro. Superando o que há de pitoresco e por vezes anedótico na fixação da vida de todo o dia, ela aguçou a capacidade apreender o destino individual na malha das circunstâncias e, deste modo, deu lugar a uma forma peculiar de poesia social, não mais no sentido político, mas como discernimento da condição humana em certos dramas corriqueiros da sociedade moderna.<sup>29</sup>

Também clássico entre os trabalhos que procuram identificar elementos unificadores na lírica drummondiana, o estudo de Luiz Costa Lima, *Lira e Antilira: Mário, Drummond, Cabral* postula como elemento “medular” de sua poesia algo que o crítico denomina como *princípio-corrosão*, que corresponde às formas como a História, vista como um processo dialético “que desgasta seres e coisas”<sup>30</sup>, se expressa na obra de Drummond. Segundo o crítico, o caráter realista – ou seja, “não mitificador” da obra do autor – faz com que sua poesia seja sensível a uma apreensão da história do país: “O princípio-corrosão implica [...] na transposição ao imaginário de uma pátria *historicizada*. E é a presença partilhada e intuída do histórico que lhe conduz ao sentimento de angústia, de asco e de desgosto com que partilha o mundo”.<sup>31</sup>

---

<sup>27</sup> Ibidem, p. 72.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 78.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 81-82, grifo nosso.

<sup>30</sup> LIMA, L. C. O Princípio Corrosão na Poesia de Carlos Drummond de Andrade. In: \_\_\_\_\_. **Lira e antilira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 138.

<sup>31</sup> Ibidem, p.138.

O *princípio-corrosão* se manifestaria sob duas formas (ou projeções), quais sejam, uma forma ativa em que a corrosão aparece como *processo ou luta, transitividade* (Corrosão – Escavação, abreviadamente, C→ E), e uma forma passiva em que a corrosão aparece como impasse, imobilidade e como resultado de um processo de *trituração* (Corrosão – Opacidade, ou C→ O). Os diferentes momentos da poesia de Drummond são lidos pelo crítico em termos da prevalência de uma ou de outra projeção desta corrosão e de um processo evolutivo em que a corrosão como escavação sede espaço para a corrosão-opacidade.

Ao correr de sua produção, Carlos Drummond oscilará diante do problema. **Em uma época politizará sua palavra, fazendo-a instrumento de rebeldia contra o ordem-desordem.** Depois, mais recentemente, calará, camuflará sua resposta, recaiando no seu velho ouriço individualista. Mas não haverá silêncio para quem saiba ler por debaixo da impregnação ideológica. A guerra, quando não esteja denunciada, subsistirá tácita. Poderá inclusive deixar de tratar da guerra-conflito, mantendo-se, contudo, a guerra da corrosão.<sup>32</sup>

Assim, o aspecto político da obra de Drummond poderia ser lido a partir da dupla projeção do *princípio-corrosão*. Na projeção Corrosão → Escavação, ele aparece como “politização”, leia-se, como reivindicação de participação ativa na realidade por meio da lírica. Para Costa Lima, essa projeção se apresenta em sua plenitude na poesia de *A Rosa do povo*, onde o aspecto de luta assume importância central. De outra feita, o caráter político aparece de forma velada na projeção Corrosão → Opacidade, onde figura a partir dos efeitos do processo da história que o poeta recolhe ou registra.

José Guilherme Merquior, por sua vez, alinha-se aos autores que analisam a produção de Drummond a partir da identificação de diferentes momentos evolutivos, tomando como objeto de análise as características estilísticas dominantes em cada período. Em *Verso universo em Drummond*, de 1972, o autor se propõe a uma leitura global da poesia de Drummond a partir dos 12 livros publicados até 1968. Para o crítico, a poesia drummondiana oscilaria entre um polo predominantemente individual e um polo social. Assim, seu primeiro lirismo (1925 – 1940) teria um forte cunho individualista, no qual ganha relevo a personificação do poeta como *gauche*, “incompreendido e solitário”. O último livro dessa fase, *Sentimento do mundo*, de 1940, marcaria uma tendência de negação do individualismo que prenuncia a fase seguinte de sua poesia: “[...] poderíamos dizer que o ‘sentimento do mundo’ é sentimento de homens juntos, negação do solipsismo exasperado de *Alguma Poesia* e de *Brejo das almas*”.<sup>33</sup>

Para o autor, o caráter político da escrita de Drummond não deve ser confundido com a dicção engajada de sua poesia, ou com sua confessada ou pressuposta adesão ideológica, em

<sup>32</sup> Ibidem, p. 159. (grifo nosso)

<sup>33</sup> MERQUIOR, J. G. *Verso universo em Drummond*. 2. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1976, p. 40.

que pese a aproximação do poeta, à altura dos anos 1940, do ideário do Partido Comunista: “Consciência do sofrimento, a poesia social de Drummond se recusa às litânias da esperança utópica. Ela rejeita a aceitação do *status quo* sem escorregar na pintura de qualquer Nova Jerusalém’ [...] Literatura **engajada**, pois, mas de uma extraordinária sobriedade; poesia vacinada contra a derrapagem ideológica”.<sup>34</sup> A despeito de certo pensamento “marxizante” de fundo, o crítico considera a *poesia social*, dos anos 1940, superior ao “lirismo declamatório da poesia engajada” e propõe que o caráter social da poesia esteja mais evidente em textos subjetivos.

Em geral, a crítica considerou *A Rosa do Povo* como “poesia social” no sentido de arte engajada, levando em conta sobretudo, se não exclusivamente, os trechos ideológicos e o lirismo “coral” dos poemas de guerra. Entretanto, como vimos, a profundidade maior, a dimensão verdadeiramente *sociológica* da visão social de Drummond reside antes nos textos mais “subjetivos” como “A flor e a náusea”, “O mito” e os poemas do ciclo de Itabira. É preciso, pois, libertar a crítica do mau hábito de confundir o “social” em poesia como “reflexo” da sociedade ou a propaganda ideológica”.<sup>35</sup>

Merquior propõe uma divisão entre obras de caráter mais *engajado* e outras de caráter mais *subjetivo* e sugere que a significação social da poesia de Drummond seja procurada, preferencialmente, nas obras do segundo tipo. Assim, por exemplo, a chamada terceira lírica correspondente ao período de 1946 a 1958, marcada pela “hipertrofia” de um lirismo de interrogação existencial e filosófica, teria emergido como uma resposta do autor face à polarização da guerra fria e como resultado de sua desilusão com Partido Comunista. O “desencanto político” que parece subjacente à poesia desse período, segundo o crítico, deveria ser lido mais como a defesa de uma postura crítica do autor em relação ao maniqueísmo político esboçado no pós-guerra – interpretação, aliás, bastante convergente com a imagem que o próprio escritor procurou cultivar. O modo como a poesia de Drummond capta o real social, em diferentes momentos de sua obra, dá margem ao que o crítico denominou seu “historicismo lírico”.

Tanto Merquior quanto Costa Lima investigam, embora por vias distintas, como o dado histórico se inscreve na obra de Drummond, com a diferença de que Costa Lima atenta para o caráter mais ou menos ativo do poeta como eixo-organizador das diferentes projeções do princípio-corrosão, elemento unificador por ele apontado, enquanto Merquior foca nas distintas formas como esse histórico se apresenta na sua obra, a partir de características estilísticas mais marcante em cada ciclo da sua obra.

A leitura longitudinal feita por Affonso Romano de Sant’Anna, em *Carlos Drummond de Andrade: análise da obra*, de 1980, à semelhança de Merquior, sugere um processo de

---

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 41, grifo nosso.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 122.

desenvolvimento ao longo da obra que resulta em distintos momentos em sua poesia. Por seu turno, similarmente à Costa Lima, o crítico identifica um eixo constante em torno do qual a obra se estrutura e cujas variações se refletem nas diferentes locuções do poeta. O crítico rejeita modelos que segmentam a obra em etapas descontínuas, segundo uma temática e ou abordagem dominantes “[...] etapas engendradas pelo vezo didático e pelo embaralhamento do que seja conjuntural e estrutural numa obra”.<sup>36</sup> Propõe que o elemento comum para a leitura da obra seja *o espaço-tempo*, ou mais precisamente, a forma como o poeta equaciona suas relações com o eixo *presente-passado-futuro* e com o eixo *provinciano-cosmopolita* e sugere uma leitura da obra de Drummond como um grande arco dramático, um périplo percorrido por um personagem *gauche* em diferentes figurações.

Segundo o crítico, a obra drummondiana se estrutura em torno da relação *Eu versus Mundo*, que se apresentaria em três derivações, correspondentes a diferentes segmentos do arco temporal descrito por sua obra. O primeiro deles, *Eu maior que o Mundo*, abarcando a problemática do sujeito *gauche* “sufocado” pela província. O segundo momento, *Eu menor que o Mundo*, correspondente à experiência de alargamento de horizontes decorrente do enfrentamento com o mundo figurado na relação com a metrópole e correspondente também à poética produzida após o poeta mudar-se para o Rio de Janeiro: “Aqui o personagem já se deslocou do canto-província e, à medida que a enorme realidade pesa sobre seus ombros, vai se sentindo diminuto e quebrantado.”<sup>37</sup> E por fim, *Eu igual ao Mundo*, fase em que o sujeito encontra um equilíbrio relativo, uma reconciliação por via da memória e um retorno às origens. Registre-se que, para Sant’Anna, o caráter *participante* de Drummond, não se confunde com a dicção *militante* da poesia da fase *Eu menor que o Mundo*:

A poesia de Rosa do Povo não é a poesia de participação na obra drummondiana. Tais poemas são uma das faces de uma participação múltipla, que não se esgota no social, mas se estende dentro da história do próprio indivíduo naquilo que ele tem de mais pessoal e intransferível, justapondo universal e o particular. O poeta que aceita “alegremente a ideia de que poesia é participação” é adepto de uma integração mais ampla que abrange vários níveis, mas sempre com seu modo peculiar de ver as coisas. [...] Assim compreendido o sentido dessa interação, a primeira parte de sua poesia-irônica-crítica é também participação ao nível proposto pela estética de 1922 e pela consciência do jovem artista, da mesma maneira que a partir de *Claro Enigma* há aquela busca de essências que revela a perquirição metafísica interessada em desvendar a aparências de um possível real.<sup>38</sup>

Da mesma época é a análise de John Gledson, *Poesia e Poética de Carlos Drummond de Andrade*, de 1981. Discutindo a classificação tradicional da sua poesia em fases, o crítico

<sup>36</sup> SANT’ANNA, A. R. **Carlos Drummond de Andrade**: análise da obra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 15.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 89.

inglês propõe uma divisão em cinco períodos, também tomando como referência os diferentes modos como Drummond problematiza e resolve a relação do *eu com o mundo*, este entendido como um conjunto de múltiplas estruturas objetivas que simultaneamente o constroem e compõem a escrever, donde a tensão sempre presente em sua poesia. Segundo o crítico, cada momento da trajetória de Drummond corresponde a um diferente nível de consciência do poeta em relação a essas estruturas e a também distintas atitudes que ele assume frente a elas.

Assim, no primeiro e segundo períodos, que corresponderiam a *Alguma Poesia e Brejo das almas*, o poeta nega ou rejeita a influência dessas estruturas, num espírito ora rebelde, ora zangado, colocando-se, fundamentalmente como o “contemplador” do mundo. No terceiro período que abrange as obras *Sentimento do mundo, José e A rosa do povo*, Drummond parece vislumbrar um sistema total que rege o universo, entendendo-se como separado deste, mas “[...] agindo dentro dele consciente e mais ou menos livremente” procura atuar de forma efetiva, empenhando sua palavra em prol de uma possível participação no mundo.”<sup>39</sup> A atitude do poeta deixa de ser a do “contemplador” e se torna a do “ator”. No quarto período (*Novos poemas, Claro enigma, Fazendeiro do ar, A vida passada a limpo*) e no subsequente, (*Lição de coisas e obras seguintes*) parece ser dominado por uma sensação de fusão ou de inclusão na “ordem das coisas”, com uma atitude que tende à resignação frente a um “destino”. No entanto, esclarece o crítico, que esta versão da trajetória de Drummond não deve ser vista como um desenvolvimento linear e desprovido de acidentes, em que cada coletânea de poemas seria um conjunto uniforme e estável.

Com relação ao caráter *engajado* da obra de Drummond, para Gledson, este não se resume a sua expressão na poesia da década de 1940, mas deve ser visto como uma aposta na capacidade da poesia de apreender uma lógica de funcionamento do real, uma crença de que a realidade possui uma ordem passível de ser apreendida pela lírica: “Na poesia, porém, está sobretudo engajado na exploração da experiência e na tentativa de dar sentido a ela. Não é, principalmente, um **engajamento político**, mas algo mais amplo e talvez mais profundo”.<sup>40</sup>

A leitura de Gledson em relação ao engajamento do escritor é similar à visão da participação poética em Sant’anna. Em ambos os casos se trata de maneiras de apropriação do real por meio da palavra lírica, mais do que do empenho da palavra, seu direcionamento à defesa de uma causa específica. Essas leituras também guardam similaridades com a ideia de pátria historicizada de Costa Lima (na projeção Corrosão → Opacidade) ou do historicismo lírico de Merquior, uma vez que, em todos os casos, o aspecto destacado não é a tentativa ou capacida-

<sup>39</sup> GLEDSON, J. *Poesia e poética de Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Duas cidades, 2018, p. 152.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p.153, grifo nosso.

de de efetuar ou mobilizar mudanças na realidade, mas a eficácia da palavra poética como captura e inteligibilidade da realidade social.

Dentre as análises do tipo latitudinais, mais comuns nas últimas décadas do século XX, destacamos o trabalho de Iumna Simon (1978), *Drummond: uma poética do risco*, que analisa *A Rosa do Povo* (1945), obra apontada como aquela em que certa militância política do autor está em evidência porque figura como uma das principais fontes temáticas do conjunto. Simon recorre principalmente ao arcabouço conceitual dos formalistas russos para demonstrar, a partir de aspectos estilísticos, a ambivalência da poesia de Drummond que ora se propõe como “signo comunicativo”, pelo que se aproxima de um tom prosaico e de uma função mais socializante da poesia, e ora como “signo autônomo” numa ênfase à dimensão formal – e hermética – do poema:

É precisamente esta articulação que permite falar em risco, isto é, o modo pelo qual o poeta, por um lado, afirma os valores comunicativos da linguagem, fazendo do poema uma maneira de relacionar-se com a realidade e, por outro, sem desprezar aqueles valores, cria um espaço específico de inventividade auto-orientado, a que se pode chamar de poético.<sup>41</sup>

Para Simon, a obra de 1945 é aquela em que o contraste entre essas duas possibilidades da linguagem na poesia de Drummond se apresenta de forma mais intensa e esse seria o *risco* constante da sua lírica: abertura comunicativa ou fechamento estético. O *engajamento do poeta* (lido aqui como a busca de uma participação ativa, por meio da palavra, num sentido um tanto distinto do uso do termo por Gledson) se manifesta linguisticamente pela aproximação da prosa: versos longos, sintaxe lógico-discursiva e extensiva referencialidade. O tom *prosaico* serve para tornar a palavra poética um “instrumento de luta” e de participação política.

Por outro lado, certo ceticismo quanto às possibilidades de instrumentalização da palavra poética e o investimento em procedimentos poéticos como a síntese, a elipse, a ruptura com o discurso linear – desembocam numa poesia que vê com suspeita a própria referencialidade. Desses dois polos surge a “[...] tensão entre possibilidade e impossibilidade da prática poética como ‘arma’ na metalinguagem do poeta”.<sup>42</sup>

Sublinhe-se, em relação a esta análise, a proximidade linguística e a função comunicativa como sendo os índices de *engajamento político* do poeta, sugerindo que mais do que *as ideias* defendidas pelo autor, é pelo *modo* como ele as defende, ou, em outros termos, pela maneira como mobiliza os recursos linguísticos num viés mais comunicativo, que se devem

---

<sup>41</sup> SIMON, I. M. **Drummond: uma poética do risco**. São Paulo: Ática, 1978, p. 11.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 86.

pensar os termos da participação política do escritor. Nesse sentido, a análise de Iumna Simon é a que mais identifica a poesia deste período, os anos 1940, com a dicção político-participativa de Drummond, embora colocada como posição dilemática entre poesia enquanto comunicação e enquanto objeto estético autônomo, o que para ela configura o *risco* sempre em jogo na sua lírica:

Em *A Rosa do Povo*, publicada em 1945 contendo poemas escritos entre 1943 e 1945, o poeta atinge o clímax da prática participante – já esboçada em *Sentimento do Mundo* (1935 – 1940) quando o “tempo presente” se instaura como matéria do poema – ao mesmo tempo que atinge a consciência mais profunda da crise da poesia [...] Isso não quer dizer que em outras fases de sua obra não se verifique essa tensão. Porém é neste livro que o conflito adquire sua dimensão mais angustiada: da consciência dividida entre a fidelidade à poesia e a necessidade de torná-la instrumento de luta e de participação nos acontecimentos de seu tempo. E nesse “tempo de homens partidos” o poeta, cujo objeto de trabalho é a palavra, se propõe – como necessidade e urgência – a expressar sua posição através do fazer estético.<sup>43</sup>

O trabalho de Camilo Vagner *Da rosa o Povo à Rosa das Trevas: Classicismo, Melancolia e Cosmovisão Trágica na Lírica de Drummond (1948 – 1951)* é um interessante contraponto em se tratando de estudos latitudinais porque se debruça sobre o período da poesia de Drummond em que teria se dado a ruptura entre a poética de cunho social para uma poética dita metafísica, para retomar a terminologia do próprio Drummond. O crítico analisa as obras poéticas de *Claro Enigma* (1951) e *Novos Poemas* (1948) em cotejo com a obra em prosa *Passeios na ilha* (1952), correspondentes ao período da “guinada classicizante” de Drummond. Para o autor, essa guinada se relaciona, por um lado, à especialização do trabalho artístico e à constituição de campo literário autônomo no período. Por outro lado, essa mudança de tom de sua poesia teria origens biográficas, a aproximação e posterior ruptura do poeta com o Partido Comunista no pós-Guerra que resultou em um distanciamento do projeto “lírico-participante” dos anos 1940, cujo ápice foi *A Rosa do Povo* (1945).

Assim, diante de uma conjuntura histórica marcada pela frustração da utopia revolucionária e de todo empenho participante, o sujeito lírico que, segundo alguns intérpretes, acabaria por abandonar a “praça de convites” para supostamente recolher-se ao isolamento de sua torre-de-marfim, estaria, na verdade, operando uma retirada estratégica, como espero demonstrar através do exame não só da poesia dessa fase, mas também da produção em prosa que lhe é correspondente (*PASSEIOS NA ILHA*, 1952).<sup>44</sup>

O crítico identifica, assim, as raízes da postura *apolítica* de Drummond, como uma resposta “estratégica” ao incômodo dogmatismo e sectarismo políticos: “Mais do que tudo, Drummond afasta-se em definitivo das imposições stalinistas do partido pela recusa delibera-

<sup>43</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>44</sup> VAGNER, C. *Da Rosa do Povo à Rosa das Trevas: Classicismo, Melancolia e Cosmovisão Trágica na Lírica de Drummond (1948 -1951)*. Campinas: 1999, p. 8-9.

da em se pretender porta-voz da classe operária”.<sup>45</sup> O autor relaciona na experiência biográfica de Drummond – sua aproximação e posterior rompimento com o Partido Comunista – o contexto do qual resulta uma poesia que abandona o tom combativo e adota um tom mais meditativo.

Dialogando com a ideia de risco sugerida por Simon, Vagner interpreta esse período da poesia de Drummond não como uma recusa à participação social por meio da palavra poética, mas como figuração do mal-estar decorrente de sua impossibilidade, de onde advém seu tom pessimista:

Em suma, se na lírica social dos anos 40, a poética do risco definia-se pela consciência do precário, traduzido no impulso de participação social, sem abolir, entretanto, a consciência das limitações de todo anseio de comunicação dessa ordem, digamos que nos anos 50, a consciência do risco persiste, embora em outros termos: através da afirmação da impossibilidade do canto participante, sem contudo abolir a consciência dos riscos do quietismo.<sup>46</sup>

Essas oscilações entre a crença e o ceticismo quanto à possibilidade de intervenção no real a partir da palavra literária, manifesta-se em sua poesia enquanto dicção participante ou como melancólica expressão da sua impossibilidade, polaridades que têm por base o sentimento que Roberto Said (2005) conceitua como *angústia da ação*. O autor chama a atenção para o fato de que a despeito de haver um incômodo, diversas vezes manifesto por Drummond em relação à experiência política, é frequente encontrar, ao longo de toda sua obra, referências a episódios e personagens marcantes da história política do país. No entanto, afirma o crítico, embora muito tematizado em sua poética, poucos foram os estudos que investigaram a fundo a ambivalente relação de Drummond com a classe política (num sentido mais estrito) e com o campo político de forma mais ampla. Desses estudos, a grande maioria se debruça sobre as décadas de 1930 e 1940 tendo, como pontos focais, de um lado, sua presença de destaque no quadro funcional do Ministério da Educação durante o período mais antidemocrático da era Vargas e de outro, sua poesia “social” e sua relação com o Partido Comunista. Said recorre à distinção proposta por Jacques Rancière, entre *sujeito poeta* e *sujeito do poema*, para demonstrar como, em Drummond, é possível perceber um movimento recorrente de encenação desta disjunção, entre um sujeito partícipe dos acontecimentos históricos e um observador pretensamente neutro, disjunção que se coloca entre os termos “soldado” e “funcionário. Confrontando a produção literária de Drummond com outros textos não-literários do mesmo período, demonstra ainda como, ao contrário da imagem de “burocrata inconvicto”, o poeta-

---

<sup>45</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 131.



funcionário teve participação ativa em importantes disputas políticas e culturais dos anos de 1930 e 1940.

Said tece um paralelo com o conceito de *angústia de influência*, proposto por Harold Bloom, denominando *angústia da ação* ao sentimento basilar dos modos de expressão do político na poesia de Drummond, entendendo-se por angústia, como na lição freudiana, o sentimento (ou afeto) manifesto ante um objeto que se perdeu, mas que permanece investido libidinalmente pelo sujeito:

Na verdade, seu próprio texto literário parece ser cindido transversalmente por esse contraveneno, o qual o faz oscilar entre o impetuoso desejo de mudança e o recolhimento constrangido. Essa ambiguidade fomenta um sentimento melancólico, um sentimento de quem não encontra sua morada, um ‘nunca-estar-à-vontade’, já que nem a ação nem a contemplação são plenamente satisfatórias para o poeta. Trata-se de um estado ou de uma condição de escrita que sugiro nomear como angústia da ação, uma espécie de oscilação melancólica, pois derivada da consciência de uma renúncia, de que algo se perdeu, mas que permanece desejado.<sup>47</sup>

Seria, portanto, a (in)possibilidade de ação por meio da palavra ou, em outros termos, da atuação efetiva do intelectual e do artista no campo social que serviria como o fiel da balança para as diferentes formas de (in)visibilidade do caráter político de sua escrita. Veja-se como essa angústia se explicita na crônica *Hoje não escrevo*, de 26 de setembro de 1970, republicada posteriormente em *O poder ultrajovem*:

Ah, você participa com palavras? Sua escrita — por hipótese — transforma a cara das coisas, há capítulos da História devidas à sua maneira de ajuntar substantivos, adjetivos, verbos? Mas foram os outros, crédulos, sugestionáveis, que fizeram o acontecimento. Isso de escrever *O Capital* é uma coisa, derrubar as estruturas, na raça, é outra. E nem sequer você escreveu *O Capital*. Não é todos os dias que se mete uma ideia na cabeça do próximo, por via gramatical. E a regra situa escrever e abster-se, no mesmo saco. Vazio, antes e depois da operação.<sup>48</sup>

Assim, crença ou descrença quanto à possibilidade de participação ativa do intelectual na realidade estariam na origem de uma poesia mais “engajada” ou “recolhida”. No entanto, como pretendemos demonstrar neste trabalho, em sua prosa – a despeito do ceticismo quanto sua capacidade de intervenção na realidade – predomina uma dicção participante, em que pese a participação do intelectual se resumir à limitada capacidade de se “meter uma ideia na cabeça do próximo, por via gramatical”.

É no caráter dialético, oscilação entre dois polos ou “fontes de tensões”, que Alcides Villaça identifica a característica que se mantém constante na poesia do autor. Em *Passos de Drummond* (2006), realiza uma análise longitudinal a partir de poemas emblemáticos, recu-

<sup>47</sup> SAID, R. **A angústia da ação**: poesia e política em Drummond. Curitiba: Ed. UFPR; Belo Horizonte: Ed. UFMG: 2005, p. 105.

<sup>48</sup> ANDRADE, C. D. Hoje não escrevo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 148, 26 set. 1970g. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/17006](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/17006). Acesso em: 2 set. 2021.

sando a compartimentalização da poesia segundo fases e argumentando que mais importante que sua delimitação em períodos é a percepção do *movimento* que essa poesia engendra e da *tensão* lhe é subjacente. No que diz respeito ao caráter político, interessaria, pois, precisamente o deslocamento entre um modo de elocução combativo que emerge na poética dos anos 1940 e a poesia da dissolução e da recusa, da década seguinte, figurações dos dois polos em termos dos quais se dá a oscilação do poeta: participação ou dissolução. Assim, enquanto em *Sentimento do mundo* “[...] há uma tendência a ‘recados’ de claro conteúdo político, vazados em oratória enfática, em que o poeta exorta a todos – mas sobretudo a si mesmo – ao posicionamento exigido pelo novo tempo, ‘tempo de partido, tempo de homens partidos’”<sup>49</sup>, o que se observa em relação a sua lírica, a partir de *Claro Enigma*, é o “[...] ‘sentimento da dissolução, centralizada como condição e tema obstinado do poeta ao longo da poesia que realiza nos anos 50.’”<sup>50</sup>

Já David Arrigucci Jr. identifica no caráter reflexivo o traço unificador da poesia de Drummond, sugerindo que o elemento que confere unidade a sua obra poética é o “denso lirismo meditativo”<sup>51</sup>, resultado de um esforço cognitivo concentrado. Para o crítico, o modo singular como a experiência histórica é absorvida na poesia de Drummond resulta de uma combinação entre uma capacidade analítica aprofundada e uma aguda percepção tanto da realidade quanto da gama de sentimentos evocados pela sensível captação do real.

Esse caráter reflexivo da poesia de Drummond se manifesta de diferentes formas ao longo de sua obra, como no humor (auto)irônico de seus primeiros livros, na frequente problematização do próprio fazer poético e até na forma como o amor é problematizado. Trata-se, de um movimento concentrado de inteligibilidade sobre si mesmo, sobre o estar no mundo e sobre a relação com o outro.

Assim, também para Arrigucci, a dimensão política da poesia de Drummond não pode ser confundida com a reivindicação participativa nos acontecimentos político-sociais, mas deve ser pensada como uma *historiografia inconsciente*, “[...] registro atual do que se passou na interioridade de um homem durante seu tempo vivido e ganhou expressão correspondente.”<sup>52</sup> Nesse sentido, para o crítico, o caráter político não se dá em relação ao teor mais ou menos ativo do escritor, pelo que se aproxima dos modos como Gledson concebe o engajamento ou Sant’anna a participação poética.

---

<sup>49</sup> VILLAÇA, A. **Passos de Drummond**. São Paulo: Cosac & Naify, 2006, p. 59.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 79.

<sup>51</sup> ARRIGUCCI JR, D. **Coração Partido: uma análise da poesia reflexiva de Drummond**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p. 15.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 103.

No recente *Maquinação do mundo: Drummond e a mineração* (2018), José Miguel Wisnik perscruta a recorrência da temática da mineração na obra do poeta e a identifica como um significativo elemento articulador do histórico na sua escrita. Diversamente de outros críticos, sua análise longitudinal da obra não propõe um traço unificador, mas esquadrinha, a partir da recorrência de um tema, a problematização do processo de modernização brasileira, dos impasses políticos e econômicos do modelo inicialmente exportador de matéria bruta até a, não menos problemática, formação de uma indústria siderúrgica nacional, tendo como resultado a exploração predatória e deletéria dos recursos naturais.

Reconstituindo o percurso do poeta, o crítico demonstra como sua cidade natal, Itabira, se converte em centro de interesses econômicos mundiais pela oferta de minério nacional para a siderurgia internacional (sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial). O autor revisita a recorrência da cidade na obra de Drummond e os acompanhamentos históricos da constituição da indústria mineradora, processo que culminou na criação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, apresentando a escrita drummondiana como uma espécie de documentação desse processo, mas também como uma reação crítica a esse avanço.

O crítico, propõe, assim, que o processo de mineração funciona como ponto de interseção e atrito do local com o global, da “cidadezinha” com o “mundo”, relação ressignificada a partir do desvelamento das manifestações históricas concretas que surgem de forma reiterada na poesia e na prosa de Drummond:

Trata-se de cotejar os desdobramentos históricos com suas repercussões em prosa e em verso, que vão desde a notação fina, a rememoração lírica, a resistência sintomática e a intervenção de protesto até o enigma, a alegoria e a cifra interrogante sobre o destino humano. O roteiro atravessa o que há de árido e prosaico nessa história factual, mas é iluminado a cada passo pelas surpresas deslocadoras da poesia, onde, como diz um poema, “até os metais criam asa”.<sup>53</sup>

O trabalho de Wisnik apresenta a dimensão política em uma dupla acepção: enquanto testemunho histórico dos andamentos do processo de constituição da indústria mineradora no Brasil, mas também enquanto análise desse processo e proposta de um enfrentamento crítico, mobilização do intelectual na sociedade. Anote-se que o crítico identifica essas duas acepções tanto na lírica quanto na prosa de Drummond.

Essa visão panorâmica da fortuna crítica nos oferece elementos suficientes para questionar a imagem do Drummond apolítico e desinteressado das turvações sociais e históricas de seu tempo, atitude supostamente assumida a partir de certo momento de sua trajetória. O que

---

<sup>53</sup> WISNIK, J. M. **Maquinação do Mundo**: Drummond e a mineração. São Paulo: Companhia das Letras: 2018, p. 76-77.

se coloca em questão são os diferentes modos como o político, entendido como participação na esfera pública, se expressa em sua obra.

Desenham-se duas diferentes formas de como se dá essa participação, uma guiada por uma intencionalidade militante, dimensão ativa da palavra que se faz comunicativa e candidata a intervir no mundo e um outro modo de participação, ali onde parece haver sua recusa, participação enquanto palavra que sofre os efeitos do mundo e os registra ou sublima, fazendo disso a própria matéria da escrita. Aspectos dessas duas formas foram colocados em diferentes termos duais pela crítica: a poesia processo e a poesia registro (Candido), o eu rebelde e o eu reconciliado (Santiago), a projeção escavação e a projeção opacidade (Costa Lima,) foram algumas maneiras como foi visto o par dialético ativo/passivo fonte de tensões (Villaça) cujo sintoma seria a angústia da ação (Said) origem e, não raro, objeto de uma poética do risco (Simon). A crença (ainda que sempre pontuada de ceticismo) na possibilidade de atuação efetiva no mundo, alimenta uma dicção mais propositiva ou combativa quando a palavra se afirma enquanto signo comunicante (Simon). Por seu turno, a descrença nessa capacidade faz com que a lírica caminhe no sentido de produzir um objeto poético que aponta para si mesmo, como signo autônomo (Simon), ou para o mundo, enquanto registro (Candido). Nesse sentido, o historicismo lírico (Merquior), a historiografia inconsciente (Arrigucci Jr.) ou a pátria historicizada (Costa Lima) remetem à ideia de uma participação (Sant'anna) ou engajamento (Gledson) que guardam mais relação com o modo como a participação política se dá enquanto sensível captação pelo sujeito das reverberações do movimento histórico de seu tempo.

Palavra e mundo se interpenetram: reivindicação da poesia na realidade e inscrição da realidade na poesia. O político em Drummond se dá então enquanto escrita que quer participar ativamente do mundo ou enquanto mundo que participa de sua escrita. Essas distintas formas de participação (não mutuamente excludentes) guardam profunda ressonância com a biografia do escritor e, obviamente, com os tempos que o poeta atravessou. As variações darão a tônica mais ou menos empenhada da lírica, conforme já amplamente investigado pela crítica. Assim a poesia dos anos 1940, de caráter mais combativo, é aquela em que se leem os signos mais propositivos. Do mesmo modo, é dominante na crítica a ideia de que uma dimensão menos propositiva se torna mais forte na poesia de Drummond a partir dos anos 1950, característica que se manterá nas décadas seguintes. Se há uma problemática jamais eliminada entre o desejo de participação ativa no mundo e sua limitação, que dá margem a uma dicção participante e uma dicção mais recolhida, a solução de compromisso para essa *angústia da ação*, para retomar o conceito proposto por Said, pode estar em parte na própria *divisão do trabalho* identificada por Candido, entre a poesia e a prosa. Embora em constante intercâmbio, as duas formas

recolhem de forma distinta o ser e estar no mundo estando aptas a captar os diferentes modos de participação política.

Nesse sentido, cabe pensar, como o Candido, a ideia da obra Drummond como um *continuum* que vai da poesia à prosa com um trânsito bidirecional, mas com um certo grau de divisão entre os tipos de registro. A função comunicativa da prosa guarda afinidade com uma intenção participante do escritor, como já apontado em relação à poesia por Iumna Simon. Esse caráter ativo de sua palavra se dá a ver mesmo quando a poesia abandona o tom engajado. Partimos da hipótese de que presença do escritor na imprensa carioca e nacional tenha permitido uma ativa participação política por meio de sua crônica. Em Drummond, o *continuum* entre a lírica e a prosa, sendo esta última, em grande parte ainda pouco investigada, permitiu ao escritor a exploração de diferentes formas de participação política da palavra. Assim, se nas crônicas e poesias de circunstância, o valor documental e histórico sugere uma participação mais *passiva* nos acontecimentos (enquanto registro), o que se observa nesses textos se aproxima mais de uma tentativa (ressalva feita ao ceticismo quanto a sua efetividade) de participação *ativa*, enquanto palavra que quer provocar o pensamento, mobilizar ou sensibilizar para uma reflexão extraliterária e até mesmo para a ação propriamente dita. Obviamente, em tempos de censura, a forma sinuosa da crônica favoreceu essa expressão.

Neste trabalho revistaremos as considerações de Rancière sobre as relações entre político e o estético, a construção do conceito de biopoder a partir de Foucault e a discussão sobre o papel do intelectual. Interessa-nos mostrar como, ao longo do século XX, a própria concepção sobre o papel do intelectual e seu modo de ação na sociedade passou por mudanças que guardam relação com a concepção do político que se foi desenhando no pós-guerra. Recorreremos ainda ao conceito de *ação* (dimensão política da condição humana) tal como apresentado por Arendt e sua indissociável relação com a existência de uma esfera pública, a qual se encontrava brutalmente silenciada pela ditadura. Revisitaremos as características da crônica moderna brasileira, com maior detalhe para a crônica drummondiana. Também comentaremos alguns registros do diário de Drummond no período entre 1945 e 1969, para ilustrar suas relações com o campo político no período compreendido entre o fim da ditadura Vargas e o início de sua colaboração para o Jornal do Brasil. Finalmente, apresentaremos um conjunto de crônicas, em grande maioria inéditas com vistas a demonstrar a elocução político-participativa do cronista Drummond no período que entre 1969 e 1974.

## 2 CAPÍTULO 1: SOBRE O PODER E A POLÍTICA

*Eu queria ver sua consciência faiscando de limpeza é na ação, que costuma sujar os dedos e mais alguma coisa. Ao passo que, em sua protegida pessoa, eles apenas se tismam quando é hora de mudar a fita do carretel.*

(Carlos Drummond de Andrade)<sup>54</sup>

### 2.1. O papel do intelectual

Ao nos interrogarmos sobre o caráter político da escrita é necessário rever as reflexões sobre o papel do intelectual na sociedade e o modo como foi prescrita ou descrita sua atuação nas disputas de poder que perpassam o tecido social.

Norberto Bobbio percorre as diversas denominações históricas (sábios, *cléracs*, filósofos, escritores etc.) que convergem para a definição moderna de intelectual, correspondente a uma categoria cuja atuação social se realiza, sobretudo, por meio do uso da palavra e cuja esfera de ação compreende uma dimensão abstrata do poder – a ideologia. A atuação dos intelectuais, explica, se daria não sobre a esfera econômica, identificada com a posse e produção de bens materiais, mas, precisamente sobre a “produção e transmissão de ideias, símbolos visões do mundo, de ensinamentos práticos” e sua forma de atuação seria mediante “o uso da palavra.”<sup>55</sup> O autor percorre diferentes estudos (Benda, Mannheim, Ortega y Gasset e Benedetto Croce) que, desde a década de 1920, propuseram modos diversos de relação entre esse grupo social e o poder. Os estudos mapeados por Bobbio guardam em comum a concepção de uma possível disjunção entre o intelectual e a sociedade, como se o poder pudesse ser encarado como algo externo e do qual o intelectual pudesse ou precisasse escapar, ou ainda, a que devesse se contrapor ou submeter como ocorreria quando os intelectuais “Cansados de esta-

---

<sup>54</sup> ANDRADE, 1970g, p. 8.

<sup>55</sup> BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997, p. 11.

rem acima de todos os partidos, escolhem um para servir. Não ficam acima do combate, mas dentro dele.”<sup>56</sup>

Bobbio propõe como alternativa a essas perspectivas que apregoam, ora a rejeição, ora a submissão dos intelectuais ao campo político, uma abordagem dialética que não entende essas esferas como completamente apartadas, mas pressupõe uma “autonomia relativa da cultura”:

Se eu tivesse de designar um modelo ideal de conduta, diria que a conduta do intelectual deveria ser caracterizada por uma forte vontade de participar das lutas políticas e sociais do seu tempo que não o deixe alienar-se tanto a ponto de não sentir mais aquilo que Hegel chamava de “o elevado rumor da história do mundo”, mas ao mesmo tempo, por aquela distância crítica que o impeça de se identificar completamente com uma parte até ficar ligado por inteiro a uma palavra de ordem.<sup>57</sup>

Diferentemente de Bobbio, Foucault (2011) recorre a um modelo *descritivo* da relação entre intelectuais e poder e chama a atenção para uma mudança em curso, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, na forma como se dava a participação política dos intelectuais na sociedade. Essa transição consiste no deslocamento de uma abordagem do tipo universalista – cujo maior exemplo seriam os intelectuais de esquerda que reclamavam para si o dever de falar “em nome do proletariado” – para a abordagem de temas particulares nos quais se reconhecem disputas localizadas de poder. O filósofo francês contrapõe o intelectual do tipo “universal” – segundo ele prevalente até meados do século XX – ao intelectual “específico”, que ganha espaço desde então. Essa mudança evidencia “um novo modo de ligação entre a teoria e a prática”, entre pensamento e ação política e aponta para um novo entendimento do que é o poder e de como se dão as disputas políticas no mundo contemporâneo:

Os intelectuais se habituaram a trabalhar não no ‘universal’, no ‘exemplar’, no ‘justo e verdadeiro para todos’, mas em setores determinados, em pontos precisos nos quais eram situados sejam por suas condições profissionais de trabalho, sejam por suas condições de vida (a habitação, o hospício, o laboratório, a universidade, as relações familiares e sexuais).<sup>58</sup>

No mesmo sentido, a questão foi colocada pelo autor em entrevista a Deleuze, de 1972. Partindo do reconhecimento dessa onipresença do poder nas relações sociais, Foucault destaca o caráter fundamentalmente político das disputas pontuais, entendendo o papel político do intelectual alinhado a esse quadro mais fragmentário do poder, em que atuam novos arranjos dos atores sociais:

---

<sup>56</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 79.

<sup>58</sup> FOUCAULT, M. A Função Política do Intelectual. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos**: vol. VII. Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2011, p. 213.

Mas se é contra o poder que se luta, então todos aqueles sobre quem se exerce o poder como abuso, todos os que o reconhecem com intolerável podem engajar-se na luta ali onde se encontram e a partir de sua atividade (ou passividade) própria. [...] As mulheres, os prisioneiros, os soldados do contingente, os doentes nos hospitais, os homossexuais encetaram nesse movimento uma luta específica contra a forma particular de poder, de coação, de controle que se exerce sobre eles.<sup>59</sup>

Assim, para Foucault, porque o poder é inerente a todas as relações sociais, o papel do intelectual é necessariamente político. Mas a participação política desse novo tipo de intelectual, que ganha crescente importância na segunda metade do século XX, se dá, em relação a “lutas reais, materiais, cotidianas”, e não em termos de um projeto universalizante, nem da adesão prévia a um programa partidário, ou do apoio manifesto ou da rejeição declarada a agentes políticos.

Como se pretende demonstrar no presente trabalho, a dimensão política da escrita de Drummond que teria sido colocada em segundo plano na sua escrita a partir da década de 1950, na verdade responde a partir de um lugar de elocução diferente em suas crônicas, notadamente naquelas que serão objeto de nosso estudo, mudança que guarda correlação com essa distinção demonstrada por Foucault entre a atuação do intelectual universal e a do intelectual específico. Enquanto na poesia da década de 1940 o sujeito da locução por vezes assume pretensões do tipo universal e *fala em nome de um outro*, nessas crônicas da década de 1970 percebe-se, muitas vezes, o envolvimento em disputas microfísicas de poder e o modo de elocução parece ser o de um *falar com o outro*.

Como contraponto a esse tipo de participação política que procuramos apontar em Drummond, é válido situar, em linhas gerais, o tipo de atuação que os intelectuais brasileiros preconizavam no mesmo período histórico. De acordo com Daniel Pécaut, a participação política dos intelectuais brasileiros só conhecerá o tipo de diversificação identificado por Foucault a partir da redemocratização. Sua análise baseou-se nos principais trabalhos produzidos no campo das ciências sociais Brasil desde a década de 1920 até o princípio da década de 1980, procurando identificar estratégias coletivas por meio das quais se deu a relação entre intelectuais e o poder. Nesse longo período, a atuação política dos intelectuais esteve sempre colada ao papel do Estado, ora dando suporte (e se beneficiando) de seus projetos culturais, sociais e econômicos, ora contrapondo-se aos governos, no entanto, mantendo com eles uma ambígua relação de dependência. O pesquisador indica também as matrizes orientadoras desse tipo de

---

<sup>59</sup> FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos – volume IV: Estratégia, poder-saber**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2006, p. 46.



atuação política que assumiram, conforme o momento, tendências reformistas, modernizadoras ou revolucionárias.

Para o período que nos interessa, cumpre resgatar o percurso desses intelectuais desde os anos 1950, quando entra em declínio o discurso desenvolvimentista sobre o qual foi erigido a lema do governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961). O esgotamento do modelo desenvolvimentista dá lugar a uma série de questionamentos fáticos que conduzem a uma nova teorização sobre as causas da estagnação econômica, pensamento representado principalmente pelos participantes dos “Seminários sobre Marx”, grupo de intelectuais paulistas de diversos campos de conhecimento que se reúnem a partir de 1958 para estudar *O Capital* abdicando do direcionamento interpretativo dado pelo Partido Comunista.

Dessa leitura, surge um modelo interpretativo novo, divergente do nacional-desenvolvimentismo e das intervenções *conjunturais* (substituição das importações, modernização da indústria etc.) e que se constitui como um modelo explicativo baseado em fatores *estruturais*. Essas interpretações entendem a economia e a sociedade periféricas a partir de uma lógica de *dependência*, relação de subordinação dessas às economias centrais, pensamento que passa a ser dominante a partir 1967-1968. Segundo essa lógica, a análise das relações socioeconômicas internas nos países dependentes é inafastável de uma compreensão da subordinação aos interesses das economias centrais dentro de um mercado global. A condição econômica e social das nações mais pobres deixa de ser encarada como uma forma embrionária de um capitalismo em processo maturação, e passa a ser vista como a contraparte necessária e subordinada dos interesses das nações ricas, engrenagem do funcionamento do capitalismo global. Assim, em vez do binômio “desenvolvido” / “subdesenvolvido”, passam a operar como termos explicativos os polos “centro” / “periferia”.

A despeito da mudança de paradigma observada no período em questão, nota-se entre os intelectuais brasileiros a permanência de um modelo explicativo do tipo totalizante, algo bastante distinto do movimento de particularização dos saberes e diversificação de lutas políticas apontado no pensamento foucaultiano, como bem sublinha Pécaut:

Portanto, não é por acaso que o cientista social — tanto economista, como sociólogo ou cientista político — se torna, nessa fase, a figura por excelência do intelectual, substituindo o ideólogo, o arquiteto da nação e até o intelectual de partido. A transferência de prestígio realiza-se à medida que se impõe a teoria da estagnação e da dependência, pois é o especialista quem, a partir de então, detém os conhecimentos relacionados a uma interpretação de conjunto da “realidade”. Esse especialista nada tem em comum com o “intelectual específico” de que fala Michel Foucault (Foucault, 1977). Este último, afirma o autor de *As palavras e as coisas*, intervém em nome de uma “verdade científica local”. Opõe-se assim ao intelectual universal, o

que fala “como senhor da verdade e da justiça”, aquele que, por outro lado, gosta de se ver como “a figura clara e individual de uma universalidade, da qual o proletariado seria a forma sombria e coletiva”. Sem dúvida, o “intelectual específico” muitas vezes se personifica, tal como o novo intelectual brasileiro, no pesquisador universitário que, segundo Foucault, desempenha a função de “transferidor”, “ponto de cruzamento privilegiado”. Mas o especialista brasileiro continua, em muitos aspectos, um “intelectual universal”.<sup>60</sup>

A partir de meados dos anos 1970, um novo termo passa a funcionar como mediania ao papel político dos intelectuais. Segundo Pécaut, após 1974 passa a haver uma mobilização dos intelectuais como força de oposição declarada à ditadura e a reivindicação do estado democrático norteia o discurso político dos intelectuais. O que se observa, portanto, é que até o período da abertura democrática que irá se consolidar no princípio dos anos 1980, de modo geral, os intelectuais brasileiros pautaram-se em modelos explicativos totalizantes e sua participação política esteve colocada sempre em relação ao Estado, quer pela atuação junto às suas fileiras, quer pela sustentação de um discurso de contraposição aos poderes estabelecidos. Sobretudo a partir de 1975, as pautas democráticas (fim da censura, anistia, eleições diretas) atuam como ponto de confluência da luta política dos intelectuais. Para o autor, portanto, a diversificação de lutas políticas pelos intelectuais, sua configuração em um modelo ramificado e microfísico do poder, como proposto por Foucault, só teria se dado no Brasil com a redemocratização. Como se verá, muitas dessas pautas já aparecem nas crônicas de Drummond desde o princípio da década de 1970.

Ao mencionar a intelectualidade brasileira do mesmo período como ponto de comparação com a prosa drummondiana publicada no *Jornal do Brasil*, não pretendemos afirmar que a crônica goze do mesmo peso reflexivo das formulações construídas no ambiente acadêmico e segundo uma metodologia e um discurso científicos. Apenas pretendemos ilustrar como, diversamente de um entendimento dominante entre os pensadores brasileiros segundo o qual a atuação política do intelectual era colocada a partir da relação com o Estado, o político, tal como o analisaremos nas crônicas de Drummond do período de 1969 – 1974, comparece principalmente numa formulação microfísica, identificável a partir de disputas políticas particulares. Por contraponto, anote-se que o caráter político da escrita do autor nos anos 1940, período de sua poesia dita *social* (para usar seus próprios termos) se identifica com o *modus* de expressão política do intelectual naquele período. Cabe, assim, perguntar de que modo o caráter político aparece na obra de Drummond.

---

<sup>60</sup> PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. Ed. Ática, São Paulo: 1990, p. 240-241.

Discutindo a análise social das obras de arte, Adorno, em sua *Palestra sobre lírica e sociedade*, apresenta uma acepção tradicional da lírica que preconiza como seu ideal um distanciamento das “engrenagens” sociais, como “uma esfera de expressão que tem sua essência precisamente em não reconhecer o poder da socialização, ou em superá-la pelo *pathos* da distância”<sup>61</sup>, em outros termos uma possível e desejável separação, na obra de arte, entre o “eu” e o “social”. Segundo essa perspectiva, existiria uma disjunção possível (e desejável) entre o estético e o político.

Para Adorno, ao contrário, “a composição lírica tem esperança de extrair da mais irrestrita individuação, o universal”<sup>62</sup> e é essa a condição para a recepção da obra de arte, o ponto de contato entre o “eu” e o “outro”. Essa “universalidade”, frisa, é “essencialmente social”. Ao investigar o caráter social da obra de arte estaríamos, portanto, buscando compreender as condições sociais de sua inteligibilidade. Assim, o autor prescreve, os requisitos para uma interpretação social da literatura que não seja nem o simples uso das obras como objetos de “demonstração de teses sociológicas”, nem o mero desvelamento das posições político-partidárias de seu autor ou das apropriações e usos políticos da obra:

[...] a interpretação social da lírica, como aliás de todas as obras de arte, não pode portanto ter em mira sem mediação, a assim chamada posição social ou inserção social dos interesses das obras ou até de seus autores. Tem de estabelecer, em vez disso, como o *todo* de uma sociedade, tomada como unidade em si mesma contraditória, aparece na obra de arte; mostra em que a obra de arte lhe obedece e em que a ultrapassa. [...] Conceitos sociais não devem ser trazidos de fora às composições líricas, mas sim devem surgir da rigorosa intuição delas mesmas.<sup>63</sup>

Segundo o filósofo, não é suficiente, para uma análise social da obra literária o simples desvelamento das condições sociais de sua produção – o endereçamento da classe social a que pertencem o autor e o público, por exemplo. É necessário que se tenha em mente como as coordenadas, geradas em parte por essas condições, se interrelacionam, como elas friccionam, com o entorno social, formando um “todo” que deve ser visto não como uma entidade orgânica harmônica, mas como uma “unidade contraditória”, constituída de disputas múltiplas de poder, para retomar o quadro foucaultiano. São essas disputas de poder (visibilizadas ou invisibilizadas) que podem ser reconstituídas a partir da obra de literária, pois “[...] a configuração lírica é sempre, também, a expressão subjetiva de um antagonismo social”<sup>64</sup>. Essa reconstitui-

<sup>61</sup> ADORNO, T. *Palestra sobre Lírica e Sociedade*. In: \_\_\_\_\_. **Notas de Literatura I**. São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 66.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p. 66.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 67.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 76.

ção permite apontar as intercessões (e limitações) políticas da obra. O modo como nela se mostram (ou ocultam) essas disputas constituem-se em um dado concreto sobre o lugar e o papel político do intelectual/artista, tal como ele se desenha a partir da segunda metade do século XX.

Desse modo, o caráter político não equivale às atitudes partidárias assumidas ou não por um autor em sua obra. O próprio movimento “espontâneo” que delimita o objeto a ser trabalhado esteticamente já possui uma dimensão inerentemente política, conforme o entendimento de Rancière para quem a estética não deve ser pensada como teorização sobre a obra de arte ou sobre os fenômenos envolvidos na percepção, mas como a própria *partilha do sensível*, o modo como, a partir do campo social – ao universo comum socialmente partilhado – se delimitam campos específicos, de inclusão e exclusão:

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha.<sup>65</sup>

Para o autor, qualquer realização artística é inerentemente política porque recoloca em questão uma distribuição (leia-se, também, disputa) do sensível em vigor na própria sociedade. A escolha dos objetos (tema), o tratamento que lhes é conferido (forma), o canal de divulgação (meio) e o seu alcance (público) reproduzem na obra as coordenadas de seu pertencimento político porque equacionam a própria *partilha do sensível* constitutiva do tecido social. Evidenciar o caráter político de uma obra literária, como nos propomos a fazer em relação à crônica drummondiana, é também demonstrar o modo como nas impressões colhidas e retrabalhadas por ela se (re)coloca a *partilha do sensível* vigente na sociedade da qual o autor participa.

Cumpre acrescentar que a crônica de Drummond também se propõe a uma reflexão crítica da realidade pelo que, frequentemente, se afasta da caracterização mais distendida e “impressionista” do gênero, e se aproxima do *ensaio*, traço apontado por Antonio Candido. A densidade reflexiva da escrita do autor, aliás, foi igualmente destacada por David Arrigucci Jr. para quem essa seria uma das principais constantes da obra drummondiana. Desse modo, não

---

<sup>65</sup> RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2005, p.15.

se pode perder de vista este importante aspecto de sua escrita quando nos propomos a investigar sua dimensão política.

Assim, procuramos em conformidade com a lição de Adorno, buscar nas próprias crônicas estudadas os conceitos que a explicam para compreender como elas *refletem* a um campo discursivo no qual se vê representada a sociedade brasileira e o modo como essa sociedade se insere em um contexto global, ou seja, sua participação no capitalismo internacional. Explicitar os campos sociais em conflito que essas crônicas testificam e nominá-los é revelar esse contexto social que as obras *refletem*, mas numa dupla acepção: enquanto exibição de uma imagem algo especular (“reprodução”) e enquanto elaboração de um pensamento crítico sobre essa sociedade (“produção”). Reprodução e produção são expressões que se aproximam do que dissemos quanto à participação menos ou mais ativa do escritor. Em se tratando da crônica drummondiana, produzir uma reflexão não equivale a um movimento isolado do sujeito que busca dar inteligibilidade ao mundo, numa espécie de atitude contemplativa e solipsista, mas como veremos, trata-se de um discurso que se endereça a uma coletividade.

Para Arendt a condição humana, apresenta dois modos distintos de vida, a *vita contemplativa* (ligada ao pensamento) e a “[...] *vita activa*, ou seja, a vida humana na medida em que se empenha ativamente em fazer algo, tem raízes permanentes num mundo de homens ou de coisas feitas pelos homens, um mundo que ela jamais abandona ou chega a transcender completamente.”<sup>66</sup>. Nesta se distinguem três atividades humanas essenciais: o *labor*, correspondente ao processo biológico do ser humano (*animal laborans*), o *trabalho*, que diz respeito à transformação da natureza e à construção de um mundo povoado por objetos artificiais (*homo faber*) e, por fim a *ação*, atividade política, condicionada à pluralidade de homens:

A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política.<sup>67</sup>

Assim, veremos que a reflexão proposta pela crônica drummondiana se dá correlata à *ação*, dotada, portanto, de sentido político, como aspecto da *vita activa*, pela natureza fundamentalmente dialógica que ela assume – ainda que se realize sob a mediação do jornal, meio por excelência da nação moderna.

<sup>66</sup> ARENDT, H. **A Condição Humana**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 31.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 15.

## 2.2. Biopoder e política

A identificação, por Foucault, da mudança no modo como se dá a participação política do intelectual no pós-guerra, emerge, na sua obra, quando a temática do poder passa a desempenhar um papel mais central em seu pensamento. Embora o tema sempre tenha estado presente nas investigações foucaultianas, a partir dos anos 1970, o horizonte de suas pesquisas deixa de ser a *arqueologia dos saberes* e passa à *genealogia da sociedade e da política modernas*. Nesse movimento, o poder converte-se no ponto focal de seus estudos e se torna o eixo a partir do qual serão descritas e analisadas as relações sociais.

Para isso, Foucault revisita o entendimento prevalente sobre a natureza do poder depreendida das teorizações tradicionais de juristas e filósofos, notadamente a partir do século XVII, uma concepção do poder que ele rotula como *jurídico-discursiva*. Segundo esse entendimento, o poder emanaria desde um “ponto central” de onde adviriam formas subordinadas que derivam sempre dessa instância hierarquicamente superior que o detém. Essa forma de compreender o poder seria, na sua opinião, incapaz de explicar as configurações do poder, sobretudo na modernidade. Por essa razão, apresenta como alternativa os princípios metodológico-teóricos de uma *analítica* do poder:

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.<sup>68</sup>

Assim, segundo Foucault, o poder não deve ser entendido como algo substancial, transcendente e imutável, mas como o resultado das relações sociais que, por serem heterogêneas, não estão nunca em uma situação de equilíbrio estático, mantendo-se em permanente tensão. Tais relações seriam mais adequadamente caracterizadas como “campos de correlação de forças” em constante disputa.

Desse modo, para uma compreensão de como o poder se apresenta nas sociedades, não se pode prescindir de uma análise dos mecanismos concretos e historicamente localizados por

---

<sup>68</sup> FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. 23ª Edição, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988, p.88-89.

meio dos quais essas disputas se efetuam. Foucault esclarece que o poder é *onipresente* ao longo de todo o tecido social não porque seja uma força externa que subjuga as relações, mas porque “[...] se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro.”<sup>69</sup>

O objeto adequado para o tipo de análise sobre o modo como o poder se estrutura na modernidade seriam as relações sociais em sua multiplicidade, prestando-se ao que o autor denomina de uma investigação *microfísica*, isto é, focada em táticas e disputas circunscritas de poder para, a partir delas, compreender os fenômenos *macro*. Decorre desse tipo de leitura que a guerra, como instrumento de disputa política das nações, deixa de ser o campo primário a partir do qual o político pode ser investigado, este devendo ser entendido a partir desses múltiplos embates locais:

Trata-se, em suma, de orientar, para uma concepção do poder que substitua o privilégio da lei pelo ponto de vista do objetivo, o privilégio da interdição pelo ponto de vista da eficácia tática, o privilégio da soberania pela análise de um campo múltiplo e móvel de correlações de força, onde se produzem efeitos globais, mas nunca totalmente estáveis de dominação. O modelo estratégico, ao invés do modelo do direito. E isso, não por escolha especulativa ou preferência teórica; mas porque é efetivamente um dos traços fundamentais das sociedades ocidentais o fato de as correlações de força que, por muito tempo tinham encontrado sua principal forma de expressão na guerra, em todas as formas de guerra, terem-se investido, pouco a pouco, na ordem do poder político.<sup>70</sup>

Com base nesses pressupostos metodológicos, Foucault revisita o conceito de *biopoder* contrastando-o com o de *poder soberano*, formulação que tem lugar em seu curso ministrado no *Collège de France* nos anos 1973 e 1974. O *poder soberano*, forma de organização prevalente até a Idade Média, teria como característica estrutural a existência de uma relação assimétrica entre súditos e soberano na qual este oferece proteção contra investidas belicosas de inimigos externos e, em troca, dispõe do produto do trabalho daqueles. Nessa perspectiva, os súditos são uma coletividade indistinta sujeita ao arbítrio do soberano.

O traço mais significativo do poder soberano, que o distingue em relação às formas modernas de organização do poder, é que ele se estrutura e mantém como um *poder de morte*. O soberano pode, a seu livre arbítrio, dispor da vida dos súditos sob alegação de defesa da nação, incitando-os à guerra, ou punindo-os com a pena capital, caso se oponham a seus desígnios. O *poder soberano* seria, em suma, o poder de matar ou de deixar viver: “O poder era,

---

<sup>69</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>70</sup> Ibidem, p. 97.

antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la.”<sup>71</sup>

A partir do século XVII, outros métodos de ordenamento social paulatinamente substituem o modo de funcionamento da soberania. Disseminam-se práticas que, em vez de tomarem o arbítrio sobre a morte dos súditos como ponto de sustentação do poder, valem-se de mecanismos de controle e de preservação da *vida* humana que passa a ser entendida como recurso a ser preservado e explorado a bem da nação. A esse conjunto de estratégias, Foucault denomina *biopoder*:

Ora, a partir da época clássica, o Ocidente conheceu uma transformação muito profunda desses mecanismos de poder. O “confisco” tendeu a não ser mais sua forma principal, mas somente uma peça, entre outras com funções de incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de majoração e de organização das forças que lhe são submetidas: um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las. Com isso, o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclamos.<sup>72</sup>

Dois são as estratégias (conjuntos de dispositivos) por meio dos quais o *biopoder* se concretiza: o *poder disciplinar*, que surge por volta do século XVII, e a *biopolítica*, que ganha forma no século seguinte. Essas estratégias complementares guardam em comum o pressuposto de que a vida humana deve ser preservada, razão pela qual todos os aspectos implicados na sua manutenção e no controle de suas forças produtivas passam a ser o objeto privilegiado da atenção política.

O poder disciplinar, cujo modelo teórico mais ilustrativo foi o *Panopticon* proposto pelo filósofo e jurista Jeremy Bentham (1791), consiste numa forma individualizante de exercício do poder. Diversamente do que ocorria em relação aos súditos, tomados como uma massa indistinta sobre a qual pairava o poder soberano, o poder disciplinar se objetifica nos dispositivos que viabilizam uma vigilância sistemática dos indivíduos, por meio da observação e do registro de suas ações, permitindo a constituição de um conjunto sistematizado de dados sobre cada pessoa (exemplificada pelos registros prisionais, escolares, laborais etc.). Não mais a ameaça da *morte*, mas o exercício da *punição*, permite a “domesticação dos corpos” visando, em seu limite, a uma gestão integral do tempo dos indivíduos.

A segunda estratégia do biopoder, denominada *biopolítica*, se desenvolve a partir de meados do século XVIII e já não se volta para o corpo individual, mas para o “*corpo-*

---

<sup>71</sup> Ibidem, p. 128.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 128-129.



*espécie*”, a “*população*”, objetivando à preservação e expansão vital da coletividade. Os dispositivos do biopoder (por exemplo o registro do número de nascimentos e óbitos, a identificação de condições básicas de saúde, as medidas para controle de epidemias) dão origem a novos domínios do conhecimento como a demografia, a vigilância sanitária e a epidemiologia. Sob a égide do biopoder, indivíduos e população substituem o conceito de súditos regidos pelo poder soberano:

As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação — durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces — anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida — caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo. A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida.<sup>73</sup>

Disciplina e biopolítica seriam, assim, segundo Foucault, as duas faces de um biopoder que avança na racionalização dos processos de controle das sociedades modernas pretendendo a apropriação total do humano (indivíduos e população) e visando, em última instância, seu pleno aproveitamento econômico. Este avanço do biopoder seria, para o autor, a característica política fundante da modernidade.

O conceito de biopoder se aproxima do que Hanna Arendt identifica como o fenômeno definidor da organização dos estados modernos, a subjugação da *esfera pública* (ação) pela *esfera social*. Segundo a autora, a sociedade moderna se organiza para a propiciação das condições necessárias às funções vitais do humano (*animal laborans*) pela mobilização do *trabalho* (*homo faber*) aspectos *apolíticos* do humano, em detrimento da *ação* seu aspecto propriamente político. A organização da sociedade guarda similaridade com o modo privado de organização familiar, tem em vista o gerenciamento (*trabalho*) dos recursos necessários ao atendimento das necessidades vitais do homem (*labor*):

A mais clara indicação de que a sociedade constitui a organização pública do próprio processo vital talvez seja encontrada no fato de que, em tempo relativamente curto, a nova esfera social transformou todas as comunidades modernas em sociedades de operários e de assalariados; em outras palavras, essas comunidades concentraram-se imediatamente em torno da única atividade necessária para manter a vida — o labor.<sup>74</sup>

Para a autora, a ascensão do *animal laborans* (labor) e do *homo faber* (trabalho) na organização social moderna resulta na substituição progressiva da ação pela fabricação, ou seja, a supressão do caráter político da condição humana, e a sobrevalorização da manutenção da

---

<sup>73</sup> Ibidem, p. 131.

<sup>74</sup> ARENDT, op. cit., p. 56.

vida e da realização do trabalho, como fica evidenciado na forma como *ação* e *discurso*, que na *polis* grega representavam o mais elevado aspecto da *vita activa*, são modernamente desvalorizados:

A convicção de que o máximo que o homem pode atingir é o aparecimento e a realização de si mesmo não é, de modo algum natural e corriqueira. Contra ela há a convicção do *homo faber* de que os produtos feitos pelo homem podem vir a ser mais – e não apenas mais duradouros – que o próprio homem, como há também a firme crença do *animal laborans* de que a vida é o bem supremo. A rigor, ambos são, portanto, apolíticos e tenderão a denunciar a ação e o discurso como ociosidade – in-trometimento ocioso ou conversa ociosa. De modo geral, julgarão as atividades públicas pelo critério da utilidade para fins supostamente mais nobres: no caso do *homo faber*, tornar o mundo mais útil e belo; no caso do *animal laborans*, tornar a vida mais fácil e longa.<sup>75</sup>

Registre-se, que a concepção arendtiana de poder é indissociável da existência de uma *esfera pública*, também denominada *espaço da aparência* – “lugar” onde os seres humanos, em sua pluralidade, podem aparecer e reconhecer-se uns para os outros em condição de igualdade: “O poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força. Enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam.”<sup>76</sup>

Nesse sentido, cabe um paralelo com os dispositivos disciplinares a que Foucault faz menção. Estes cumprem uma função na organização da sociedade, qual seja, a de substituir a esfera pública pela esfera social, eliminando condições de possibilidade da *ação* (imprevisível por definição). No lugar da ação, o que se almeja é o *comportamento*, conjunto de atividades, previstas, prescritas e reguladas:

Um fator decisivo é que a sociedade, em todos os seus níveis, exclui a possibilidade de ação, que antes era exclusiva do lar doméstico. Ao invés de ação a sociedade espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a “normalizar” os seus membros, a fazê-los “comportarem-se”, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada.<sup>77</sup>

Mas a despeito desse processo, e enquanto os seres humanos forem capazes de construir e manter-se em convívio na esfera pública, existe a possibilidade da *ação*, isto é, existe um poder capaz, a qualquer tempo, de ser mobilizado.

Giorgio Agamben coteja as disposições de Foucault sobre a biopolítica às reflexões de Hannah Arendt. Propõe como ponto de articulação entre os autores o conceito de *vida nua* e

---

<sup>75</sup> Ibidem, p. 220.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 212.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 50.

parte da distinção entre os vocábulos gregos *zoé* e *bíos*. O primeiro refere-se à vida tomada apenas em sua dimensão natural, enquanto o segundo compreende a vida em sua dimensão política, como integrada à *pólis*. A *vida nua* corresponderia à *zoé*, à vida biológica – precisamente aquela dimensão da *vita activa* estranha ao campo político (o *animal laborans*, de Arendt) – mas que se torna central ao modo de organização moderna da sociedade. Contudo, diferentemente de Foucault, para quem a modernidade poderia ser entendida como o momento em que as estratégias políticas investem no “simples corpo vivo”, o pensador italiano defende que “[...] a implicação da vida nua na esfera política constitui o núcleo originário – ainda que encoberto – do poder soberano.”<sup>78</sup>

Sua tese se baseia na figura jurídica do *homo sacer*, pertencente ao direito romano, designação de uma categoria de indivíduos que não gozam de qualquer proteção pela lei, portanto, seres “apenas vivos” ou “sobreviventes” a quem se poderia matar “sem cometer crime”. Porque completamente exterior ao direito, o *homo sacer* difere de outras categorias legalmente previstas ordenamento jurídico romano, como o homem livre, o estrangeiro e mesmo o escravo que gozavam – obviamente em níveis e formas diferentes – de alguma proteção legal.

Para Agamben, a diferença entre o poder soberano e o moderno não é a previsão da *vida nua* no campo jurídico-político moderno, mas sim a centralidade e a abrangência que este conceito, que era marginal no direito romano, alcança nos arranjos políticos modernos:

A tese foucaultiana deverá, então, ser corrigida ou, pelo menos, integrada, no sentido de que aquilo que caracteriza a política moderna não é tanto a inclusão da *zoé* na *pólis*, em si antiquíssima, nem simplesmente o fato de que vida como tal venha a ser um objeto eminente dos cálculos e das previsões do poder estatal; decisivo é, sobretudo, o fato de que, lado a lado com o processo pelo qual a exceção se torna em todos os lugares a regra, o espaço da vida nua, situado originariamente à margem do ordenamento, vem progressivamente a coincidir com o espaço político, e exclusão e inclusão, externo e interno, *bíos* e *zoé*, direito e fato entram em uma zona de irreduzível indistinção.<sup>79</sup>

Se o estado de direito se erige enquanto proteção da vida, a previsão do *estado de exceção* acena para a possibilidade de suspensão dos direitos, expondo a fragilidade da *vida nua*. Esse dispositivo jurídico, cuja origem remonta à revolução francesa, prevê situações nas quais se considera lícita a suspensão de direitos dos cidadãos sob a alegação de defesa dos interesses da nação. Sob o *estado de exceção*, a vida nua revela toda a precariedade do edifício legal erigido para sua defesa, pois se mostra submetida a uma forma de violência que pode eliminá-la, mesmo que tenha se constituído sob a bandeira da sua defesa.

<sup>78</sup> AGAMBEN, G. *Homo Sacer*: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, P. 14.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 16.

O *estado de exceção* escancara as ambiguidades do biopoder: em última instância, trata-se do estabelecimento de condições sob as quais a proteção sobre a vida deva ser suspensa, justificando-se, inclusive, o seu expurgo como pode ser exemplificado na questão da eutanásia: “[...] na perspectiva da biopolítica moderna, ela se coloca, sobretudo, na intersecção entre a decisão soberana sobre a vida matável e a tarefa assumida de zelar pelo corpo biológico da nação, e assinala o ponto em que a biopolítica converte-se necessariamente em tanatopolítica.”<sup>80</sup>

Agamben frisa que embora o *estado de exceção* seja a condição fundante de regimes ditatoriais, o fato de sua existência encontrar-se juridicamente prevista no ordenamento dos estados democráticos modernos demonstra como é a vida potencialmente eliminável que ancora o edifício moderno do direito, forjando um ponto de conexão entre *biopolítica* e *tanatopolítica*. A origem do estado de exceção, recorda o autor, remonta à tradição democrático-revolucionária e não à absolutista. Mais do que isso, o *estado de exceção*, na modernidade, tem se mostrado menos um instrumento de salvaguarda constitucional e mais um paradigma dos governos democráticos que evocam (ou produzem) situações “excepcionais” para justificar ações que vão de encontro aos direitos dos cidadãos, deixando entrever a *vida nua*. Assim, tanto nos regimes ditatoriais quanto nos democráticos, é sobre a *vida nua* que atuam os dispositivos do poder os quais, valendo-se da justificativa de defesa da nação, mobilizam não apenas as tecnologias envolvidas na racionalização e fomento da vida, mas também uma maquinaria de morte.

O caso do Brasil, no período que estudamos, é emblemático por se tratar de um *estado de exceção* no sentido *estricto* do termo, como fica evidente pelos dispositivos de violência amplamente utilizados pela ditadura militar (tais como o sequestro, a prisão, a tortura e o assassinato de opositores políticos) e normalizados pelo Ato Institucional n. 5. Cabe lembrar que a história do Brasil republicano passou por diversos momentos em que o *estado de exceção* foi evocado:

Desde o início da nossa breve República, se foram vários os momentos de maior normalidade política, não foram poucas as ocasiões em que a regra democrática foi descumprida e o estado funcionou na base da exceção. Foi assim na época da República militar de Deodoro da Fonseca (1889 – 91) e de Floriano Peixoto (1891-1894), que governaram parte de seu período presidencial sob estado de sítio. Foi também assim nos anos 1920, quando, sob a presidência de Arthur Bernardes, decretou-se um estado de sítio que perdurou por quase todo o seu governo. E ainda, na ditadura do Estado novo, que durou de 1937 a 1945, com a centralização do poder nas

---

<sup>80</sup> Ibidem, p. 149.

mãos de Getúlio Vargas e a imposição de uma nova constituição. Não se pode esquecer, por fim, o golpe civil-militar de 1964, o qual destituiu um governo legitimamente eleito e implantou a ditadura que, com a promulgação do AI-5, em 1968, suspendeu o direito de expressão e a liberdade dos brasileiros.<sup>81</sup>

No que diz respeito à ditadura militar instaurada pelo golpe de 1964, é possível notar a escalada do regime pela apresentação de seus instrumentos legais. A explicitação do caráter ditatorial do regime se dá com a publicação do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Entre outras medidas, o dispositivo determinou a perda de mandatos de parlamentares opositores ao regime, permitiu a realização de intervenções do presidente da República nos Estados e municípios, suspendeu o *habeas corpus* “[...] nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular”, além de excluir “[...] de qualquer apreciação judicial de todos os atos praticados de acordo com este Ato institucional e seus Atos Complementares.”<sup>82</sup> Na prática, o AI-5 institucionalizou o uso da violência, dando margem para a atuação arbitrária pelas forças de segurança – ações excluídas da apreciação pelo poder judiciário, ou seja, pertencentes a um espaço *anômico* como o apontado por Agamben. A edição do AI-5 marca o momento em que a ditadura aparece “escancarada”, nos termos de Elio Gaspari: “A tortura foi o seu instrumento extremo de coerção e o extermínio, o último recurso da repressão política que o Ato Institucional nº 5 libertou das amarras da legalidade.”<sup>83</sup>

Mencione-se que, para Arendt, a violência – que é o oposto do poder – tem como objetivo eliminar a esfera pública e se mostra como primeira medida da tirania. O uso da força (por meio da intimidação, da perseguição e da censura) tem o propósito de aniquilar o poder, isto é, impossibilitar a sua emergência já que o “[...] o poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido.”<sup>84</sup>

O período que vai da edição do AI-5 até prisão e morte de guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil radicados no Araguaia, em 1974, corresponde à fase de mais dura repressão do regime militar brasileiro, no qual a violência foi ostensivamente empregada sob o manto legal de um estado de exceção em sentido estrito. Figurando no *Jornal do Brasil* nesse pe-

---

<sup>81</sup> SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.224.

<sup>82</sup> BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm) . Acesso em: 10 jun. 2020.

<sup>83</sup> GASPARI, E. **A ditadura escancarada: as ilusões armadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a, p. 12.

<sup>84</sup> ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 36.

ríodo a crônica Drummond se apresenta, num país dominado pelo silenciamento, como um espaço dialógico, que reivindica e se mantém como uma figuração da esfera pública no sentido proposto por Arendt, isto é, como o espaço de potencial convívio da pluralidade. Com isso, sua crônica parece antecipar-se a um debate que somente será dominante na classe intelectual brasileira a partir da segunda metade da década de 1970 e que, politicamente, irá convergir para a reivindicação da redemocratização do país.

Cabe lembrar que a escrita de Drummond sempre equaciona o local e o global, pelo que também presta o testemunho do avanço do biopoder de uma perspectiva mundial e não somente a partir de sua expressão local. Assim, também é possível ver nessas crônicas a consciência crítica da progressiva sujeição da existência humana a estratégias disciplinares e biopolíticas nessa era em que, como afirma Pelbart: “[...] o poder penetrou todas as esferas da existência, e as mobilizou inteiramente, e as pôs para trabalhar. Desde os genes, o corpo, a afetividade, o psiquismo, até a inteligência, a imaginação, a criatividade. Tudo isso foi violado, invadido, colonizado; quando não diretamente expropriado pelos poderes.”<sup>85</sup>

Mas, não é apenas como testemunho da atuação do biopoder, mas também como registro das resistências à sua ação que a crônica de Drummond se mostra política. Sensível aos novos atores sociais e a temáticas que nas décadas de 1960 – 1970 ganham espaço no debate público, sua crônica capta os movimentos de um mundo em transformação:

[...] lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. [...] (as correlações de poder) não poderiam existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão. Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, *um* lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder.<sup>86</sup>

O caráter político da crônica de Drummond revela-se, assim, em relação a esses dois vetores de força: de um lado a incidência do biopoder do qual fornece um testemunho crítico tanto em relação a seus arranjos locais como dentro de um quadro global e de outro, pela refração representada pelas disputas (individuais ou coletivas), a favor das quais, não raro, o cronista empenha o espaço da crônica com vistas a uma intervenção na realidade, mesmo ma-

<sup>85</sup> PELBART, P. P. Biopolítica. *Sala Preta*, [S. l.], v. 7, 2007, p. 57.

<sup>86</sup> FOUCAULT, 1988, p. 91

nifestando reiteradamente certo ceticismo quanto ao alcance de suas palavras e à possibilidade de promoverem mudanças efetivas no mundo. Mas o mais importante, nos parece, é o modo como a crônica virtualiza uma esfera pública em tempos de censura, isto é, como ela convoca e participa de um diálogo com o leitor, o que dá a medida de sua dimensão política, tal como pensada por Arendt.

A título de exemplo, vejamos a crônica *Um cidadão*, de 1970:

Nesta manhã de 1º de setembro, preparo-me para receber o recenseador, ou recenseadora, que terá comigo uma entrevista de meia hora no máximo. Milhões de pessoas em todo o país, acham-se na mesma situação. Terei de responder a 10 perguntas muito simples, se o acaso não me reservar o "questionário para amostragem", que compreende mais 37 indagações, mas estas só serão feitas de quatro em quatro residências, e também não são bicho-de-sete-cabeças.

Basicamente, serei interrogado sobre meu nome, idade, nacionalidade, se sei ler e escrever, etc. Por mim, não tenho o menor interesse em ficar retido em casa durante 30 minutos, para dizer coisas dessa ordem a moça ou rapaz, oficialmente bem-educado, que daqui a pouco tocará a campainha. Admito que a visita seja até agradável, pois o recenseador foi treinado, não para me aborrecer, mas para me cativar a simpatia. E a moça pode ser bonita, nesse caso olhar para ela ia e um prazer a domicílio.<sup>87</sup>

Nessa crônica estão presentes as marcas comuns do gênero: a circunstancialidade, a cena cotidiana, a primeira pessoa, o humor e a coloquialidade. O pano de fundo – dado contextual – é o censo decenal da população brasileira, conduzido em 1970 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O cronista descreve o procedimento e menciona certa indisposição inicial a ceder “trinta minutos” de seu tempo para fornecer as informações solicitadas, mesmo ante a eventual compensação de ser visitado por uma “moça bonita”, gracejo com que procura trazer certo humor ao tema. Na primeira parte da crônica, ele emula a indisposição a ceder seu tempo e informações para o censo. Na sequência, se interroga sobre a necessidade e a utilidade do recenseamento populacional:

Não será, entretanto, clamorosa perda de tempo, dedicar a um estranho essa fração matinal de minha vida, para contar-lhe quem sou, eu que estou farto de saber quem sou, e ele que não tem absolutamente nada a ver com isso? Não. Das respostas que eu fornecer decorrerão as maiores consequências. Por extraordinário que pareça, o Brasil está interessado em computar os dados de minha banal pessoa, e só por meio desses dados, aparentemente insignificantes, é que poderá decidir do futuro dele próprio, Brasil, como reunião de seres humanos e não mera abstração política, alheia ao viver de todos. Custa a acreditar, mas é verdade. Se não me conhecer bem, meu país não poderá fazer nada de bom pela comunidade que nele existe. Nenhum plano correto será estabelecido, nenhum programa válido de Governo terá execução, se eu não abrir a porta ao jovem do Recenseamento, ou lhe der notícias falsas de mim mesmo. Tudo que pode ser resumido nestas palavras – humanização da vida urbana e da vida rural – importando em bem-estar, instrução e justiça, por meio de

---

<sup>87</sup> ANDRADE, C. D. Um cidadão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 80, n. 126, 1º set. 1970q, Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/15398](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/15398). Acesso em: 08 jul. 2021.

serviços bem planejados e eficazmente distribuídos, está dependendo de mim, e de uma estatística em que eu entro como o próprio objeto a ser verificado em número e natureza.<sup>88</sup>

Como dito anteriormente, o conceito de população é um dos elementos em torno dos quais se organiza a lógica do biopoder moderno. A *biopolítica* é precisamente essa dimensão do biopoder que age sobre a coletividade mapeada (a população) e a demografia é um dos dispositivos em que se realiza esse mapeamento com vistas ao manejo das condições de vida.

O cronista faz, a essa altura, uma defesa do censo que iria se realizar. A atitude de reserva do sujeito recalcitrante quanto a prestar informações sobre si mesmo a um estranho (a desconfiança inicial) cede ao reconhecimento da importância dessas informações para um projeto coletivo, uma vez que esses dados sobre sua “banal pessoinha” serviriam para a organização de políticas públicas e para um projeto nacional que veja o país “[...] como reunião de seres humanos e não mera abstração política, alheia ao viver de todos”.<sup>89</sup>

O primeiro movimento da crônica, diríamos é o do *eu indivíduo* ao *nós população* “[...] em que eu entro como o próprio objeto a ser verificado em número e natureza.” A essa altura, pode-se falar da adesão ao projeto biopolítico viabilizado pelo dispositivo do censo ante a possível promoção de melhores condições para a coletividade ou, em seus próprios termos, da “[...] humanização da vida urbana e da vida rural”. Há, na sequência, um segundo movimento da crônica:

Começo a descobrir que sou importante. Supunha-me um entre milhões de anônimos, e vejo que somos todos importantes, pois os outros são iguais a mim que fui chamado esta manhã a colaborar no projeto nacional, recebendo um visitante de papel na mão e sorriso nos lábios. Um desconhecido que não vem me cobrar imposto, nem traz intimação para comparecer a polícia ou ao tribunal, não quer te vender cigarros ou uísque de contrabando, ou me ler o seu repertório de poemas de vanguarda. Pelo contrário, traz-me (sem banda de música, sem ênfase) uma oportunidade de ser nacionalmente, de agir como cidadão agente da História pelo simples fato de prestar umas poucas informações pessoais condensadas num X do boletim de recenseamento.<sup>90</sup>

O ponto de inflexão é marcado pela frase “Começo a descobrir que sou importante”. O eu (indivíduo), tornado um *nós* objeto verificável (população), passa a entrever um *nós* diferente, uma coletividade de pessoas igualmente importantes (cidadãos) – o esboço de uma esfera pública tão duramente combatida na ditadura. O anonimato indiferente e autocentrado, é superado pela consciência de se fazer parte de uma comunidade. O termo político aqui difere daquele de uma *consciência de classe* dos anseios político-participantes do poeta de *A Rosa*

---

<sup>88</sup> Ibidem.

<sup>89</sup> Ibidem.

<sup>90</sup> Ibidem.



*do povo*. É uma percepção de uma outra ordem, não-partidária ou suprapartidária, é a consciência *democrática* que está em questão. Acena-se para um processo de potencial construção da cidadania em que o *nós* deixa de ser simples objeto de políticas públicas e passa a agir como um sujeito coletivo. Já não se trata do mero dado populacional para subsidiar ações governamentais, mas é outra coisa que se esboça:

É honra demais para o João-Brandão que sempre fui? Pois é uma honra que, pensando bem, eu me devia a mim mesmo. Sou dono desta nação. Nem sempre essa propriedade me acode a lembrança, e deixo-a entregue não sei bem a quem, ou a ninguém. Devia tê-la presente no meu cotidiano, mas confesso que sou preguiçoso, omissivo, distraído e não sei mais o quê. E como geralmente não se lembram de me lembrar, fica tudo assim mesmo, com o Sr. Acaso fazendo mal e porcamente as minhas vezes de proprietário. Ah, não posso queixar-me. Se eu tivesse mais consciência de meus poderes, de minhas responsabilidades.

Hoje, porém, desconfio que meu dia vai ser importante, como eu serei importante nele. Vou dar meu nome idade, nacionalidade, grau de instrução, para que se tome a devida nota de tudo isto e se providencie em consequência. Eu e você, nós. É tão simples e tão necessário. Estão tocando a campainha. Com licença. Vou atender. É o recenseador, com seu papel.<sup>91</sup>

O substantivo comum “João-Brandão” não soa estranho aos familiarizados com a produção cronística de Drummond. João Brandão, substantivo próprio, é o nome de uma *persona* drummondiana que muitas vezes aparece como interlocutor em seus escritos, outras tantas como um personagem e ainda, em diversas ocasiões, assina os textos, despontando como uma espécie de heterônimo do cronista. Esse personagem-autor rendeu inclusive uma coletânea de crônicas publicada originalmente em 1970, intitulada *Caminhos de João Brandão*.

Personificação do cidadão comum, o João portador de um sobrenome que o qualifica como *mais-que-brandão*, brandão num grau aumentativo, é a própria figura do cidadão comum, o brasileiro cordial, acomodado e avesso à confrontação. A reflexão que se segue ao “João-Brandão que sempre fui” é um convite à reflexão sobre o João-Brandão que sempre fomos. Trata-se de um *mea-culpa* no qual o cronista, igualado ao brasileiro comum, admite sua atitude omissa em relação aos rumos da Nação. Essa honra que ele deve a si mesmo é a percepção de ser proprietário do país e da necessidade de assumir uma postura mais ativa quanto ao seu destino coletivo. Não se trata, aqui, da denúncia de um estado ditatorial que priva os cidadãos de direitos, expondo-os enquanto *vida nua*, para retomar os termos de Agamben, mas da confissão – em chave coletiva – de uma postura relapsa que abandona o governo do país, na melhor das hipóteses ao “Sr. Acaso”.

---

<sup>91</sup> Ibidem.

Vê, assim, que o tema da crônica não é apenas participação ou não no censo (embora o texto reitere a sua importância), mas o apelo a uma atitude mais ativa, por vias democráticas, para a construção da cidadania enunciada no título. Drummond finaliza o texto jogando com a polissemia da palavra *papel*, no mesmo tipo de jogo tantas vezes observado em sua poesia. O recenseador, que porta o formulário de papel para registrar as respostas do censo, cumpre seu papel na construção de uma sociedade melhor. Mas deixa a pergunta, ou provocação: cumpro eu, cumprimos nós, o nosso papel de cidadãos? A simples prestação das informações ao censo pode ser um começo, mas não pode ser o único ato, se o que se tem em vista é a efetiva cidadania.

A crônica, que a princípio se mostra como defensora de uma ação conduzida pelo estado, termina com o questionamento sobre a passividade do cidadão comum, o verdadeiro proprietário da nação chamado a ter mais consciência de “seus poderes e responsabilidades”. Não se trata de uma simples sujeição a uma prática biopolítica do Estado. O censo é o mote para uma reflexão de outra envergadura, uma provocação sobre o próprio conceito de cidadania, uma discreta conclamação a que o “joão-brandão” coloque de lado sua brandura e assuma uma atitude ativa. Um convite à *ação*, nos termos de Arendt, tendo a crônica como viabilizadora da *esfera pública* interdita na ditadura.

Esse texto exemplifica o modo como a crônica de Drummond coloca em discussão, com base nos fatos do seu tempo, os próprios termos da participação política. Tudo isso sem deixar de ser, essencialmente, uma cabriola matutina sobre os fatos dia.

### 3 CAPÍTULO 2: LITERATURA E JORNAL

*Cronista sou, e vivo de minhocas. Não aprecio os tubarões da atualidade, os rinocerontes políticos, a manada de elefantes dos grandes assuntos. Me atrai é o caso quase imperceptível, para o qual é feita sob medida a crônica, parenta insignificante da história. Esse caso minúsculo tem ensino? Talvez. Não é certo que os casos graúdos o tenham. Pelo menos a lição deles se esfuma sem produzir regras melhores de convivência.*

(Carlos Drummond de Andrade)<sup>92</sup>

#### 3.1. O romance dos anos de chumbo

Partindo do questionamento sobre como a literatura teria lidado com o recrudescimento da repressão promovida pela ditadura desde o final da década de 1960, Heloísa Buarque do Hollanda e Marcos Augusto Gonçalves fazem uma avaliação panorâmica da produção literária do período. Em *Política e literatura: a ficção da realidade brasileira*, classificam os principais romances publicados no período conforme suas características predominantes: o *romance político*, representado pelas obras *Incidente em Antares*, de Érico Veríssimo e *Bar D. Juan*, de Antônio Callado, ambas de 1971, cujo caráter político e a crítica ao contexto social se dão de forma indireta. A literatura *memorialística*, de cunho autobiográfico, representada por obras como *O nariz do morto*, publicado em 1970, de Antônio Carlos Villaça, *Bau de Ossos*, em 1972 e *Balão Cativo*, em 1973, ambas de Pedro Nava e o primeiro volume de *Solo de clarinete*, também em 1973, de Érico Veríssimo. Por fim a *literatura de sintoma* representada pelas obras de Abel Silva *O afogado*, de 1971 e *Açougue das Almas*, de 1973, escritos que corporificam um sentimento de angústia, dúvida e perplexidade face à opressão sofrida pelos opositores do regime, cuja fonte seria a “matéria-prima de diário e anotações”.

---

<sup>92</sup>ANDRADE, C. D. Ano novo: minhocas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 85, n. 268, 3 jan. 1976a. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/133682](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/133682). Acesso em: 8 maio 2021.

Também ganha força na prosa dos anos 1970 um movimento que decorre da aproximação da literatura com o jornal, tanto no que tange à linguagem quanto no que concerne à temática derivada das páginas do noticiário policial. Trata-se do *romance-reportagem*, gênero que alcança bastante popularidade no período e que será o mais representativo de uma pretensa representação objetiva da realidade. As obras *Acusado de Homicídio* (1968), *Infância dos mortos* (1977), de José Louzeiro, e *Malhação do Judas Carioca* (1975), de João Antonio, são exemplos desse gênero.

Para os autores, essa forma literária que prima pela objetividade descritiva surge em resposta a um desejo do público de ter acesso à realidade do país uma vez que os meios de comunicação de massa, sobretudo o jornal, encontravam-se cerceados e impedidos da plena realização de sua missão de “informar, noticiar e, sobretudo, comentar”.

Em debate realizado em 1978, Davi Arrigucci Jr., opina no mesmo sentido em relação ao movimento emergente na prosa brasileira daquela década, avaliando que este movimento pertence a uma tendência dominante do próprio romance brasileiro e que remete às suas origens no século XIX:

Eu acho o seguinte: na ficção de 70 para cá apareceu uma tendência muito forte, um desejo muito forte de voltar à literatura mimética, de fazer uma literatura próxima do realismo, quer dizer, que leve conta a verossimilhança realista. E com um lastro muito forte de documento. Portanto, dentro da tradição geral do romance brasileiro, desde as origens. Isso se colocou através de uma espécie de neonaturalismo, de neo-realismo que apareceu agora e que está ligado às formas de representação do jornal.<sup>93</sup>

Em *Tal Brasil, qual Romance?*, Flora Süssekind analisa, por sua vez, como a recorrência da estética naturalista na literatura brasileira é sintomática de uma ideologia conservadora, comprometida com o projeto de mitificação de uma identidade nacional homogeneizada. Para a autora, o naturalismo, que desembarca no Brasil no final do século XIX, torna-se o eixo de organização do cânone literário brasileiro. Mesmo com diferenças no modo como se apresenta em períodos distintos, esse naturalismo reafirma imaginariamente os valores de um país sem ambiguidades e acena para a construção de uma história sem rupturas e contradições. “Um país periférico e com divisões sociais, regionais e intelectuais das mais diversas, que se utiliza de uma *estética da objetividade, da analogia, da representação* para fazer de sua literatura um retrato capaz de lhe dar ficcionalmente a unidade que não possui”<sup>94</sup>.

<sup>93</sup> ARRIGUCCI JR, D. Jornal, realismo, alegoria: o romance brasileiro recente. In: \_\_\_\_\_. **Outros achados e perdidos**, São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 77.

<sup>94</sup> SÜSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, qual romance?** Ed. Achiamé. Rio de Janeiro:1984, p. 46.

Süssekind apresenta três diferentes “encarnações” dessa estética e três discursos “objetivos” que servem de referência ao naturalismo em cada período: no século XIX, quando surge, referido aos “*estudos de temperamento*” e ao discurso médico, nos anos 1930 quando reaparece no romance *memorialista* e aos estudos sociológicos e finalmente, nos anos 1970 quando ressurge na forma do *romance-reportagem* e ao jornalismo. Nos três casos, o romance nega sua natureza ficcional, afirmando-se como a descrição objetiva de episódios, apoiada em evidências e técnicas científicas avalizadas por métodos extraliterários.

Quando um romance tenta ocultar sua própria *ficcionalidade* em prol de uma maior referencialidade, talvez os seus grandes modelos estejam efetivamente na ciência e na informação jornalística, via de regra consideradas paradigmas da objetividade e da veracidade. O leitor de uma obra científica ou de uma notícia de jornal pouco observa a linguagem com que foram escritos, contanto que lhe transmitam uma impressão de veracidade. Contanto que pareçam apontar para além de si mesmos, para um mundo e uma linguagem extratextuais. Do mesmo modo, o leitor de um texto “naturalista” é conduzido para fora da linguagem.<sup>95</sup>

O texto do romance pretende-se passar por “mera denotação”, uma linguagem cuja função referencial se impõe e pretende apenas retratar de forma fidedigna uma realidade extraliterária, fornecendo (e não “construindo”) uma imagem especular e idealizada do país. No período que será objeto de nosso estudo, parte do romance brasileiro volta-se para a temática, a técnica e a linguagem do jornalismo, como garantias de uma objetividade descritivo-informativa da realidade.

Em relação às obras dos anos 1970, Flora Süssekind extrai suas conclusões a partir da análise de romances que obtiveram grande sucesso comercial, cujos autores, que também eram jornalistas, buscaram no noticiário policial a matéria para a construção de suas narrativas. Esses romances eram fundamentalmente versões ampliadas de fatos extraídos do jornal que causaram comoção no público. Além dos já citados *Acusado de Homicídio e Infância dos mortos*, de José Louzeiro e *Malhação do Judas Carioca*, de João Antonio, além de *O crime antes da festa: a história de Ângela Diniz e seus amigos* (1977), de Aguinaldo Silva, entre outros. Para a autora o gênero *romance-reportagem* coloca em questão as fronteiras entre ficção e realidade, afirmando-se como um apagamento do caráter ficcional da produção literária lastreada pela objetividade do olhar jornalístico.

A emergência de uma literatura que retrata episódios de violência que causaram consternação à sociedade brasileira é sintomática do momento de repressão política atravessado pelo país. Como destaca a autora, é necessário atentar para o caráter individualizante desse

---

<sup>95</sup> Ibidem, p. 37.

olhar sobre a violência, sempre tratada a partir de episódios singulares, dissociada do contexto social mais amplo, qual seja, a violência cotidiana imposta ao país pelas forças opressivas da ditadura militar, sobretudo a partir da edição do AI-5. Assim, quando o jornal se via limitado em sua função informativa, devido à vigilância imposta pela censura, a literatura se apresenta como meio de expressão, sob a forma do documento e do relato. Mas se trata de um tipo de informação que isola, singulariza e descontextualiza a violência, desvinculando-a de seu contexto político.

A menção a essa forma literária de abordagem de um real silenciado, nascida a partir do texto jornalístico, serve de contraste a outro gênero literário, também surgido das páginas do jornal.

### 3.2. Um gênero brasileiro

A crônica se apresenta como um objeto rico para uma investigação das relações entre literatura e história visto sua estrutura manter-se, ao mesmo tempo, próxima do referente factual – que deve ser reconhecível ao leitor – e algo distanciada desse mesmo referencial, por se tratar de uma perspectiva assumidamente subjetiva e transsubstanciadora desse referente. O momento histórico presente é, via de regra, parte visível desse projeto literário, elemento entorno do qual o cronista estabelece o pacto dialógico com seu leitor, mormente, o leitor do jornal. Cumpre entender melhor o que particulariza a crônica enquanto gênero que encontra desenvolvimento singular na cultura brasileira e avaliar como as características que a singularizam foram sendo moldadas desde sua introdução no país na primeira metade do século XIX.

Ao se abordar o gênero, dois pontos comuns são frequentemente mencionados pela crítica. Primeiro, sua caracterização como um produto nacional, ou mais precisamente, como um gênero literário que, derivado de uma forma embrionária francesa, incorporou características sociolinguísticas do país que moldaram sua feição. “No Brasil ela tem uma boa história, e até se poderia dizer que sob vários aspectos é um gênero brasileiro”, diz-nos Candido, “pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com que aqui se desenvolveu.”<sup>96</sup>. Em segundo lugar, uma recorrente subvalorização do gênero, sobretudo quando colocado em cotejo com formas literárias canônicas.

---

<sup>96</sup> CANDIDO, A. (Org.) \_\_\_\_\_. **A crônica**: gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992, p. 15.

O debate entorno da crônica brasileira, sua caracterização e seu *valor literário*, recebeu grande atenção da crítica, particularmente a partir dos anos 1950, e teve como gatilho um fenômeno editorial que ganhou relevância nessa década: a publicação de coletâneas de crônicas em livros. Não é nosso objetivo revisar esse longo debate, hoje já em grande parte pacificado, senão traçar, em linhas gerais, os contornos do gênero que será objeto desse trabalho.

Observa-se, primeiramente, que a crônica figura como gênero de difícil delimitação, dada sua natureza híbrida, o que a coloca numa fronteira oscilante entre o texto informativo, de um lado, e o conto, o ensaio ou a poesia, de outro. Extensão breve, linguagem que tende para o coloquial, forma prosaica e temática vinculada a acontecimentos do dia a dia, são algumas das características que, conjuntamente, lhe conferem fisionomia própria. Essas feições são, em grande parte, tributárias do contexto no qual o gênero se constituiu: o universo do jornal impresso ou, mais precisamente, o rodapé do jornal, como se verá.

Traçando um itinerário do gênero, Massaud Moisés<sup>97</sup> recorda a etimologia da palavra crônica e de seu uso para designar uma categoria literária. O termo deriva do grego *chronikós*, adjetivando algo relacionado ao tempo (*chrónos*). Seu emprego como gênero literário remonta à Idade Média, quando o vocábulo era empregado para designar conjuntos de relatos organizados cronologicamente. Nessa acepção, a crônica consistia no registro de feitos e eventos, sem que houvesse uma elaboração interpretativa ou explicativa, constituindo, o que se convencionou denominar *crônica histórica*. Essa primeira concepção do termo fica obscurecida no século XIX, quando ele passa a nomear uma subseção do jornal impresso, dedicada à crítica artística (notadamente teatral e literária). David Arrigucci Jr., comentando a mesma etimologia, sublinha a função da crônica como registro de acontecimentos de um momento histórico específico, ou, em outros termos, como uma forma de memória, característica que aproxima o gênero, em sua acepção moderna, da crônica histórica: “Lembrar-se e escrever: trata-se de um relato em permanente relação com o tempo, de onde tira, como memória escrita, sua matéria principal, o que fica do vivido”.<sup>98</sup>

Apesar do denominador comum, são notórias as diferenças entre a crônica histórica e a moderna. Em sua forma histórica, a crônica consistia no registro dos acontecimentos supostamente mais marcantes de uma época, dos grandes feitos de um personagem célebre ou do

---

<sup>97</sup> MOISÉS, M. *A criação literária*: prosa. São Paulo: Cultrix, 1983.

<sup>98</sup> ARRIGUCCI JR, D. Fragmentos sobre a crônica. In: \_\_\_\_\_. *Enigma e Comentário*: ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 51.

relato detalhado de um evento, como observado no subgênero das crônicas de viagem da qual, segundo Jorge Sá, a carta de Pero Vaz de Caminha a el-rei D. Manuel seria um exemplo: “A história da nossa literatura se inicia, pois, com a circunstância de um descobrimento: oficialmente, a Literatura Brasileira nasceu da crônica”<sup>99</sup>.

Na crônica moderna, afirma Arrigucci, o foco de atenção deixa de ser o acontecimento grandioso: “Agora se trata simplesmente de um relato ou comentário de fatos corriqueiros do dia a dia, dos *faits divers*, fatos de atualidade que alimentam o noticiário dos jornais desde que estes de tornaram instrumentos de informação de grande tiragem, no século passado.”<sup>100</sup>

Evolutivamente, a crônica surge do folhetim, forma literária que aporta no Brasil na década de 1830. Veja-se como Machado de Assis, no início de sua carreira literária, descreve a novidade do folhetinista:

O folhetinista é originário de França, onde nasceu, e onde vive a seu gosto, como em cama no inverno. De lá espalhou-se pelo mundo, ou pelo menos por onde maiores proporções tomava o grande veículo do espírito moderno; falo do jornal. [...] O folhetinista é a fusão agradável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Estes dois elementos, arredados como polos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal.<sup>101</sup>

Essa espécie de quimera literária, nasce como condensação de antagonismos: o útil e o fútil, o sério e o frívolo. Machado dirá, ainda, a respeito do folhetim, que “a luz séria” foi herdada do jornalista, de quem o folhetinista deriva, enquanto o “devaneio” e a “leviandade” são acréscimos deste último, seu “capital próprio”. Note-se desde aqui a mescla entre um olhar, supostamente objetivo sobre os acontecimentos e uma perspectiva subjetiva, caracterização geral da crônica.

Machado de Assis declara ceticismo quanto à futura ambientação do gênero no país, chamando a atenção para o exotismo dos autores que nele se aventuravam: “Uma das plantas europeias que dificilmente se tem aclimatado entre nós, é o folhetinista.”<sup>102</sup> No fechamento do texto, o autor faz votos de que esta categoria de escritor, espécie de jornalista degenerado, cópia de modelos franceses, adquira características locais e se distancie dos modelos europeus: “Entretanto como todas as dificuldades se aplanam, ele podia bem tomar mais cor local, mais

<sup>99</sup> SÁ, J. **A crônica**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2005, p. 7.

<sup>100</sup> ARRIGUCCI JR, op.cit., p. 52-53.

<sup>101</sup> ASSIS, M. O folhetinista. **O Espelho**: revista de litteratura, modas, industria e artes, Rio de Janeiro, 30 out. 1859. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700037/101> . Acesso em: 8 set. 2019.

<sup>102</sup> Ibidem.



feição americana. Faria assim menos mal à independência do espírito nacional, tão preso a essas imitações, a esses arremedos, a esse suicídio da originalidade e iniciativa.”<sup>103</sup>

A despeito do ceticismo de Machado de Assis – mas sobretudo a partir de contribuições do próprio autor – o folhetim se aclimatou muito bem ao país. Arrigucci Jr. afirma que a crônica machadiana adota um “tom menor” que passará a ser o característico do gênero no Brasil, além de tomar por objeto acontecimentos do cotidiano, traço que também irá se incorporar à tradição do gênero. O crítico destaca ainda o agudo olhar histórico do cronista capaz de transcender os dados circunstanciais da crônica, como revelado na análise feita por John Gledson das crônicas machadianas escritas entre os anos de 1888 e 1889, nas quais “[...] os pequenos fatos diários das crônicas adquirem uma ressonância alegórica que os resgata até certo ponto da pura contingência, transformando-os em índices de um processo mais amplo, como se fossem meios de se tatear sobre a verdade histórica.”<sup>104</sup> É, portanto, sob a “forma oblíqua das crônicas” que uma visão crítica da história aparece no texto de Machado de Assis.

Humor, lirismo, leveza e linguagem mais informativa, condizente com o suporte do jornal, firmam-se como características por excelência da crônica brasileira. Antonio Candido<sup>105</sup> afirma que mesmo Olavo Bilac – escritor parnasiano reputado pela linguagem e sintaxe rebuscadas –, adota uma linguagem mais comunicativa na sua crônica, ilustrando-se a fermentação desses traços no gênero que se desenhava. Mas é a partir do Modernismo, com os nomes de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Rachel de Queiroz, Vinícius de Moraes e Carlos Drummond de Andrade, que uma linguagem mais afeita à fala coloquial brasileira se incorpora à crônica de forma definitiva. Essa aproximação linguística favorece a expansão do público leitor, ampliação para a qual também irão colaborar a maior difusão da imprensa pelo país e a diversificação temática do gênero em relação à própria realidade brasileira, observada principalmente a partir da década de 1930 e em linha com as reflexões daquela década:

Seguindo a tendência do momento e outros gêneros, a crônica se convertia num meio de mapear e descobrir um país heterogêneo e complexo, largamente desconhecido de seus próprios habitantes, caracterizado pelo desenvolvimento histórico desigual, de modo que o processo de modernização podia ser acompanhado pelos contrastes entre bolsões de prosperidade e vastas áreas de miséria, e o próprio mundo moderno parecia nascer de uma mistura com traços remanescentes de velhas estru-

---

<sup>103</sup> Ibidem.

<sup>104</sup> ARRIGUCCI, Op. cit., p. 60.

<sup>105</sup> CANDIDO, Op. cit., p. 16.

ras da sociedade tradicional [...] É assim que a consciência mais abrangente do país passa a reger o espírito da crônica modernista.<sup>106</sup>

Candido afirma que os traços que caracterizam a crônica moderna estarão consolidados nos anos 1930. Nesta trajetória entre o seu surgimento do (e no) folhetim, e seu assentamento na década seguinte à irrupção do movimento modernista, a crônica adquiriu os contornos que passaram a distingui-la. O crítico retoma essas características e, a partir delas, discute sua habitual classificação como um gênero menor. Cotejando-a com gêneros literários *maiores* (o romance, a dramaturgia, a poesia), que seriam aqueles que ambicionam à durabilidade e têm a pretensão de “permanecer na lembrança e na admiração da posteridade”, afirma que o lugar da crônica é o “rés-do-chão”, em alusão ao *rez-de-chaussé* – o rodapé do jornal no qual o folhetim/crônica surgiu. Essa topologia contrastiva, em que os gêneros literários pretensamente duráveis figurariam no *alto da montanha*, enquanto a crônica, assumidamente efêmera, se situaria *rente ao solo*, guarda, para o crítico, correlação com a maior ou menor distância entre esses gêneros literários e grande parte do público leitor brasileiro. Enquanto a coloquialidade e simplicidade linguística explicam parcialmente a avaliação depreciativa por parte da crítica, para Candido, pelo contrário, o grande mérito da crônica é precisamente a proximidade que ela estabelece com o leitor, o que tem como efeito “humanizá-la”. Assim, paradoxalmente, e a despeito de sua aparente frivolidade “[...] esta humanização lhe permite, como compensação sorradeira, recuperar com a outra mão certa profundidade de significado e certo acabamento de forma que de repente podem fazer dela uma inesperada embora discreta candidata à perfeição.”<sup>107</sup>

Cabe lembrar que o modernismo, período a partir do qual a crônica brasileira atinge sua maturidade formal, é, segundo Merquior, caracterizado por um estilo “impuro”, fortemente marcado pela “mescla estilística” (*Stilmischung*), conceito de Auerbach que o crítico retoma:

[...] porque, contrariamente aos preceitos da poética do classicismo, aspira à apresentação de acontecimentos ou de situações sérios, trágicos ou problemáticos mediante o emprego de uma linguagem prosaica ou “vulgar” – por oposição à terminologia aristocrática a que a norma clássica, através da observância da regra de separação hierárquica dos estilos (nobre, médio, vulgar), reservava, em exclusividade, o domínio da tragédia, da épica e da lírica.<sup>108</sup>

Tal “impureza” também parece aplicável à crônica moderna brasileira, gênero literário que compartilha dos predicados do projeto modernista. Sob essa perspectiva, sua inferioriza-

<sup>106</sup> ARRIGUCCI JR, op.cit., p. 63

<sup>107</sup> CANDIDO, op. cit., p. 14.

<sup>108</sup> MERQUIOR, 1997, p. 59

ção guardaria relação com o próprio sistema hierárquico de gêneros – e recursos linguísticos que lhes correspondem – traço normativo característico do classicismo literário e, por vezes, usado como métrica para a avaliação da literariedade de uma obra.

Como mencionamos, o valor literário da crônica foi objeto de ampla discussão nas décadas de 1950 e 1960, sobretudo na crítica veiculada em jornais do período, debate insuflado pelo aumento exponencial, no período, da publicação de coletâneas de crônicas em livros. As reservas quanto à literariedade da crônica partiam da origem jornalística do gênero, de sua natureza circunstancial e das marcas linguísticas – simplicidade e coloquialidade – que lhe eram próprias.

Revisitemos o debate. Num dos polos, figurariam os defensores de que a crônica possuísse valor literário intrínseco, o que seria *atestado* pela sua publicação em livro – dentre os partidários, Antonio Candido e José Carlos Oliveira. Candido lembra que a efemeridade da crônica está fortemente ligada à transitoriedade do veículo que a abriga. Contudo, afirma o autor, ao se transpor a crônica para um outro meio (do jornal ao livro) pode-se perceber que “sua durabilidade pode ser maior do que ela própria pensava”<sup>109</sup>. No campo oposto, os que argumentavam que tais publicações constituíam um fenômeno *meramente comercial* – dentre esses, Temístocles Linhares e Esdras do Nascimento, fazendo coro ao que trinta anos antes já havia sido apontado por Alceu Amoroso Lima. Segundo Marcus Vinicius Soares essa discussão parte do errôneo pressuposto de que a literariedade do texto – entendida como sua transcendência e permanência, em oposição à contingência do texto jornalístico – seria dependente da materialidade do livro:

Desse modo, se o livro pode garantir a sobrevivência material do texto – por sinal, como o faria qualquer outro suporte de inscrição –, não assegura, contudo, que ele será apropriado por atos contínuos de leitura, isto é, o efeito de transcendência só se manifesta a partir do interesse despertado pelo texto e que se renova ao longo dos tempos, motivando sucessivas reedições, sem as quais ele não estaria em melhor situação do que se publicado na imprensa periódica ou em uma lápide.<sup>110</sup>

A despeito de avaliações negativas, a crônica, a partir do jornal e posteriormente no livro, alcançou um grande sucesso de público. As razões desse êxito foram vistas, por parte da crítica como sintomáticas das “debilidades” do sistema cultural nacional. Nesse sentido, Linhares avaliava a *Situação da crônica*:

---

<sup>109</sup> CANDIDO, Op. cit., p. 15.

<sup>110</sup> SOARES, M. V. N. “Uma flor murcha”: a crônica brasileira entre o jornal e o livro. **Revista da Anpoll**, nº 38, Florianópolis, Jan./Jun. 2015, p. 108.

Se há quem compre livros de crônicas, como tudo faz indicar, é porque – lógica é a conclusão – o gosto do leitor brasileiro se contenta com pouco. [...] Trata-se, portanto, de um gênero eminentemente brasileiro, que condiz bem com a nossa psicologia, com o nosso espírito crítico superficial, com o nosso lirismo também superficial, já não falando da instabilidade, outro aspecto a ser considerado no caso, uma vez que é de nosso maior agrado saber um pouco de tudo, borboletear sobre os assuntos, do que, por exemplo, saber a fundo uma coisa só.<sup>111</sup>

Costa Lima manifesta pensamento similar ao discutir a precariedade do sistema intelectual brasileiro. O autor propõe o conceito de *auditividade* para descrever e explicar um dos traços, a seu ver mais significativos, da cultura nacional. Esta seria derivada da *oralidade* que marcou a formação brasileira no período colonial, forma de transmissão do conhecimento – do qual o sermão jesuítico é o exemplo mais representativo – em que o impacto emocional gerado no espectador (espanto, comoção, arrependimento) importa mais do que a lógica subjacente ao discurso, ou seja, sua cadeia argumentativa. Trata-se, pois, de um tipo de discurso da não-racionalidade, do sentimentalismo, que tem como plateia um público majoritariamente iletrado. Tal estilo discursivo teria impregnado a produção jurídico-burocrática da colônia, manifestando-se na forma do *bacharelismo* no qual se busca obscurecer a ausência de cadeias argumentativas pelo recurso a uma sintaxe e vocabulário rebuscados. Para o crítico, essa grandiloquência vazia também teria marcado a produção literária brasileira e somente teria sido superada a partir do modernismo. Contudo, a *auditividade*, cuja manifestação mais evidente havia sido o caráter artificioso e decorativo, passaria a se manifestar na literatura brasileira sob outra forma:

Ao contrário, em sua versão romântica e moderna, o estilo auditivo é sedutor, não por horrorizar, por inspirar gestos de pesado arrependimento, que levavam a ser imediatamente engrossadas as filas dos confessionários, mas por seu tom acariciante, de conversa à beira da rede ou ao pé do fogo, de conversa despreocupada. A crônica, tão bem aclimatada ao Brasil, é seu gênero por excelência. A cultura auditiva é, portanto, fundamentalmente uma cultura que se transmite sem cadeias demonstrativas.<sup>112</sup>

Na literatura moderna reconhecem-se resquícios da *auditividade* na prosa sedutora que se furta ao discurso argumentativo-explicativo em favor do convencimento pela via emotiva e a crônica seria, para o crítico, o gênero onde melhor se evidencia “[...] esse escrever brasileiro [que] é uma maneira gostosa de seduzir, de submeter, colocando-se o resultado pretendido antes de serem mostradas (e nunca o serão) as suas premissas e estabelecido o seu encami-

<sup>111</sup> LINHARES, T. Situação da crônica. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 fev. 1963. Suplemento Literário, p. 4.

<sup>112</sup> LIMA, L. C. Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Dispersa demanda**: Ensaios sobre Literatura e Teoria. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1981, p. 17.

nhamento demonstrativo”<sup>113</sup>. Abandonado o *bacharelismo* na linguagem, mantém-se o vazio argumentativo. O apelo emocional evidencia-se, sobretudo, no recurso ao humor: “É a elocução que se torna diversa. [...] O vazio agora é vazado em linguagem comum, ou reiterado num tom grave, quase fúnebre, ou sempre que possível, entremeado de gracinhas e graçolas”<sup>114</sup>. Para o crítico, portanto, a crônica seria uma manifestação moderna de um traço estrutural *negativo* da formação cultural brasileira que remonta ao processo de colonização.

Em uma polaridade contrária, Candido enxerga precisamente no distanciamento de uma escrita afetada característica do bacharelismo ou do parnasianismo um dos aspectos mais positivos da crônica:

Num país como o Brasil, onde se costumava identificar superioridade intelectual e literária com grandiloquência e requinte gramatical, a crônica operou milagres de simplificação e naturalidade. [...] Um sinal favorável dos tempos é a passagem do discurso, com a sua inflação verbal, para a crônica e seu tom menor de coisa familiar.<sup>115</sup>

Desse modo, pode-se assumir que a crônica seja um *gênero menor* na mesma medida em que nela se reconhecem traços constitutivos da nossa formação cultural. Parece plausível afirmar que sua inferiorização como gênero reflete, em alguma medida, o mesmo tipo de avaliação depreciativa da cultura nacional em face da de países centrais, reiterando discursos de subordinação e dependência cultural. Ou, dito de outro modo, a crônica é julgada como um gênero menor justamente pelos traços nos quais se reconhece a cultura *menor* da qual ela provém, num processo que tem como objeto de comparação a incensada cultura da metrópole.

O conjunto de discursos que coloca a cultura nacional em posição de inferioridade é amplamente conhecido e deriva historicamente da própria relação de subordinação da colônia brasileira à metrópole portuguesa – esta também, ressalte-se, culturalmente dependente de outros centros de prestígio. Na esfera literária, essa subordinação se manifestaria pela prática da cópia ou imitação de estruturas, maneirismos e ou gêneros que “[...] é sempre já uma apropriação elogiosa do produto da cultura dominante, produto este que hierarquiza, restringe e acaba sendo responsável pela visão etnocêntrica do criador ou historiador”<sup>116</sup>. Desse procedimento de cópia, resultaria uma não-identificação do público brasileiro com o produto cultural local, sentimento frequentemente apontado por parte da intelectualidade brasileira desde o

---

<sup>113</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>114</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>115</sup> CANDIDO, Op. cit., p. 16

<sup>116</sup> SANTIAGO, S. Apesar de dependente, universal. In: \_\_\_\_\_. **Vale quanto pesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 21.

século XIX, como o menciona Roberto Schwarz: “Em síntese, desde o século passado existe entre as pessoas educadas do Brasil – o que é uma categoria social, mais do que um elogio – o sentimento de viverem entre instituições e ideias que são copiadas do estrangeiro e não refletem a realidade local”<sup>117</sup>. A crônica de Machado de Assis discutida acima exemplifica com perfeição esse tipo de julgamento ao manifestar o desejo de que o folhetinista se distancie dos modelos europeus e se aclimate ao Brasil, abandonando a prática da cópia a que ele denomina “suicídio da originalidade e iniciativa”.

Como vimos, o gênero passou por um processo bem-sucedido de aclimação. Se em seus primórdios o folhetim era criticado por ser demasiadamente afrancesada tanto em termos de estilo quanto de conteúdo<sup>118</sup>, na medida em que se ambientou ao país e ganhou contornos brasileiros, a crônica passou a ser depreciada, por parte da crítica, precisamente por características locais que veio a apresentar.

No debate sobre o romance, anteriormente mencionado, Flora Süssekind argumenta que o cânone literário brasileiro se estrutura em torno do naturalismo e que a adoção desse eixo organizador se assenta num projeto nacional conservador para o qual a literatura deva ser a reprodução (e a reafirmação) da imagem idealizada de um país sem fraturas, de forma análoga às expectativas dos pais em relação a seus filhos numa linha sucessória familiar. Nesse sentido, a proscrição de formas que fogem a esse universo de expectativa assemelha-se à condenação de comportamentos considerados desviantes no âmbito familiar:

“Obra menor”, “texto circunstancial”, “desvio” parecem ser os correlatos literários para “rebelde”, “bastardo”, “deserdado”, qualificativos habitualmente atribuídos pelas famílias aos filhos que delas se desgarram. Enquanto o círculo familiar adjetiva-se com maior agressividade a ruptura com a diferença, no âmbito literário as diferenças são punidas com certos eufemismos. Efetivamente, palavras como “menor”, “circunstancial” e “desvio” soam bem menos agressivas do que “parricida”, “rebelde” ou “bastardo”. O eufemismo é maior; mas a exclusão é a mesma.”<sup>119</sup>

A partir dessa argumentação, pode-se pensar que o menosprezo da crônica enquanto gênero literário ocorre porque nela não se veem os contornos de um país idealizado e sim marcas mais reais desse mesmo país – sintomáticas se se quiser pensá-las em termos de deficiências quanto a sua formação cultural, para retomarmos a visão de Costa Lima – mas, ainda assim, reais. A crônica se apresenta mais uma vez ao rés-do-chão, próxima da realidade social,

<sup>117</sup> SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: \_\_\_\_\_. **Que horas são?** São Paulo: Cia. Das Letras, 1987. p. 39.

<sup>118</sup> “Em geral o folhetinista que é todo parisiense; torce-se a um estilo estranho, e esquece-se nas suas divagações sobre o *boulevard* e *Cafê Tornoni*, de que estão sobre *mac-adam* lamacento e com uma grossa tenda lírica no meio de um deserto.” (ASSIS, M. A. Op. cit, idem)

<sup>119</sup> SÜSSEKIND, Op. cit., p. 33.

não apenas devido à circunstancialidade temática da qual se alimenta, ou da proximidade que promove com seu público leitor, mas porque nela comparece enquanto condição estruturante do gênero um certo modo de abordar a realidade, de discuti-la, ainda que de forma tortuosa e alusiva, um modo de expressão que a torna tipicamente brasileira.

Pode-se dizer que a crônica resolve, a seu modo a dilemática questão da cópia e da originalidade em termos de cultura. A despeito da dependência de nossa cultura em relação à europeia, Silviano Santiago defende a possibilidade de criação original na cultura nacional. Para o autor: “[...] apesar de se produzir uma obra culturalmente dependente, pode-se dar o salto por cima das imitações e das sínteses enciclopédicas etnocêntricas e contribuir com algo original”<sup>120</sup>. Não nos parece exagero dizer que a crônica moderna brasileira exemplifica esse tipo de superação. De mera reprodução do conteúdo traduzido dos jornais franceses, passando por um período em que a cópia desses modelos foi o balizador do trabalho dos folhetinistas, o gênero distanciou-se desses moldes e incorporou traços originais – não apenas pela abordagem de uma temática local, leia-se – nos quais é possível se identificar características da sociedade brasileira. Essas diferem de um retrato de nação sem rupturas, idealizado por um cânone literário herdeiro de um compromisso naturalista e se aproximam mais de um desenho nos quais ganham relevo traços significativos e menos idealizados desse mesmo país.

A crônica nasce, portanto, nas margens do jornal e permanece às margens do cânone, dupla marginalidade à qual cabe acrescer uma outra, a da cultura periférica – isto é marginal – que a engendrou enquanto gênero original. Com um olho no noticiário e outro na literatura, marginal a ambos, sem reconhecer-se plenamente nem no jornal do qual deriva, nem no espaço a que aspira e que transparece, ela constitui-se como um ponto de encontro e de fricção entre duas formas tidas por opostas de escrita:

É o que surge com clareza na oposição mallarmeana de duas formas radicalmente antagonistas do escrito, o jornal e o poema: o jornal, ou seja, o lugar de despejo, indiferente, o escrito que funciona como puro instrumento de circulação, como a moeda que se passa silenciosamente para a mão do vizinho; o poema, ou seja, o verso, no sentido forte da palavra, a “palavra total, nova, estranha à língua”, mas também o estado ritmado, o estado medido da língua.<sup>121</sup>

Nesse sentido, aquilo torna a crônica um objeto literário *marginal* em relação ao cânone literário (circunstancialidade, efemeridade, linguagem entre jornalística, literária e coloquial,) também a torna um objeto rico para uma investigação das relações entre literatura e

---

<sup>120</sup> SANTIAGO, 1982, p. 22

<sup>121</sup> RANCIÈRE, J. **Políticas de Escrita**. São Paulo: Editora 34, 1995, p. 42.

história e, particularmente, a brasileira já que o gênero se diferenciou precisamente ao incorporar características dessa sociedade à qual se aclimatou. Cabe repetir a lição de Adorno em sua *Palestra sobre lírica e sociedade*, para quem a análise da obra artística deve considerar como o todo de uma sociedade “aparece na obra de arte”, e ainda, “mostra em que a obra de arte lhe obedece e em que a ultrapassa”<sup>122</sup>. A crônica se mostra, assim, uma boa candidata para esse tipo de análise, um campo literário profícuo para uma investigação da sociedade brasileira. Exemplar, nesse sentido, é a análise de Jonh Gledson de uma série de crônicas anônimas, posteriormente reconhecidas como sendo de Machado de Assis, intituladas *Os Bons dias*. Para o estudioso, nesse conjunto de textos, publicados entre 1888 e 1889, mais do que nos romances machadianos, é perceptível o ceticismo do escritor quanto aos rumos da nação face aos acontecimentos históricos que lhe são contemporâneos, notadamente a abolição da escravidão e a Proclamação da República. Gledson demonstra que o Machado de Assis que aparece nessas crônicas enxerga, para além das mudanças sociais sinalizadas pelo abolicionismo e dos embates sobre o federalismo ou sobre a República e a Monarquia (retomado em seu romance *Esau e Jacó*), a permanência de uma estrutura de poder oligárquico que resistiria a qualquer mudança substancial na ordem social brasileira: “Ninguém pode deixar de ver com que mistura de indiferença e desespero Machado viu o inevitável advento de uma República branca, dominada por uma oligarquia ‘federal’ – isto é, com base local, nos Estados – ainda apoiada numa versão da escravidão”<sup>123</sup>.

Apenas como curiosidade, anote-se que Gledson atribui a uma publicação de 1958, na coluna mantida por Carlos Drummond de Andrade no *Correio da Manhã*, seu primeiro contato com as crônicas de Machado de Assis que o levaram a investigar esse material como fonte para sua pesquisa sobre as relações entre ficção e história no bruxo do Cosme Velho.

### 3.3. A crônica de Drummond

Em 15 abril de 1920, tendo recentemente se instalado em Belo Horizonte, Carlos Drummond de Andrade assinava seu primeiro texto em um jornal de “grande porte”, o *Jornal*

---

<sup>122</sup> ADORNO, Op. cit., p. 67.

<sup>123</sup> GLEDSON, J. **Machado de Assis**: ficção e história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 144-145.



de Minas. Márcio da Rocha Galdino<sup>124</sup> descreve a primeira página do impresso onde figurava o texto intitulado *Diana, a moral e o cinema*, crítica sobre o filme recém-estreado *Diana, a caçadora*. O cartaz promocional da película exibia a imagem nua da personagem-título, o que foi suficiente para provocar protestos inflamados de uma associação atuante na jovem capital mineira, a *Liga Pela Moralidade*. Drummond rememora essa estreia litero-jornalística na última de suas publicações para o *Jornal do Brasil*, em 29 de setembro de 1984:

Há 64 anos, um adolescente fascinado por papel impresso notou que, no andar térreo do prédio onde morava, um placar exibia a cada manhã a primeira página de um jornal modestíssimo, porém jornal. Não teve dúvida. Entrou e ofereceu os seus serviços ao diretor, que era, sozinho, todo o pessoal da redação. O homem olhou-o, cético, e perguntou:  
 – Sobre o que pretende escrever?  
 – Sobre tudo. Cinema, literatura, vida urbana, moral, coisas deste mundo e de qualquer outro possível.<sup>125</sup>

Entre aquele primeiro escrito de 1920 e o último de 1984, Drummond produziu mais de seis mil textos para jornais e revistas, dos quais grande parte não foi posteriormente reunida em livros. Dessa imensa produção destacam-se, por sua continuidade, os mais de 2400 textos veiculados no *Correio da Manhã*, entre janeiro de 1954 e setembro de 1969 e os cerca de 2300 escritos publicados no *Jornal do Brasil*, de outubro de 1969 a setembro de 1984. Nessa volumosa produção, que Drummond chamava genericamente de crônicas, há, como já mencionamos, textos de diversos gêneros: poesias, cartas, páginas de diário, memórias, contos, crítica literária e cinematográfica e alguns escritos híbridos que transitam entre todos esses gêneros, os quais se aproximam da *crônica*, num sentido mais estrito dentro da caracterização que vimos acima, com algumas particularidades que discutiremos a seguir.

A avaliação de Drummond sobre a literalidade desses textos publicados para jornal, em sua última entrevista, concedida a Geneton Moares Neto, poucos dias antes da morte do poeta, em 17 de agosto de 1987. Tendo lhe sido perguntado se considerava que o jornalismo pudesse ser literatura, respondeu:

O jornalismo é uma forma de literatura. Eu, pelo menos, convivi – e mil escritores conviveram – com uma forma de jornalismo que me parece muito afeiçoada à criação literária: a crônica. A meu ver, o cronista tem de ser um escritor. Se não for um escritor, não sabe dominar a língua, não sabe encontrar os efeitos graciosos que a pa-

<sup>124</sup> GALDINO, M. R. **O Cinéfilo Anarquista**: Carlos Drummond de Andrade e o Cinema. Belo Horizonte: BDMG, 1991, p. 26.

<sup>125</sup> ANDRADE, C. D. C. **Jornal do Brasil**: Rio de Janeiro, ano 94, n. 174, 29 set. 1984b. Caderno B, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_10/86400](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/86400). Acesso em: 10 jul. 2021.

lavra pode oferecer. Vai ser, então, um mero jornalista sem qualificação. O jornalista que realmente se dedica à crônica é necessariamente um escritor.<sup>126</sup>

Assim, para Drummond, a crônica marca a possibilidade de abertura do texto jornalístico para o campo literário. Mas, para produzir literatura, é necessário que o jornalista saiba “explorar os efeitos graciosos que a palavra pode oferecer”, isto é, seja capaz de gerar uma escrita não meramente referencial, um texto que não aspire à transparência, para retomar a discussão proposta por Sússekind. Em suma, para que seja um cronista e não um *mero jornalista*, é preciso que o escritor *penetre surdamente no reino das palavras*, ou seja, que as explore enquanto significantes abertos e pluripotentes.

A crônica de Drummond se propõe a ser uma abordagem literária do real, entendido como a soma da matéria que figura no jornal e da experiência cotidiana, tal como o vemos no título da coletânea *De notícias & não-notícias faz-se a crônica: Histórias – diálogos – divagações* (1974). Se os *romances-reportagem* dos anos 1970 reivindicam um compromisso objetivo com a realidade, numa equação que equipara o romance à notícia, a crônica, pelo contrário, se afirma como o resultado de um *fazer*, de uma *poiésis*, para a qual as notícias (o real, pretensamente capturado de forma objetiva pelo jornal) servem de substrato, mas também esse outro elemento, constituído pela sua negação, as “não-notícias”. Por “não-notícias”, podemos entender aquela parte da realidade *objetiva*, que não foi noticiada, quer porque não tenha a relevância de um acontecimento habilitado a figurar nas páginas do jornal, quer porque tenha sido objeto de censura. Também por “não-notícias” podemos entender o que é *subjetivo* e que, por isso, se desvia do olhar objetivo jornal. De fato, para a caracterização da crônica como gênero, concorrem tanto a perspectiva subjetiva quanto a recorrente tematização de acontecimentos banais do cotidiano.

O subtítulo do volume também é representativo: a tríade “Histórias”, “diálogos”, “divagações”, tanto especificam quanto ampliam os sentidos possíveis para “notícias” e “não-notícias”. “História”, grafado com a inicial maiúscula, carrega o significado disciplinar, campo de conhecimento ou de discurso sobre fatos, por uma clássica oposição a “história” ou “estória”. No singular, remete à ideia de discurso unívoco e verdadeiro. Mas, grafado no plural, abre à possibilidade de outras construções discursivas sobre os fatos. Por seu turno, a palavra “diálogos” insinua a presença de outras pessoas com quem se dialoga, se opõe a “monólogo” ou a “solilóquio”, imagens normalmente associadas ao ato da escrita.

---

<sup>126</sup> ANDRADE, C. D. [Entrevista concedida a] Geneton Moraes Neto. In: MORAES NETO, G. **Dossiê Drummond**. São Paulo: Globo, 2007, p. 52.

A ideia da crônica como diálogo é central para a forma como nela comparece a dimensão política da escrita de Drummond. Como se verá em alguns dos textos analisados neste trabalho, muitas vezes Drummond estrutura suas crônicas a partir do registro de falas alternadas entre personagens, incorporando aspectos dramáticos ao texto. Mas o diálogo mais importante para a crônica, nos parece, é aquele promovido pelo gênero entre autor e leitor. Finalmente o termo “divagações” alude à ideia de pensamento não-sistematizado, de deambulação, que aproxima o gênero daquele criado por Montaigne, o *ensaio*, similaridade também frequentemente apontada pelos teóricos da crônica.

Assim, na crônica, o *real* da notícia comparece como um importante elemento constitutivo, mas está livre do compromisso ético ou estético do naturalismo e da pretensão objetiva que se vê, por exemplo, no *romance-reportagem* dos anos 1970. Paradoxalmente, por seu caráter descompromissado e leve, e pela natureza de entretenimento que assume, a crônica pode trazer (e, no caso de Drummond, ela muitas vezes traz) uma reflexão crítica, sob a forma alegórica, em relação a aspectos da realidade que o romance do mesmo período procura evitar, sobretudo, tendo-se em vista censura e a perseguição políticas promovidas pela ditadura. Essa linguagem evasiva, ademais, parece ser uma estratégia linguística recorrente, incorporada inclusive ao cotidiano, como comenta Carlos Voght:

Há um momento em que nós passamos a praticar uma linguagem alusiva. Não só os jornais desenvolvem essa prática, no cotidiano nós também passamos a desenvolvê-la. Tanto que nos compramos, durante um certo tempo, com as histórias do *Estadão* publicar os poemas de Camões etc., e nos menores detalhes, na alusão mais indireta, respirávamos um certo tipo de alívio por causa de uma ousadia quase que sem risco nenhum.<sup>127</sup>

Como dito previamente, o diálogo mais importante promovido pela crônica é aquele entre leitor e autor. De fato, observa-se que o leitor do jornal é convidado a interagir com o cronista, tornando-se de expectador a um potencial participante da escrita. Esse tipo de intervenção do correspondente na crônica será frequente nos textos de Drummond. Veja-se, por exemplo, a crônica *O leitor escreve*, de 27 de agosto de 1974. O título da crônica toma de empréstimo o nome comumente dado à seção de jornal dedicada à publicação de correspondência dos leitores. A imprensa, desde o século XIX, cria um contexto de comunicação do qual o jornalista – figuração do escritor – mantém uma relação bidirecional com seu leitor. Servindo-se do espaço aberto pelo jornal, por meio de cartas ou telefonemas, o público dirige-se ao co-

---

<sup>127</sup> ARRIGUCCI JR, 1999, p. 90.

lunista. Baralham-se os papéis e o leitor se propõe a escrever, cabendo ao cronista conceder-lhe (ou não) a palavra. Vejamos:

Todo colunista recebe cartas de leitores. Cartas de louvor, de crítica, até de descompostura grossa (estas, geralmente assinadas por pseudônimo). Não direi que as primeiras, tipo doce de leite, sejam as melhores. Elas podem envaidecer o destinatário além da justa medida em que todos os seres humanos permitem ao seu pavão interior abrir o leque da cauda. Se dermos demasiado crédito aos elogios, o pavão nunca mais fecha a cauda. Já os correspondentes que nos apontam erros, impropriedades, omissões têm o mérito de lembrar que, pelo fato de assinarmos uma coluna de jornal, não crescemos intelectualmente um milímetro a mais da estatura que o nosso QI nos proporcionou, e devemos reconhecer a relatividade desses limites. Já o xingamento puro pode até divertir, sem que haja masoquismo na reação. A manifestação de ódio ou ressentimento tem alguma coisa de grotesco.<sup>128</sup>

Partindo da constatação de que “todo colunista recebe cartas”, Drummond classifica os contatos recebidos segundo seu conteúdo e infere, a partir dele, as expectativas do leitor. Parece ter como pano de fundo a interrogação sobre o que motiva esse diálogo, em outros termos, a pergunta: *por que o leitor se dirige ao cronista?* Ou, ainda, *por que a crônica se mostra convidativa a este diálogo?* E, de outra feita, *como o cronista, convertido em leitor de seus leitores, lida com a comunicação que recebe?* Parte considerável dessa correspondência, diz o cronista, consiste em manifestações de aprovação ou reprovação que assumem diferentes “tons”, do “louvor” à “descompostura grossa”, quando não ao “xingamento”, expressões de uma *crítica impressionista* do público. Outro objeto recorrente do contato com o autor é a retificação de dados ou informações incorretas ou incompletas, das quais o autor se resigna ao ser lembrado de suas limitações em termos de conhecimento. No entanto, sublinha o cronista, haveria uma terceira e importante motivação para que os leitores se enderecem ao autor:

Há também os que nos sugerem assuntos, pedem coisas. Considero de muita valia o leitor prestante que nos acode justamente na hora fatal da “falta de assunto”. Na realidade, é apenas a hora em que não temos apetite para assunto algum. Todo mundo sabe que o que há no mundo é excesso de acontecimentos comentáveis, mas nem sempre estamos em condições de comentá-los, seja por incompetência na especialidade, seja por acordarmos insípidos e desinteligentes, seja ainda porque, se **os comentássemos, nossa pele correria certos riscos**. Mas existe afinal o assunto bom e que nos escapou, e que o bom leitor nos serve em bandeja postal ou telefônica. Abençoado irmão, que o faz sem intuito de recompensa a não ser a satisfação do obsequio prestado espontaneamente. Nem sempre os temas propostos são aproveitáveis. Na maioria, são tangerinas sem cheiro e sabor, que o paladar não aprova.<sup>129</sup>

A eventual “falta de assunto” para a crônica contrasta com o “excesso de assuntos comentáveis”, situação na qual o leitor, no espaço dialógico estabelecido pela crônica, socorre o

<sup>128</sup> ANDRADE, C. D. O leitor escreve. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 84, n. 141, 27 ago. 1974c. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/109928](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/109928) Acesso em: 08 jul. 2021.

<sup>129</sup> Ibidem, p.5.

cronista tornando-se participante da escrita. A não-utilização de algum assunto deve-se, segundo Drummond, a razões de ordem *subjetiva* ou *objetiva*. Quanto às primeiras, aponta-se o desconhecimento de alguma matéria específica (retomando a tópica anteriormente levantada sobre limitações do autor) ou o fato de acordar desmotivado para algum tema, ou, em suas palavras, “insípido e desinteligente”. Frise-se que aqui é o autor (e não o tema) que está “insípido e desinteligente”. De outro lado, há razões de ordem objetiva que influem para que um tema não seja aproveitável para a crônica. Se num primeiro momento é o autor que acorda “insípido”, logo a seguir se dirá que são os próprios temas sugeridos, na sua maioria, “sem cheiro ou sabor”. Dessa conjunção, nos parece restar a ideia de que o aproveitamento dos temas depende, em maior medida, da capacidade transformadora do cronista que mesmo ao abordar temas, a priori, “insípidos” pode torná-los “saborosos”.

Merece destaque uma segunda razão objetiva para a recusa de alguns temas sugeridos pelos leitores. O autor assim a expressa: “se os comentássemos, nossa pele correria certos riscos. Dado o contexto histórico, é difícil não ler nessa ameaça que paira sobre o cronista uma alusão à censura que vedava a abordagem de temas sensíveis ao governo e que punia, de forma violenta, os que se manifestavam contrários à ditadura. Como dissemos, o estilo da crônica – por oposição ao adotado no noticiário – possibilita uma tematização alusiva da realidade. Por essa razão, o texto se apresenta de forma lacunar e leva o leitor a certas perguntas: que temas seriam esses que colocariam a pele do autor sob “certos riscos”? Ou, ainda, que “riscos” são esses? As construções perifrásticas, a utilização de metáforas e de eufemismos são alguns dos recursos linguísticos usados para abordar questões sem abordá-las diretamente e reforçam o sentido de diálogo do texto pelo clima de cumplicidade que se cria entre autor e leitor. Assim, a crônica presume que o leitor, por compartilhar do mesmo contexto histórico, é capaz de decifrar as *entrelinhas* do texto. Esta, aliás, é uma das razões pelas quais a crônica foi frequentemente considerada um *gênero menor*: a circunstancialidade que, muitas vezes, a torna plenamente compreensível apenas por um leitor que seja contemporâneo a sua escrita e capaz de preencher, com dados extratextuais, as lacunas do texto.

Vimos que o *leitor que escreve* é descrito por Drummond primeiro como crítico, depois como colaborador do cronista. Vejamos uma terceira figuração:

Noto que muitos leitores são cronistas em potencial, e gostariam de **ocupar o espaço** em que desenvolvemos nossas peraltices. Não quero dizer que pretendem tirar-nos o pão da boca; almejam o desenvolvimento da padaria. Há quem cisme que a coluna de jornal deve estar aberta para tudo e para todos, inclusive a matéria de interesse individual, maquilada de interesse coletivo. [...] O esti-

lo coloquial dado à prosa jornalística assinada parece animar tais veleidades, e talvez seja o caso de a gente usar a linguagem do DASP, para desiludi-las.

Reclamações contra a falta de luz, o buraco, a ausência de policiamento, o imposto de renda, os surtos epidêmicos são itens frequentes de correspondência. O cronista se sentiria muito feliz se um dia, mesmo vencendo a impropriedade do tema em coluna frívola, sua voz chegasse a quem de direito e fosse ouvida. Não sei, porém, de caso algum em que minha palavra alterasse a posição de um palito no equilíbrio (ou desequilíbrio) universal. Assim sendo, e porque minha função é dar uma cabriola matutina, sem responsabilidade no desconcerto do globo terrestre, calo-me.<sup>130</sup>

Humoristicamente, o cronista aponta uma suposta concorrência entre o leitor (cronista potencial) e o colunista já estabelecido, como se aquele desejasse tomar o seu lugar. Contudo, logo se desconstrói essa suposta competição, amplificando a abrangência ambicionada pelo *leitor* que escreve. A motivação desse leitor, *potencial cronista*, seria, na verdade, o desejo de participar de um espaço de livre expressão, reivindicação de uma *esfera pública* então cerceada pela ditadura. O espaço do jornal, ocupado pelo cronista, figura como emblema desse espaço onde se pode falar (e ouvir). Lembremos que, segundo Hannah Arendt, a existência de uma esfera pública (ou espaço da aparência) é condição necessária para o exercício de uma das dimensões da *vita activa* que definem a condição humana, precisamente sua dimensão política, manifesta pela *ação e pelo discurso*. Para a autora, a política, que se baseia na “pluralidade dos homens” depende da existência desse espaço onde os diferentes convivem. Não é em vão que um dos primeiros atos da tirania – e a ditadura seria uma forma de governo de viés tirânico – visa precisamente à eliminação dessa esfera pelo uso da violência. O Ato Institucional n. 5, bem como outros dispositivos legais da ditadura, serviram à uma aplicação instrumental da violência com o objetivo de minar a possibilidade de *ação política*, tal como a descrevia Arendt. A reivindicação dessa esfera pública que aparece na carta do leitor é endossada por Drummond, ao incorporá-la a sua crônica.

Um aspecto importante da crônica é o papel do registro linguístico informal como elemento que favorece a interlocução com o leitor. Como vimos, a linguagem literária dominante nos anos 1970 simula a do próprio jornal em seus aspectos mais referenciais e objetivos, uma das razões pelas quais o *romance-reportagem* se torna popular no período. Na crônica, por seu turno, é a *coloquialidade* que ajuda a construir o clima de conversa. Contrastivamente à linguagem convidativa da crônica, teríamos a linguagem técnica do “DASP”, sobrepesada pelo uso de uma sigla que evoca os emaranhados labirínticos da burocracia estatal, no caso, referindo-se ao “Departamento Administrativo do Serviço Público”, criado pelo Estado Novo.

---

<sup>130</sup> Ibidem.

Esse registro linguístico tecnoburocrático, espécie de passe para o trânsito pela máquina pública, sendo o legítimo para comunicação entre cidadãos e os órgãos estatais, funciona, na prática, como um dificultador, para o cidadão, do acesso a bens e serviços. A distinção entre a linguagem da crônica e a do “DASP” é, portanto, a diferença entre uma linguagem que afasta e uma que aproxima. Não é em vão que o leitor “cisme” que o espaço da crônica deva ser “aberto a tudo e a todos”, em outros termos, democrático, espaço da pluralidade dos homens, no dizer de Arendt.

A reivindicação participativa do leitor na própria escrita da crônica aponta para um processo ainda maior de democratização da palavra literária do que aquele referido por Rancière em relação ao romance. Para o filósofo, a democracia literária seria derivada da “circulação aleatória da letra” pela criação de uma “comunidade” dispersa, que subverte hierarquias socialmente dadas, inaugurando a “comunidade dos leitores”<sup>131</sup>. Enquanto a circulação aleatória do romance cria uma comunidade dispersa, a que se estrutura entorno da crônica parece ter contornos e propósitos mais bem definidos: nela aparece, ou quer aparecer, a própria reivindicação de um espaço dialógico. Há no *leitor escreve* a expectativa não apenas de publicizar suas queixas e reivindicações, mas de participar, no espaço da crônica, de uma discussão pública sobre temas que o interessam, o que se reveste de especial significado em tempos de silenciamento. Assim, diz-nos Drummond, o leitor que lhe escreve aposta na crônica como um meio efetivo de reivindicação (individual ou comunitária) quando outros meios de manifestação dessas pretensões estavam interditos.

Aparentemente mais cético do que seu público, Drummond expressa descrença quanto ao poder da crônica para mobilizar alguma mudança efetiva na realidade, o que somente aconteceria, em seus termos, se sua palavra “chegasse a quem de direito e fosse ouvida”. Diz ter optado por “calar-se” ante o desconcerto do mundo, e por isso defende o caráter descompromissado do gênero como sendo apenas uma “cabriola matutina”.

Essa avaliação da crônica como algo desprezioso, cuja principal função é lúdica, foi retomada na entrevista concedida a sua filha, a que já fizemos menção. Perguntado sobre um volume de crônicas que seria publicado àquela altura – *Boca de Luar*, 1984 –, Drummond reafirma sua avaliação do gênero:

É um gênero menor e engraçado, que se enquadra exclusivamente no segundo caderno dos jornais. Esse tem, a meu ver, a função de corrigir o primeiro, que é um estoque fabuloso de terremotos, crimes e misérias. Depois de tomar contato com tudo

---

<sup>131</sup> RANCIÈRE, *Políticas de Escrita*. São Paulo: Editora 34, 1995, p. 15.

isso, durante o café da manhã, o leitor precisa de distração. Como cronista, eu me sinto um palhaço, um *jongleur*, dando saltos e cabriolas, fazendo molecagens.<sup>132</sup>

O compromisso da crônica com o humor, traço importante da crônica, é determinante para que ela cumpra sua função, qual seja, a de *distrain* o leitor depois de atravessar as *tragédias* naturais e sociais da primeira parte do jornal, onde figuram as notícias, e ao qual corresponde uma linguagem da objetividade e da transparência, que pretende ser meramente denotativa. O lugar que ela ocupa no jornal – o segundo caderno – reitera sua condição secundária e menor.

Mas a despeito de ser um gênero menor, ela parece ser necessária, justamente porque se relaciona de uma outra forma com a realidade. O *cômico* da crônica corrige o *trágico* da notícia. O *olhar subjetivo* do cronista inflexiona o *olhar objetivo* do jornalista. Este supostamente *informa*, aquele *distrain*. Corrigir a realidade objetivamente tratada significa acrescentar-lhe um aspecto subjetivo, pessoal e, principalmente, cômico, segundo Drummond. Mas, é importante lembrar que parte substancial desse real *não pode ser dita*, em tempos de censura, sob pena de se correr “certos riscos”.

Na mesma entrevista, Maria Julieta Drummond se contrapõe ao pai, recordando-lhe que sua coluna muitas vezes trata de assuntos sérios, ao que o entrevistado responde que isso ocorre apenas “episodicamente” e reafirma que “o importante é ele [o cronista] saber divertir os leitores.”<sup>133</sup> Mas a despeito – ou graças – a esse caráter descomprometido, a crônica cumpre um papel *suplementar* à notícia. Justamente por se tratar de um espaço do lúdico, do humor, do distensionamento, ela pode apontar, sinalizar, aludir a aspectos do real não abordados no primeiro caderno.

É por ser considerada uma brincadeira que ela goza de certa liberdade para falar: a crônica não deve ser levada a sério. Ela é uma cabriola, um salto, um gesto acrobático, uma pirueta – um movimento supérfluo, portanto. O cronista, um palhaço, um *jongleur*, um malabarista, alguém que brinca com as notícias e com as palavras com a intensão de divertir o leitor de *retinas fatigadas*. Esse descompromisso com a seriedade objetiva do jornal permite que a crônica fale de um real que não pode ser dito. Ainda que não pretendendo tratar seriamente os temas e reafirmando a crença na futilidade da sua “cabriola matutina” – mesmo porque não crê que sua “sua voz chegasse a quem de direito e fosse ouvida” – observa-se que, ao contrário do que declara o cronista, algumas vezes sua “coluna frívola” recebeu a atenção (e mere-

---

<sup>132</sup> ANDRADE, 1984a, p. 3

<sup>133</sup> *Ibidem*.



ceu resposta) de autoridades. A título de exemplo, pode-se tomar a crônica *Requerimento ao Ministro* de 14 de agosto de 1979.

Glosando um expediente administrativo (e a linguagem do “DASP”) Drummond dirige-se ao Ministro Extraordinário de Desburocratização, Hélio Beltrão. O motivo da petição foi o Decreto 83053, de 19 de janeiro de 1979, que tratava de medida de caráter econômico que estabelecia uma série de procedimentos com o objetivo de limitar a importação de bens por órgãos da administração pública, forçando a aquisição de produtos similares produzidos no país. A medida, que tinha como pretensão forçar um equilíbrio na balança comercial brasileira, impunha um rito excessivamente burocrático que dificultava, e até mesmo inviabilizava, a aquisição de obras literárias estrangeiras, fato que parece chamou a atenção do servidor aposentado do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

Sucede, porém, ilustre Ministro, que o arrocho costuma ir além do que patrioticamente pensavam seus promotores. É o caso de limitar e quase impedir, pelo processo da estrada burocracia autorizativa, a aquisição normalíssima e indispensável, no mercado interno, de determinados bens de origem externa, entre os quais figura um que é do extremo agrado de V. Exa., pessoa culta e atualizada nos saberes gerais, e que é também, confesso, de minha particular estima: o objeto chamado livro. Eis aí um objeto que, vindo da estranja, só raramente pode competir com o produto nacional correspondente. Pelo contrário, aquele completa este, formando os dois uma ferramenta de trabalho de que não podemos prescindir, pelo menos enquanto o Brasil não se tornar uma superpotência cultural, provida dos maiores talentos criadores em todas as províncias do conhecimento e da imaginação, uma espécie de Grécia antiga que alimentava o mundo com as suas ideias. (Coisa que já hoje não sucede a país algum no mundo, infelizmente).<sup>134</sup>

O tom coloquial-humorístico da crônica quebra a formalidade do expediente administrativo parodiado do qual restam as marcas formais que simulam pompa e circunstância ao texto. A disposição de termos como “arrocho”, “estranja” e “decretinho” ao lado de vocativos e construções apropriadas das normas de redação oficial empresta comicidade a esse pastiche de um requerimento. Em tom derrisório, o cronista expressa desalento ante o fato de o país não ser “ainda” uma superpotência cultural. Lamenta, de forma irônica, a dependência cultural e denuncia, por esse meio, o absurdo de uma utopia nacionalista “fechada” no mundo moderno, coisa que só parecia ser possível na antiguidade clássica. Recordemos que a escrita de Drummond é fortemente marcada pela permeabilidade ao diálogo do local com global, como evidenciado na imagem poética da rua de Itabira que vai dar para o mundo. Por essa razão –

---

<sup>134</sup>ANDRADE, C. D. *Requerimento ao Ministro*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 89, n. 128, 14 de ago. 1979. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/203669](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/203669) Acesso em: 14 jul. 2021.

justifica o autor – se mostra necessário e justificável desburocratizar o processo de aquisição de obras do exterior, leia-se também, abertura a ideias e obras estrangeiras.

À vista do exposto, e cômico de estar colaborando com a benemérita cruzada de simplificação do serviço público no Brasil, venho rogar a V Exa. se digne, pelos meios e modos competentes, conseguir um decretinho de duas linhas isentando o livro estrangeiro, à venda no país, da incômoda via-sacra de ofícios, despachos e não sei que mais, que passou a condicionar sua simples aquisição pelas agências do Governo e órgãos a ele vinculados.  
Saúde e simplificação (fugindo ao protocolo). Pede deferimento.<sup>135</sup>

Há um proposital exagero nas imagens com que fecha a crônica. Os termos de um recorte religioso como “benemérita cruzada”, “rogar” e “via-sacra” amplificam a distância entre o sujeito que peticiona, reduzido à condição de um devoto suplicante, e um outro que pode se “dignar” a atendê-lo (ou não), dando um caráter de arbítrio quase divino àquele a quem se dirige. Magnificação burlesca do ocupante de função pública a quem se dirige para peticionar por simplificação, forjando um contraste entre a simplicidade pleiteada e a linguagem rocambolesca do seu pleito.

A crônica-petição de Drummond rendeu uma resposta do Ministro, que foi publicada no rodapé da coluna do autor do dia 21 de agosto de 1979:

O poeta Carlos Drummond de Andrade, na crônica publicada pelo Caderno B, dia 14 passado, com o título Requerimento ao ministro, pediu ao Sr. Hélio Beltrão que conseguisse “um decretinho de duas linhas isentando o livro estrangeiro, à venda no país, da incômoda via-sacra de ofícios, despachos e não sei quê mais que passou a condicionar sua simples aquisição pelas agências do Governo e órgãos a ele vinculados”.

[...]

Em resposta, o Ministro Hélio Beltrão escreveu uma carta ao JORNAL DO BRASIL, declarando: “Já me comuniquei com Mestre Drummond pelo telefone. Disse-lhe, em resumo, que como brasileiro, estou encabulado, e como desburocratizador, enfurecido. Já estou com a mão na massa, confiante em que, com a ajuda do ministro Portella e a concordância do Presidente, o assunto terá pronta solução.

Economizar divisas é uma coisa. Burrocratizar a Cultura é outra.

Cordialmente, seu Hélio Beltrão.<sup>136</sup>

Mas os apelos do cronista talvez não tenham sido suficientes para produzir o efeito prático pretendido pelo autor e prometido pelo ministro posto que a única revogação expressa que consta para o decreto citado se deu em 1991. De qualquer forma, a manifestação pública do ministro, por meio do jornal, além da mencionada conversa privada, dá uma ideia da ressonância da palavra do autor.

<sup>135</sup> Ibidem, p.5.

<sup>136</sup> DO MINISTRO ao poeta. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 89, n. 135, 21 de ago. 1979. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/204026](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/204026) Acesso em: 13 jul. 2021

Sérgio Alcides (2008) relata outro exemplo de uma publicação de Drummond que provocou grande debate público, chegando a receber respostas de diversas autoridades, contradizendo a alegada frivolidade de sua “cabriola matutina”. A crônica-poema “Triste Horizonte”, publicada no *Jornal do Brasil*<sup>137</sup> em 14 de agosto de 1976 e, no dia seguinte, no jornal *Estado de Minas*, teve a uma forte repercussão em Belo Horizonte. O texto comenta, com desilusão, as transformações da paisagem urbana e natural da capital mineira, em especial a conversão de parte dos jardins da Igreja de São José em centro comercial e pátio de estacionamento. Nos dias seguintes à publicação, ocorreram protestos contra o projeto com a distribuição de milhares de cópias impressas dos versos de Drummond pelas ruas da capital. Vários intelectuais mineiros se manifestaram solidários ao poeta que declarava não mais querer tornar à cidade, convertida de Belo em Triste Horizonte. Os padres redentoristas, responsáveis pela Igreja de São José e o próprio prefeito da cidade se manifestaram – esquiva ou defensivamente – nos dias seguintes à publicação dos versos, mas, apesar da repercussão e da mobilização da opinião pública causadas pelo poema nos dias seguintes à publicação, a palavra de Drummond não foi capaz de deter o avanço dessas transformações, o que parece ir ao encontro do ceticismo do cronista quanto a sua possibilidade de alterar o “equilíbrio (ou desequilíbrio) universal”:

De círculo a flecha, de flecha a círculo, a reconstrução dessas passagens históricas talvez nos seja inspiradora — mas não pode nos iludir sobre os fatos incontornáveis: a Serra do Curral é uma mentira, os redentoristas ergueram seu edifício comercial exatamente do jeito que pretendiam, e belas expectativas continuam a morrer atropeladas pela experiência triste da cidade periférica, em sua inscrição que só pode ser chamada de *pós-colonial* com muito favor. A eficácia da poesia, quanto a isso, foi nenhuma. Apenas alguma perturbação foi imposta, por uma semana de história desferida, a indivíduos que se dispuseram a servir a tais propósitos, como executivos, políticos, sacerdotes, empreiteiros, burocratas e juizes.<sup>138</sup>

Por esses exemplos, pretendemos ter demonstrado como a crônica de Drummond alimentou, algumas vezes, um debate público (ou a expectativa de tal debate) que contradiz a natureza meramente frívola do gênero. Num caminho que vai da produção à recepção, os textos de Drummond publicados em jornal estão entremeados por questões políticas. Defendidos pelo autor como mera distração, seu caráter político aparece desde o espaço dialógico-democrático a que convidavam seus leitores, até às eventuais discussões e respostas públicas

<sup>137</sup> ANDRADE, C. D. Triste Horizonte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 86, n. 128, 14 de ago. 1976c. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/145584](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/145584). Acesso em: 14 jul. 2021.

<sup>138</sup> ALCIDES, S., Belo Horizonte de expectativas: a despedida de Drummond. In: DUTRA, E. F. e BOSCHI, C. C. (Orgs.) *Estudos sobre Belo horizonte e Minas Gerias nos trinta anos do BDMG Cultural*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2018, p. 110-111.

que, por vezes, provocaram. Mas é também como modo alusivo de abordagem literária do real que pretendemos evidenciar esse caráter político. A crônica se apresenta, assim, como um meio elíptico de pensar a relação do cotidiano com a própria História.

### 3.3. O cronista da ambiguidade

Em *Drummond prosador*, Antonio Candido se propõe a investigar as características da prosa do autor a partir de antologias de textos originalmente veiculadas em jornais. O crítico resgata uma resenha sua publicada na *Folha da Manhã* por ocasião do lançamento de *Confissões de Minas* (1944), primeiro livro de prosa de Drummond que reúne textos das décadas de 1920 a 1940. Nessa resenha, Candido começara por chamar a atenção para a qualidade da produção em prosa dos poetas contemporâneos – Manuel Bandeira, Vinícius de Moraes, Mário de Andrade e o próprio Drummond –, muito superior, em sua avaliação, à dos romancistas da época. Na obra objeto da resenha, o crítico aponta a “limpidez contida” da prosa e a multiplicidade de gêneros pelos quais o autor transita: “Há crítica literária, estudos de personalidade, comentário lírico e anedótico sobre o cotidiano, mostrando que ele não é um cronista no sentido estrito, como são Rubem Braga, ou Rachel de Queiroz e Fernando Sabino.”<sup>139</sup>

Para Candido, os textos que o próprio Drummond classifica como *crônicas* seriam, na verdade, “escritos de latitude maior”. O crítico apresenta a hipótese de que, em Drummond, a prosa de ficção, exemplificada pela novela *O gerente* (1945) e pelos textos reunidos em *Contos de aprendiz* (1951), “constitui um ponto intermediário que vai da poesia à crônica”, mas frisa que na sua obra há sempre um trânsito de mão dupla entre diversos gêneros o que pode ser observado pelo “gosto acentuado” por formas diversas da narrativa (romance popular, notícias, relato pessoal) também identificável em sua poesia, a exemplo dos poemas narrativos “*Caso do vestido*” e “*Morte do Leiteiro*,” de *A Rosa do povo* (1945) e “*O Padre, a Moça*”, de *Lição de Coisas* (1962).

Isso para não falar nos limites fluidos da crônica propriamente dita, onde poesia e ficção se misturam a fim de produzir figuras variadas em torno da anedota, o caso singular, a cena de rua. Digamos que numa ponta ficam as estruturas especificamente poéticas, com função própria; na outra, certas prosas de cunho reflexivo ou polêmico, nutridas de ideia, protesto, denúncia, como as que têm atraído de maneira crescente esse escritor capaz de atuar com firmeza, mas sem brutalidade nem grosseira – coisa muito rara hoje. E, na base, o dom de uma prosa lírica e firme, correta sem afetação, que foi ganhando transparência mágica e ultimamente sabe incorporar

<sup>139</sup> CANDIDO, A. *Drummond prosador*. In: \_\_\_\_\_. **Recortes**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 16.

com naturalidade o que há de mais expressivo nos torneios coloquiais e no vocabulário da nossa língua em mudança rápida. A partir da matriz possivelmente mineira, Drummond extraiu de um corte clássico do idioma os movimentos mais livres.<sup>140</sup>

Note-se como chama a atenção do crítico a recorrência de uma dicção política em parte das crônicas de Drummond mencionadas como “certas prosas de cunho reflexivo ou polêmico, nutridas de ideia, protesto, denúncia” que figurariam no polo oposto ao ocupado pela poesia “com função própria”. Para Candido, a crônica drummondiana se situa dentro do que poderíamos chamar de um *continuum* que vai da poesia à prosa crítico-reflexiva, sendo vários e livres os movimentos que a escrita do autor se permite dentro desse espectro. Assim, para o crítico, convém colocar entre aspas a denominação crônica sob a qual Drummond reúne grande parte de seus escritos em prosa, dada a liberdade e competência com que o autor transita entre gêneros. Segundo Candido, ao produzir “variações a partir dos gêneros estabelecidos” Drummond cria “modalidades que escapam às classificações”.

Dentre os movimentos da crônica drummondiana, o crítico aponta a presença recorrente, sobretudo a partir de *Fala, amendoeira* (1957), de textos que contêm características do gênero *estudo*. Atenuada pelo tom informal próprio da crônica, é notório o cuidado de Drummond com a precisão dos dados o que aponta “uma vocação monográfica” do autor. Registre-se que essa densidade informativa e reflexiva apontada pelo crítico contraria a superficialidade frequentemente evocada para caracterizar o gênero:

Esta última modalidade leva a pensar que ele pratica ao seu modo aquilo que Montaigne chamava ensaio, ou seja, o exercício em profundidade do pensamento a partir de estímulos aparentemente fúteis ou desligados do que acaba sendo a matéria central. [...] E aí concluímos que a designação *crônica* pode ser tão arbitrária em Drummond quanto *ensaio* em Montaigne. Num caso e noutro os movimentos livres do pensamento e da imaginação vinculam estreitamente o detalhe insignificante à reflexão cheia de consequências, de um modo que escapa às classificações.<sup>141</sup>

As crônicas drummondianas também bordejam a narrativa breve, movimento similar ao anteriormente mencionado em relação à poesia do autor, aproximação que as colocam em fronteira com o conto. Para Candido, essa aproximação seria mais comum na prosa drummondiana até meados dos anos 1950, a partir de quando passou a haver maior número de crônicas ditas “puras”. Por outro lado, em relação à poesia, nos anos 1960, intensificou-se a modalidade de poemas que se aproximam da prosa, justificando o título híbrido de um de seus livros da década *Versiprosa* (1967): “Aí crônica, em mais de um sentido, ficção e poesia se

---

<sup>140</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>141</sup> Ibidem, p. 20.

combinam sob a referência desta, mostrando a livre circulação de um autor que sendo altíssimo poeta é não menos alto prosador, pode transitar entre gêneros e acima deles.”<sup>142</sup>

Candido conclui que uma abordagem mais produtiva da obra de Drummond deve relativizar as divisões rígidas entre gêneros, uma vez que o autor dosa, em sua escrita, poesia, ficção e reflexão crítica: “Por isso, é claro que na sua poesia há ficção e crônica; na sua crônica, poesia e ficção; na sua ficção crônica e poesia – tudo formando o que para ele decerto são tentativas, mas para nós são realizações completas e exemplares”.<sup>143</sup>

Mesmo o crítico Temístocles Linhares, em texto no qual expressara de forma bastante contundente suas objeções quanto à durabilidade da crônica, considera Drummond uma exceção entre os cronistas. Comentando o lançamento da coletânea *A bolsa e a vida* (1962), avalia que autor fazia verdadeiros “prodígios com a crônica”. O crítico também destaca a intersecção entre prosaico e poético nessas obras: “Ótimo prosador, o poeta faz prosa sem contudo deixar de fazer poesia também em tudo que o livro, sem pretensões, procura ver em estado de crônica”<sup>144</sup>. Na sua avaliação, a “vigilante introspecção” drummondiana confere a sua escrita em prosa uma substancial densidade, ainda que “sua temática seja inspirada na vida cotidiana”, razão pela qual

[...]o autor não é um simples cronista, tanto mais que em suas mãos a crônica se torna meio indefinida. Quem possui uma inteligência perfurante e dialética como a sua, capaz de tudo julgar, aos outros e a si mesmo, capaz mesmo de tudo explicar, realmente, não pode ficar confinado às delimitadas fronteiras de um gênero a que muita gente ainda nega o qualificativo literário, aproximando-o mais do jornalismo. É evidente que semelhante critério jamais poderia ser aplicado a Drummond, cuja densidade de pensamento se mostra logo incompatível com a existência febril e agitada do homem de imprensa. E por que não também com o cronista?<sup>145</sup>

Essa imprecisão de fronteiras identificada na escrita drummondiana e tão marcante em sua “crônica” remete às origens do gênero a partir do espaço germinal do *rez-de-chausée* do jornal, uma vez que o folhetim, em seu sentido primeiro, era exatamente esse espaço aberto a todo tipo de texto e de matéria muito diversa:

São movediças, como já se observou, as fronteiras entre os numerosos escritos abrigados no hospitaleiro folhetim [...] E há outros textos. Cães vadios, livres farejadores do cotidiano, batizados com outro nome vale-tudo: a crônica. Cães sem dono, também, que são na maior parte anônimos ou assinados com as iniciais. Envergo-

---

<sup>142</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>143</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>144</sup> LINHARES, Op. cit., p. 4.

<sup>145</sup> Ibidem, p. 4.

nhados, quem sabe, de um escrito que não se enquadra propriamente num gênero, que é quase uma fala, coisa de casa, useira e vezeira, literatura de pé-de-chinelo.<sup>146</sup>

É interessante notar como Drummond explora com liberdade o espaço de sua coluna no jornal. Frequentemente, ao invés de desenvolver um bloco de contínuo de texto, o autor divide sua sessão em tópicos com subtítulos – alguns dos quais, por vezes, assinados pelo heterônimo João Brandão – dando a sua crônica a forma de um jornal dentro do jornal, num jogo de *mise en abyme*, onde cada um dos itens apresenta um texto formal e ou tematicamente diferente, mas correlacionado aos demais (o comentário mordaz, a narrativa breve, diálogos, anedotas, aforismos, poesias, citações etc.) lembrando, por sua forma, o espaço primordial e multifacetado do folhetim. Essa variação da crônica de Drummond era reproduzida sob um título comum, normalmente em um dos três dias da semana nos quais o autor publicava, e recebeu denominações diferentes ao longo do tempo em que escreveu para o *Jornal do Brasil* como *Jornal Pequeno* (1972), *Jornal em Drágeas* (1978), *Jornalzinho Simples* (1981), *Mirante* (1982 – 1983).

Assim, a crônica que surge do hibridismo entre diversos gêneros e alcança relativa estabilidade formal e tornando-se um gênero *tipicamente brasileiro* no modernismo, em Drummond não está presa a essa forma – ou fórmula – acabada, preservando como característica marcante o trânsito entre gêneros e acima deles, permitindo-se uma contínua reconfiguração de suas margens: a “crônica”, entre aspás, como propôs Candido.

O próprio cronista reconhece nessa mescla de gêneros e registros de linguagem um traço característico de sua prosa, apresentando-se como *cronista da ambiguidade*, título do texto publicado no *Jornal do Brasil* de 8 de maio de 1984. Por suposto, assumindo características apontadas pela crítica, o autor cede a palavra a João Brandão, o já mencionado personagem *alter egóico* que assina como “titular-substituto” da coluna. Brandão/Drummond resenha a coletânea de crônicas *Boca de Luar* (1984), por ocasião do seu lançamento:

O poeta Carlos Drummond de Andrade acaba de publicar pela Record, um livro de crônicas. Está na linha das contradições deste país, onde os generais exercem obrigatoriamente a Presidência da República e os civis brincam de vídeo-game ou avançam na terra dos índios. Se as coisas aqui nunca estão em seus lugares, como impedir que um executante de versos faça concorrência a jornalistas profissionais? Dentro das normas surrealistas do país, a crônica de Andrade nem sempre é crônica. Ele

---

<sup>146</sup> MEYER, M. Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a chronica. In: CANDIDO, A. (Org.). **A crônica**: gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992, p. 127-128.

às vezes esquece que sua obrigação seria registrar (e comentar) os acontecimentos públicos do dia.<sup>147</sup>

A alegada oposição entre poesia e prosa jornalística, entre o papel do poeta e o do cronista seria apenas mais uma das impropriedades e contradições do país. Um poeta que incuriona pelo território reservado aos jornalistas profissionais sente-se autorizado a fazê-lo já que a invasão do espaço alheio é naturalizada por uma espécie normatividade “surreal” em vigor no Brasil, lugar onde “as coisas nunca estão em seus lugares”: militares ocupam a presidência enquanto civis permanecem indiferentes a essa expropriação do espaço público que lhes pertenceria – e distraidamente se entregam à novidade do *vídeo game* – ou, também eles, se sentem autorizados a invadir o espaço alheio, no caso, as terras indígenas, havendo aqui uma crítica a essa espécie de reprodução descendente da violência.

Nesse processo, a crônica de Drummond eventualmente deixa de ser crônica, em sua acepção *moderna*, pois não se atém ao registro e comentário dos “acontecimentos públicos do dia” e também difere da crônica em sua acepção *histórica*: numa breve digressão – que remete à “vocação monográfica” mencionada por Candido – João Brandão alude a um suposto antepassado cronista: “Ao se ocupar de assuntos que tais, Andrade não segue a lição do seu avoengo, o cavaleiro medieval Fernán Perez de Andrade, que em 1300 e tantos, na Espanha, mandou traduzir para o galego a Crônica troiana, relação minuciosa dos fatos verificados durante a guerra de Troia.”<sup>148</sup>

Soma-se ainda uma outra duplicidade que diz respeito à alternância entre um registro formal e um informal da linguagem. O resultado é uma prosa que coloca em relação dialética tradição e modernidade, renovando-se na busca de um diálogo com o público contemporâneo:

A prosa de Andrade oscila pendularmente entre a norma erudita e o coloquial urbano. [...] Não sei, não sei, mas acho que no fundo a ambição de Andrade seria despir-se de incômoda carapaça de velhinho e sair por aí praticando inconseqüências juvenis. Mas, freado pelo bom senso, resigna-se a ser um contemplativo de modas, mutantes e transas, apenas. Ou não? Com ele, nunca se sabe.<sup>149</sup>

Marcada por dualidades, a escrita de Drummond – ele mesmo adjetivado como síntese do par dual “Minas” e “Copacabana” – oscila entre o registro factual e a construção do ficcional. Também se assemelha – embora não se assimile – à crítica dos costumes tal como praticada pelos filósofos moralistas de quem Montaigne é um predecessor:

<sup>147</sup> ANDRADE, C. D. O cronista da ambiguidade. **Jornal do Brasil**: Rio de Janeiro, ano 94, n. 30, 8 maio 1984c. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_10/79714](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/79714). Acesso em: 14 jun. 2021.

<sup>148</sup> *Ibidem*, p.8.

<sup>149</sup> *Ibidem*.



O cronista mineiro-copacabânico prefere saltar de um dado positivo para outro imaginário, e assim vende o seu peixe. Tem-se a impressão de que, nascido em outro século, se empenharia em ser moralista, no sentido filosófico da palavra. Como ao que parece, o nosso tempo não comporta este gênero literário, ele se contenta em ser cronista e, assim como quem não quer, solta as suas palavrinhas críticas, sem direção prefixada. Este meu compadre é sonso, mineiro, e está dito tudo: cronista da ambiguidade.<sup>150</sup>

No termo *ambiguidade* que ancora essas diversas oscilações entre dimensões tidas por opostas, Drummond resume, nessa autorresenha, uma característica já abundantemente apontada por seus críticos: o movimento pendular entre gêneros e entre registros de linguagem que é parte do que singulariza e enriquece sua escrita. Como assinalado, a ambiguidade se refere tanto ao cronista quanto àquilo que é o objeto de sua escrita. O *cronista da ambiguidade* é, assim, aquele que assume em sua crônica traços que a tornam ambígua, isto é, indefinida enquanto gênero. Mas também é o cronista que retrata, de forma crítica, a sociedade brasileira, em suas ambiguidades históricas como as aludidas no início do texto em relação à presença dos militares na presidência e dos civis nas terras indígenas. Estas críticas frequentemente se apresentam de forma indireta e alusiva, amenizadas pelo diminutivo “palavrinhas” e por, alegadamente, não possuírem “direção prefixada” são, portanto, coisa que não deve ser levada muito a sério. Esse modo esquivo de falar é o característico de alguém definido como “sonso”, isto é, aparente ou dissimuladamente ingênuo e “mineiro”<sup>151</sup>, evocação do estereótipo de desconfiado e “escorregadio” atribuído aos nascidos nas Minas Gerais. Se por um lado esses cuidados podem ser lidos como uma defesa prévia contra eventuais melindres que essas críticas *indiretas* pudessem despertar, por outro lado há que se ter em mente que mais do que meros escrúpulos do cronista, o contexto dessa crônica ainda é o de repressão ditatorial, mesmo que a censura, por essa época (a crônica é de 1984) já tivesse se abrandado.

Mas, no que toca à biografia do autor, uma ambiguidade que foi explorada por estudiosos (e tida como exemplificativa das ambiguidades do país) diz respeito a sua relação com o campo político, com ênfase particular para o período durante o qual atuou no Ministério da Educação da Era Vargas. A relação entre intelectuais brasileiros e o poder, isto é, sua presença em centros decisórios do Estado, foi objeto de importantes análises sociológicas e históricas,

---

<sup>150</sup> Ibidem.

<sup>151</sup> Leia-se como Drummond tipifica o mineiro, em crônica posterior escrita por ocasião do falecimento do escritor Antonio Versiani: “Na atitude serena diante dos fatos mais perturbadores, comentados com humor e malícia, no interesse pela vida sem sofisticação, na capacidade de colher a sabedoria dos rústicos vestida de linguagem pitoresca, era bem um tipo que o meu Estado sabe produzir para consumo próprio ou para exportação: com garantia de autenticidade.” (ANDRADE, C. D. Mineiro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 122, 27 ago. 1970. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/14055](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/14055) Acesso em: 17 maio 2021)

como no estudo clássico de Sérgio Miceli, publicado em 1979, *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920 – 1945)*. O caso de Drummond, por emblemático, esteve na mira de investigações dessa ordem. Chamaram a atenção de pesquisadores as origens familiares do escritor, provindo de uma aristocracia rural decadente e sua presença-chave no importante Ministério da Educação do Estado Novo num flagrante contraste com sua manifesta posição política, transparecida em sua poesia social dos anos 1940. Contraste amplificado pela imagem pública *apolítica* que Drummond esmerou por construir de si mesmo.

#### 4 CAPÍTULO 3: AS AMBIGUIDADES DO CRONISTA

*Na hora ingrata de escrever, como optar entre as variedades de insólito? E que dizer, que não seja invalidado pelo acontecimento de logo mais, ou de agora mesmo? Que sentir ou ruminar, se não nos concedem tempo para isto entre dois acontecimentos que desabam como meteoritos sobre a mesa.*

(Carlos Drummond de Andrade)<sup>152</sup>

As ambíguas relações de Drummond com o campo político foram frequentemente objeto de um incômodo pessoal expresso de diversas formas em sua obra. Em crônica de 7 de outubro de 1971, Drummond defende-se de um leitor que o acusa de incoerência: “O leitor aponta ainda uma de minhas contradições (são tantas, e gosto delas, pois indicam a consciente confrontação da vida).”<sup>153</sup> É em termos de uma consciente confrontação de vida que as diferentes ponderações, posicionamentos e contradições de Drummond em torno do campo político, ao longo de sua vida, podem ser pensados.

Em entrevista concedida a Luiz Fernando Emediato, para o jornal *O Estado de São Paulo* de 19 de outubro de 1986, questionado sobre sua posição política e ideológica, Drummond responde: “[Politicamente] “Eu não sou nada, nada.”<sup>154</sup> A negação de qualquer espécie de alinhamento político se coaduna perfeitamente com a imagem de “apenas poeta” criada entorno da sua figura. A reiteração da palavra “nada”, soa como um eco longínquo de algo que, com diferentes modulações, foi diversas vezes repetido em sua obra poética, ressonâncias, por exemplo, do verso que arremata um dos poemas de *Alguma Poesia* (1930), seu primeiro livro: “Eu não disse ao senhor que não sou senão poeta?”<sup>155</sup>

<sup>152</sup> ANDRADE, 1970g., p. 8.

<sup>153</sup> \_\_\_\_\_. Os animais, a cidade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 81, n. 156, 7 out. 1971c. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/41566](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/41566). Acesso em: 19 ago. 2021.

<sup>154</sup> \_\_\_\_\_. O poeta desencantado. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Emediato. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano 1, n. 168, 19 out. 1986. Caderno 2, p. 8 - 9.

<sup>155</sup> ANDRADE, 2015, p. 39.

Nessa entrevista, concedida às vésperas do pleito geral que elegeu o Congresso responsável pela elaboração da nova Constituição em 15 de novembro de 1986, Drummond não se mostra afetado pelo clima de entusiasmo que envolvia o país no fim longa ditadura iniciada em 1964. Declara-se cético com a perspectiva de mudanças substanciais no país e justifica-se dizendo ter uma “longa experiência de desencanto político”.

Traçar, em linhas gerais, a história desse desencanto permite compreender melhor o posicionamento reticente em relação ao campo político repetidamente declarado pelo autor. Mas, sobretudo, permite entender melhor qual é a concepção de *política* da qual Drummond se declara desinteressado e apartado. O sentido em que o autor se referirá à política guarda proximidade com a ideia comumente aplicada ao termo, como significando a forma institucionalizada de organização e mobilização das disputas de poder com vistas à participação na gestão do estado, sendo diretamente relacionado às instâncias decisórias da atividade governamental. Envolve, nesse sentido, as ações capitaneadas por partidos políticos que, mediante consulta eleitoral periódica – no estado democrático de direito – se propõem a ser uma representação legítima dos interesses da população que os elegeu. O político que discutiremos nas crônicas de Drummond não pertence propriamente a esse domínio mais restrito, mas guarda correlação com uma concepção outra de poder, ampla e difusa, como vimos na *microfísica* foucaultiana do poder, ou com a concepção arendtiana do político, como sendo a ação de homens em concerto, pertencente à esfera pública. Cumpre, porém, revisitar as relações que Drummond manteve com o campo político institucionalizado ao longo da vida.

Suas primeiras lembranças políticas, dirá em seu diário, remetem ao governo de Hermes da Fonseca, eleito em 1910. No poema *Primeira eleição*, do livro *Boitempo I*, são registrados os entusiasmos do menino “militante” pelo partido do civil Rui Barbosa, cuja vitória era dada como certa: “Somos de Rui / os vexilários. / Já tudo rui / entre os contrários.” A precoce celebração, logo se transforma em indigesta frustração ante a vitória de Hermes da Fonseca: “Rui vencedor. / Viva o Brasil/ ... de Hermes na posse. / Tosse? Bromil.”<sup>156</sup>. O slogan de antigo remédio para tosse cujo nome guarda assonância com a palavra broma, que em linguagem coloquial remete à mentira ou engodo, intervém como uma rima (não como uma solução), para o mal-estar que ficara como que engasgado; o verso interrompe a sequência que se iniciara com a presumida vitória de Rui Barbosa e termina com a posse de Hermes da Fonseca. A antecipada celebração em “Rui vencedor” (sujeito/verbo que condensa a suspeitosa

---

<sup>156</sup> Ibidem, p. 542.

ruína no significante que, nos versos anteriores, já derivara do nome próprio para a terceira pessoa do presente do indicativo do verbo ruir) termina em desapontamento. Assim, a primeira experiência política rememorada pelo escritor foi uma decepção, devidamente registrada nesses versos. Essa alternância entre expectativa e frustração, entre esperança e desalento, entre participação ativa e saída de cena, resume bem as ondulações da relação do poeta com o campo político institucionalizado ao longo de sua vida.

O biógrafo do escritor, José Maria Cançado, menciona a discreta presença de Drummond, então chefe de gabinete do Secretário de Interior e Justiça de Minas Gerais, junto às *Forças Revolucionárias Mineiras*, aquarteladas em Barbacena, durante a sublevação em apoio à deposição do presidente Washington Luís e à condução de Getúlio Vargas à presidência, no movimento conhecido como Revolução de 1930. No entanto, ressalva, que sua participação era “um pouco subalterna”<sup>157</sup>, cabendo-lhe a função de redigir telegramas e outros documentos a serem despachados pelos líderes do movimento, dentre os quais, seu chefe imediato, o secretário Cristiano Machado.

Em 1934, Drummond se estabelece no Rio de Janeiro, a convite de Gustavo Capanema, então empossado como Ministro da Educação e Saúde. Essa mudança para o coração político e cultural do país onde o escritor permanecerá até o final de sua vida, será um marco em sua carreira literária e jornalística, assim como em sua carreira como servidor público.

Helena Bonemy afirma que os anos em que Gustavo Capanema esteve à frente do ministério da Educação (1934 – 1945) são, com razão, frequentemente tematizados nas investigações sobre “a nada pacífica relação entre intelectuais e política”. Nesse período, marcadamente autoritário, chama a atenção a participação em projetos de relevo, sob a tutela do governo, de alguns dos nomes mais importantes do cenário nacional em diversos campos artísticos – Mário de Andrade, Villa-Lobos, Lúcio Costa, para citar apenas alguns – diante do que resta incontornável a pergunta: em que medida esses intelectuais aquiesceram com o governo ditatorial então em curso?

Correndo o risco de exagerar, eu diria que poucos despertaram tanta indagação (e talvez fossem tão provocados a “explicar”) sobre a aproximação com o regime autoritário como o poeta Carlos Drummond de Andrade, a ponto de não se poder fazer menção ao mais notório ministério do regime Vargas sem a lembrança inconfortável

---

<sup>157</sup> CANÇADO, J. M. *Os sapatos de Orfeu: a biografia de Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Globo, 2012, p. 141.

do fiel e permanente chefe de gabinete do ministro Capanema ao longo dos onze anos em que permaneceu no cargo.<sup>158</sup>

As investigações da relação de Drummond com o campo político no período mencionado apontam uma aparente contradição, dada sua atuação junto a um dos mais importantes ministérios de Getúlio Vargas e a imagem autocultivada, e endossada pela crítica, de um *gauche*, marginal ao poder e avesso ao campo político.

O livro de Sérgio Miceli, *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil: 1920-1945*, é um importante estudo recorrentemente citado sobre o tema. Nesse trabalho, o sociólogo questiona a aura de transgressão radical associada aos partícipes do movimento Modernista, demonstrando a cooptação de diversos representantes do campo literário pelo Estado Novo. O caso de Drummond seria exemplificativo dessa relação que se estabeleceu entre os filhos das decantes oligarquias agrárias e o aparelhamento do Estado a partir dos anos 1930. Para esse autor, teria havido uma cooptação dos intelectuais pela máquina burocrática do estado Vargasista: “A partir de sua análise, podemos dizer que a presença de Carlos Drummond de Andrade e de seus companheiros de geração na rede burocrática estaria inserida em uma já tradicional prática de efetivação das elites no comando político do Estado.”<sup>159</sup>

Em sentido diferente, Antonio Candido, na introdução do livro de Miceli, defende que Drummond possuía uma visão política progressista (evidenciada em sua poesia social engajada do período em questão) e que o fato de figurar como parte dos quadros funcionais estadonovistas não implicaria, necessariamente, uma submissão ao seu ideário. A análise do crítico seria, assim, harmônica com a própria visão de Drummond que, a respeito do livro de Miceli, comenta em entrevista publicada em 1º de abril de 1980:

Saiu um livro lá em São Paulo – “Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil” de Sérgio Miceli – que contém uma série de inverdades. Acho primário se confundir o fato de se ter trabalhado numa ditadura com ter trabalhado a serviço da ditadura. Trabalhar como trabalhei no Ministério da Educação não significa de maneira alguma subordinação ao poder. [...] Eu não era político, era um funcionário público que, em 37, estava apenas organizando toda a estrutura burocrática do ministério para Capanema. Em 45, quando se deu também a chamada “abertura política”, saí do MEC achando que os comunistas iam então fazer oposição ao Getúlio. Qual não foi minha surpresa ao ver que eles estavam do seu lado. Mas o fato é que ganhei minha vida, nesse período, como funcionário público. Que outras opções havia na época?<sup>160</sup>

<sup>158</sup> BONEMY, H. Infidelidades Eletivas: intelectuais e política. In: \_\_\_\_\_. (org.) **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2001, p. 21.

<sup>159</sup> SAID, 2005, p. 63.

<sup>160</sup> ANDRADE, C. D. Cinquenta anos de poesia brasileira nas veias de Drummond. [Entrevista concedida a] Cremilda Medina. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano 101, n. 32.223, 1º abr. 1980. p. 22.

Drummond já manifestara publicamente o incômodo com o livro de Miceli na seção *Esclarecimentos* de sua coluna do dia 23 de fevereiro de 1980 no *Jornal do Brasil*, afirmando, mais uma vez, ter sido apenas um “auxiliar de confiança” de seu amigo Capanema e repetindo ter “exerci[do] mera função burocrática, destituída de qualquer implicação política ou ideológica, sem vinculação direta ou indireta com Getúlio Vargas.”<sup>161</sup>

Pouco depois da publicação do livro de Miceli, Drummond passou a publicar em sua coluna, a partir da edição do *Jornal do Brasil* de 24 de janeiro de 1980, uma série de páginas de seus diários, desde a década de 1940, as quais posteriormente foram reunidas no livro *O observador do escritório*, de 1985. Não parece descabido pensar que a divulgação de páginas selecionadas de seus diários pretenda funcionar, em parte, como uma espécie de resposta, um testemunho em primeira pessoa dos embates políticos nos quais o poeta-funcionário esteve envolvido e de como e porque passou a se considerar como estando *fora* do campo político. Parece-nos que, pelo menos em parte, o que o autor teve em vista com a divulgação de seu diário foi a construção de uma narrativa autobiográfica do processo que o levou a assumir essa postura *apolítica* que reiteradamente afirmou.

Vejamos, em linhas gerais, os movimentos de Drummond face ao campo político na acepção tomada pelo autor. Nossa intenção ao fazê-lo não é a de rotular seus posicionamentos político-partidários, mas nos parece incontornável verificar como se desenrolou a relação entre o escritor e o campo político porque muito dessa “consciente confrontação da vida” terá repercussões identificáveis na sua escrita. Para isso, parece-nos válido acompanhar um pouco de sua trajetória entre 1945 e 1969, entre o ocaso de uma ditadura e o ápice de outra sendo esta última o marco inicial da produção cronística que investigamos neste trabalho.

São dois os núcleos em relação aos quais Drummond irá se posicionar politicamente no período e que definirão as mobilizações e atuações: Getúlio Vargas e o Partido Comunista. Tomaremos algumas anotações de Drummond em seu diário como fio condutor dessa trajetória.

O ano de 1945, ano da publicação do emblemático *A Rosa do povo*, teria sido o ponto de ruptura de sua relação com o governo Vargas e, na sequência, com o Partido Comunista. No mês de março, Drummond se demite do gabinete do Ministério da Educação onde atuava

---

<sup>161</sup> ANDRADE, C. D. Os Yanomami sem sorte / Esclarecimentos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 89, n. 317, 23 fev. 1980. Caderno B, p. 7. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_10/2489](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/2489). Acesso em 18 jun. 2021.

desde 1934. Após seu desligamento, foi convidado por Paulo Bittencourt, editor do *Correio da Manhã* para assinar uma coluna com conteúdo literário e político e por Samuel Wainer, para atuar no jornal diário *Diretrizes*, de orientação política *à esquerda*. Recusa ambos os convites e deixa registradas suas dubitações quanto a uma militância político-partidária, em entrada do seu diário datada de 12 de abril desse ano:

Meditação entre quatro paredes: Sou um animal político ou apenas gostaria de ser? Esses anos todos alimentando o que julgava ideias políticas socialistas e eis que se abre o ensejo para defendê-las. Estou preparado? Posso entrar na militância sem me engajar num partido? Minha suspeita é que o partido, como forma obrigatória de engajamento, anula a liberdade de movimentos, a faculdade que tem o espírito de guiar-se por si mesmo e estabelecer ressalvas à orientação partidária. **Nunca pertencei a um partido, isto eu já decidi.** Resta o problema da ação política em bases individualistas, como pretende a minha natureza. Há uma contradição insolúvel entre minhas ideias ou o que suponho minhas ideias, e talvez sejam apenas utopias consoladoras, e minha inaptidão para o sacrifício do ser particular, crítico e sensível, em proveito de uma verdade geral, impessoal, às vezes dura, senão impiedosa. Não quero ser um energúmeno, um sectário, um passional ou um frio domesticado, conduzido por palavras de ordem. Como posso convencer a outros, se não me convenço a mim mesmo? Se a inexorabilidade, a malícia, a crueza, o oportunismo da ação política me desagradam, e eu, no fundo, quero ser um intelectual político sem experimentar as impurezas da ação política? Chega, vou dormir.<sup>162</sup>

Apesar de relutante quanto à filiação partidária, Drummond se aproxima cada vez mais do Partido Comunista. Nessa direção, ele entrevista o líder comunista Luís Carlos Prestes pouco antes da assinatura do decreto-lei que anistiava os últimos presos políticos do Estado Novo. Registra em seu diário o desconforto frente ao apoio que se esboçava do Partido Comunista a Vargas: “Deixei meu trabalho no Gabinete de Capanema para ter o gosto de militar contra Getúlio e seu continuísmo, e eis que sou empurrado para o lado que não quer combatê-lo, a fim de colher dividendos políticos antigetulianos...”<sup>163</sup>

No mês seguinte, aceita convite de Prestes para integrar o conselho diretor do jornal *Tribuna Popular*, que viria a ser fundado em apoio à pauta comunista. O periódico estreia em 22 de maio, trazendo um artigo intitulado *Encontro com Prestes*<sup>164</sup>, no qual Drummond conclamava os leitores a comparecerem no comício agendado para o dia seguinte. As reservas de Drummond e seus receios quanto à aproximação do partido ao governo varguista se confirmam. Ao mesmo tempo, seu entusiasmo com o novo jornal começa a esmorecer mediante sucessivas alterações que seus textos sofrem. No dia 22 do mês seguinte, comunica seu afas-

<sup>162</sup> ANDRADE, C. D. **O observador no escritório**. Rio de Janeiro: Record, 1985, p. 33, grifo nosso.

<sup>163</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>164</sup> ANDRADE, C. D. Encontro com Prestes. **Tribuna Popular**. Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1. 22 de maio de 1945, p. 3



tamento da direção do jornal. No entanto, e contra sua vontade, continua a figurar no cabeçalho do periódico.

Em 25 de agosto, recusa convite para concorrer como deputado pelo Partido Comunista, por Minas Gerais: “Respondo que me sinto muito honrado, etc., mas que não tenho a mínima vocação para parlamentar. Além do mais, não pertenço ao PC e não estou sujeito à sua disciplina”<sup>165</sup>. Com a deposição de Getúlio, em 30 de agosto, ante manifestação de apoio ao ex-ditador pela *Tribuna Popular*, Drummond exige, em carta, a retirada de seu nome do cabeçalho do jornal, dizendo não possuir “divergências doutrinárias” com o jornal, mas reafirmando não ser filiado ao Partido Comunista, ou a qualquer outro: “Acresce que, no momento, a posição assumida pelo PC e pelo jornal em face dos últimos acontecimentos políticos não corresponde inteiramente à apreciação que eu, simples particular, liberto de compromissos, faço desses mesmos acontecimentos.”<sup>166</sup> A partir da edição do jornal dia 6 de novembro, não apenas o nome de Drummond, mas o dos demais membros do conselho de direção são retirados do cabeçalho do jornal.

Essa experiência com o Partido Comunista – apenas o começo dos embates do escritor com a entidade – parece ter sido determinante para a relação que assumirá frente ao campo político. Tal experiência é mencionada na carta em que recusa convite de Milton Campos para ser diretor da *Folha de Minas*, em 1947. Ao governador mineiro, eleito pela União Democrática Nacional (UDN), justifica: “Devo acrescentar, nesta confidencia, que minha curta passagem pelos arraiais políticos, naquele começo alvoroçado de 1945, operou em minha sensibilidade um choque tão violento que me fez perder todo o interesse pela vida pública.”<sup>167</sup>

Drummond assume uma postura cada vez mais crítica em relação ao Partido Comunista, como fica evidente no 2º Congresso da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), ocorrido em Belo Horizonte, em outubro de 1947. Drummond é um dos que militam “pelo caráter não político-partidário” da entidade e se recusa a endossar uma moção de protesto contra o fechamento do Partido Comunista, votada em plenário à revelia do comitê responsável pela matéria e do qual ele fazia parte. Ao fim do Congresso, a moção foi declarada nula. Drummond narra detalhadamente o episódio em seu diário, e conclui:

Nenhum de nós queria impedir o direito de os comunistas se manterem organizados em Partido e exercendo atividade política renovadora. Mas eles pouco entendiam o

---

<sup>165</sup> ANDRADE, 1985, p. 51.

<sup>166</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>167</sup> *Ibidem*, p. 76.

nosso ponto de vista, se é que, entendendo-o, preferissem fingir o contrário. A ideia de uma associação de escritores livres, sem direção sectária, parece inconcebível para eles, que, em vez de convivência pacífica, preferem assumir o domínio pleno da agremiação. Novos choques, fatalmente, ocorrerão no futuro, sem proveito algum para a frágil, imperfeita e Caricatural democracia brasileira, em que os escritores, artistas e cientistas são parte mínima e desprestigiada.<sup>168</sup>

Mas o ápice do conflito entre Drummond e os partidários do comunismo deu-se em 1949 – ano, aliás, suprimido de seu diário publicado. A polarização dos escritores, já observada em 1947, aumentou consideravelmente. Desta vez, a divisão entre os defensores da isenção ideológica da ABDE e os partidários do seu alinhamento ao partido comunista foi materializada nas duas chapas que disputaram a diretoria da Associação. Drummond compunha a chapa encabeçada por Afonso Arinos, então deputado pela UDN, que acabou vencedora no processo eleitoral ocorrido no final de março. Inconformados com a derrota, os escritores do grupo comunista compareceram em peso à cerimônia de posse ocorrida em 7 de abril. O conflito “ideológico” de Drummond com os comunistas acaba se resolvendo em passagem ao ato e o escritor troca socos e pontapés com seus oponentes:

A diretoria anterior passou oficialmente o mandato ao grupo eleito, entregando os documentos e livros de gestão nas mãos de Drummond, primeiro secretário. Entre estes estava o livro de atas com o registro da transmissão de cargo. Neste momento, o escritor Dalcídio Jurandir, à frente de um grupo de militantes, arrancou o livro das mãos do poeta e o atirou ao chão, dando início a um tumulto que acabou em enfrentamento corporal.<sup>169</sup>

Depois deste episódio, centenas de membros da ABDE, muitos dos quais instados por Drummond, desligaram-se da associação, o que levou a sua extinção. Intensificam-se, após esta situação, os ataques ao escritor pelos órgãos de imprensa alinhados ao comunismo.

No entanto, o Drummond que insistentemente se declara avesso às disputas políticas institucionais aceita convite para trabalhar na campanha de Cristiano Machado, candidato do Partido Social Democrático à presidência em 1950: “Eu que nada tenho com esse ou outro qualquer partido, e sinto tédio da burocracia e da política. Mas os deveres da amizade... – alguém me lembra.”<sup>170</sup> Novamente o escritor justifica sua atuação ativa no campo político “em nome da amizade” e a despeito de sua neutralidade política, como outrora no gabinete de Campanema. Junto com Cyro dos Anjos, Drummond será o responsável pelos discursos de Cristiano Machado, que ficou em terceiro lugar no pleito, com 21,49% dos votos, atrás do Brigadei-

<sup>168</sup> Ibidem, p. 87-88.

<sup>169</sup> BORTOLOTTI, M. M. Drummond e a associação brasileira de escritores: desencontros e rupturas. **Revista Criação & Crítica**, [S. l.], n. 28, 2020, p. 12.

<sup>170</sup> ANDRADE, 1985, p. 96.

ro Eduardo Gomes, da UDN, com 29,66% e de Getúlio Vargas, do PTB, vitorioso com 48,73% dos votos.

Em 1951, Drummond publica o livro de poesias *Claro Enigma*, obra que marca o abandono da “poesia social” da década precedente e, segundo parte da crítica, uma recusa a qualquer participação política. A epígrafe do livro, citação de Valéry, “*Lés événements m'ennuient*”, foi frequentemente interpretada como uma profissão desse distanciamento da praça de convites e um isolamento do sujeito poeta, entediado com os rumos políticos do mundo. Drummond registra em seu diário a preocupação que teve à época da produção da obra com a recepção crítica que ela teria: “Eu ‘convalescia’ de amarga experiência política, e desejava que meus versos se mantivessem o mais possível distantes de qualquer ressentimento ou temor de desagradar os passionais da ‘poesia social’.”<sup>171</sup>

O desencanto político foi um dos fatores importantes para a mudança na sua lírica cristalizada na obra de 1950, como se pode ver pelo próprio testemunho do poeta em um ensaio intitulado *Trabalhador e poesia* publicado em 1949 no suplemento literário do jornal “*A Manhã*”:

Devo dizer honestamente que nem a poesia de caráter social me parece a melhor de nossa tradição, representada antes pelo lirismo romântico, nem esse gênero de poesia hoje me interessa muito. Andanças da sensibilidade, aos sacolejos entre as experiências do espírito e as do homem cívico, sois talvez causa próxima desse desinteresse. Mas, passemos.<sup>172</sup>

A crítica de Décio Pignatari em *A situação atual da poesia no Brasil*, ilustra bem como parte da crítica recebeu o contraste da obra *Claro Enigma* em comparação com *A Rosa do povo* (1945), obra marcada pelo “*animus participante*” do poeta: “A guerra-fria vai lançá-lo numa longa noite tartamuda, onde parece perder os fios do projeto e do concreto: formalismo e subjetivismo tomam conta de sua poesia e ameaçam aliená-lo, entregá-lo embrulhado ao misticismo (recuperação do fracasso).”<sup>173</sup>

Similar é a avaliação de Haroldo de Campos que, por ocasião do lançamento de *Lição de Coisas* (1962), considera *Claro Enigma* um interstício na carreira poética de Drummond e o ponto menos inspirado de sua trajetória:

“*Les événements m'ennuient*”, Valéry, é a significativa epígrafe de *Claro Enigma*. E ei-lo a praticar esse tédio alienante, reescrevendo em soneto (‘Legado’) o seu ‘no

<sup>171</sup> Ibidem, p. 76.

<sup>172</sup> ANDRADE, C. D. Trabalhador e poesia. **Letras e Artes**: Suplemento de “*A Manhã*”. Rio de Janeiro, ano 3, n. 137, 11 set. 1949.

<sup>173</sup> PIGNATARI, D. A situação atual da poesia no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Contracomunicação**. 3ª Ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2004, p. 112.

meio do caminho tinha uma pedra’, que virou ‘uma pedra que havia em meio do caminho’, em polida e castiça chave-de-ouro. [...] Esta pausa, certamente o afélio de seu itinerário poético, compreensível numa quadra em que, sociologicamente, o País entrava em compasso de espera e, esteticamente, nossa poesia andava atacada da nostalgia da ‘restauração’; em que o modernismo era dado como um ciclo encerrado e ‘modernista’ passava a ser uma caracterização depreciativa; [...] esta pausa – não fosse Drummond quem é – revelou-se, porém não como uma demissão das conquistas anteriores, mas como a tomada de impulso (premeditada ou não, pouco importa) para um novo arranque qualitativo.<sup>174</sup>

Merquior, por seu turno, faz uma avaliação diferente dessa mudança de perspectiva e da desilusão política aparente em seus poemas e chama a atenção para o sentido que a nova dicção poética de Drummond sinaliza. À polarização da guerra-fria, Drummond teria, segundo o teórico, respondido com uma espécie de distanciamento, cujo valor crítico não pode ser subestimado:

Desde o aparecimento de *Claro Enigma*, houve críticos decepcionados com essa evolução de Drummond, se bem que seu agastamento se devesse menos à ausência de “realismo” na poesia filosófica que ao desaparecimento total de peças empenhadas, como os poemas de guerra de *A Rosa do Povo* ou as profissões de fé antipassadistas e antievasionistas de *Sentimento do Mundo*. [...] No entanto, parece que, amadurecido pela experiência, decepcionado pela militarização dos espíritos no tempo da guerra-fria, Drummond tenha chegado de alguma forma, como Hermann Broch, a ver na política apenas “o mecanismo do tumulto exterior”. Antes de inculpá-lo, insurgindo-se contra o absenteísmo e os ‘escrúpulos pequeno-burgueses’, seria bom levar a sério o sentido crítico e o alcance humano de seu desencanto.<sup>175</sup>

Leituras posteriores, como a de Camilo Vagner, destrincharam o sentido desse desencanto, identificando sua fonte precisamente nas experiências políticas mencionadas, mas este crítico defende que a mudança de postura frente ao campo político não deve ser interpretada como uma atitude demissionária do poeta das lutas reais e sim como a defesa de uma postura política crítica que encontrará outros modos de expressão em sua obra:

Trata-se, antes, como veremos mais a frente, de uma retirada estratégica, não tão distante a ponto de incorrer no risco da alienação completa do real, nem muito próximo a ponto de perder o distanciamento crítico e a liberdade de pensar a que estavam sujeitos muitos dos que se deixavam guiar pela cegueira dogmática dos PCs do tempo.<sup>176</sup>

No princípio da década de 1960, vemos Drummond, por um breve período, novamente próximo das instâncias decisórias do poder. Sob o governo de Jânio Quadros, em 1961, o ex-chefe de gabinete de Capanema compõe o Conselho Nacional de Cultura. Cético quanto à

<sup>174</sup> CAMPOS, H. Drummond, Mestre de Coisas. In: \_\_\_\_\_. **Metalinguagem & outras metas**: ensaios de teoria e crítica literária. São Paulo: Perspectiva, 2006, p.52.

<sup>175</sup> MERQUIOR, 1976, pp. 192-193.

<sup>176</sup> VAGNER, C. **Da Rosa do Povo à Rosa das Trevas**: Classicismo, Melancolia e Cosmovisão Trágica na Lírica de Drummond (1948 -1951). Campinas, SP: 1999, p. 22.

liberdade de atuação do órgão recém-criado e quanto a sua eficácia, pede desligamento do Conselho, em junho do mesmo ano. Três meses depois, com a renúncia de Jânio Quadros, reitera em seu diário a afirmação de um não-alinhamento político e deixa um primeiro registro de desconfiança quanto à atuação dos militares, prenúncio do golpe que se efetivará poucos anos depois:

O país agitado politicamente pela renúncia de Jânio Quadros e a impugnação dos ministros militares à posse de Jango, seu substituto legal. Muita paixão, e muitas tolices se dizem e se escrevem. Circula um manifesto de intelectuais, ou que se atribuem essa qualidade, tentando puerilmente influir no rumo dos acontecimentos (quem inspirou esse documento? e quem lhe dará crédito?). Lya Cavalcanti, pelo telefone, reconhece que é muito difícil escrever qualquer coisa quando não nos alinhamos em qualquer dos dois lados de uma questão. É precisamente o meu caso. A ideia de um Governo presidido por Jango me provoca mal-estar intelectual e cívico; a atitude dos militares indisciplinados e opressivos me revolta.<sup>177</sup>

A crise sucessória, como se sabe, se resolve com um enfraquecimento político de João Goulart por meio da transição do sistema presidencialista para parlamentarista e com o estabelecimento de um plebiscito previsto para 1965 no qual a população deveria escolher pela manutenção do novo sistema de governo ou pela volta do presidencialismo.

Nas eleições de outubro de 1962 para o Congresso Nacional, registra Drummond: “Desencantado, ainda, com a deserção de Jânio Quadros, votei em branco. Perdem os candidatos em quem eu votaria se confiasse neles, ganham aqueles em quem eu jamais votaria.”<sup>178</sup> A poesia drummondiana desse período é marcada pelo experimentalismo linguístico, característica que Silviano Santiago correlaciona à trajetória de desilusão política que viemos assinando: “A partir de 1962, ano em que se publica a coletânea *Lição de coisas*, a desilusão ideológica realça a pesquisa estética e ambas passam a caracterizar o caminho dos seus livros seguintes.”<sup>179</sup>

Este percurso que esboçamos até aqui, permite compreender melhor o posicionamento de Drummond quando do golpe de 1964. A deposição do herdeiro político de Getúlio Vargas, que àquela altura contava com o apoio do Partido Comunista, foi recebida com alívio pelo escritor:

Abril, 1 — E, de repente, foi-se o Governo Goulart, levando consigo o Comando Geral dos Trabalhadores. Em menos de dois dias, tudo se esfarelou. O Presidente da República, tão seguro de si ao falar aos "senhores sargentos", fugiu de avião para lugar ainda não sabido. Não tinha a força que pensava — e que outros pensavam que ele tivesse [...]

<sup>177</sup> ANDRADE, 1985, p. 140-141.

<sup>178</sup> Ibidem, p. 149.

<sup>179</sup> SANTIAGO, 2006, p.10.

Hoje, depois da fala de Lacerda pela Rádio Roquette Pinto, acabaram as notícias, salvo a propaganda contínua, enfadonha, do Governo Jango em sua "cadeia nacional da legalidade". À tarde, informado de que alguma coisa se passava no Forte de Copacabana, fui conferir na praia. Carlos Heitor Cony, meu colega no *Correio da Manhã*, me pôs a par dos acontecimentos. O Forte estava ocupado por um grupo militar contrário a Jango. Soldados e civis (estes, oficiais da Marinha à paisana, segundo Cony) foram afastando os curiosos que se aglomeravam junto ao Forte. Há poucas dúvidas sobre a derrota de Jango. Eu voltava para casa quando se ouviram estampidos, houve um corre-corre, e eis que das janelas dos edifícios gente sacode lenços, panos de prato, até lençóis, enquanto outra chuva, esta de papel picado, cai sobre o asfalto. O rádio espalhou a notícia, transmitida por Lacerda: Jango deu o fora. Volto à praia. Gente cantando o Hino Nacional, xingando Brizola em slogan improvisado. Sensação geral de alívio.<sup>180</sup>

Cony também narra o episódio na crônica *Da salvação da pátria*, publicada no *Correio da Manhã* do dia 7 de abril de 1964, segundo o autor, a única manifestação naquele jornal de uma crítica ao movimento, ainda que esta seja bastante “circunstancial” e “periférica”. Nesta crônica, Cony menciona a companhia de Drummond com quem assistira a cena de um general à paisana pateticamente comandando um grupo de rapazes (“bem nutridos, bem fumados, bem motorizados”<sup>181</sup>) na tarefa de erguer uma barricada com paralelepípedos e troncos de amendoeiras arrancadas da Avenida Nossa Senhora de Copacabana para barrar o avanço de tanques das tropas do I Exército, sediadas no Rio de Janeiro, caso essas acessem em defesa do presidente deposto, situação que não se efetivou.

O editorial do dia 1º de abril de 1964 do *Correio da Manhã*, intitulado “*Fora!*” teria sido, segundo Cony, um dos gatilhos para a tomada do Forte de Copacabana. Esse texto, como o da véspera, intitulado “*Basta!*”, fazia duras críticas a João Goulart e exigia providências. Drummond, que “parecia entusiasmado com os dois editoriais”, interroga Cony sobre a autoria destes, tendo obtido a resposta de que se tratava de uma posição do jornal: “E como o poeta estivera na redação no dia anterior, tive a certeza de que o *Correio* havia expressado a opinião do corpo editorial como um todo, o que, diga-se de passagem, nem sempre acontece no dia a dia da profissão.”<sup>182</sup>

Na mencionada entrevista de 1986, Luiz Fernando Emediato pergunta se Drummond apoiou o movimento de 1964, ao que este responde: “Não apoiei não. Eu fui contra João Goulart, achei que a derrubada dele foi salutar. Mas uma semana depois já haviam praticado tais desmandos que não pude apoiar. Posso ter pecado por omissão por não ter denunciado logo,

<sup>180</sup> ANDRADE, 1985, p. 158-159.

<sup>181</sup> CONY, C.H. Da salvação da pátria. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21781, 7 abr. 1964.

<sup>182</sup> \_\_\_\_\_. *A Revolução dos Caranguejos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 16.

mas não apoiei.”<sup>183</sup> Essa rápida mudança em sua avaliação dos acontecimentos aparece nas páginas de seu diário. Se, a princípio, Drummond fora favorável à deposição de João Goulart – conforme reforçado pelo entusiasmo do escritor com os editoriais do *Correio da Manhã* – pouco depois, no dia 13 de abril, registra seu descontentamento e desconfiança com os rumos tomados pelo movimento: “Baixado Ato Institucional, que atenta rudemente contra o sistema democrático. O Congresso, já tão inexpressivo, passa a ser uma pobre coisa tutelada. Vamos ver o que será das liberdades públicas.”<sup>184</sup> O registro sugere que o autor anteviu os desdobramentos do movimento que, de início, aprovara.

O Ato Institucional nº 1<sup>185</sup>, editado em 9 de abril de 1964 dentre outras medidas estabeleceu a eleição indireta para Presidente e Vice-Presidente da República (art. 1º), autorizou a instauração de inquéritos e processos individuais ou coletivos visando à apuração da responsabilidade de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária (art. 8º) e autorizou suspensão dos direitos políticos pelo prazo de dez anos e da cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos. (art. 10º). Lê-se no preâmbulo deste normativo uma alegada manutenção do Estado de Direito, representada pela preservação da Constituição de 1946 e do Congresso “com as reservas relativas a seus direitos”, símbolos da benevolente autolimitação dos poderes nos quais os “revolucionários” haviam se investido. Plenos de poderes por força do golpe, os “revolucionários” optam por manter os dispositivos que dão, ao menos em aparência, contornos de uma democracia, mas deixam-se claras as ressalvas quanto à efetividade destes dispositivos: uma ambiguidade brasileira, em linha com aquelas mencionadas por Drummond na crônica anteriormente citada. Essas salvaguardas têm a intenção de borrar as fronteiras entre a democracia deposta e a ditadura que se instaurava, como observa Agamben “[o] estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo.”<sup>186</sup>

A escalada autoritária do governo militar culmina com a edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968 sob a presidência do general Costa e Silva. Dele resultaram a cassação de mandatos de parlamentares contrários à ditadura, a suspensão de garantias consti-

---

<sup>183</sup> ANDRADE, 1986, p. 6.

<sup>184</sup> ANDRADE, 1985, p. 159.

<sup>185</sup> BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm) Acesso em: 13 ago. 2021.

<sup>186</sup> AGAMBEN, 2004, p. 13.

tucionais como o *habeas corpus* – na prática, uma institucionalização da tortura – e a determinação da censura prévia de obras culturais e da imprensa. Como é sabido, intensificou-se, a partir de então, a perseguição a intelectuais e artistas que desagradavam ao regime. No registro de seu diário feito um dia depois da edição do AI-5, Drummond faz um balanço melancólico e desesperançado da cíclica relação do país com o autoritarismo:

Dezembro, 14 — Minhas mais antigas lembranças políticas, remontando à infância, giram em torno do quadriênio presidencial do Marechal Hermes, em que o estado de sítio suspendeu as liberdades do cidadão, governadores de Estado foram depostos, jornalistas da Oposição presos, o navio Satélite despejando corpos no mar, a Bahia bombardeada. Quase 60 anos depois, o Governo de outro marechal (e na minha velhice) golpeia a Constituição que ele mesmo mandou fazer e suprime, por um "ato institucional", todos os direitos e garantias individuais e sociais. Recomeçam as prisões, a suspensão de jornais, a censura à imprensa. Assisto com tristeza à repetição do fenômeno político crônico da vida pública brasileira, depois de tantos anos em que a violência oficial, o desprezo às normas éticas e jurídicas se manifestaram de maneira contundente, em crises repetidas e nunca assimiladas como lição. Renuncio à esperança de ver o meu país funcionando sob um regime de legalidade e tolerância. Feliz Natal...<sup>187</sup>

Abre-se mais um capítulo na história de desencanto político de Drummond iniciada na infância do escritor com a eleição de Hermes da Fonseca. Do início do século, ficara não apenas a memória da derrota de Rui Barbosa, lamentada no poema *Primeira Eleição*, mas a triste lembrança do estado de sítio que se seguiu à Revolta da Chibata. O paralelo traçado entre os marechais Hermes da Fonseca e Costa e Silva, entre a lembrança da violência do regime do princípio do século e a que se anunciava com a edição do AI-5, dá a tônica do sentimento do cronista no período.

A partir de outubro do ano seguinte à edição do AI-5, Drummond passará a escrever para o *Jornal do Brasil* deixando o *Correio da manhã* com o qual contribuía desde 1954. As crônicas estudadas neste trabalho pertencem a este novo momento de sua carreira que coincide com o período mais severo da ditadura. Nesse período, tanto a desilusão quanto a participação política por vias democráticas tomam conta do *sujeito da crônica*, como se percebe pelos registros de seu diário acerca da eleição realizada em 15 de novembro de 1970: “Depositei na urna, que não é urna, uma cédula com a pergunta: ‘Votar pra quê?’ Os candidatos da ARENA e do MDB se equivalem, e o Congresso é hoje uma coisa insípida, sob controle do poder militar que vigora há seis anos. Convocar eleições, reservando-se o direito de cassar os

---

<sup>187</sup> ANDRADE, 1985, p.173.



eleitos, chega a ser um ato de sadismo.”<sup>188</sup> Essa equiparação entre os dois partidos autorizados a funcionar na ditadura será tema recorrente de sua crônica.

Como já dissemos, a maior parte da poesia drummondiana do final dos anos 1960 e nos anos 1970 é marcada pela temática da memória na série iniciada com *Boitempo* (1968), à qual se seguiram as publicações de *Boitempo II: O menino Antigo* (1973) e *Boitempo III: Esquecer para Lembrar* (1979). A infância e a rememoração das origens que sempre estiveram presentes de forma esparsa na poesia de Drummond, passam a ocupar o primeiro plano de sua poesia nesse período. Vejamos como a crítica reagiu a esse novo momento de sua lírica.

Para Antonio Candido, em *Inquietudes na poesia de Drummond*, uma das mais importantes manifestações da inquietude no autor se evidencia em relação ao eixo temporal *presente – passado*. De um lado, um projeto reiteradamente expresso de fazer poesia sobre “a vida presente”, de outro, a recorrência de uma poesia sobre o passado (na família e na paisagem natal). Nesse eixo, o aspecto político de sua poesia pode ser lido em termos da oposição entre o universo urbano do país em processo de modernização e o passado patriarcal e rural. Registre-se que a análise de Candido é anterior à publicação de *Boitempo*, no entanto, o crítico já havia identificado desde o poema “Viagem na Família” (do livro *José*, 1942) a escalada da temática memorialística na lírica de Drummond e a interpretou como sendo uma articulação conciliatória das inquietudes com o *eu* e com o *mundo*, sob a égide do núcleo familiar:

Este poema [“Viagem na família”, 1940] abre um ciclo anunciado por alguns poemas anteriores e desenvolvidos paralelamente à poesia social, prolongando-se todavia depois dela, num ritmo de obsessão crescente. É sem dúvida curioso que o maior poeta social da nossa literatura contemporânea seja, ao mesmo tempo, o grande cantor da família como grupo e tradição. Isto nos leva a pensar que talvez este ciclo presente na sua obra um encontro entre as inquietudes, a pessoal e a social, pois a família pode ser explicação do indivíduo por alguma coisa que o supera e contém.<sup>189</sup>

Assim, a partir de Candido, pode-se pensar a poesia memorialística, prevalente no período estudado, como uma tentativa de articulação da inquietude do *eu* com o *mundo* (sobretudo esta última, correlata de sua ânsia de reforma e participação política), uma espécie de deslocamento do eixo de tensão do presente para o passado onde tal conciliação, sob o signo da família, parecia possível. Uma dicção poética marcada pelo distensionamento do caráter político participante, portanto.

Alfredo Bosi analisa esse momento de obra de Drummond contrapondo-o à densidade corrosiva de sua poesia das décadas anteriores. Na década de 1970 “[...] o poeta renova-se

<sup>188</sup> Ibidem, p. 178-179.

<sup>189</sup> CANDIDO, 2004, p. 83.

paradoxalmente pelo franco apelo à memória da infância, matriz recorrente de imagens e afetos. Essa reabertura de um veio biográfico pode interpretar-se à luz da obra inteira de Drummond, como uma alternativa à corrosão lancinante de sua poesia madura.”<sup>190</sup> Bosi, portanto, também interpreta essa poesia da memória como sendo indicativa de uma espécie de pacificação de conflitos antes pungentes na obra do poeta.

No mesmo sentido, Silviano Santiago interpreta a poesia de Drummond do período como sendo ditada pelo distanciamento do *aqui e agora*, e pela busca de um refúgio no passado: “O poema esquece-se para poder lembrar; distrai-se do presente para poder participar de uma conversa que julgava ter esquecido.”<sup>191</sup> Como vimos, o crítico propõe uma organização da poesia de Drummond em dois grandes ciclos que correspondem a formas distintas como o poeta lida com suas origens provincianas e, a partir delas, com o mundo: uma fase marcada por uma atitude algo rebelde em relação a seu passado e um segundo ciclo caracterizada por uma aceitação complacente desse, ciclo que teria se iniciado com a série *Boitempo*:

Ao querer recuperar as lembranças de menino nas Minas Gerais, a poesia de Carlos Drummond passa por um processo lento e intermitente de *negação*. Nega-se o Pai como transmissor da cultura; nega-se a Família como determinante da situação socioeconômica do indivíduo na sociedade. No auge da carreira, a partir do final da década de 1960, a restauração da memória do “menino antigo” desabrochará plena e perfumada nas auto-indulgentes coletâneas *Boitempo I, II e III*. Nesta segunda fase, que poderíamos chamar de proustiana (em oposição à primeira, robinsoniana), os fundamentos da rebeldia individual diante da figura do pai e os fundamentos da revolução ideológica frente ao conservadorismo político da sociedade patriarcal perderão a sua razão de ser, pois são indícios de mera e passageira insubordinação contra a família e contra a posição socioeconômica que ela mantém em Itabira do Mato Dentro, Minas Gerais e Brasil.<sup>192</sup>

Para o crítico, a poesia do período caracterizaria um movimento reconciliatório com as origens oligárquicas e demonstraria uma postura condescendente com o que elas representam em termos sociopolíticos, notadamente com o patriarcalismo e com o conservadorismo, culminando com a aceitação, pelo poeta, de um lugar simbólico sucessório na ordem familiar. O que veremos em relação às crônicas do mesmo período parece ir de encontro a essa interpretação.

Já para Merquior, o lirismo de Drummond, do período entre 1962 e 1968, seria marcado tanto pelo experimentalismo linguístico de *Lição de Coisas*, quanto pelo memorialismo de *Boitempo*. Nessa última fase da poesia analisada pelo crítico, “O olhar sociológico de Drum-

<sup>190</sup> BOSI, A. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2017, p. 476. 6

<sup>191</sup> SANTIAGO, 2006, p. 49

<sup>192</sup> *Ibidem*, 42-43.

mond se detém com maior eficácia nos símbolos do regime patriarcal.”<sup>193</sup> Observa-se, no entanto, que diferentemente da visão de Santiago, a relação com esse passado, para o crítico, não é necessariamente conciliatória ou saudosista, mas se matem fundamentalmente ambígua com o reaparecimento do tema do eu *gauche* na figura do menino socialmente deslocado no universo da fazenda.

Roberto Said, por seu turno, destaca o aspecto autoficcional que parece haver na poesia de *Boitempo*, associando essa revisitação lírico-dramática da infância ao esforço por descolar narrativamente sua identidade literária das contingências político-históricas que o colocaram a serviço da máquina burocrática varguista, ancorando essa identidade numa precoce vocação literária da qual a experiência de deslocamento do *menino antigo* em relação ao universo rural de origem – poeticamente narrado – prestaria testemunho: “No caso específico de Drummond, a memória revela-se também um espaço de recriação do escritor *gauche* que, ao decantar suas inequívocas aptidões literárias, descola sua trajetória dos constrangedores caminhos da prática intelectual exercida na burocracia do Estado autoritário”.<sup>194</sup>

Também divergindo da visão de Santiago, Wisnik interpreta a série *Boitempo* não como uma reconciliação integradora com a ordem patriarcal ou “capitulação sociológica dentro de um casulo nostálgico”, mas como o resultado de um longo processo de elaboração de uma culpa de classe. Para o crítico, a poesia do período não seria a da aceitação, com matizes reacionários, de um lugar pré-definido na sucessão familiar, mas a da pacificação do olhar sobre as próprias origens e a possibilidade de contá-las numa contemplação não contaminada pelo remorso:

Como sugere o título, trata-se de uma ruminação do enigma do tempo. Temos, nele, não uma *identificação* final consumada na adesão nostálgica à classe senhorial de origem, muito menos uma tomada para si do discurso e da posição do patriarca, mas o termo de uma longa elaboração da culpa de classe na qual o “conflito tortuoso em que se debate o sujeito lírico” admite a força do vínculo, “baldado todo esforço de ruptura”, como uma espécie de “tara congênita”, reconhecendo-o, portanto, como um sintoma inextirpável a ser *atravessado*, em vez de *denegado* (as palavras citadas, de Vagner Camilo, referem-se ao livro *Claro Enigma*, mas se aplicam bem aqui).<sup>195</sup>

Wisnik, ademais, demonstra como a poesia de *Boitempo* é ilustrativa do modo como Drummond coloca o passado e o presente em diálogo. Guiado pela memória pessoal, episódios emblemáticos da história do país são revisitados sob o olhar do menino. Note-se que, como lembra o crítico, Itabira, a cidade da infância do poeta, se torna, ao longo do século XX,

<sup>193</sup> MERQUIOR, 1976, p. 220.

<sup>194</sup> SAID, 2005, p. 82.

<sup>195</sup> WISNIK, 2018, p. 65.

foco de interesses políticos e econômicos globais (oferta do minério nacional para a siderurgia internacional), pelo que essa memória não é simples reminiscência evasiva, mas o delineamento crítico de correlações históricas entre o presente e o passado.

Esta avaliação é similar à de Alcides Villaça que confessa ter partilhado da frustração de parte da crítica contemporânea ao lançamento do primeiro livro da série *Boitempo*, pelo tom prosaico, isento de dramaticidade e pelos versos escritos em “cadências de crônica”<sup>196</sup>, despidos da densidade linguística e da reflexividade da poesia precedente, mas esclarece que foi necessário algum tempo para a crítica assumir uma nova postura em relação a essa poesia, entendendo-a não como simples reminiscência memorialística mas como o entrecruzar de dois tempos pelos quais o próprio presente também se problematiza à luz do passado: “No conjunto, os três títulos sugerem que se faça uma leitura pelo menos dúplice de uma boa parte dos poemas de *Boitempo*. Considere-se que a voz que neles fala é, frequentemente, um acorde de pelo menos duas vozes: o menino fala pelo poeta, o poeta fala pelo menino.”<sup>197</sup>

O elemento histórico é o foco da análise de Luiz Costa Lima que destaca a inscrição de uma *pátria historicizada* na obra de Drummond – com a ressalva de que ele possui uma visão particularmente desabonadora desses versos memorialísticos. Para o crítico, o que se coloca em questão na lírica drummondiana é o passado rural e o processo de urbanização do Brasil, progressão na qual são identificáveis tanto linhas de continuidade quanto pontos de contraste:

Assim, a primeira grande contribuição do verso drummondiano consistiu em apreender o sentido profundo da evolução social e cultural de seu país. A partir de sua própria situação de filho de fazendeiro emigrado para a grande cidade, *justamente na época em que o Brasil começava sua metamorfose* (ainda em curso) de subcontinente agrário em sociedade urbano-industrial, Drummond dirigiu o olhar do lirismo para o significado humano do estilo existencial moderno. Desde então, tornou sua escrita extraordinariamente atenta aos dois fenômenos de base desta mesma evolução histórica: o sistema patriarcal e a sociedade de massa.<sup>198</sup>

Como pretendemos demonstrar, a leitura das crônicas de Drummond no período estudado – coincidente com a publicação do segundo volume da série *Boitempo* (1973) e com a escrita dos primeiros poemas que depois foram publicados no terceiro volume da série – reforçam essa vertente da crítica que interpreta esse olhar para o passado, temática que domina sua poesia no período, não como uma atitude reacionária, demissionária, evasiva e *apolítica*,

---

<sup>196</sup> VILLAÇA, 2006, p. 113.

<sup>197</sup> Ibidem, p. 115.

<sup>198</sup> LIMA, 1968, p. 244.

mas como uma revisitação desse passado na busca de uma melhor compreensão do presente, o que se evidencia pela sua visada crítica – um dos aspectos da dimensão político participante de sua escrita.

Como pretendemos demonstrar, cabe ainda sublinhar que, além do testemunho histórico-crítico dessa *pátria historicizada*, há em Drummond uma vinculação da dimensão sócio-política local a um contexto mundial, isto é, à própria expansão global do biopoder em sua dupla dimensão, disciplinar e biopolítica, sob a regência do capitalismo internacional, avanço cujos efeitos sobre o ser humano sua crônica frequentemente denuncia e enfrenta, constituindo-se como um espaço virtual da *esfera pública*, aberto e convidativo ao diálogo e à pluralidade – político, portanto.

Ainda no que diz respeito à lírica drummondiana do período, cumpre resgatar a análise de Sérgio Alcides sobre a poesia “de circunstância” contemporânea a *Boitempo* (e das crônicas aqui estudadas) reunida no livro *Discurso da Primavera e algumas sombras* (1977), obra que também recebeu pouca atenção da crítica. Alcides chama a atenção para a orelha do livro – talvez escrita pelo próprio Drummond – onde se enuncia “[...] a participação ativa do poeta, como artista e consciência no processo global em que estamos empenhados”<sup>199</sup>. O crítico destaca nessa coletânea de poemas a emergência de uma preocupação ecológica e de uma postura pacifista nas quais enxerga a convergência do olhar de Drummond para embates políticos que ganharam importância na década em questão:

Em meio a tanta polarização, Drummond assumira a posição da mais rigorosa equidistância. Desde o final da década de 1940 estava desiludido com a militância partidária e com as utopias planificadoras da vida. Mas o clima revolucionário dos anos 1970 trouxera novas bandeiras, às quais o poeta não se manteve insensível.<sup>200</sup>

Para o crítico, embora o “engajamento da poesia na esfera pública” seja uma constante na poesia de Drummond, a presença assídua do cronista na imprensa carioca (e nacional), a partir dos anos 1950 – primeiro no *Correio da Manhã* e, posteriormente, no *Jornal do Brasil* – teria sido um fator determinante para que esse engajamento aparecesse de forma mais clara em sua *poesia de circunstância* que, não por acaso, guarda grande proximidade com a crônica:

No entanto, o Drummond tardio tem de específico uma entrega mais completa ao tempo presente. Às terças, quintas e sábados, ele entra na fluência geral e mergulha, junto com os homens presentes, na vida presente e noticiada no mesmo veículo cotidiano. Nesse fluxo, as fronteiras entre o poético e o prosaico vão se misturando e

<sup>199</sup> ALCIDES, S. Canto circunstancial *In.*: Andrade, Carlos. **Discurso de primavera e algumas sombras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 161.

<sup>200</sup> *Ibidem*, p. 162.

com frequência se invertem, na crônica que soa como poema em prosa ou no poema que parece obra de cronista versificada.<sup>201</sup>

Assim, ao lado da poesia da memória de *Boitempo*, coabita o jornal onde essa poesia foi primeiramente divulgada uma escrita outra, fortemente colada ao tempo presente, quer na forma da poesia de circunstância, quer na forma prosaica da crônica. Na abordagem dos textos analisados neste trabalho, tomamos, pois, a escrita de Drummond tal como proposto por Candido, para quem na crônica (e por extensão, na poesia de circunstância que guarda com ela similaridade) evidenciam-se ideias e preocupações trabalhadas de forma mais elíptica e densa na sua lírica “maior”. Explorando as ambiguidades da crônica e com a liberdade que permitia a frivolidade do gênero – recorrentemente reafirmada pelo autor, à guisa de desculpa – Drummond manterá em sua crônica um diálogo permanente com seus leitores, lançando luz e marcando posição sobre temas e embates de seu tempo.

Mas é a partir de um lugar marginal ao poder institucionalizado – que o próprio Drummond considera *apolítico* porque não afiliado ou pautado por disputas partidárias – que o cronista tematiza e discute as relações de poder da sociedade de seu tempo. Ao fazê-lo, contudo, sua postura é fundamentalmente *política*, entendendo-se o político sob uma perspectiva diferente daquela por ele considerada. Sua escrita torna-se política porque propõe e participa de uma *esfera pública*, tal como a definiu Hannah Arendt, enquanto espaço da pluralidade e de possibilidade da ação e do discurso. Lembremos que para a autora, “A política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças.”<sup>202</sup> Seu caráter político também se mostra enquanto posicionamento face a lutas localizadas de poder, modo de expressão do político e de participação do intelectual que se torna dominante após a II Guerra Mundial, conforme vimos em Foucault.

O sentimento de *angústia* que deu margem às dubitações do poeta entre uma escrita contemplativa (torre de marfim) e uma participativa (praça de convites) encontra nas crônicas um canal de expressão que tende precisamente para o segundo tipo. Quando a elocução participante deixou de ser a tônica de sua poesia, Drummond parece ter se valido da crônica e do espaço por ela virtualizado para desenvolver um diálogo mais próximo com seus leitores com vistas a uma efetiva participação no debate público. Aliás, a defesa do diálogo, como veremos, é uma de suas principais bandeiras políticas.

---

<sup>201</sup> Ibidem, p. 163.

<sup>202</sup> ARENDT, 2018, p. 18.

Tal uso da palavra se reveste de significado especial em tempos em que vigorava o silenciamento imposto pela ditadura.

## 5 CAPÍTULO 4: DIÁLOGO EM TEMPOS DE SILENCIAMENTO

*[...] pois em política, responder é muito perigoso, mesmo em monólogo a porta fechada.*

(Carlos Drummond de Andrade)<sup>203</sup>

### 5.1. Tempos de Silenciamento

Os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial assistiram a intensas mudanças científicas, sociais e comportamentais, as quais foram frequentemente abordadas por Drummond, como na crônica *Dois quadradões*, de 21 de outubro de 1969, na qual o autor resume as duas décadas precedentes nestes termos:

Mas são 20 anos, mais de 7 mil dias, tempo de quatro governos constitucionais e lá vai fumaça, tempo de nações florescerem e fenecerem, reformas de estrutura, a Lua ficando fácil, o sexo mais ainda, a juventude pra frente, a velha guarda não querendo entregar a rapadura, um tal de casar, descasar, recasar, multicasar, incasar, Freud, Marx, Marcuse, McLuhan, Chacrinha... que século! Que aconteceres roseanos e kafkianos, que trovoadas em céu de teatro, que vulcões e revoluções.<sup>204</sup>

A enumeração dá conta da diversidade de acontecimentos, como também dos esforços interpretativos desse mundo em mudança: da psicanálise ao materialismo histórico-dialético, com passagem pela teoria da comunicação, sequência quebrada pela evocação da figura do comunicador de massa. A revolução científica e a conquista da lua são equiparadas à revolução dos costumes, conflitos geracionais são mencionados ao lado de conflitos internacionais. Guimarães Rosa e Franz Kafka são citados tanto como acontecimentos literários dessas décadas quanto como qualificativos de eventos surpreendentes, inovadores e espantosos, de um mundo constantemente sob a ameaça da grande guerra que não houve: “trovoadas em céu de teatro”.

Porém, na enunciação desse arco temporal em que técnica e costumes parecem avançar ininterruptamente, há como que uma pedra no meio do caminho. Esses mesmos vinte anos seriam o tempo de “quatro governos constitucionais”, sequência frustrada pelo golpe de 1964. Democracia e “reformas estruturais” abandonados, inclusive com a promulgação de

<sup>203</sup> ANDRADE, C. D. Nos seus lugares. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 79, n. 232, 6 jan. 1970j. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/232](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/232). Acesso em: 18 ago. 2021.

<sup>204</sup> \_\_\_\_\_. Dois quadradões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 89, n. 168, 21 out. 1969c. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/142805](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/142805). Acesso em: 21 set. 2021.



uma nova constituição em 1967 na qual essas e outras tantas questões necessárias foram indefinidamente postergadas, como Drummond declara na crônica *Para depois*, publicada na mesma edição em que o *Jornal do Brasil* trazia na capa a manchete “Médici toma posse hoje sob nova Constituição”<sup>205</sup>: “Ficaram, naturalmente, para depois. Afinal, todas as Constituições têm o seu depois.”<sup>206</sup>

Recorrendo ao espaço dialógico da crônica, Drummond convidará seus leitores para um bate-papo aparente e declaradamente desinteressado sobre os andamentos e os rumos desse mundo em turvação e eles atenderão a esse convite, enviando cartas ao cronista que servirão de pauta e contraponto para a crônica.

Cabe lembrar que, de acordo com a lição de Rancière, o fenômeno estético é inerentemente político mesmo quando a explicitação das disputas de poder constitutivas do tecido social não são o objeto direto da obra de arte, isto é, quando não há uma temática claramente política. Isso porque a obra de arte sempre remete ao campo das percepções socialmente partilhadas e distribuídas, o que autor conceitua como *partilha do sensível*. Por outro lado, pode-se pensar o político na forma como o preceitua Arendt, como estando ligado à condição humana da *ação*, indissociável do discurso e que tem como pré-requisito a existência de uma esfera pública, espaço de trocas simbólicas dos seres humanos, colocados em relação de igualdade, mas considerados em sua pluralidade<sup>207</sup>. Nesse sentido, a crônica de Drummond, se torna política enquanto lugar crítico e reflexivo a partir do qual Drummond convida o público ao diálogo. Mesmo quando se declara cético quanto ao poder de interferir nos rumos do mundo, o cronista continua a tentar fazê-lo, fomentando, por meio do diálogo, uma reflexão crítica. Mas se perguntássemos ao autor se ela é política, sua resposta provavelmente seria – como foi por diversas vezes – não.

Servindo-se do episódio cotidiano, a crônica de Drummond promove um movimento em espiral que abarca um grande espectro de reflexões. Em *Pela gravata*, de 5 de maio de 1970<sup>208</sup>, a questão da indumentária, aparentemente superficial, é colocada como ponto de

---

<sup>205</sup> MÉDICI toma posse hoje sob nova Constituição. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 89, n. 176, 30 out. 1969. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/143252](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/143252). Acesso em: 14 abr. 2021.

<sup>206</sup> ANDRADE, C. D. Para depois. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 89, n. 176, 30 out. 1969d. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/143289](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/143289). Acesso em: 19 jul. 2021.

<sup>207</sup> “A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir.” (ARENDRT, 2007, p. 16)

<sup>208</sup> ANDRADE, C. D. Pela gravata. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 80, n. 23, 5 maio 1970n. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/7690](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/7690). Acesso em: 2 set. 2021.

disputa e convergência entre convenção social, mudança e repressão. A crônica se apresenta como a suposta reprodução de uma carta enviada por um aluno da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo que recorre à intercessão do cronista junto ao Ministério da Educação pela instituição de uma “bolsa” para aquisição de gravatas pelos estudantes do curso de direito, tendo em vista seu uso obrigatório naquela instituição, obrigatoriedade que, segundo explica, só existiria naquela faculdade, na de Itu e na de Coimbra. Em tom de ironia, o cronista recorre ao jogo polissêmico das palavras: “Quem não estiver engravatado não pode estudar Direito.”<sup>209</sup> – onde direito condensa os significados de substantivo e de advérbio. A própria palavra “gravata” significa tanto a peça de indumentária quanto o “golpe em que o atacante, posicionando-se atrás do adversário ou da vítima, lhe cinge o pescoço com o braço, sufocando-o”<sup>210</sup>, uma vez que “no resto do mundo, parece, o pescoço acadêmico desfruta de liberdade.”<sup>211</sup> Assim, a gravata parece simbolizar também a repressão violenta às liberdades. Lembremos que o largo de São Francisco onde se situa a Faculdade de Direito da USP foi um dos principais palcos dos intensos protestos estudantis que se seguiram à morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, assassinado por policiais militares no Rio de Janeiro, em março de 1968. Esses protestos, como o próprio movimento estudantil, foram violentamente reprimidos pela ditadura.

O “estudante” resume, então a resposta doutrinária do jurista diretor da Faculdade de Direito de Itu ao pronunciamento do centro estudantil pelo fim da obrigatoriedade do uso de gravatas:

Numa sociedade que se tornou simples joguete nas mãos dos exploradores internacionais, a gravata é hoje o estandarte-símbolo da ordem, da disciplina, do respeito à autoridade, do acatamento aos valores hierárquicos. Se abrir mão da gravata nas escolas, virão as camisas esporte tradicionais; estas serão logo substituídas pelas camisas *hippies*, desabotoadas, mostrando peitos cabeludos e colares afeminados de jovens que se julgam *pra frente*; e com elas será oficializado o palavrão. Sem gravata, a humanidade acabará rebaixada ao nível das espécies animais.<sup>212</sup>

O tom hiperbólico, que confere o viés irônico do comentário, eleva a gravata à condição de símbolo da civilização e da cultura por oposição à animalidade e à barbárie renunciadas pela indumentária dos *hippies*. Aqui vê-se um registro do tensionamento entre a

---

<sup>209</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>210</sup> GRAVATA. In: HOUAISS, A. **Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 1480.

<sup>211</sup> ANDRADE, 1970n, p.8.

<sup>212</sup> Ibidem.

posição conservadora, ditada pela submissão e obediência à ordem instituída e os movimentos de resistência da contracultura, retrato do embate político-cultural dos anos 1960 e 1970.

“Convencido” pelos argumentos do professor, o estudante apenas objeta ver frequentemente “nos jornais e noticiosos da televisão” os políticos brasileiros vestidos de maneira despojada e sem, portanto, o uso da gravata:

Não posso crer estejam desrespeitando a autoridade que eles próprios encarnam. Estariam dando mau exemplo a nós, simples estudantes? Oh! Prefiro supor que, distraídos, não repararam ainda em que “a luta pela decência no trajar reveste-se, hoje em dia, da mais alta importância; é uma luta para que a humanidade não perca o senso da responsabilidade, o senso das proporções e limites”, como lhes, recorda, em boa hora, o professor Loureiro.<sup>213</sup>

Em tom irônico, recusa-se a crer que os políticos pátrios tenham propositalmente infringido os “valores” que eles encarnam e atribui à distração o fato de serem frequentemente flagrados em trajes informais. Tais flagrantes de informalidade, por suposto, fazem parte de uma estratégia de marketing político com vistas à construção de uma imagem mais “popular”. Talvez haja mesmo, aqui, uma alusão à fotografia amplamente divulgada meses antes na qual o general Médici, em mangas de camisa, comemorava o tricampeonato do Brasil na Copa do Mundo de 1970<sup>214</sup>. Há aqui como que uma alusão à dúbia moralidade por parte dos políticos alçados ao poder sobre as bases de um discurso conservador, dubiedade (re)velada num jogo de aparências convenientemente manipuladas.

Na crônica, o professor-jurista alega que o uso de uniforme também era obrigatório nas universidades da “Inglaterra que construiu a grande nação” e na “Rússia Soviética” fazendo menção aos dois blocos da Guerra Fria. A gravata seria, assim, um símbolo não apenas da submissão à ordem localmente estabelecida, mas, num sentido amplo, a qualquer ordem independente da matriz de pensamento. Ela pode ser pensada como uma alegoria àqueles dispositivos do poder disciplinar, vistos por Foucault como uma das dimensões do biopoder, simbolizando a docilização das mentes e dos corpos. Colocados no mesmo plano os dois lados da Guerra Fria, fica a explicitação de um mesmo projeto biopolítico de fundo cujo resultado pretendido, como vimos, é a completa submissão (com vistas à exploração econômica) do ser humano, ou, nos termos de Arendt o triunfo moderno do *homo faber* e do *animal laborans*, com a exclusão da condição humana da ação.

---

<sup>213</sup> Ibidem.

<sup>214</sup> “Médici abriu os jardins do palácio da Alvorada e saiu em mangas de camisa, com uma bandeira na mão e uma bola no pé.” (GASPARI, 2002a, p. 212)

Observe-se que esse processo de “domesticação do ser” avança deste a esfera pública até a dimensão mais íntima do sujeito: “Convencido da procedência das razões pró-gravata, estou disposto a usá-la (desde que ma deem) em todos os atos públicos de minha vida e até nos mais domésticos. A ordem, a disciplina e a decência acima de tudo, mas, por favor, arranje-me a bolsa para custeio do cerimonial.”<sup>215</sup>

O retorno no fim da crônica à queixa original lembra que o estudante não usa gravata porque não pode adquiri-la, pelo que ela se torna também um emblema do privilégio econômico e do acesso restrito à educação e ao “Direito”. A exigência (supérflua) da gravata torna-se um óbice adicional e marca uma exclusão de ordem socioeconômica, revestida em discurso moralizante. O fecho sarcástico da crônica evoca a tópica do totalitarismo, remetendo a um campo mais amplo (global) de domínio do sujeito pelo biopoder encarnado pelo autoritarismo: “Quanto aos cidadãos que insistirem na camisa esporte, multa neles, para aprenderem. Ou restabelecemos a gravata ou a civilização está perdida. Atenciosamente, Joseph Adolfo Benito Franco.”<sup>216</sup> No nome do estudante que assina a carta-crônica, a justaposição de notórios ditadores do século XX – Joseph Stálin (1878– 1953), Adolf Hitler (1889– 1945), Benito Mussolini (1883– 1945) e Francisco Franco (1892– 1975) – afasta, pelo sarcasmo, toda a argumentação desenvolvida pró-gravata, potencializando a simbologia repressiva sugerida.

Repressão e censura serão grandes temas reiteradamente enfrentados por Drummond em suas crônicas do período. Em *A lei e seu nome*, de 09 de outubro de 1969, o texto parte da discussão sobre o nome de uma lei que regularia a emissão de ruídos:

Problema que, entre milhões de problemas do aqui-e-agora, me preocupa: o exato nome das leis. Esta que sai quentinha do forno deve chamar-se lei do ruído, do ruído tolerável, contra o ruído, ou lei do silêncio, do silêncio relativo, lei do meio-a-meio, ou que outro nome a ser escolhido em concurso com prêmios?<sup>217</sup>

O cronista, recorrendo a uma argumentação do tipo *reductio ad absurdum* – argumento lógico muito utilizado nessas crônicas – projetando e, em alguma medida, profetizando desdobramentos perversos de uma sociedade onde imperasse uma “lei do silêncio”:

Do silêncio ela não deve ser, pois tal batismo faz supor que os cidadãos estariam condenados a perpétuo mutismo e imobilidade. Só de imaginar dá arrepios. Pela sugestão do rótulo, adeus futebol, adeus festivais, adeus salvas de canhão comemorati-

<sup>215</sup> ANDRADE, 1970n, p.8.

<sup>216</sup> Ibidem.

<sup>217</sup> ANDRADE, C. D. A lei e seu nome. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 79, n. 158, 9 out. 1969a. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/142111](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/142111). Acesso em: 8 set. 2019.

vas dos grandes eventos, adeus discursos, conferências, aulas, *talkies*, elepês, compactos, palavrinhas de amor noturno.

[...]

Ao verificar que a porta de seu apartamento range por falta de óleo, o indivíduo é possuído de terror: multa na certa. “não faça barulho para nascer”, “caluda”, “psiu”, e recomendações do gênero, acompanhariam a criatura da maternidade à morte, quando um soturno cartaz estaria colado na sua consciência: “Morra, mas não pie.”<sup>218</sup>

Há um avanço do silenciamento, um movimento de compressão crescente que desfaz gradualmente os espaços de interação social – e a esfera pública – até atingir, ao final, o sujeito em sua intimidade. Este silenciamento progressivo guarda relação com o processo de avanço do biopoder (como também vimos na crônica anterior em que o estudante se dispõe a aderir ao uso da gravata até nos momentos “mais domésticos”): o isolamento do indivíduo, ápice do processo, corresponde, para Arendt, à perda da própria capacidade de agir politicamente<sup>219</sup>. O medo do indivíduo submetido a tal lei é, evidentemente, desproporcional às sanções impostas por uma norma de abrangência municipal. Parece, pois, haver mais do que um exagero com função cômica nas funestas consequências da implementação de uma tal *lei do silêncio*.

Observa-se uma flagrante desproporção entre a “multa” (instrumento do poder disciplinar) e o lema “Morra, mas não pie”. Num salto, a norma municipal parece remeter a um escopo bem mais extensivo e opressivo. Lembremos que o contexto nacional era precisamente o do Ato Institucional nº 5, emanado em 13 de dezembro do ano anterior. Drummond parece aludir a esse dispositivo que escancarou o estado de exceção do regime ditatorial e deu base legal à vigilância e à punição arbitrária dos cidadãos que se opunham ao regime. Esse estado de constante apreensão ante a possibilidade de uma punição sempre iminente mostra a onipresença do poder disciplinar – colado, já, na consciência do indivíduo.

Bem mais explícita é a temática da censura em *Carta ao Censor*, de 17 de fevereiro de 1970. Escrita em resposta à Portaria 11-B, de 6 de fevereiro de 1970, que regulamentou o Decreto-Lei n. 1077, de 26 de janeiro do mesmo ano o qual previa em seu artigo 1º: “Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes

---

<sup>218</sup> Ibidem.

<sup>219</sup> “Montesquieu percebeu que a principal característica da tirania era que se baseava no isolamento – o isolamento do tirano em relação aos súditos, e dos súditos entre si através do medo e da suspeita generalizada – e que, portanto, a tirania não era uma forma de governo como qualquer outra, mas contradizia a condição humana essencial da pluralidade, o fato de que os homens agem e falam em conjunto, que é a condição de todas as formas de organização política.” (ARENDR, Op. cit., p. 214)

quaisquer que sejam os meios de comunicação.”<sup>220</sup>, e, ainda, no artigo 2º “Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.”

É em tom de desabusada ironia que Drummond se dirige ao Delegado Regional do Departamento de Polícia Federal, autoridade responsável pela censura prévia de livros no estado da Guanabara a quem pede licença para “bater com V. Sa. um papo informal”<sup>221</sup>. O contraste entre a formalidade do pronome de tratamento, repetidamente evocado, e a informalidade do expediente tem função derrisória, esta reforçada pela preocupação do cronista com o bem-estar do censor, a intenção declarada da “carta”:

Avalio a penosa situação que esse novo encargo lhe impôs. Antes, era V. Sa. homem tão ocupado, com as obrigações policiais do seu posto, que mal lhe sobrava folga para os problemas de palavras-cruzadas dos jornais, que o distraíam das agruras do ofício. Pois agora lhe empurram mais essa de vigilar tudo quanto entre nós se escreva e se pretenda divulgar em letra de forma, para evitar que, nesse Iguaçu de palavras, pingue sequer uma gota nociva à moral e aos bons costumes. E tudo com prazo marcado para decidir: 48 horas para periódicos, 20 dias para livros. Ah, pobre senhor, como eu o lastimo!

Bem sei que a Portaria lhe faculta socorrer-se do préstimo de pessoas moral e intelectualmente habilitadas a examinar o escrito e o que está na intenção do escrito, o dito e o subentendido. Mas, para escolher tais pessoas, há de V. Sa., homem prevenido que é, submetê-las previamente a exame de sua moral e de seus bons costumes, tanto mais quanto irá recrutá-las mesmo entre elementos estranhos ao serviço público, e toda cautela é pouca (haja vista o caso Romero Lago, de espantosa memória).<sup>222</sup>

Depois de confrontar as dificuldades da tarefa a ser enfrentada pelo Delegado de Polícia por ter emitir pareceres sobre um “Iguaçu” de palavras, demonstrando a irrazoabilidade do dispositivo legal e sua impossível implementação, Drummond coloca em discussão a própria moralidade dos censores, pessoas “habilitadas a examinar o escrito e o que está na intenção do escrito, o dito e o subentendido”<sup>223</sup>, e alerta para a necessidade de também se escrutinar a vida pregressa desses colaboradores, sob o risco de se ter em suas fileiras alguém cuja moral não seja tão irrepreensível quanto a tarefa exige. Aqui, obviamente, o “risco” de se colocar pessoas de moral duvidosa na verdade é a denúncia da hipocrisia do

<sup>220</sup> BRASIL, Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm). Acesso em: 17 jun. 2021.

<sup>221</sup> ANDRADE, C. D. Carta ao censor. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 79, n. 266, 17 fev. 1970e. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/2596](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/2596). Acesso em: 10 jun. 2020.

<sup>222</sup> Ibidem.

<sup>223</sup> Ibidem.

próprio regime. Drummond cita um episódio exemplar, famoso à época, o caso do ex-diretor do Serviço de Censura de Diversões Públicas (1966– 1967), Antônio Romero Lago, que depois se descobriu ser a identidade falsa de Hermenildo Ramirez Godoy, um foragido da justiça acusado de ser mandante de um duplo homicídio.

Assim, o ponto central da crônica se desloca para a discussão sobre os critérios de moral e bons costumes que seriam a base para a análise das obras literárias em questão. A tarefa do censor se mostra impossível não apenas porque seria grande o material a ser avaliado, mas porque os próprios critérios de moralidade (e, como dito, a própria “moralidade” dos censores) é colocada em questão.

Não pense que só me aflige o volume do papel a ser censurado. Penaliza-me ainda mais a operação da censura, com seus alçapões e sutilezas de toda ordem. Em que atrapalhão o meteram, Sr. Delegado! A essa altura do século XX, poderá V. Sa. Distinguir, sem mover a pestana, o que são bons e maus costumes, o que é moral do que é imoral, à luz dos modernos conhecimentos de Sociologia, Psicologia, Medicina e Direito, e da prática diária? Admito e creio até que V. Sa. seja crítico literário dos mais agudos, desviado momentaneamente para as tarefas policiais. Ainda assim, temo pela segurança de seus julgamentos pela paz de sua consciência. Talvez se julgue moralmente obrigado a proibir reedições do Dom Casmurro, obra de distinto funcionário público, que desfrutou do melhor conceito social, mas que, nessas páginas, desenvolveu uma história equívoca de adultério, com ofensa ao 9º mandamento, traição à fidelidade que se devem os amigos, e intenção de homicídio por envenenamento, como vingança de suposto *cocuage* (deixe passar a palavra, por enquanto). Aqui ao lado, meu compadre João Brandão me pede para lembrar-lhe a Bíblia, mas o exemplo está batido demais. Êta livro cheio de indecências, Sr. Delegado; entretanto, lá está Jesus, fonte de pureza, fundador de nossa civilização cristã etc. e tal. Pode imprimir? Não pode mais? Tem 20 dias para resolver essa parada.<sup>224</sup>

A ausência de critérios objetivos abre espaço para todo tipo de arbitrariedade. Sob o alibi da “moralidade” qualquer peça que atentasse contra interesses políticos se tornava objeto passível de censura. Veja-se como no início da crônica Drummond alega submeter ao censor, em cumprimento ao disposto na portaria, uma cópia em três vias de um livro de “poesias infantis, com carta-prefácio de Sua Eminência o Cardeal D. Câmara”. A referência ao endosso do religioso conservador e defensor do regime militar, o arcebispo emérito do Rio de Janeiro, D. Jaime Câmara, pela omissão proposital do seu prenome sugere confusão com o do arcebispo do Recife, D. Hélder Câmara, religioso progressista e crítico declarado da ditadura. Nesse sentido, o que parece estar sendo sugerido é que há menos peso de uma avaliação moral dos escritos e mais do seu viés político favorável ou contrário à ditadura.

Como que para afastar a desconfiança quanto a qualquer defesa corporativista dos seus interesses, Drummond encerra a crônica dizendo estar com pena do censor e não dos

---

<sup>224</sup> Ibidem.

escritores: “De nós, escritores, não. Que mania é essa que temos de escrever, quando há coisas mais fáceis e mais gratas na vida e que nos dariam poder e glória?”<sup>225</sup>. E vislumbra um potencial benefício com diminuição do número de livros em decorrência da censura: “Isso vai facilitar muito o transporte rodoviário e o reembolso postal, importando em economia de papel, tinta, fita de máquina, etc. São benefícios.” Finaliza prometendo não dar trabalho ao censor e dedicar-se à escrita de “cânticos e histórias para edificação moral e cívica nos jardins de infância”. A promessa de autocensura de Drummond é claramente irônica, mas talvez historicize um fenômeno real. Sandra Reimão, em trabalho no qual inventaria os livros censurados durante a ditadura militar, aponta para um número proporcionalmente menor de obras censuradas justamente no período dos “anos de chumbo”, na comparação com os demais anos de vigência do regime. Uma das hipóteses explicativas que a autora levanta para o fenômeno seria precisamente a autocensura que teria levado à não-publicação de livros por medo da repressão promovida pela ditadura: “A autocensura explicaria o índice proporcionalmente menor – em relação ao total dos examinados – de livros, peças de teatro e filmes censurados durante os anos de chumbo.”<sup>226</sup>. Lembremos que o “sucesso” de um projeto calcado no biopoder passa pela internalização de suas premissas e pela autovigilância, como preconizado pelo poder disciplinar.

Drummond volta ao tema da censura em *Cartas ao cronista*, de 28 de maio de 1970. De novo são a arbitrariedade da censura e sua abrangência que dão margem ao comentário:

Outro correspondente quer que eu descubra, compre e lhe remeta pelo reembolso postal “um livro que nenhuma livraria ou editora pôde fornecer-lhe, mas que deve existir por aí, editado pelo ministério da Justiça”, ou seja, o repertório das palavras, palavrinhas e palavrões, alusões, citações e intenções condenadas pela censura literária para evitar que ele, leitor temente a Deus e à Polícia, cometa pecados contra a moralidade, ao escrever, já não digo um volume, porém um bilhete. Ora, Fernando Ricardo, tão fácil encontrar esse livro, que nem o ministério precisou editar: qualquer dicionário da língua portuguesa, entende? De A a Z, sem exceção de um vocábulo. Isto quanto a palavras. Quanto a intenções, etc., policie sua mente, rapaz. Não deixe escapar nada. Como faz o Congresso, aliás.<sup>227</sup>

O alcance da censura moral em sua pretensão totalizante abarca todas as palavras do dicionário, extrapola a esfera da escrita pública, passa ao simples bilhete, avançando além, na recomendação “policie sua mente”, indicação daquela interiorização do biopoder pelo poder

<sup>225</sup> Ibidem.

<sup>226</sup> REIMÃO, S. “Proíbo a publicação e circulação...” - censura a livros na ditadura militar. São Paulo: **Estudos Avançados**, Volume: 28, Número: 80, Publicado: 2014 (p. 75-90) Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/L7cPdmb4GHCSrmTbYkmxNvF/?lang=pt>. Acesso em: 17 jul. 2021.

<sup>227</sup> ANDRADE, C. D. Cartas ao cronista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 43, 28 maio 1970f. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/9119](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/9119). Acesso em: 10 jun. 2020.



disciplinar a que fizemos menção. Ora, se todas as palavras do dicionário são suspeitas (para não falar das “intenções”), a decisão sobre sua moralidade recai sobre o sujeito que as interpreta, dando margem a toda sorte de arbitrariedade. A única alternativa para o leitor “temente a Deus e à Polícia” parece ser o total silenciamento. Mas não é “apenas” uma vigilância moral, ou antes, é sob o álibi de uma vigilância moral que se esconde uma vigilância de outra ordem, a política, como fica claro na citada exemplaridade do Congresso, havendo aqui uma referência à inexistência de uma oposição política efetiva, outro tema que Drummond abordará com frequência nas crônicas do período, como veremos. Um Congresso que “não deixa escapar nada” dobrou-se ao mesmo silenciamento que só permite a concordância, o que se traduz, na prática, em um bipartidarismo no qual situação e oposição se confundem, como se vê no trecho de *Primavera afinal encontrada*, de 24 de setembro de 1970:

E há flores distintas pra cada um dos Partidos?

– Não. Adotamos as mesmas flores e as mesmas ideias, que se resumem numa só, e olhe que uma já é demais. Apenas, damos preferência a flores inodoras e de colorido suave. Nada de rosas e antúrios violentos. A rigor, não formulamos programas; tecemos ramalhetes para uso dos eleitores e dos poderes constituídos. Nesse particular, sim, distribuimos a primavera. Uma primavera discreta, bem-comportada, sabe? Quem achar insípidos nossos arranjos verbais, não sabe a arte das combinações de flores. Olhe: a Arena especializou-se em *ikebana*, o MDB em *moribana*. A diferença de nomes não implica diferença de gêneros. Podemos até usar os buquês do adversário, e ele o os nossos. O jardim é um só.<sup>228</sup>

Enquanto nessas crônicas vimos uma menção explícita à censura de seu tempo, mais indireta é sua referência no texto de 21 de março de 1972, onde o foco de atenção do escritor parece se voltar para o passado. Em *Camões e o Censor*, comentando a celebração do 4º centenário de publicação d’*Os Lusíadas*, o cronista lamenta a ausência de estudos camonológicos originais e sugere aos membros da Academia Brasileira de Letras que um tema interessante para novos estudos da obra pudesse ser o parecer emitido pelo frei Bartolomeu Ferreira, responsável pela Inquisição por autorizar ou vetar a epopeia de Camões. Fazendo referência às edições fac-similares da obra, destaca-lhe o *imprimatur*: “Isto é: com parecer do censor do Santo Ofício e alvará de El-Rei Filipe II, coisas que talvez tenham feito o famoso pelicano do frontispício virar para o lado, receoso de, por hipótese, o pio tribunal

<sup>228</sup> ANDRADE, C. D. Primavera afinal encontrada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 80, n. 146, 24 set. 1970o. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/16884](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/16884) Acesso em: 24 set. 2021.

implicar com ele, e o pio monarca ordenar que o depenassem e assassem na caçarola.”<sup>229</sup> A ameaça que paira sobre a figura do frontispício do livro em sua publicação original é uma metáfora da que se eleva sobre qualquer um que esteja sob o jugo do soberano ou, modernamente, sob o *estado de exceção*: em jogo o mesmo tipo de suspensão da normatividade protetiva da vida, como mencionado por Agamben. Lembremos que Igreja e Regente possuíam o poder de decidir sobre a vida do súdito, um poder de vida e de morte que, como vimos, antecede o biopoder. Cabe recordar também que as grandes navegações que a obra camoniana celebra são um marco histórico do princípio da modernidade que se caracteriza pela evolução dos dispositivos do biopoder. O salto entre a censura sobre a obra literária e o direito de decidir sobre a vida põe em evidência esse caráter biopolítico: a decisão soberana não era apenas sobre a veiculação ou não do épico, mas poderia implicar na morte do autor. Em se tratando dos anos de chumbo da ditadura essa aproximação não parece gratuita e o fato histórico deixa de ser apenas um dado.

O cronista elogia a atitude condescendente do frade que teria feito vista grossa a certos detalhes da obra que, se percebidos pelo regente, colocariam obra e autor sob risco. Mas é de se notar que, nos trechos selecionados do épico de Camões, Drummond dá destaque para o significado político e não sobre o religioso que devia ser o objeto principal de escrutínio pela Inquisição. “Bartolomeu foi camarada, fazendo vista grossa sobre alusões camonianas que exprimem não-conformismo e vícios dos homens e males do tempo (ou de todos os tempos).”<sup>230</sup> Os versos de Camões que se aplicariam a “todos os tempos”, pinçados da sua obra e colados ao presente do cronista, têm seu sentido político atualizado, não se elevando como acusações genéricas aos vícios atemporais, mas como endereçadas aos homens de seu tempo: “Bem haja afinal o Bartolomeu, que deixou passar tudo isso e não avisou ao Rei Filipe. Graças à tolerância consórcia, neste caso, podemos hoje admirar e louvar Camões não apenas no sopro épico, mas ainda nas flechas certeiras aos abusos e misérias das cortes. Camões era fogo.”<sup>231</sup>

Nessa crônica, destaca-se a leitura singularíssima que Drummond propõe dos versos de Camões: ao evocá-los, elogiando o poeta português quanto à “crítica social e ao rigor político”, toma-os para si, colocando-os em atrito com o momento presente. As “flechas

---

<sup>229</sup> ANDRADE, C. D. Camões e o Censor. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 81, n. 294, 21 mar. 1972d. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/53086](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/53086) Acesso em: 10 jun. 2020.

<sup>230</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>231</sup> *Ibidem*.

certeiras” de Camões, disparadas contra os ocupantes do poder, agora são colocadas no arco do cronista, como no verso “E só fica por bem-aventurado /Quem já vem pelo Duque nomeado.” Aqui, numa clara alusão ao sistema de alianças políticas e ao processo eleitoral que implicava na escolha dos candidatos da Arena, diversas vezes criticado por Drummond.

Camões, atento, denuncia:

Nem, Camenas, também cuideis que cante  
quem, com hábito honesto e grave, veio,  
por contentar o Rei, no ofício novo,  
a despir e roubar o pobre povo!

[...]

Sua crítica social e seu rigor político vão mais longe. Censura

...quem acha que é justo e que é direito  
guardar-se a lei do Rei severamente,  
e não acha que é justo e bom respeito  
que se pague o suor da servil gente;  
nem quem sempre, com pouco esperto peito,  
razões aprende, e cuida que é prudente,  
para taxar, com mão rapace e escassa  
os trabalhos alheios que não passa.<sup>232</sup>

Nos versos destacados, vê-se que, além de se recusar a celebrar àqueles que sob o “hábito novo” vêm para “despir e roubar o próprio povo”, Drummond / Camões denunciam a disjunção entre legalidade e justiça, mais precisamente a justiça social. O que está na mira de ambos é uma obediência fiel a leis que desconsideram de seu escopo o que seria justo em termos da retribuição do trabalho alheio, distorção agravada pela taxaço “rapace”, ou seja, pela própria (in)justiça tributária. Lembremos que os anos de chumbo da ditadura correspondem ao período do “milagre brasileiro”, marcado por um intenso crescimento econômico que não se fez acompanhar de uma melhor distribuição de renda, como ficou célebre nas metas de Delfim Netto, Ministro da Fazenda de 1967 a 1973, para quem se fazia necessário “fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”, ênfase no crescimento econômico e adiamento (indefinido) da distribuição de renda. Há aqui, em suma, a denúncia de um governo que funcionava descolado dos interesses do povo, personificados pelos trabalhadores e injustamente remunerados e taxados.

Agora, dirige setas a diversos:  
Este deprava às vezes as ciências,  
os juízos cegando e as consciências.  
Este interpreta mais que sutilmente  
os textos; este faz e desfaz leis;  
este causa os perjúrios entre a gente

---

<sup>232</sup> Ibidem.

e mil vezes tiranos torna os Reis.

Por fim, nessas “setas a diversos” há uma crítica ao processo de distorção da realidade, que no contexto da ditadura pode ser associado ao jogo entre censura e propaganda, que resultou na fantasia ufanista do “Brasil Grande” por meio da ocultação das mazelas sociais e políticas e celebração de “conquistas” – o crescimento econômico e até a vitória na Copa do Mundo de 1970 foram apropriadas para a construção desse imaginário, como Drummond irá ironizar em outra crônica: “Vote na Arena que conquistou a Taça Jules Rimet para você.”<sup>233</sup> – tendo como resultado o cegamento de “juízos e consciências”. Na mesma linha, a interpretação tendenciosa dos textos (como temos visto a denúncia recorrente da arbitrariedade da censura) e na produção e extinção de leis de acordo com a conveniência, que ao cabo convergem para que os governantes se tornem “mil vezes tiranos” e distanciados do povo. Tirania é outro nome para uma forma de governo baseada a imposição pela força e da violência<sup>234</sup>, como se vê, ordinariamente, no *estado de exceção*.

Registre-se ainda, em relação a essa crônica, o modo como Drummond se apropria do maior expoente do classicismo em língua portuguesa investindo-o de um novo e moderno significado. É interessante contrastar essa leitura feita por Drummond com aquela interpretação de parte da crítica, como já vimos, de que a aproximação do poeta da herança clássica (observada nos anos 1950) seria um aspecto sintomático de seu desinteresse pelo político e da atitude demissionária de sua poesia, antes marcadamente social. Lembremos que a *Máquina do Mundo*, que dá nome a um dos grandes poemas de *Claro Enigma*, é uma clara referência a *Os Lusíadas*. Nesta crônica, Drummond se propõe a reler a epopeia clássica extraindo dela uma mensagem política aplicável a seu presente histórico. Este é um exemplo de que o olhar do cronista que se volta para o passado (histórico, pessoal ou literário) não o faz necessariamente como movimento de evasão do aqui e agora, mas para colocar esse passado em diálogo com o presente, provocando uma interlocução entre tradição e modernidade.

Sublinhe-se que, na comparação sugerida entre a censura que o país atravessava e aquela praticada pela Inquisição, não há apenas um paralelo entre dois momentos históricos

---

<sup>233</sup> ANDRADE, C. D. Seleção, eleição. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 80, 9 jul. 1970p. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/11827](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/11827) Acesso em: 24 set. 2021.

<sup>234</sup> “Nas condições da vida humana, a única alternativa do poder não é a resistência –impotente ante o poder – mas unicamente a força, que um homem sozinho pode exercer contra seu semelhante e da qual um ou vários homens podem ter o monopólio ao se apoderarem dos meios de violência. Mas, se a violência é capaz de destruir o poder, jamais pode substituí-lo.” (ARENDDT, 2007, p. 214)

nos quais vigorava um poder tirânico investido sobre a arte e a vida. Nos quatro séculos que separam a publicação d'*Os Lusíadas* da crônica de Drummond, a despeito da distância temporal e geográfica, ficam esboçadas similaridades e sugeridas linhas de continuidade: o descobrimento do Brasil é um outro capítulo das grandes navegações que o épico camoniano celebra. Nascemos como nação a partir dessa aventura que demarca o início da era moderna e, em parte, descendemos dos patrícios dos descobridores, pelo que certos “vícios” de nossa atividade política, especularmente criticados por Camões / Drummond, podem ter sido deles herdados.

Colocando o passado em cotejo com o presente, tecendo correlações, tensionando tempos e evidenciando permanências e diferenças a despeito das distâncias temporais, Drummond, ao mesmo tempo, demonstra e fomenta uma consciência histórica crítica. É também o que faz em outra crônica sobre a censura, esta remissiva a um contexto histórico diferente, o Brasil Colônia e nosso hereditário “coronelismo”. A recomendação de cautela dá o tom de *Cuide-se, amigo*, crônica de 14 de março de 1972. Supostamente respondendo a um leitor que lhe pede que “tome sua defesa pelo jornal”, lamenta nada poder fazer para ajudá-lo, senão preservar seu anonimato para, na sequência, narrar seu infortúnio. O correspondente se declara perseguido pelo prefeito de sua cidade no interior, pelo delito de “achar graça nas coisas” e por “manifestá-la em conversa”:

Por esse crime, o prefeito de sua cidade quer processá-lo, enquadrando-o em não sei que lei de segurança municipal. Uma dessas leis para uso de fulano, possivelmente não escritas, talvez inexistentes. São as mais fortes, pois a ninguém é lícito interpretá-las, se estão apenas na cabeça da autoridade, ou nem isso, por falta de cabeça; vigoram no ar, e aplicam-se ao vento.<sup>235</sup>

A arbitrariedade do ato autoritário está aqui não apenas numa interpretação tendenciosa de dispositivos legais vigentes, como na crônica *Aos poetas*, que veremos a seguir, mas alça-se a uma esfera supralegal, pertencendo àquele espaço apontado por Agamben<sup>236</sup>, o estado de exceção, onde a lei se torna equivalente ao arbítrio do governante autorizado a investir sobre o “súdito” enquanto *vida nua*, isto é, enquanto entidade totalmente despida de qualquer proteção legal. Trata-se de “Leis talvez inexistentes”, mas que, a despeito de não estarem escritas, ou talvez por isso mesmo, são ainda mais coativas na captura absoluta e imprevisível que promovem das vidas a elas sujeitas. O correspondente encontra-se aqui sob

<sup>235</sup> ANDRADE, C. D. *Cuide-se, amigo*. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 81, n. 288, 14 mar. 1972f. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/52572](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/52572) Acesso em: 17 jul. 2020.

<sup>236</sup> “O estado de exceção é um espaço anômico onde o que está em jogo é uma força de lei sem lei”. (AGAMBEN, 2004, P. 61)

ameaça de uma “lei de segurança municipal”, isto é, ao desígnio de uma autoridade localizada: o prefeito da cidade do interior é uma figuração do “coronel”, persona do mandonismo local, modelar do autoritarismo no Brasil.

Drummond traça o paralelo entre este personagem – possivelmente fictício – e outro real cujo relato resgata dos arquivos dos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Aqui, abra-se um parêntese para registrar como essa crônica é ilustrativa da “vocação monográfica” e da “precisão documental” apontadas por Candido em rela o   escrita do gênero, no autor. Drummond reproduz trechos de uma carta enviada pelo Governador-Geral do Brasil, Francisco Barreto, ao Rei D. Afonso VI, em 1658, acerca da prisão domiciliar de João Pais Flori o, cujo crime teria sido “seu bom humor”:

O Desembargador Salema comunicou ser necessário prender João Pais Flori o. E querendo eu ver as culpas, não mas mostrou. São disse que as tinha de sua pouca confidência, por cujo respeito o mandei prender, se não como Salema queria, como me pareceu justiça, e lhe dei sua casa por prisão, porque a opinião que tenho deste   muito diversa do estrondo com que nele se fala. João Pais   sujeito de qualidade, diserto, engra ad ssimo, muito velho, desprezador da autoridade que pudera ter por sua fazenda considerável. Foi sempre estimado de todos por sua pessoa e conversac o, e dos governadores por ser o vassalo que fez sempre levantar as dízimas com grande excesso, e a seu zelo deve a fazenda de V. M. aumentos not rios. E como no modo e no juízo   naturalmente jocoso e agudo, folgavam de o ouvir. Por não perder um bom dito, não reparava talvez em dizer uma heresia, que nem nele passava da superfície, nem nos que o ouviam a escândalo.

Continua o Governador:

“Antes da feliz aclama o de V. M., dizia de El-Rei de Castela o que lhe parecia, se dali tirasse conceito para dar gosto aos que o procuravam a rir. O mesmo praticava de si próprio, com muita galhardia. Com este bom humor viveu sempre. E porque alguns dos que o ouviam não compreendiam muitas vezes a sutileza com que falava ou os fundamentos com que discorria, resultava da ignorância aquele rumor confuso com que depois de o celebrarem o murmuravam. Na opinião dos sujeitos de prudência, não tem a o nesta matéria que não seja venialidade desculpável.”<sup>237</sup>

Ao resgatar a história desse personagem que teve a memória de sua existência preservada por um fatídico “encontro com poder”, como dizia Foucault<sup>238</sup>, cujo crime parece ter sido o de ofender alguma autoridade de seu tempo (talvez o referido desembargador Salema), Drummond cria mais uma vez uma ponte entre o passado e o presente, mostrando a linha de continuidade entre o autoritarismo pretérito e de seu momento histórico, aquele sendo

<sup>237</sup> ANDRADE, 1972f., p. 8.

<sup>238</sup> “Quis também que essas personagens fossem elas próprias obscuras; [...] para que alguma coisa delas chegue até nós, foi preciso, no entanto, que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse ilumin -las. Luz que vem de outro lugar. O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer   o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem d vida, estaria mais ali para lembra seu fugidivo trajeto.” (FOUCAULT, 2006, p.207)

como que as raízes do que lhe era contemporâneo. Linha epigenética entre o mandonismo colonial, o coronelismo e a própria ditadura.

A recomendação final a seu correspondente: “Portanto, amigo, tome nota do ensinamento histórico: o perfeito cidadão, para ser mesmo perfeito, não deve ser engraçado. Ou, pelo menos, esconda essa balda.”<sup>239</sup> Nesse texto é o humor (tão caro à crônica) que se figura como a ameaça a ser combatida, talvez porque o rebaixamento provocado pelo riso seja uma arma de contestação simbólica do poder.

Em *Aos poetas*, de 26 de fevereiro de 1970, será a poesia o objeto de censura. Nessa crônica, o escritor exorta seus amigos (nominalmente os modernistas Murilo Mendes, Cassiano Ricardo, Emílio Moura e Dante Milano, mas estende a exortação a todos os poetas) a não andarem nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. O texto menciona uma abordagem policial a um grupo de *hippies* – ação policial comum à época<sup>240</sup> – e à prisão desses com base Lei de Contravenções Penais, o Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941, resquício da ditadura de Vargas (ainda hoje vigente) e que prevê pena de prisão de quinze dias a três meses a quem incorra na contravenção de “vadiagem”, tipificada em seu art. 59 como “Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”. Nessa crônica – uma das várias que registra o emblemático fenômeno da contracultura dos anos 1960-1970 – a equiparação feita pelo policial entre “poeta e malandro” será o mote:

A polícia da Guanabara, caríssimos, está prendendo indivíduos que tenham barba comprida, cabeleira intonsa, usem colares e vistam calças em mau estado de conservação. Bem sei que este não é o vosso caso, mas ouvi-me. Tais indivíduos, bem como uma ou outra mocinha que simpatiza com eles e procura adaptar-lhes o figurino, são recolhidos ao xadrez como inconvenientes à estética urbana, portadores de piolhos e alérgicos ao trabalho. Muitos sentam-se no chão de uma praça e vendem objetos que eles mesmos fabricaram. Entre os artigos à venda incluem-se pinturas e versos. Lá estão, sobre a grama, livrinhos impressos ou datilografados. É uma antiga e boa maneira de vender livros: diretamente da fábrica (o poeta) ao consumidor. Dispensa intermediários e vitaliza a comunicação humana. Pois entre os indivíduos que

<sup>239</sup> ANDRADE, 1972f, *idem*.

<sup>240</sup> “Sob a chefia do inspetor Soares e por determinação da Secretaria de Segurança, 82 pessoas foram presas ontem numa blitz policial do Leme ao Leblon. Vinte registravam antecedentes criminais e quatro eram hippies estrangeiros, que forma obrigados a tomar banho com sabão por ordem do General Luís de França Oliveira. (...) Os hippies, 18 entre homens e mulheres, foram surpreendidos em uma casa no Castelinho, onde dançavam seminus, envoltos apenas em lençóis. Os brasileiros foram advertidos e, caso sejam encontrados novamente na mesma situação, poderão ser enquadrados como vadios.” (“BLITZ” policial do Leme ao Leblon detém 82 e dá banho em 4 “hippies”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 80, n. 261, 8 e 8 fev. 1971. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/25791](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/25791) Acesso em: 15 out. 2021.)

a polícia andou retirando da circulação estava um autor-mercador de poesia. Em vão tentou identificar-se:

– Sou poeta, olhe os meus livros.

– Poeta? respondeu-lhe o policial, torcendo o nariz. Pra mim, poeta o sinônimo de malandro.<sup>241</sup>

A interpretação arbitrária da lei citada – apenas um dos normativos usados pela ditadura para “legalizar” a perseguição a seus opositores – justifica a prisão dos *hippies* e entre eles a de um em particular que se declarou *poeta*. De forma hiperbólica e humorística, o cronista parte dessa equiparação entre poeta e malandro para demonstrar o quanto há de abusivo na atuação do policial e em sua “sinonímia” ao atribuir um significado ao termo malandro não registrada nos dicionários:

Lestes bem, amigos meus? Sinônimo de malandro. Assim nos classificou a todos aquele representante da autoridade: aos barbudos e aos calvos, aos de calça rota e aos de indumentária impecável, novos e velhos, passadistas (modernistas) ou concretos, de vanguarda e de água-doce. [...] E que é ser malandro? Segundo Aurélio Buarque de Holanda, malandro é “sujeito que costuma abusar da confiança dos outros, ou que não trabalha e vive de expedientes; vadio; gatuno” E como para tais tipos de comportamento existem penas e sanções no Código Penal e na Lei de Contravenções, estais a ver, amados colegas, que confessar-se poeta (ou ser acusado de) envolve sérios vexames, e mesmo danos, que de modo algum a perspectiva de glória futura basta para compensar.<sup>242</sup>

Cabe lembrar que a tipificação penal do “vadio”, a que Drummond faz menção, e a repressão policial ao “malandro”, ligam-se a uma tradição histórica brasileira de perseguição a tipos sociais que vivem à margem do “mundo da ordem” e que remete ao processo de transição do modelo socioeconômico de exploração da mão de obra escrava para o do trabalho assalariado e aos dispositivos legais e ideológicos que lhe são correspondentes.<sup>243</sup>

Mas a aproximação de significados forçada pelo policial também abarca um outro sentido. Os velhos poetas modernistas irmanam-se, na equiparação produzida pela interpretação arbitrária do policial, aos jovens da contracultura, pelo que “poetar” também aparece como uma forma de contraposição política (ou resistência) à ordem estabelecida (cabe lembrar a proscricção dos poetas da *polis* na República de Platão).

<sup>241</sup> ANDRADE, C. D. Aos poetas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 79, n. 274, 26 fev. 1970b. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/3156](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/3156) Acesso em: 9 maio 2021.

<sup>242</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>243</sup> “Com a libertação dos escravos, as classes possuidoras não mais poderiam garantir o suprimento de força de trabalho aos seus empreendimentos econômicos por meio da propriedade de trabalhadores escravos. O problema que se coloca, então, é de que o liberto, dono de sua força de trabalho, torne-se um trabalhador, isto é, disponha-se a vender sua capacidade de trabalho ao capitalista empreendedor. Por um lado, esse problema tinha seu aspecto prático que se traduzia na tentativa de propor medidas que obrigassem o indivíduo ao trabalho. Por outro, era preciso também um esforço de revisão e conceitos, de construção de valores que iriam construir uma nova ética do trabalho.” (CHALHOUB, S. 2012, p. 65)



Na recomendação final do cronista aos poetas há uma clara menção à censura. Para que estejam seguros em tempos de perseguição política, não basta evitem a frequência de espaços públicos, é imperativo que se mantenham em silêncio:

Por isso vos aconselho distância desta terra, se estais fora; e fechamento domiciliar em copas, se habitais este torrão. Nada de publicar canções, de vadiar e de afanar a carteira do próximo. Tudo isso é muito feio, amigos. Há um novo sinônimo de malandro, que mestre Aurélio precisa incorporar à próxima edição do seu dicionário, para uso guanabarrino. Muito juízo, sim? Daqui por diante, teremos que poetar de baixo do mais absoluto sigilo. Caluda! *Keep silent! Taisez-vous! Acqua in bocca! Schweigen bitte!*<sup>244</sup>

Se o rótulo “malandro” já era suficiente para fundamentar a prisão de opositores na ditadura – de onde a recomendação de se “poetar” em sigilo – sob outro rótulo mais radical foram defendidos atos ainda mais extremos. A acusação de terrorismo foi rotineiramente evocada para justificar a ação das forças de segurança contra opositores do regime. Sob a mesma acusação, grupos armados ou indivíduos suspeitos de envolvimento com esses grupos (e o termo suspeito ganha a abrangência que a arbitrariedade deseja lhe dar) eram presos, torturados e mortos, como relata Elio Gaspari:

A ação policial da ditadura foi rotineiramente defendida como resposta adequada e necessária à ameaça terrorista. O general Ernesto Geisel, num depoimento aos historiadores Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, desenvolveu esse raciocínio justificativo: “Era essencial reprimir. Não posso discutir o método de repressão, se foi adequado, se foi o melhor que se podia adotar. O fato é que a subversão acabou”. Esse raciocínio ampara-se na exacerbação da ameaça. Tratando-a como algo excepcional, justifica a excepcionalidade da reação.<sup>245</sup>

Em *O Terrorista*, de 09 de abril de 1970 (republicada em 11 de setembro de 1980 sob o título *O terrorista ontem e hoje*), um repórter faz perguntas a um entrevistado, que se mantém incógnito até o fim da crônica, em busca de uma definição do que seja um terrorista. As respostas esboçam uma explicação do terrorismo desde as suas causas – sociais e psicológicas – até suas consequências políticas. A simplicidade construtiva do texto, a alternância de perguntas e respostas curtas, disfarça a complexidade que a explanação procura alcançar:

- Que é ser terrorista?
- Ser terrorista é ser maniqueu cego.
- Por que é cego esse maniqueu?
- Porque ao mal deu o nome de bem, e ao bem deu o nome de mal.
- Qual a consequência de tal cegueira?
- A consequência é o terror íntimo, que se desdobra no terror externo.
- O terrorista é um aterrorizado?

<sup>244</sup> ANDRADE, 1970b, p. 8.

<sup>245</sup> GASPARI, 2002a, p. 16.

- Sim. O terrorista é um aterrorizado, porque passou a ter medo da vida na variedade de suas opções.
- Que pretende o terrorista em ação?
- Pretende, em primeiro lugar, dar razão ao seu próprio terror, projetando-o.
- E em segundo lugar?
- Em segundo lugar, pretende passar do terrorismo de baixo para cima, ao terrorismo de cima para baixo.
- Como assim?
- O projeto do terrorista é demolir o estabelecimento cheio de erros, para instituir outro estabelecimento que seja o Erro Total.
- Que é o Erro Total?
- Uma utopia com alicerce no ódio e no sangue.
- De qualquer sangue?
- De qualquer, mas de preferência o sangue dos inocentes.
- Por que o dos inocentes?
- Em primeiro lugar, porque os inocentes são sempre os mais vulneráveis.
- E em segundo lugar?
- Por ser maior o prazer do mal convertido em bem.<sup>246</sup>

O terrorismo seria uma expressão violenta da intolerância, a exteriorização de terror íntimo experimentado por alguém confrontado com o diferente. É de se notar que há duas distintas expressões do terrorismo, conforme praticados pelos opositores do poder ou por seus ocupantes, um terrorismo descendente e um ascendente: “A pretensão do terrorista de passar do terror de baixo para cima para o terror de cima para baixo”<sup>247</sup>. O projeto político do terrorista seria a substituição de uma ordem constituída, cujos erros ele critica, por uma ordem que seria o “Erro Total”. A explicação para o terrorismo é tanto sociológica quanto psicológica: suas causas remontam às repercussões do social – o “estabelecimento cheio de erros” – sobre o indivíduo, “erros” que podem ser lidos como “injustiça”, como dirá depois, induzem à “desesperança” e colocam o indivíduo “no caminho do terrorismo”. Para além do sentido político, o cronista perscruta as razões psicológicas para a ação terrorista:

- O terrorista sente prazer no ato de extermínio?
- Ele sente prazer na descarga emocional e na ilusão de domínio.
- Este prazer é completo?
- Não, este prazer encerra um verme.
- Como se chama este verme?
- Chama-se duplicação do terror íntimo do terrorista, que absolve o seu ato.
- E qual é a consequência?
- A consequência é o terrorista ficar ainda e mais cego e mais cruel em sua cegueira.<sup>248</sup>

Na descarga pulsional do ato violento, vemos a expressão de um prazer da ordem da pulsão de morte, como sugerida por Freud, prazer que obedece ao Princípio do Nirvana cujo

---

<sup>246</sup> ANDRADE, C. D. O Terrorista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 1, 9 abr. 1970. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/5958](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/5958) Acesso em: 25 set. 2021.

<sup>247</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>248</sup> Ibidem.

extremo, numa escalada de violência, seria a completa aniquilação do outro – o Erro Total. O terrorismo, conclui, sempre resultará em um agravamento da injustiça, quer pela repressão violenta que ele sofre, quando derrotado, quer pela injustiça total que ele põe em prática quando temporariamente vencedor:

- A que conduz, afinal, o terrorismo?
- A nada, se derrotado.
- Nada, nada?
- Pode conduzir a agravação da Injustiça no mundo, se for derrotado por uma violência maior.
- E se for vitorioso?
- Nunca será vitorioso, senão num período.
- E que aconteceria nesse período?
- A injustiça completa, já disse.<sup>249</sup>

Vê-se nessa crônica uma outra dimensão fundamental do político em Drummond, sua recusa a endossar a violência. A posição de Drummond não é isenta de controvérsia, já que a violência dos opositores ao regime – classificada como terrorismo – era usada como justificativa para a violência do estado (vimos isso no próprio discurso de Geisel sobre distensão do regime). Essa questão remete à discussão sobre a legitimidade do uso da violência discutida por Hannah Arendt para quem a violência é incompatível com a condição política do ser humano: “Para resumir: politicamente falando, é insuficiente dizer que poder e violência não são o mesmo. Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas deixada a seu próprio curso, ela conduz à desapareição do poder.”<sup>250</sup> Não pretendemos aqui aprofundar a discussão da autora sobre a instrumentalidade da violência capaz de promover a *libertação* (promoção de melhores condições de vida), mas não a *liberdade* (expressão propriamente política). Apenas gostaríamos de apontar certa convergência entre a concepção arendtiana de poder como essa dimensão inafastável da esfera pública onde se dá o convívio da pluralidade dos homens, com a concepção política defendida por Drummond.

No lugar da violência, o autor defende o convívio entre os diferentes (o próprio terrorista é, na sua visão, um produto da intolerância). O político em Drummond lê-se, sob essa perspectiva, como uma recusa a reducionismos em favor do diálogo e da diversidade de pensamento. Nesse sentido, a liberdade de imprensa seria uma de suas mais importantes expressões, como se vê em *Palmas, que ele merece*, de 2 de setembro de 1971. A crônica tem

---

<sup>249</sup> Ibidem.

<sup>250</sup> ARENDT, 1994, p. 44

como mote o esquecimento de uma efeméride: “Nós jornalistas somos um tanto distraídos. Sábado, 28 de agosto, passou um sesquicentenário ligado ao coração da gente: o do reconhecimento oficial da liberdade de imprensa no Brasil. E quem foi que se lembrou de pelo menos tomar um chope comemorativo?”<sup>251</sup>. Tal distração não parece gratuita já que o que se deixou de celebrar foi precisamente uma liberdade fundamental então cerceada pela ditadura. Os 150 anos do reconhecimento oficial da liberdade de imprensa no Brasil, proclamada em 28 de agosto de 1821, pelo Príncipe D. Pedro, tornam-se, por contraste, uma crítica às restrições à imprensa e ao livre pensamento no regime ditatorial:

O fato é que, naquele dia de agosto de 1821, tão recuado que até imagens e conceitos do tempo se esfumam e esquecem, ele fez de verdade o que seu pai fizera pouco antes de mentirinha. Em março do mesmo ano, D. João VI suprimira a censura de manuscritos mas estabelecera a censura de provas. Dera mais facilidades, mais conforto ao censor, dispensando-o de decifrar garranchos de maus calígrafos... A independência nacional, seu impulsivo rebento antecipou a independência da palavra escrita, do pensamento para consumo público: foi servido “mandar se não embarace por pretexto algum a impressão que se quiser fazer de qualquer texto escrito”, sujeito o autor, obviamente à responsabilidade pelo que escrever.

Saravá, meu Príncipe. Essa de proclamar o princípio, que iria vigorar por tantos anos na lei e nos costumes, com intervalos que apenas serviram para confirmar, pelo contraste, o seu acerto, é uma das boas coisas que lhe ficamos devendo. E que fazem este colonista pedir, como os animadores de televisão: Palmas pra D. Pedro, que ele merece.<sup>252</sup>

Em crônicas anteriormente citadas, fatos e episódios históricos aludidos pelo autor serviram para a indicação de linhas de continuidade entre passado e presente. Nesta, a ênfase repousa na descontinuidade, haja vista o contraste assinalado entre o aniversário da proclamação da liberdade de imprensa e a restrição a essa mesma liberdade pela ditadura. Fica a sugestão de que a história não é um desenvolvimento linear e progressivo, mas um processo acidentado, sujeito a interrupções e retrocessos (a censura e a própria ditadura podem ser lidas sob esta chave).

A mesma censura que limita a liberdade de expressão, como vimos em relação *aos poetas* ou ao cidadão cujo crime teria sido “achar graça nas coisas e manifestá-la”, ganha uma outra dimensão que indica o avanço do poder disciplinar às instâncias decisórias mais simples do indivíduo – como vemos em *Dos cuidados necessários para se comprar uma revista*, de 24 de abril de 1973. É o mesmo medo e a mesma cautela que tomam o personagem João Brandão

<sup>251</sup> ANDRADE, C. D. Palmas, que ele merece. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 81, n. 126, 2 set. 1971d. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/39441](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/39441). Acesso em: 15 ago. 2021.

<sup>252</sup> *Ibidem*, p. 8.

no simples ato de escolha de uma revista, receoso de adquirir acidentalmente alguma que seja proibida pela censura.

João Brandão parou, hesitante, em frente à banca de jornais. Examinou as capas das revistas, uma por uma. Tirou do bolso o recorte, consultou-o. Não, não estava incluída na relação de títulos, levantada por ordem alfabética: *Stern, Swank, Tic, Tini Dane...* Mas quem sabe havia uma relação suplementar, feita na véspera?

Na dúvida, achou conveniente estudar a cara do jornaleiro. Era a mesma de sempre. Mas talvez ocultasse alguma coisa, sob a aparência habitual. O jornaleiro olhou para João Brandão, sem transmitir informação especial no olhar, além do reconhecimento do freguês.

Peço? Perguntou João a si mesmo. Ou é melhor sondar a barra?

– Como vão as coisas?

– Vão indo, né? Meio paradas.

– Não tem vendido muita revista?

O jornaleiro fitou-o, sério:

– Nem todo dia é dia de vender muita revista.

– Eu sei, mas tem revista e revista.

– Lá isso é.

– A lista está completa?

– Que lista?

– Das revistas proibidas.

– Ah, sim, o listão. O senhor queria que não estivesse completa?

– Eu? Perguntei, apenas. Gosto de saber das coisas com certeza. Às vezes a gente pede uma revista que não tem mais, que não pode mais ter à venda, e...

– Caso sério — suspirou o jornaleiro.

– Por isso que perguntei. Não quero grilo, entende?

– Entendi.

– Nem para o senhor nem para mim, é lógico.

– Tá legal.

– Além do mais, gosto de cumprir a lei. O senhor também não gosta?

– Muito.

– Sou assim. Sempre gostei. Cumpro a lei, cumpro o decreto, cumpro o regulamento, cumpro a portaria, cumpro tudo.<sup>253</sup>

Os cuidados de João Brandão justificam-se não mais pelo “medo” da punição, mas por que o próprio sujeito declara “gostar” de cumprir a lei, desejo que, aliás, se afigura virtualmente impossível num país conhecido pela profusão de atos normativos, como Drummond ironiza na crônica *Leis*, de 22 de julho de 1972, que trata de um projeto de lei para reduzir o número de dispositivos legais no país:

Pensando bem, não atino com a razão desta iniciativa: comprimir 120 mil leis em 3 mil. Por que 3 mil? Que número mágico é este? E convém a um país em desenvolvimento como o nosso? Que mal fazem as leis se não são aplicadas nem aplicáveis? Elas distraem, elas dão serviço à datilógrafa e ao linotipista, dão lucro honesto aos jornaleiros que as apregoam nas esquinas. Eu proporia 300 mil leis, ou 3 milhões. No mínimo.<sup>254</sup>

<sup>253</sup> ANDRADE, C. D. Dos cuidados necessários para comprar uma revista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 83, n. 16, 24 abr. 1973c. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/82727](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/82727). Acesso em: 18 ago. 2021.

<sup>254</sup> ANDRADE, C. D. Leis. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 93, 22 jul. 1972h. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/62152](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/62152). Acesso em: 18 ago. 2021.

Voltando a João Brandão, figuração do homem comum, o que entra em jogo no poder disciplinar é esse processo de docilização que “converte” o *medo* da punição em *desejo* de obedecer, progressão do biopoder às instâncias mais íntimas do sujeito. Aqui, é da própria permissão para querer que se trata: “Daí, não estou vendo a revista que eu queria, e fico sem saber se posso querer, se a lei me autoriza a querer a minha revista.”<sup>255</sup> Vê-se aqui, o “sucesso” do dispositivo disciplinar que consiste, nos termos de Arendt, na completa substituição da ação pelo comportamento.

O projeto encarnado pela ditadura, pressupõe a imposição de uma perspectiva única de mundo, traduzida pela sua ideologia, sendo, portanto, inimiga da pluralidade de pensamento tão cara a Drummond. Limitar o acesso à diversidade de informação é apenas uma das estratégias – ou dispositivos do biopoder – por meio dos quais o indivíduo, docilizado, se torna “útil”.

## 5.2. A Máquina do Mundo

Cabe lembrar que, para além do *estado de exceção*<sup>256</sup> típico, encarnado pela ditadura, o biopoder alcança outras formas de organização social, ou antes, toda a concepção Moderna de Estado, bem como o arcabouço legal que lhe dá forma, seriam diferentes manifestações de um biopoder que pretende o progressivo e minucioso controle da vida humana, com vistas à inserção em uma cadeia de produção/consumo que visa, em última instância, ao pleno aproveitamento econômico do ser humano. O aparelho estatal brasileiro, qualquer que seja sua conformação, é apenas uma engrenagem de um maquinário mais amplo que nasceu no mercantilismo e evoluiu para as formas de um sistema capitalista internacional.

O avanço de dispositivos que pretendem o controle total vida humana é recorrentemente discutido nas crônicas de Drummond. Como vimos, para Foucault<sup>257</sup> o biopoder se manifesta duplamente como *poder disciplinar* que dociliza corpos e mentes tendo

---

<sup>255</sup> ANDRADE, 1973c, p. 5.

<sup>256</sup> Para Agamben o Estado de Exceção é o paradigma do Estado Moderno, mesmo nas nações democráticas, haja vista o recorrente apelo a situações excepcionais que justificariam a intervenção estatal e a suspensão arbitrária de direitos, expondo a vulnerabilidade da vida nua e criando uma zona cinzenta entre proteção legal do estado e discricionariedade dos governantes.

<sup>257</sup> “Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos.” (FOUCAULT, 1988, p. 132)

como foco o *indivíduo*, e como *biopolítica*, estratégia que se encarrega da gestão das forças vitais – leia-se (re)produtivas – da *população*. Vários foram os dispositivos desenvolvidos com o objetivo de permitir a docilização do sujeito e que pretendem, em última instância, a distribuição racional da força de trabalho, num processo que, segundo o filósofo francês, ocorre em paralelo à “acumulação do capital”, qual seja, a “acumulação dos homens”<sup>258</sup>. Existe, mesmo, toda a construção de um conjunto de saberes que pretendem instrumentalmente otimizar esse processo de aproveitamento da força de trabalho. É exatamente o que aparece na crônica *De vários assuntos*, de 11 de novembro de 1971.

Finalmente, senti vontade de batizar assim este escrito: “Zulliger, Koch, Cooper, Machover e Zé.” Quatro donos ilustres da ciência psicológica aplicada à seleção de valores, e um sujeito sem lustre algum, reunidos no exame psicotécnico (ou pirotécnico?) para gari, entre símbolos e questionários. Que Zé? Zé qualquer, Zé simplesmente, abreviatura humana de zero, candidato a empregado da Limpeza Urbana. Convidaram-no a desenhar uma árvore que não fosse coqueiro, palmeira ou bananeira; a desenhar uma figura humana, onde retratasse sua angústia ou sua placidez de lago moral; a manifestar seu ponto-de-vista sobre o direito de greve (eu, hem Rosa?), aumento salarial, obediência ao patrão, etc. Zé foi meticulosamente testado e entrevistado quanto a sua mente, sua personalidade social, suas concepções trabalhistas. Aprovado, meteram-lhe a vassoura na mão e disseram-lhe: “Varre. Machover, Koch, Zulliger e Cooper atestam que estás em condições de varrer primorosamente nossas sujeiras urbanas. Tuas ideias pacatas e enquadradas a respeito da obediência e da greve confirmam que serás conspicuo varredor. Tens mão hábil, cuca saudável e poderias mesmo preencher muitas outras funções. Em face de tuas competências, poderíamos nomear-te professor de Desenho na Escola de Belas-Artes ou conferir-te o grande prêmio da Bienal. Poderíamos elevar-te a Ministro do Trabalho ou outra investidura no gênero. Mas para quê, se nosso objetivo é enobrecer a profissão de gari, e irás valorizá-la? Vai varrendo, vai varrendo. Terás o salário de Cr\$ 225,60 (sessenta centavos, este quebrado é importante) e se fores assíduo na varredura, como estimo que sejas, dar-te-ei mais Cr\$ 120,00 de prêmio, além do Cr\$ 1,80 por hora extra de trabalho aos domingos e feriados, sendo que estes últimos, como sabes, são em média cinco dias por semana. Vamos, que queres mais? Varre, varre. Honra ao mérito!”<sup>259</sup>

A crônica enumera uma série de testes psicológicos desenvolvidos ao longo do século XX e referidos pelo nome de seus autores. Tais instrumentos, aqui usados para esquadrihar sua “mente, sua personalidade social, suas concepções trabalhistas”, aplicados em uma seleção para o trabalho de gari. Há uma desproporção entre a sofisticação do instrumental utilizado no processo seletivo e a simplicidade das atividades laborais do cargo pleiteado, o qual se limita ao ato de varrer, verbo continuamente repetido: “nosso objetivo é enobrecer a profissão de gari”, suposta valorização simbólica que mascara uma desvalorização real que se traduziria, por exemplo, em um salário digno.

<sup>258</sup> FOUCAULT, 2006, p. 105.

<sup>259</sup> ANDRADE, C. D. De vários assuntos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 81, n. 186, 11 nov. 1971b. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/44010](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/44010). Acesso em: 18 ago. 2021.

Os testes psicológicos mencionados já se configuram como um avanço tecnológico no campo dos dispositivos do biopoder; não se trata apenas da vigilância sobre a conduta do indivíduo, mas de uma vigilância preventiva de sua “mente”. Lembremos que para Arendt, a emergência das ciências comportamentais demarca a etapa final de dissolução da esfera pública na esfera social, isto é, da substituição da ação pelo comportamento (conduta uniforme)<sup>260</sup>. Tais instrumentos pretendem, mediante uma abordagem prospectiva e com vistas ao controle, identificar ideias, traços de personalidade ou predisposições que sejam indicativas do comportamento futuro do indivíduo. O último elemento da enumeração, “suas concepções trabalhistas” nomeia a instância realmente visada por essa testagem psicológica – o que ela pretende medir é a “acomodação de suas ideias”, sua não-subversão e, o mais importante sua indisposição à contestação numa relação trabalhista.

Essa crônica pode também ser lida como uma crítica ao uso de saberes “científicos” para justificar tecnicamente a manutenção do *status quo* e da hierarquia social: há um saber encarnado por “quatro donos ilustres da ciência psicológica” que endossa, ratifica e engessa o lugar social subalterno que o indivíduo deve ocupar, a despeito de seus outros talentos, desconsiderados. Desse indivíduo, possuidor de outras competências que poderiam habilitá-lo a posições socialmente mais valorizadas, espera-se e reforça-se apenas a obediência servil.

Desde o século XVIII, as ciências sociais se desenvolveram, segundo Foucault, com vistas ao aproveitamento econômico da mão de obra. Os dispositivos usados para esse controle do ser humano para o trabalho cristalizam-se no saber técnico-científico que se desenvolve na medida em que se complexificam as econômicas:

Pois bem, creio que se poderia dizer, aqui também de maneira muito esquemática, que o que deu nascimento às ciências do homem foi precisamente a irrupção, a presença ou a insistência desses problemas táticos colocados pela necessidade de distribuir forças de trabalho em função das necessidades da economia que se desenvolvia então. Distribuir os homens segundo essas necessidades implicava não mais uma taxonomia, mas uma tática; essa tática tem por nome “disciplina”. As disciplinas são técnicas de distribuição dos corpos, dos indivíduos, dos tempos, das forças de trabalho.<sup>261</sup>

Na sequência do poder disciplinar, que tem como foco o indivíduo, desenvolveu-se a biopolítica com o olhar voltado para a coletividade. Essas duas dimensões do biopoder,

<sup>260</sup> “Se a economia é a ciência da sociedade em suas primeiras fases, quando suas regras de comportamento podiam ser impostas somente a determinados setores da população e a determinada parcela de suas atividades, o surgimento das ‘ciências do comportamento’ indicia claramente o estágio final dessa evolução, quando a sociedade de massas já devorou todas as camadas da nação e a “conduta social” foi promovida a modelo de todas as áreas da vida.” (ARENDR, 2007, p. 55)

<sup>261</sup> FOUCAULT, p. 2006, p. 107.



concorrem para uma eliminação do que há de singular e subjetivo no ser humano.<sup>262</sup> Nas crônicas de Drummond, a anulação do indivíduo pela elisão de sua singularidade como consequência do avanço do biopoder também foi frequentemente abordada. A matematização do humano é um símbolo desse processo no qual o *dado* prevalece sobre o *indivíduo* e o homem resta reduzido a um número insignificante: “Zé, abreviatura humana de zero”<sup>263</sup>. Esse será o tema de *Um homem, um número*, de 19 de janeiro de 1971, onde o cálculo biopolítico é precisamente o que leva à redução do ser humano a uma dimensão identificável e quantificável: “Por sua vez, as autoridades de toda natureza que fiscalizam sua vida, desde o nascimento à morte, o identificarão à primeira mirada, sem o incômodo de se consultarem umas às outras, o que às vezes exige anos de pesquisa, e, pior ainda, inútil.”<sup>264</sup>

A crônica trata de um projeto político-administrativo de criação de um banco de dados unificado para gestão da população brasileira. Neste banco, argumenta Drummond, se eliminaria tudo o que singulariza os indivíduos e mesmo o nome próprio, símbolo e ponto de confluência da identidade pessoal, deixa de ter relevância, sendo substituído por uma sequência numérica que o identificaria. Assim, “Que importa receber alguém o belo nome de José ou o alvo nome de Maria, se isto já não tem mais significação na chamada ordem social?”<sup>265</sup>

Quando João Brandão – novamente o personagem alter-ego – propõe que os indivíduos carreguem essa identidade numérica na roupa ou no relógio para facilitar sua imediata identificação pelas autoridades, é interpelado pelo cronista:

– Joãozinho, e quem não tem relógio nem mesmo roupa?  
 – É lamentável que haja brasileiros nus sem ser pelo prazer de seguir a moda. E mais lamentável ainda que não disponham de relógio para ver a hora em que deverão tomar banho de sol. Nesse caso, grava-se o número na testa. Fica até mais visível, e o contribuinte (porque, afinal, viver é ser contribuinte, mesmo em estado de nudez) aí é que não pode escapar à vigilância tributária, fim principal e inelutável de toda inovação burocrática.<sup>266</sup>

<sup>262</sup> “O último estágio de uma sociedade de operários, que é a sociedade de detentores de empregos, requer de seus membros um funcionamento puramente automático, como se a vida individual realmente houvesse sido afogada no processo vital da espécie, e a única decisão ativa exigida do indivíduo fosse deixar-se levar, por assim dizer, abandonar a sua individualidade, as dores e as penas de viver ainda sentidas individualmente, e aqui-escer num tipo funcional de conduta entorpecida e “tranquilizada”.’ (ARENDDT, 2007, p. 335)

<sup>263</sup> ANDRADE, 1971b, p.8.

<sup>264</sup> ANDRADE, C. D. Um homem, um número. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 244, 19 jan. 1971n. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/24567](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/24567). Acesso em: 18 ago. 2021.

<sup>265</sup> Ibidem., p. 8.

<sup>266</sup> Ibidem.

O projeto biopolítico que produz seres humanos numerados sequencialmente, resume o humano a um dado econômico-contábil: o indivíduo, transformado em número, importa ao cálculo estatal apenas por aquilo que tem a oferecer – seus “tributos”. No mundo regido pela lógica biopolítica, a vida importa à organização social apenas por seu potencial contributivo. A crônica também critica a realidade brasileira, haja vista a ausência de retorno estatal em termos de bem-estar e amparo social do “contribuinte”. Assim, a biopolítica, que surge como promessa de proteção e fomento da vida, revela-se, antes, como um projeto de sua exploração, sem qualquer contrapartida – evidenciando o “estado de nudez” do indivíduo a ela sujeito. Assinale-se como Drummond recorre a essa mesma imagem da qual se servirá Agamben para representar a situação extrema de desproteção humana. A nudez, que aqui metaforiza o desamparo econômico-social, em Agamben qualifica o estado de absoluta desproteção jurídico-legal, a vida nua, base da biopolítica.

O cronista correlaciona dois fatores a esse avanço da biopolítica: a explosão demográfica (fenômeno observado no pós-guerra) e o avanço do Estado no controle, cada vez mais meticuloso, de dimensões da vida das populações. Sabe-se que esses dois fenômenos se retroalimentam, uma vez que ampliação do controle sobre a vida (demografia, vigilância sanitária e epidemiológica etc.) surgiram, segundo Foucault, como forma de estímulo à ampliação das forças produtivas. Desse avanço resulta a “massificação”, ou seja, uma progressiva eliminação de tudo quanto individualiza o sujeito: “A isso nos leva a monstruosa proliferação demográfica no mundo, com a conseqüente massificação e a multiplicação funcional do Estado”.<sup>267</sup> Nesse processo, a vida humana se transforma em mero dado computável:

Torna-se imperativo substituir pessoas, com suas verrugas, virtudes e vícios, por noções codificadas, que caibam no mínimo de espaço e permitam o máximo de controle sobre a existência outrora individual, já sem direito a este adjetivo, quando os seres pensantes e sentintes chegarem à condição desejável de signos insignificantes, computados eletronicamente.

E que será de nossas alegrias pessoais, como de nossas tristezas muito nossas, se ainda as tivermos, uma vez despojados de prenome e sobrenome, que nos davam consciência de ser um exemplar diferenciado entre milhões, com a prerrogativa de ter reações e atitudes próprias? Como se fará o amor entre números? Que expressão terá o aniversário, a doença de um número? Como é que um número morre?<sup>268</sup>

Abolida a existência individual pela completa redução do sujeito a um dado contabilizável, “signo insignificante”, abre-se margem a um questionamento ético-filosófico

---

<sup>267</sup> Ibidem.

<sup>268</sup> Ibidem.

sobre o significado da existência humana quando totalmente enredada pelo projeto biopolítico: as reações subjetivas e mesmo a autoconsciência tendem a desaparecer por “irrelevantes” a esse projeto. À pergunta “Como é que um número morre?”, o cronista vislumbra a hipotética nota no obituário de um jornal do futuro: “Deu baixa ontem o número tal, diretor do Banco n.º tal e presidente da Investidora n.º tal. Era casado com o número tal e deixa os seguintes números menores: [...] Numerosos números de nossa numericidade social e econômica assistiram à desnumeração no fichário.”<sup>269</sup> Assim, a vida com tudo o que a singulariza e protege deixa de ter *valor* e a morte do “indivíduo” numerado é apenas uma baixa numérica e contábil, uma operação de subtração, numa sociedade convertida em “numericidade social e econômica”. Os rituais fúnebres dedicados ao personagem / número, alto funcionário de instituições financeiras, limita-se à “desnumeração de seu fichário”. Não é em vão que o modelo desta distopia futurista será o “Banco” – metáfora de uma nova etapa do capitalismo onde instituições financeiras e o Estado se (con)fundem. É a essa fusão que Drummond se refere em *O banco, amanhã*, de 18 de março de 1972. O mote da crônica é a eliminação das coletorias no estado da Guanabara, órgãos responsáveis pelo recolhimento de impostos estaduais que passariam a ser pagos nas instituições bancárias. Note-se como a partir de um dado cotidiano Drummond tece uma reflexão de ampla envergadura.

Para além das funções do recolhimento de impostos, o que a crônica aborda é a consolidação de uma ordem social totalmente regida pelo capitalismo financeiro onde todos os aspectos da vida humana são mercadorias. A organização da sociedade assume a forma de um “superbanco” que pode prover – e, obviamente negar de acordo com as condições financeiras do cliente – todas as necessidades da vida humana:

O banco vai tomando conta de sua vida. Pois ele também não financia a compra da sua casa, do seu consultório médico, de tudo que você precisa e ainda por cima não lhe abre o guarda-chuva?

Amanhã você vai ao banco e diz que acordou com um desejo: quer casar. O banco olha para sua cara, é cara de casamento mesmo? e para sua ficha; confere a ficha e a cara, está legal. Então, depois de achar que você pode casar (pode não poder, é claro), o banco não lhe fornece apenas os cruzeiros para a operação. Fornece-lhe também a noiva, cadastrada no banco. E os padrinhos, idem. Quem sabe se também os filhos? Lá tem (terá, já estou vendo) a mesa para botar o livro do registro civil, o juiz, o escrivão, o padre, o rabino, as flores, o bolo, o agente de turismo com os roteiros e *traveller-checks*, os postais que você remeterá de Atenas e do Cairo, endereçados e selados.<sup>270</sup>

<sup>269</sup> Ibidem.

<sup>270</sup> ANDRADE, C. D. O banco amanhã. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 81, n. 292, 18 mar. 1972i. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/52848](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/52848). Acesso em: 18 ago. 2021.

O banco capaz de atender a todos os desejos de seus clientes é uma imagem dessa sociedade mercadora de toda sorte de bens e serviços. Até o casamento e a família, instituições “basilares” da sociedade, poderão ser providos pelo banco numa negociação comercial isenta de qualquer implicação afetiva – afastada, portanto, toda a ideologia romântica da qual se revestiu o casamento burguês. Pessoas são perfeitamente cambiáveis e substituíveis: “E se à última hora você desistir da viagem, o banco viaja por você e sua mulher. Tem um casal preparado para isto, de malas feitas.”<sup>271</sup>, irrelevantes em suas diferenças individuais, portanto.

Um dia você precisará requerer qualquer coisa ao Governo; requeira no banco. Ele tem delegação para despachar seu papel, mesmo porque fecharam as repartições. Ficou tudo tão simples. O mandado de segurança, a ação ordinária, a complicada engrenagem da justiça, tudo isso passou para o banco: ele resolve. Se você sair dos limites da lei, o banco pega; se elevar-se pela cultura ou feitos sublimes, o banco premia e condecora. Ele nomeia, promove, demite, dá licença, projeta viaduto e edifício, constrói, volta a construir se a coisa cai, pinta, esculpe, grava, pesquisa, inventa, faz novela, romance, coloniza, semeia, exporta, importa, voa, dança, canta por e para você. Completo.

Resolvendo, provendo, gerindo, assistindo, confortando, policiando, gerundiando mil, o banco será ao mesmo tempo Estado e Providência, dispensados de suas funções os poderes temporais e supranaturais.<sup>272</sup>

Na absorção das funções do Estado pelo banco, haveria, por óbvio, a sobreposição de interesses privados ao bem-comum, até mesmo em relação àqueles direitos de todos os cidadãos e às funções indelegáveis do Estado (como o poder de polícia e a justiça) que se tornariam serviços prestados pela estrutura bancária, submetidos, portanto, aos interesses mercantis do banco. Os demais poderes, “temporais e supranaturais” se tornariam automaticamente obsoletos.

Aí, tange a hora da morte. Procure pessoalmente sua agência bancária ou mande alguém credenciado para ajustar as transas funéreas, pré e pós. Se sua ficha estiver limpa, com impostos pagos e testamento em ordem, ou a falta de testamento idem, o superbanco lhe dará a morte que você desejar ou merecer, na hora que for conveniente, - cuidará do despacho regular de sua alma, com carinho e tudo. No céu haverá uma agência geral de bancos para receber o pessoal devidamente despachado. Amém.<sup>273</sup>

Note-se que, como na crônica anterior, é a experiência limítrofe da morte que dá a dimensão da totalidade das funções abarcadas pelo biopoder. Mas aqui há mesmo uma função adicional já que o banco domina até mesmo um campo antes restrito à esfera religiosa: até o pós-morte torna-se bem negociável (corpo e alma administráveis, rebaixados a mercadorias).

---

<sup>271</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>272</sup> Ibidem.

<sup>273</sup> Ibidem

O mundo organizou-se em torno ou em forma de banco, prestador de serviços totais. As populações já não têm o que reclamar. O banco, salvação de todos, para todos. Todos? Bem, aconteceu o seguinte. O banco ficou tão absorvido, tão encantado por prestar serviço à humanidade em geral, que se esqueceu dos bancários, os quais tiveram suas tarefas multiplicadas ao infinito e nem por isso melhoraram de sorte. Se estivessem do lado de fora do balcão, seriam contemplados com os benefícios. Estando do lado de dentro, foram esquecidos. Suspiram, por sua vez: “E nós, nada?” Seria preciso fundar, um banquinho que fosse, para resolver a vida dos bancários do banco total.<sup>274</sup>

Mas essa onipotência bancária – “salvação de todos, para todos” – logo se defronta com um limite ou exceção, representado pela exclusão de um grupo, denúncia, mesmo, da alienação, no sentido marxista<sup>275</sup>: os funcionários do banco total não podem usufruir dos bens e serviços que eles ofertam. “O balcão” demarca um limite que separa quem pode desfrutar dos bens e quem está fatalmente excluído das infinitas possibilidades de consumo. Ele metaforiza uma intransponível barreira financeira e social: em uma sociedade convertida em banco, não haverá cidadãos, mas clientes-consumidores de um lado do balcão, e prestadores de serviço do outro. O acesso aos bens oferecidos pelo banco dependerá do poder aquisitivo (ou da capacidade de endividamento) dos clientes, uma métrica socioeconômica que define os dois lados do balcão.

O que esta crônica aponta talvez seja menos a invasão de instituições particulares (nomeadamente o banco) em atividades privativas do Estado e mais o fato de o próprio Estado Moderno – independentemente de suas conformações – estar a serviço de interesses que o ultrapassam, inserindo-se num sistema capitalista que se impõe como modo dominante de organização econômica e social do mundo no pós-guerra. Por essa perspectiva, o Estado seria um agente desse macroprocesso, apenas uma “contingência” superável na medida em que surgirem outras formas “mais eficientes” de prestação de bens e serviços, ou seja, do aproveitamento econômico do humano, sob a égide do biopoder.

A mesma vinculação entre mercantilização da vida, em todos as suas dimensões, e atendimento das necessidades por organizações privadas é retomado em *Pelo telefone*, de 05 de julho de 1973. O tema da crônica era uma novidade: empresas que se propunham a ofertar uma ampla variedade de produtos e serviços mediante solicitação por telefone. A administração das necessidades humanas aqui ganha a forma de um “complexo industrial-

---

<sup>274</sup> Ibidem.

<sup>275</sup> “No sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim alijados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma).” (BOTTOMORE, 1988, p. 18-19)

comercial” – leia-se, o Mercado –, única forma capaz de gerenciar de forma eficiente a sociedade:

O mundo de hoje repousa na organização, e a organização repousa na empresa. O indivíduo não é mais, socialmente falando, e para viver (ou sobreviver) há de apelar para um complexo industrial-comercial, que tome conta dele, desde a fralda inicial até a vela acesa na capela mortuária. A vela e a fralda, com tudo mais que se faz mister no trajeto entre os extremos, não podem ficar à mercê de encomendas unitárias, que desorganizariam a produção e a distribuição. Nós implantamos a ordem, onde reinavam a insegurança e o capricho. Sabemos onde estão as coisas e como utilizar as coisas, na hora certa para o cliente certo. Fora disto, é o caos.<sup>276</sup>

Do nascimento à morte (com tudo que houver entre um e outro acontecimento) todas as necessidades podendo ser atendidas pelas leis de mercado, da oferta e da demanda: não resta dúvida que estamos diante da sociedade capitalista da qual a empresa (e não o Estado) é o modelo gestor, e o cliente (e não o cidadão) é o destinatário. O que existe “fora” dessa ordem comercialmente regida é o caos. Os projetos de expansão da empresa dão a medida de suas ambições – a oferta de produtos que atendam a todas as necessidades da vida, numa progressiva mercantilização de suas dimensões (materiais e espirituais):

– Mas são limitados os seus préstimos. Vocês atendem a necessidade imediata, não têm ação sobre o futuro.

– Eu chego lá, quer dizer, chegaremos. Por enquanto servimos ao cliente uma aspirina, um jantar, um livro, um conjunto de música cingalesa, um discurso de paraninfo, um tálburi, uma anta, um desafio de capoeira, um flagrante de adultério. Amanhã atenderemos a outras encomendas, mais sofisticadas. Gradativamente, iremos cobrindo toda a gama de necessidades materiais e espirituais de nossos clientes, que não podem ficar adstritos ao dia a dia, por mais diversificado que este seja. Ontem, por exemplo, nos pediram uns relâmpagos.

[...]

– Vocês têm poderes sobre a meteorologia?

– Isto é segredo profissional. Podemos fornecer um nevoeiro, uma chuva de granizo, possivelmente um cometa e certamente um eclipse. Partir daí para a regência total da vida – regência, digo mal, queria dizer: para a ordenação e fornecimento de serviços vitais de toda natureza – da omelete à alegria, do esquecimento ao sonho, passando pela glória artística ou científica, inventos, Prêmios Nobel, herança, formas raras de prazer estético ou sensual.<sup>277</sup>

No *lapsus linguae* imediatamente retificado revela-se a intenção recalcada do Mercado: não se trata apenas de uma organização da oferta, da distribuição e da demanda de “serviços vitais” (o *animal laborans*, de Arendt), mas de uma efetiva “regência total da vida”. Mostra-se, assim, que o biopoder não visa somente a promoção da vida, mas seu efetivo controle, sua captura e gestão mediada por trocas comerciais.

<sup>276</sup> ANDRADE, C. D. Pelo Telefone. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 83, n. 88, 5 jul. 1973g. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/87331](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/87331). Acesso em: 21 ago. 2021.

<sup>277</sup> Ibidem, p. 5.

Há, na pergunta final do entrevistador-cronista ao representante do mercado, uma armadilha: “E quanto a encomendas políticas?”. Esse complexo industrial-comercial, que é capaz de oferecer até mesmo fenômenos meteorológicos, teria algum tipo de ingerência nessa esfera? Em outros termos, qual seria a capacidade ou o poder de influência do mercado na (re)definição dos rumos políticos do próprio Estado? A resposta do entrevistado contém uma pista: “Deste departamento, por ora, não cogitamos. Mas temos grandes projetos para o ano 2000. Nossos telefones estarão sempre ligados, até lá.”<sup>278</sup> A locução adverbial “por ora”, talvez seja a chave: ela sugere a possibilidade de interferência ativa do mercado no campo político, mas reforça a conveniência de manutenção do *status quo*, como se dissesse não haver, àquela altura, conflito de interesses entre o projeto expansionista do mercado e o contexto político vigente, razão pela qual não havia interesse ou proveito em se propor alternativas políticas.

Pode-se ler, assim, como que a denúncia desse pacto entre Estado e Mercado, que no contexto histórico em que foi escrito o texto significa a convivência deste com o regime ditatorial então vigente. O ano 2000, prazo assinalado para que o Mercado seja capaz de atender a encomendas políticas, sugere um adiamento indefinido para um futuro utópico, mas também pode ser pensado como a promessa/ameaça de substituição do regime por outro mais conveniente aos interesses mercadológicos (em última instância, a própria substituição da forma-Estado por uma grande organização empresarial, lembremos que “O mundo de hoje repousa na organização, e a organização repousa na empresa”).

Numa espécie de hipertrofia, o projeto biopolítico parece ter como ambição mais do que a gestão dos fatores que afetam a vida, mas a própria capacidade, com o avançar da técnica, de *gerar* artificialmente a vida humana segundo “critérios políticos e econômicos” preestabelecidos, tal como aparece em *O Pai, hoje e amanhã*, de 10 de agosto de 1972, republicado em *De notícias e não notícias faz-se a crônica*.

A civilização industrial, entidade abstrata, nem por isso menos poderosa, encomendou à ciência aplicada a execução de um projeto extremamente concreto: a fabricação do ser humano sem pais. [...] Em fase mais evoluída, o chamado bebê de profeta dispensará a incubação em ventre materno, desenvolvendo-se sob condições artificiais plenamente satisfatórias. [...] Estará abolida, assim, qualquer participação consciente do homem e da mulher no preparo e formação de uma unidade humana. Essa

---

<sup>278</sup> Ibidem.

será produzida sob critérios políticos e econômicos tecnicamente estabelecidos, que excluem a inútil e mesmo perturbadora intromissão do casal.<sup>279</sup>

Esse mercado que se propõe a reger a totalidade da vida não apenas atende a necessidades materiais como também promete, como vimos, a satisfação de necessidades de intangíveis. É o que se vê, por exemplo, em *A máquina oferecida*, de 25 de abril de 1972, crônica que reflete sobre o papel da publicidade na sociedade de consumo. O cronista descreve uma imagem publicitária veiculada em uma revista, a foto de “uma jovem e um carrão formando um só corpo invocativo”<sup>280</sup>. Drummond vale-se desta suposta ação publicitária para resenhar um ensaio de Jean Brun sobre Maquinismo e Erotismo em torno do qual o cronista tece considerações sobre os significados da associação forçada pela propaganda entre o automóvel e a mulher:

Não é só o golpe de fotografar a bela garota ao lado ou dentro de novo tipo de carro, este com a porta entreaberta, em convite ambíguo. A sugestão se adensa em palavras de bivalência intencional, despertando mais do que o desejo de possuir a simples máquina. “Eu te ofereço conforto e segurança” diz a legenda. Quem: o carro, a dona, ou os dois? Outra: “Experimente... e ficará comigo.” Uma terceira, como que murmurando ao ouvido da gente: “Você verá que férias bacanas eu lhe darei...” [...] O consumidor, diante de um apelo assim, não sabe se é solicitado pelo carro ou pela garota.<sup>281</sup>

Essa associação produz um movimento bidirecional de “feminização da máquina” e de “maquinização da mulher”, fazendo da máquina e da mulher objetos de desejo intercambiáveis, oferecidos e disponíveis para serem consumidos. A objetificação da mulher, transformada em mercadoria, é uma das manifestações da desumanização produzida pelo modo de operação do biopoder – na esteira do capitalismo – que foi recorrentemente denunciada por Drummond, como vimos, por exemplo, na crônica onde um dos produtos oferecidos pelo “Banco Total” era a esposa ao cliente que quisesse se casar, ou ainda, no texto sobre produtos oferecidos “pelo telefone”, onde se lê: “Mês passado despachamos para o cliente uma mulher loura, de 1 metro e 80 de gabarito, carinhosa e fiel, por 30 dias prorrogáveis. Por enquanto não recebemos reclamação. É um teste.”<sup>282</sup> Mas, em outro sentido, aponta para uma humanização da mercadoria que “adquire” atributos – imaginaria ou simbolicamente – associados à mulher:

<sup>279</sup> ANDRADE, C. D. O Pai, hoje e amanhã. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 82, n. 112, 10 ago. 1972l. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/63808](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/63808). Acesso em: 21 ago. 2021.

<sup>280</sup> ANDRADE, C. D. A máquina oferecida. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 82, n. 14, 25 abr. 1972a. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/55700](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/55700). Acesso em: 21 ago. 2021.

<sup>281</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>282</sup> ANDRADE, 1973g, p. 5.



O autor pergunta se tudo isso, feminilização da máquina, maquinização da mulher não exprimirá o instinto de propriedade do pequeno-burguês, que reduz mulher e carro a objetos mais ou menos luxuosos, reservados a quem disponha de poder aquisitivo. Conclui entretanto que a explicação só é parcialmente válida. O fenômeno indica mais do que consciência de classe: estaria ligado à inquietação metafísica do homem, que sofre por sua finitude: só tem um corpo, só ocupa um lugar, só vive em um tempo. A viagem é libertação, e a mulher é o navio, a cápsula para explorações imaginárias, além de nossos limites existenciais, do mesmo modo que os meios atuais de transporte nos dão a ilusão da ubiquidade e da vitória sobre o tempo, conquistada pelos astronautas.<sup>283</sup>

O nome da crônica guarda um paralelismo com o do celebrado poema *A Máquina do Mundo*, a que já fizemos menção, simetria que talvez não esteja apenas no substantivo comum aos dois títulos. A cena do poema, evoca fim de tarde mineiro: “E como eu palmilhasse vagamente / uma estrada de Minas, pedregosa, / e no fecho da tarde um sino rouco // se misturasse ao som de meus sapatos”<sup>284</sup>. O anúncio publicitário, de página dupla, com a jovem associada ao automóvel, traz uma imagem “que mais parece supercrepúsculo de Belo Horizonte”<sup>285</sup>. No poema, a máquina do mundo *gratuitamente* oferece as respostas para o funcionamento do Universo e o poeta as recusa “[...] baixei os olhos, incurioso, lasso, / desdenhando colher a coisa oferta/ que se abria gratuita a meu engenho.” Na publicidade a mulher/máquina é colocada à venda como uma mercadoria/símbolo capaz de satisfazer a todas as necessidades – físicas e metafísicas do homem – e o cronista, tentado, não a “recusa”, mas se vê impossibilitado de *adquiri-la*: “O que me valeu é que não tinha dinheiro nem sei dirigir nem quero aprender nem encontrei revendedor.”<sup>286</sup> Seria essa uma chave para se pensar o funcionamento da Grande Máquina<sup>287</sup> que rege o mundo moderno – o “Mercado” – redução do humano à condição de mercadoria, sua captura numa lógica de produção e consumo e a sedutora promessa, pela publicidade, da satisfação de todas as necessidades humanas, físicas e metafísicas?

O fechamento desta crônica, que fala sobre a propaganda, assume a forma de um meta-anúncio de classificados do jornal, no qual há como que um chamamento que vai de encontro a toda estratégia de desumanização da mulher denunciada na crônica: “Precisa-se

---

<sup>283</sup> ANDRADE, 1972a, p. 5.

<sup>284</sup> ANDRADE, 2015, p. 269.

<sup>285</sup> ANDRADE, 1972a, p. 5.

<sup>286</sup> *Ibidem*.

<sup>287</sup> Lembremos aqui a relação proposta por Wisnik entre a Máquina do Mundo, com suas ressonâncias metafísicas, e a Grande Máquina, esta “entidade na qual se amalgamam o capital, os dispositivos onipresentes de dominação e a face neutra da alienação vertendo sobre cada coisa a sua cota de estranheza”. (WISNIK, 2018, p. 179)

urgentemente de anúncios que restituam à mulher seu estatuto feminino e saudavelmente humano.”<sup>288</sup>

A conquista crescente de espaços públicos pelas mulheres se configura como uma das mais importantes lutas políticas do século XX. O feminismo, em diversas expressões, será uma das formas de resistência ao poder destacadas por Drummond em suas crônicas. Sobre essa questão, é interessante notar como o autor dá visibilidade ao tema (de âmbito geral) a partir de discussões localizadas como, por exemplo, a proibição do ingresso de mulheres na Academia Brasileira de Letras (ABL). No princípio da década de 1970, a candidatura da escritora Dinah Silveira Queiroz à ABL serviu de mote para que o cronista reiteradamente se pronunciasse a favor da presença das mulheres não apenas naquela instituição, mas também em outros campos da sociedade. Contudo, a despeito dos recorrentes apelos de Drummond em suas crônicas, a proibição de mulheres na ABL somente foi derrubada em 1976 e o ingresso da primeira mulher na academia se deu apenas no ano seguinte. Mas essa causa, localizada e microfísica, simboliza a luta pelo reconhecimento de direitos das mulheres. Em *A Academia e as mulheres*, de 02 de julho de 1970, Drummond se dirige ao presidente da ABL, Austregésilo de Ataíde, a quem intercede a favor da candidatura de Dinah:

Dirá o presidente da Academia que o modelo francês, copiado, não admite damas acadêmicas. Mas devemos copiar também os defeitos franceses? O que há, em Paris, à margem esquerda do Sena, é a feia ingratidão ao gênio feminino, que salvou a França na Pessoa de Joana d’Arc; ingratidão que ainda agora recolheu Simone de Beauvoir ao sol-quadrado, por meia hora.<sup>289</sup>

O exemplo evocado pelo cronista não poderia ser mais simbólico, a detenção da autora de *O segundo sexo*, por delito de opinião (Simone de Beauvoir e Jean Paul Sartre foram detidos em 26 de junho de 1970 pela distribuição do jornal *La Cause du peuple*<sup>290</sup>). Argumenta que a “segregação” na “Academia Masculina de Letras”, como ironicamente a chama em outra crônica<sup>291</sup>, fere o texto constitucional, que previa a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de sexo e até a Declaração Universal dos Direitos Humanos, para cuja redação o presidente da ABL colaborou. Essa reivindicação de igualdade no tratamento dispensado às mulheres é uma das disputas políticas que caracterizam o modo como se

<sup>288</sup> ANDRADE, 1972a, p. 5.

<sup>289</sup> ANDRADE, C. D. A academia e as mulheres. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 74, 2 jul. 1970a. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/11421](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/11421). Acesso em: 19 ago. 2021.

<sup>290</sup> GENTE: Jean Paul Sartre. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 70, 27 jun. 1970. 1º Caderno, p. 7. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/11068](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/11068). Acesso em: 25 ago. 2021.

<sup>291</sup> ANDRADE, C. D. Aquele assunto. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 84, 14 jul. 1970d. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/12133](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/12133). Acesso em: 19 ago. 2021.

expressa a resistência ao poder de uma perspectiva microfísica<sup>292</sup>. Tal reivindicação aparece de diversas formas na crônica de Drummond. Veja-se, por exemplo, como o autor aponta a diferença relativa aos mecanismos de reconhecimento social de homens e mulheres em *A pianista continua*, de 10 de novembro de 1970, sobre homenagem à musicista Lúcia Branco:

Uma placa de bronze, com algumas palavras sob o relevo de uma cabeça feminina. Há muitas placas por aí, em muitas paredes, celebrando cabeças masculinas. De mulher, são raras. O metal nobre dá preferência à glorificação dos homens, e só de longe em longe se lembra de que também existem – acredite-se ou não – mulheres notáveis.<sup>293</sup>

Mesmo quando a crônica de Drummond abraça uma causa menor, como a da indumentária das mulheres em órgãos públicos, tema de *A repartição e a calça*, de 17 de junho de 1971, o que aparece como fundo é defesa da igual contribuição para a sociedade, entre homens e mulheres, o que não justificaria a discriminação de gênero. Aqui se mostra de forma clara o papel político ativo do intelectual na crônica, convertida em instrumento de luta política:

Meu espadim (minha pena) coloca-se a serviço da justa causa, dispondo-se a defender as razões de vária ordem – desde o conforto à economia – que recomendam a calça comprida feminina trabalhando para a Pátria, em comunhão com a calça comprida masculina.<sup>294</sup>

O clichê da “pena e da espada” – ou desta em sua versão reduzida, como convém a um gênero menor – pode soar como uma minoração da causa em questão. Porém, lida em contexto com outras crônicas, essa disputa afilia-se a uma causa maior repetidamente defendida pelo autor. Sua batalha pontual acena para essa temática mais ampla, a igualdade de gênero, embate político importante no debate público do período e que guarda correlação direta com a radical mudança dos costumes então em curso. Essa disputa também é uma expressão da própria revolução comportamental dos anos 1960-1970, tal como aparece em *Imagens*, de 20 de junho de 1972, no comentário sobre a morte de icônica atriz: “Leila para sempre diniz, feliz na lembrança gravada: moça que sem discurso nem requerimento soltou as mulheres de 20 anos, presas ao tronco da escravidão”<sup>295</sup>. A forte imagem evocada na

<sup>292</sup> “Cada luta se desenvolve em torno de uma sede particular de poder (uma dessas inumeráveis pequenas sedes que um pequeno chefe, um guarda da HLM, um diretor de prisão, um juiz, um responsável sindical, um redator de jornal podem ser)”. (FOUCAULT, 2006, p. 44)

<sup>293</sup> ANDRADE, C. D. A pianista continua. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 186, 10 nov. 1970c. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/20186](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/20186). Acesso em: 19 ago. 2021.

<sup>294</sup> ANDRADE, C.D. A repartição e a calça. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 81, n. 60, 17 jun. 1971a. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/34323](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/34323). Acesso em: 20 jul. 2021.

<sup>295</sup> ANDRADE, C. D. Imagens: Leila Partindo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 62, 20 jun. 1972g. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/59596](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/59596). Acesso em: 19 ago. 2021.

comparação dos “costumes caducos” (que o comportamento libertário da atriz contesta) com o instrumento de tortura do regime escravista coloca em perspectiva temporal o uso da violência física (como a impingida aos escravizados no passado) e o da violência simbólica (ainda sofrida pelas mulheres de seu tempo). Tal comparação aponta para um fundo histórico patriarcal comum a essas diferentes formas de violência. Anote-se que a progressiva substituição da violência física pela simbólica é correlata do processo de evolução do biopoder.

Cite-se que a atriz, cujo comportamento liberal causou escândalo à época, teve seu nome associado ao Decreto-Lei 1.007 de 1970, ao qual já fizemos menção, que previa a censura prévia à imprensa. Essa norma ficou popularmente conhecida como “Decreto Leila Diniz” por ter sido editada pouco depois de uma polêmica entrevista concedida pela atriz em 1969 para o jornal *O Pasquim*. No imaginário coletivo ficou a associação entre o instrumento de censura moral da ditadura e o comportamento contestador da mulher (dionisíaco, na leitura adjetiva que Drummond que dá ao sobrenome diniz).

Na luta política das mulheres, em suas diversas disputas locais, há mais do que uma luta *apenas* das mulheres, há um exemplo de resistência contra um poder objetificante e seus dispositivos comportamentais e legais. O político em Drummond se dá, aqui, como uma defesa *imunitária*, para recorrer aos termos de Esposito, contra toda possível forma de massificação *comunitária*. Defesa de uma instância irreduzível que não se deixa anular por uma cadeia social massificante, nem se permite silenciar por uma força repressiva imposta pelos costumes ou pela lei. Essa dimensão subjetiva, contudo, não se confunde com o individualismo da sociedade de consumo, pois se investe também de uma preocupação ética com o outro e com o ambiente, uma vez que a “máquina” que em seu avanço coisifica e aniquila o humano, também destrói, no mesmo compasso, o próprio mundo. Aparece, assim, em Drummond, certa paridade entre a defesa do humano e a do seu entorno.

Desse modo, os avanços tecnológicos que acenam com promessa de melhoria da qualidade de vida são colocados sob suspeita quando o progresso conduz, contrariamente, a uma degradação do ambiente e a uma piora na qualidade de vida do ser humano, como aparece em *Os animais, a cidade*, de 7 de outubro de 1971:

Progresso é palavra-mito que se presta às mais variadas deformações, cobrindo um sem-número de ilusões, umas cândidas, outras perigosas. Aliás, um tanto fora de uso. Hoje, aprecia-se mais desenvolvimento, rótulo atualizado a encobrir tristezas e carências humanas cuja profundidade não é programada nos computadores. Sou anti-progressista feroz, irrecuperável, se progresso é rua que perdeu a função de rua, é

automóvel que deixou de servir ao homem para servir-se dele, qual monstro adorado e odiado ao mesmo tempo; se progresso é o outro nome de poluição, obstrução, agressividade, neurose. E estão comigo milhões de pessoas que abominam esse tipo de progresso insaciável e insociável. Tenho também a meu lado a flor dos urbanistas, psicólogos, sociólogos e homens públicos do mundo inteiro, que denunciam esses males e se afadigam na intenção de corrigi-los.<sup>296</sup>

Em tempos de celebração do “Brasil Grande”, a denúncia do progresso mitificado – ou do desenvolvimento, nome preferido pelo discurso sociológico brasileiro do pós-guerra – qualificado no trocadilho “insaciável e insociável” que dá conta tanto da marcha ininterrupta da “máquina” capitalista quanto do seu caráter antissocial e, portanto, antipolítico. Enquanto a *polis* é espaço do convívio das diferenças e da construção de um *comum partilhado*, condição de socialização e de construção do cidadão, a cidade cumulada dos males do progresso deixa de ser lugar de partilha e se converte numa espécie de amálgama de sintomas da degradação do humano e do mundo: neurose e poluição. Drummond, que aqui se declara um “feroz antiprogressista” (a essa altura, cabe lembrar, seu projeto poético em curso é o *menino antigo*, segundo volume da série Boitempo), não é, no entanto, um passadista nostálgico. Mostra-se alinhado ao pensamento contemporâneo na denúncia aos diversos males do progresso que se condensam em um significante comum, tema de *Poluição geral*, de 20 de novembro de 1971:

Na poluição universal, que vai da Lagoa Rodrigo de Freitas ao pote de água filtrada (mas que gosto, hem? poluição palatal), o jeito é ir repetindo o verbo, o substantivo, o adjetivo, o leque de vozes que definem a mácula do ambiente pelos seres, dos seres pelo ambiente, que se alastra como infinita gota de óleo pelo mundo e chega ao interior dos corpos e não para aí, pois invade sub-repticiamente as almas...<sup>297</sup>

De um lado, o progresso vende a ideia de uma racionalidade organizadora de todos os aspectos da vida humana: “A publicidade promete: vem aí cidade inteligente. E com ela, o remédio para males urbanos de toda ordem.”<sup>298</sup>. De outro, como efeito do progresso, aparece a poluição: dejetos, restos, mácula que se expande irrefreada e tudo contamina, do ambiente às consciências, forma exterior e interior de um mal-estar inassimilável que vem na esteira do próprio avanço do biopoder – seu rastro. A destruição do meio ambiente, lembremos, torna-se uma preocupação com contornos políticos importantes a partir dos anos 1960 e 1970. Sensível ao tema, Drummond o aborda em diversos textos do período, como em *O diabo assiste de camarote*, de 30 de julho de 1970:

<sup>296</sup> ANDRADE, 1971c, p. 8.

<sup>297</sup> ANDRADE, C. D. Poluição Geral. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 81, n. 194, 20 nov. 1971e. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/44584](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/44584). Acesso em: 19 ago. 2021.

<sup>298</sup> ANDRADE, C. D. A cidade inteligente. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 83, n. 41, 19 mai. 1973a. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/84252](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/84252). Acesso em: 19 ago. 2021.

O Diabo sorriu, ao ler as últimas notícias de Tóquio e Los Angeles: a poluição está funcionando bem. Populações inteiras com dor de garganta; paralisia temporária (há de chegar a definitiva, profetizou); as águas corrompidas já não fornecem enguias à mesa dos delicados, e o arroz, o fácil arroz de todos os dias, tem gosto de cádmio. Sem falar no bacilo cólon, que anda solto nas praias. Tudo obra da poluição, que por sua vez é obra do homem.

– O homem está espetacular, comentou o Diabo, tirando faísca dos cascos. Nem preciso intervir para daná-lo. Ele se dana por si mesmo.<sup>299</sup>

O diabo fica relegado ao papel de mero observador da espetacular ação humana em vias de transformar a Terra, pela poluição, em um lugar pior que o próprio inferno: “Puxa, esse meu quadro de assessores é muito burro. Qualquer dia demito vocês todos e mando-os de castigo para o Japão.”<sup>300</sup> Numa releitura hobbesiana, o homem se torna como que o diabo do próprio homem, agente de sua própria condenação:

Quem promove as guerras e as matanças sem guerra não sou eu: é ele. O inventor da bomba não fui eu, por mais que esse título dignificasse a minha ciência; foi ele. Ele quem descobriu e industrializou os tóxicos, ele que elevou os ruídos ao *boom* supersônico, ele quem tacou fogo nas matas, dizimou os animais úteis, emporcalhou rios e lagoas, espalhou a morte no ar e no solo. Eu não tenho nada com isto, estou de camarote.<sup>301</sup>

A possível solução para os problemas ambientais, que surgem como consequência do “progresso”, passaria por uma revisão de hábitos de consumo, mas, sob a lógica do capital, os problemas gerados pela degradação do meio ambiente se tornam uma oportunidade de negócio e retroalimentam o mal que se propõem a mitigar, num ciclo vicioso (consumo – degradação – consumo) em que o que se acumula (além do capital) é o *smog* (neologismo inglês resultado da fusão de *smoke* – fumaça e *fog* – neblina) forma visível da poluição e da degradação:

– Uma empresa humanitária está fabricando máscaras anti-gás para que ele se salve – advertiu um assessor, desejoso de manter o seu chefe bem informado. Devemos providenciar um sismo para destruir a fábrica?

– Imbecil, não vê que essa fábrica é mais uma iniciativa destinada a promover a poluição? O homem vai ganhar dinheiro com o *smog*, depois de o ter produzido. Para vender mais máscaras, produzirá mais *smog*. Se ele quisesse salvar-se, cuidaria de eliminar o mal, em vez de remediá-lo.<sup>302</sup>

O diabo denuncia o avanço global da poluição, que já figurava como uma preocupação presente nos países mais industrializados, na esteira do processo expansão do capitalismo. Declara-se desinteressado em um documentário sobre a poluição em Osaca –

<sup>299</sup> ANDRADE, C. D. O diabo assiste de camarote. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 98, 30 jul. 1970k. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/13156](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/13156). Acesso em: 21 ago. 2021.

<sup>300</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>301</sup> *Ibidem*.

<sup>302</sup> *Ibidem*.

onde a poluição já não era uma novidade –, mas diz aguardar a vez do Brasil, onde todas as coisas assumem configurações singulares: “Vou não, já sei como é. Quando chegar a vez do Brasil, você me chame. No Brasil tudo é diferente, a *polu* vai ser gaiata, haverá loteria para ver se São Paulo ganha do Rio, com Belo Horizonte, Porto Alegre, Bahia e Recife disputando a segunda colocação.”<sup>303</sup> A loteria, metáfora por excelência do aleatório, caracteriza o desenvolvimento historicamente não planejado no país, do qual resultará, por consequência, um descontrole quanto aos próprios danos ambientais. Estes, desconsiderados, deixam de ser vistos como “problemas” e passam a ser encarados como índices quase desejáveis do desenvolvimento – objetos de disputa, portanto.

Drummond mostra-se (antecipadamente) alinhado ao pensamento contemporâneo que emerge da consciência de que o avanço da técnica trouxe consigo um avanço da destruição do meio ambiente que coloca em risco a própria existência humana, exigindo um novo tipo de compromisso ético<sup>304</sup> com desdobramentos políticos importantes. O cronista defenderá uma relação mais harmônica entre ser humano e natureza: “Você que me lê neste minuto, guarde na memória a figura do Curupira e ligue-a a esta ideia: usar a terra em proveito do homem, sem assassiná-la; respeitar o que é vivo, belo e inocente, e nos rodeia como uma felicidade; amar a natureza até por interesse e egoísmo pessoal, se não soubermos amá-la gratuitamente.”<sup>305</sup>

Assim, não se trata, necessariamente de um sentimento desinteressado, ou de uma relação afetiva, de ressonâncias românticas, com a natureza, mas de um relacionamento guiado por uma racionalidade prática. Nesse sentido, há uma denúncia da irracionalidade da máquina que avança desconsiderando os efeitos deletérios de seu progresso que pode conduzir à destruição das próprias condições de vida do homem na terra, tal como aparece em *Ai de ti, natureza* de 18 de maio de 1974:

---

<sup>303</sup> Ibidem.

<sup>304</sup> “Tome-se, por exemplo, como primeira grande alteração ao quadro herdado, a crítica vulnerabilidade da natureza provocada pela intervenção técnica do homem – uma vulnerabilidade que jamais fora pressentida antes de que ela se desse a conhecer pelos danos já produzidos. Essa descoberta, cujo choque levou ao conceito e ao surgimento da ciência do meio ambiente (ecologia), modifica inteiramente a representação que temos de nós mesmos como fator causal no complexo sistema das coisas. Por meio de seus efeitos, ela nos revela que a natureza da ação humana foi modificada de fato, e que um objeto de ordem inteiramente nova, nada menos do que a biosfera inteira do planeta, acresceu-se aquilo pelo qual temos de ser responsáveis, pois sobre ela detemos poder. Um objeto de uma magnitude tão impressionante, diante da qual todos os antigos objetos da ação humana parecem minúsculos! A natureza como uma responsabilidade humana é seguramente um *novum* sobre o qual uma nova teoria ética deve ser pensada.” (JONAS, H., 2006, p. 39)

<sup>305</sup> ANDRADE, C. D. Atenção, Curupira. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 117, 15 ago. 1972b. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/64244](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/64244). Acesso em: 21 ago. 2021.

Eu disse racional, e não sentimental. Não se trata de cair em êxtase diante da beleza de um animal selvagem, nem de sentir ternura por um pássaro que alimenta os filhotes. A afetividade certamente enriquecerá a experiência de convívio com os animais, mas acima disto deve estar a consciência de que precisamos de todas essas espécies vivas para manter o mundo habitável, sob a regência do estatuto natural. A cada espécie que desaparece diminui a combinação de elementos que asseguram a permanência do homem sobre a Terra. Até chegar-se ao ponto em que, solitário na superfície devastada do planeta, o ser humano acabe por destruir-se a si mesmo, o que não é uma fantasia mórbida, mas possibilidade francamente admissível.<sup>306</sup>

A consciência ecológica de Drummond mostra, mais uma vez, a sintonia do autor para os temas caros ao debate público de seu tempo, refutando tanto a imagem do escritor apolítico, quanto a do passadista nostálgico. Ela indica, também, a percepção, pelo autor, de uma relação entre a objetificação do humano, sua transformação em “número” insignificante ou em mercadoria-consumidor e a destruição predatória do meio ambiente. Em ambos os casos, trata-se do avanço da máquina da “civilização industrial” e de um poder que se exerce sobre a vida, não apenas a humana, capturada e explorada, esvaziada de sentido e de valor intrínseco e colocada em risco. Há nesses textos, também, a denúncia de uma irracionalidade – destrutiva, deletéria – por trás da “racionalidade organizadora” do biopoder, uma vez que a vida, que esse mesmo poder pretende proteger e fomentar, acaba sendo colocada em risco com o seu avanço.

### 5.3. Uma engrenagem

O olhar do cronista, atento ao funcionamento da grande máquina, jamais perde de vista as manifestações locais desse mecanismo, das quais sua crônica fornecerá um testemunho crítico. Vimos como a censura foi diversas vezes tematizada em seus textos. Também vimos como há neles uma reiterada remissão histórica, com vistas à construção de paralelismos entre formas presentes do poder e suas raízes. Cabe, por fim, mencionar o número expressivo de crônicas que abordam, de forma mais direta, aspectos da organização política da ditadura e nas quais aparece, mais uma vez, o caráter político crítico e ativo do cronista para o qual chamamos a atenção.

Note-se, por exemplo, como Drummond decifra as entrelinhas de estratégias simbólicas do regime, expressas através de medidas legais, em *Constituição e Cultura*, de 23 de outubro de 1969, onde criticará a mudança do tema da cultura e da educação para a última seção no texto constitucional outorgada pela ditadura:

---

<sup>306</sup> ANDRADE, C. D. Ai de ti, natureza. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 40, 18 mai. 1974a. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/105007](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/105007). Acesso em: 21 ago. 2021.



A Constituição de 1967<sup>307</sup> situou a cultura antes das Forças Armadas e dos funcionários públicos. Esta, juntando-lhe a família, deixou-a por último. Um *copy desk* jejuou em técnica legislativa, mas possuído de fervor intelectual, empreenderia talvez pequena revolução no contexto, botando a cultura antes de quaisquer normas de ordem social, comportamento político e funcionamento administrativo, assim condicionadas, implicitamente, à existência, difusão e garantia daquela, como elemento básico da estrutura nacional.<sup>308</sup>

O cronista enxerga no deslocamento da temática da cultura para a penúltima seção do texto constitucional mais do que uma questão inócua de redação legislativa, pois esse movimento seria ilustrativo de uma desvalorização, pelo regime militar, da matéria. Contudo, parece não se tratar apenas da relegação da cultura a um lugar de menor prestígio, mas de uma subordinação deste tema às matérias que passaram a precedê-la na Constituição, nomeadamente as “Forças Armadas” e os “funcionário públicos” – respeitadas aqui as iniciais maiúsculas e minúsculas usadas pelo autor –, em outros termos, aos militares e à máquina burocrática do governo. Parece haver como que uma denúncia da cooptação da cultura e da educação aos interesses dos militares investidos no poder.

Propositivo, Drummond, aventa uma revisão subversiva do texto que poderia produzir uma “pequena revolução” a partir da simples alteração na ordem dos itens, implicando no reconhecimento – ainda que implícito – do caráter basilar da cultura na sociedade, cuja “existência, difusão e garantia” deveriam preceder aos demais dispositivos constitucionais sobre “ordem social, comportamento político e funcionamento administrativo”<sup>309</sup>. Nessa proposta pode-se ler uma crítica ao poder centralizado e descendente da ditadura, legalmente justificado pelo texto constitucional por ela outorgado, cuja antítese seria um poder ascendente que partisse do reconhecimento e valorização da cultura. Fica como que enunciado um hiato entre os interesses do povo e o dos militares no poder: o texto constitucional reflete um governo que submete a cultura aos interesses e valores de um pequeno grupo ao invés de promover políticas públicas de reconhecimento e fomento à cultura pelo que ela tem de intrínseco e diverso.

A análise de estratégias simbólicas da ditadura também aparece em *O Notão*, de 18 de novembro de 1972. Aqui, o cronista comenta o lançamento da cédula de Cr\$ 500,00

<sup>307</sup> Drummond deve ter confundido o texto de 1967, outorgado pela ditadura, com o texto promulgado em 1946. O texto constitucional promulgado pela Assembleia Constituinte de 1946 é quem trazia a disposição dos itens descrita na crônica, e não a constituição de 1967, imposta pela ditadura e reafirmada na Emenda Constitucional n. 1., de 17 de outubro de 1969, que é o tema da crônica.

<sup>308</sup> ANDRADE, C. D. Constituição e Cultura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 79, n. 170, 23 out. 1969b. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/142908](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/142908). Acesso em: 21 ago. 2021.

<sup>309</sup> *Ibidem*, p. 8.

(quinhentos cruzeiros) como parte das comemorações do sesquicentenário da Independência. Peça de caráter fortemente ideológico que remete ao “mito da democracia racial”, para usar a expressão de Florestan Fernandes, a cédula trazia estampados cinco tipos étnicos dispostos da esquerda para a direita sugerindo uma sucessão cronológico-evolutiva da formação do povo brasileiro: rostos perfilados mostram um índio, um branco, um negro, um mestiço e, por fim, em visão frontal, como se fosse equação final do “brasileiro comum”, um rosto com traços europeus:

ALELUIA! O brasileiro comum, o homem do povo, o João-ninguém, agora é cédula de Cr\$ 500,00!

- Por que não promovem ele logo a nota de mil? Não gosto de meias medidas.
- Espera lá, rapaz. Cr\$ 500,00 já é promoção. Antes ele era zero cruzeiro.
- É, mas no tempo em que dinheiro comprava, Cabral, que não era homem do povo nem era brasileiro, teve honras de conto de réis.
- Teve, mas foi rebaixado a cédula de Cr\$ 1,00.
- Você sempre com essa sofisticação de cédula. Cédula por quê?
- Porque é o nome do papel-moeda, ué.
- Mas é também apontamento, bilhete, lembrança, declaração de dívida, apólice. Até papeleta de voto em eleição municipal, pensa que eu não sei?
- Só municipal, não. Em todas.
- Isto são outros quinhentos. Mas algum dia você já viu alguém pedir para trocar uma cédula de 100? Já ouviu alguém dizer que descolou uma cédula firme?
- Bem, mas o dicionário, né?
- É a tal história. Na hora de escrever, é cédula. Na hora de falar, de contar, de receber, de pagar, de furto, de tudo mais, é nota.<sup>310</sup>

Reaparece a discussão, que já vimos anteriormente, sobre biopolítica e a mercantilização da vida – a transformação do humano em cifra. Na suposta valorização do homem comum, que antes valia zero e agora passa a valer “quinhentos cruzeiros” – à época a cédula de maior valor – há uma aparente elevação do valor desse homem, mas, como a crônica demonstra, essa valorização é apenas simbólica pelo que adquire um valor propagandístico para o regime.

Por exemplo, ao revisitar a polissemia da palavra cédula, o cronista sugere uma série de associações que podem ser estendidas ao novo papel-moeda: seria ele, por seu valor simbólico, a condensação de um recado, uma lembrança, uma declaração de dívida e de uma apólice, tendo como destinatário o homem comum? Se sim, qual seria esse recado ou lembrete? Talvez o de que o homem do povo somente se torne uma “riqueza” quando é, ao mesmo tempo um devedor solidário da Nação. Enquanto valor, remete-se a toda a discussão sobre as bases do biopoder como reconhecimento da vida como valor-trabalho (*o homo faber*;

<sup>310</sup> ANDRADE, C. D. O notão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 82, n. 212, 18 nov. 1972k. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/72654](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/72654). Acesso em: 21 ago. 2021.

de Arendt) no compasso da evolução do sistema capitalista pela sua capacidade de produção de riqueza. Enquanto declaração de dívida, a reafirmação do vínculo do homem ao Estado-Nação, promitente garantidora de direitos e de proteção da vida. O papel-moeda assume, assim, o valor de um símbolo reafirmativo do vínculo biopolítico do homem-comum à Nação. Mas essa valorização simbólica era o contrário do que se verificava na prática durante a ditadura. O último e mais emblemático significado de cédula refere-se ao processo democrático: o homem do povo que se representava na cédula de dinheiro era o mesmo privado do direito de exercer a escolha de parte dos seus governantes. Apesar dessa valorização simbólica, ele continua a ser um *joão-ninguém*, e não um cidadão. Assim, a cédula era também uma espécie de título de uma transação comercial lograda: a cédula eleitoral pela de dinheiro. Lembrança de que o próprio direito ao voto, a democracia em última instância, fora vendida, e o que se oferecia em troca era esse “reconhecimento” meramente simbólico.

- Não vamos brigar por causa disso. O importante é que o dinheiro mais graúdo traz a figura do brasileiro comum.
- Traz o teu retrato?
- Não.
- O meu?
- Também não.
- O do Meireles do INPS? Do seu Gonçalves da Casa da Borracha? Do meu barbeiro? Do seu relojoeiro? Do João Brandão?
- Claro que não. Traz cinco tipos brasileiros, cinco representações étnicas do homem brasileiro. Que mais que você queria?
- Tem mulher?
- Não.
- Continua a discriminação sexual. Quem gasta mais dinheiro é mulher, quem ativa a circulação de dinheiro e estimula a produtividade é mulher, e não se lembram de mulher na hora de pintar dinheiro? Ingratidão.
- Homem representa a espécie.
- Isto é fábula, que no fundo rima com cédula e outras abstrações. Eu queria ver espécie só de homens.<sup>311</sup>

Mas o fato é que o interlocutor não se identifica com o símbolo proposto, além de também criticar a ausência de mulheres nesse símbolo-síntese, com a denúncia – não isenta de certo sexismo – da “discriminação sexual”. A partir da assonância de cédula e fábula (colocadas na conta comum das abstrações) as ações simbólicas são contrapostas ao que seria uma possível ação concreta de reconhecimento – a distribuição de renda – que reverteria em um ganho materialmente identificável:

---

<sup>311</sup> *Ibidem*, p. 5.

- Monetarista-psicólogo, se me faz favor. Mas você diz que o homem-qualquer brasileiro...
- Ganhou cédula de 500.
- Quer dizer que cada brasileiro comum – com exclusão dos incomuns, obviamente – terá uma nota de Cr\$ 500,00, oferta do Banco Central.
- Não disse isto!
- Pois era o mínimo que devia ser. A nota valeria como cartão de identidade. Está aqui meu retrato, sou eu, o brasileiro comum, logo ela é minha, e me passa aí o quilo de feijão, que a essa altura deve estar beirando os 400; quero o floriano de troco, ouviu?
- Não se pode conversar com você.
- Por que não? Adoro conversar. Deixe ver a nota, ou a cédula, se prefere. Muito ótima, como diz o Costinha. Só tem uma coisa. Com a Loteria Esportiva crescendo a cada semana, e o bolão aumentando necessariamente, convém ir pensando na cédula, ou nota, ou bilhete, ou certificado, de 1 bilhão.<sup>312</sup>

O encerramento da crônica em que cita o comediante Costinha, nome artístico de Lírio Mário da Costa (1923 – 1995) e faz menção à Loteria Esportiva, modalidade de jogo implantada no Brasil no início da década de 1970, parece evocar a comédia de 1971, *Como ganhar na loteria sem perder a esportiva*, de J. B. Tanko. Essa menção coloca em derrisão a estratégia de valorização simbólica pretendida, como se dissesse que a simples figuração do “brasileiro comum” na cédula, dissociada de ações concretas, é uma ação tão risível quanto uma comédia-pastelão: “Muito ótima, como diz o Costinha.”<sup>313</sup> A crônica descreve, em suma, a falência da estratégia simbólica proposta, não legitimada pelo homem comum: o reconhecimento na cédula não possuía lastro na realidade.

O direito ao voto como uma expressão da cidadania e a exclusão do brasileiro comum do processo eleitoral aludida nesta crônica serão recorrentemente abordadas, como por exemplo, em *O Colégio*, de 14 de abril de 1973. Enquanto a polissemia da palavra cédula permitiu o deslocamento do sentido de dinheiro para o de boletim eleitoral, aqui serão os significados da palavra colégio – e um mal-entendido deles decorrentes – que funcionarão como fio condutor da crônica que apresenta o diálogo entre Eglantino, trabalhador em fase de alfabetização, e um interlocutor “esclarecido” a quem aquele expressa o desejo de matricular-se no Colégio Eleitoral que havia sido anunciado para janeiro do ano seguinte:

- Ouvi dizer que é muito simples e muito bacana. Como ainda não está funcionando, deve ter vaga pra gente. Então eu pensei...
  - Mas esse Colégio não é de ensinar, Eglantino. Não vai ter professores. Ou antes, vai ter, sim, mas eles não darão aula.
  - Então pra que seve abrir mais um colégio, fazer uma despesa dessas, se não é para dar aula?
- E o espanto no rosto sublinha o espanto da interrogação.

---

<sup>312</sup> Ibidem.

<sup>313</sup> Ibidem.

– Num certo sentido, eles darão aula, mas não vai ser de Português, nem de Geografia, nem de Matemática. E acho que a aula deles não deve interessar a você, por enquanto.

– Pode haver aula que não interessa? <sup>314</sup>

O interlocutor desfaz o equívoco e lhe explica o funcionamento do processo eleitoral indireto – o colégio em questão não era um estabelecimento de ensino, mas um seletivo grupo de deputados, senadores e cidadãos indicados pelas Assembleias Legislativas, na razão de 1 para 500 mil eleitores, que seria responsável pela eleição do próximo presidente. A fala desse “homem do povo” serve de eixo para o questionamento sobre as funções do Estado (para que serve um colégio se não para educar? qual é o papel dos senadores e deputados senão representar os interesses do povo?) e para a própria democracia.

A “aula” deles não interessa por enquanto a Eglantino porque ele, sendo analfabeto era considerado inalistável (vedação contida na Constituição de 1967 e somente derrubada pela Emenda Constitucional n. 25, de 1985). Mas a inalistabilidade dos analfabetos e sua exclusão do processo eleitoral ecoa a exclusão de toda a população desse mesmo processo, uma vez que o Presidente e seu Vice seriam escolhidos por via indireta pelo Colégio:

– O Colégio vai funcionar em nome do povo, para tomar uma providência em nome do povo. A maneira como ele tomar a providência será uma forma de ensino, uma aula.

– De quê?

– De política, de democracia.

– O senhor me explica isso melhor.

– O Colégio Eleitoral vai eleger o Presidente da República e, implicitamente, o Vice-Presidente da República. Você aprenderá o que é uma eleição feita por intermédio de um colégio.

[...]

– Quer dizer que eleitor, eleitor só, que não é deputado nem senador, só pode votar um em cada 500 mil?

– Só. Se for indicado pela Assembleia, é claro.

– Colégio mais esquisito, este.<sup>315</sup>

O nome do personagem, Eglantino, evoca o substantivo francês *eglantine*, designação de uma espécie de rosa silvestre ou roseira brava. Iumna Simon já chamara a atenção para a rosa como símbolo político associado aos movimentos políticos dos trabalhadores, imagem presente desde o título emblemático de *A Rosa do povo*<sup>316</sup>. O nome do personagem remete, de forma sub-reptícia, a essa simbologia. Não se trata, porém, de qualquer rosa, mas de uma rosa

<sup>314</sup> ANDRADE, C. D. O Colégio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 83, n. 6, 14 abr. 1973e. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/82121](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/82121). Acesso em: 16 set. 2021.

<sup>315</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>316</sup> “Em ambos os casos (‘aurora’ e ‘rosa’), pode-se falar em ‘imagens apocalípticas’; a escolha da ‘rosa’ como símbolo condutor da obra de maior conteúdo político e social – da obra que representa o ‘salto participante’ e busca o trânsito para a ação – é bastante significativa”. (SIMON, Op. cit., p. 125)

selvagem, brava e incultivada, como que em potência de ação. Nesse contexto, pode-se pensar que o papel do intelectual, figurado pelo interlocutor seria o de ajudar a produzir esclarecimento: “O espanto no rosto sublinha o espanto da interrogação”, “Colégio mais esquisito, este”<sup>317</sup>: susto e estranhamento advêm desta tomada de consciência da própria exclusão do processo democrático. Mas esse espanto reverbera no próprio personagem letrado como uma espécie de pergunta especular: afinal, também ele, não estava excluído desse processo eleitoral? Igualavam-se eleitores e não eleitores na impossibilidade de escolha por meio do voto.

Contudo o voto por si só não era a garantia da democracia, tal como se vê em *Escolher*, de 2 de abril de 1970, onde o cronista tematiza as regras do processo eleitoral daquele ano. Com a edição do Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965, os partidos políticos foram extintos, estabelecendo-se o modelo bipartidário que vigoraria até 1979, no qual havia um partido de situação, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), e um partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O mesmo Ato Institucional estabeleceu que a eleição para Presidente e Vice-Presidente fosse indireta, feita pelo Congresso Nacional. O Ato Institucional n. 3, de 5 de fevereiro de 1966 estendeu a determinação de eleições indiretas para os cargos de Governador e Vice-Governador, que seriam eleitos pelos membros das Assembleias Legislativas, além de estabelecer que os Prefeitos das capitais fossem nomeados pelos Governadores, com aprovação pelas Assembleias Legislativas. Em outubro de 1970, foram realizadas as eleições indiretas para Governadores e Vice-governadores. Em novembro, naquela que foi a segunda eleição direta realizada desde o início da ditadura, foram eleitos deputados estaduais, federais e dois terços dos senadores, com uma vitória expressiva da Arena.

A crônica parte da eleição das Mesas Diretoras do Congresso e do Senado, às quais, sem qualquer surpresa, continuaram a ser presididas pela Arena, assim como já antevê a vitória do partido governista nas eleições indiretas para Governador e Vice-Governador, que ocorreria em outubro:

- Já viu?
- Estou procurando ver cada vez menos, para poupar a vista.
- Mas esta você pode ver até de olho fechado. Ficou fácil escolher, agora.
- É mesmo. A começar pelos Governadores de Estado
- E o presidente do Senado, então?
- O da Câmara, também. *Sur des roulettes*, para gastar um resto de francês

---

<sup>317</sup> ANDRADE, 1973e, p. 5.

- Sem esquecer a mesa do Senado.
- E não esquecendo a mesa da Câmara.
- Naturalmente. Idem quanto as Assembleias Legislativas quando acordarem do sono.
- Fácil, fácil.
- Escolheu, tá escolhido.
- [...]
- Chega. Você anda muito enfezado, amigo. Carece acostumar-se a vida de hoje. E reconheça que, pelo menos naquele ponto de que falamos, escolher ficou uma beleza. Nem precisamos ter trabalho de preferir Tônico, o Anjo, a Leleu, o cara-de-pau. Alguém, que sabe, preferiu por nós.<sup>318</sup>

A crônica se constrói em torno da ideia de que a diversificação de produtos disponíveis no mercado impunha ao consumidor o dilema da escolha entre as várias marcas, mas no campo político não se enfrentava o mesmo “problema” uma vez que, quem de fato escolhia, eram os representantes do próprio governo. Este, sendo detentor da maioria nas casas legislativas, indicava nomes oriundos de suas bases que já saíam pré-eleitos: “Alguém, que sabe, preferiu por nós.” É o que também descreve a crônica *Os primos*, de 11 de julho de 1970, na qual Drummond comenta a conclusão do processo de indicação dos candidatos a Governador pelo presidente Médici, candidaturas que efetivamente correspondiam à eleição desses governadores, já que a Arena detinha maioria dos deputados estaduais nas Assembleias legislativas de 21 dos 22 estados, de onde a ironia do cronista:

Agora que foram escolhidos todos os governadores, sinto uma grande paz. Já sei de ciência certa (e irrevogável) quem tomará conta de cada Estado, inclusive o meu e posso imaginar o Brasil como vasta família unida, em que nenhum elemento envergonhará o nome geral, consagrando-se à maconha, à subtração noturna de galinhas ou ao esvaziamento de caixas-fortes alheias.

Por feliz coincidência, os futuros governadores são todos primos-irmãos, ligados afetivamente ao mesmo tronco. Isso facilitará muito a obra administrativa de cada um deles, criando mesmo o sentido de mutirão.<sup>319</sup>

A “feliz coincidência” que termina com a eleição antecipada dos “primos-irmãos”, todos pertencentes à Arena, apresenta-se no retrato de uma família conservadora, unida e honesta, cujos membros teriam a garantia de procedência assegurada pelo partido do Governo:

Agora, mediante processo simples, de filtragem discreta, eliminam-se os maus elementos, e os quimicamente puros, submetidos a rigorosa análise de sangue, eletroencefalograma, etc., são selecionados para os postos de direção. não há mais probabilidade de erro. Os Governadores saem testados, com certificado de garantia pelo prazo do mandato. Estou certo de que vários deles gostariam de pleitear o posto na forma do antigo sistema, e não fariam má figura, sem necessidade de recorrer ao pau-de-fogo: poderiam mesmo sair vitoriosos, pois o tal sistema velho comportava

<sup>318</sup> ANDRADE, C. D. Escolher. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 79, n. 304, 2 abr. 1970f. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/5516](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/5516). Acesso em: 08 jul. 2021.

<sup>319</sup> ANDRADE, C. D. Os primos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 82, 11 jul. 1970m. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/11935](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/11935). Acesso em: 08 jul. 2021.

todos os absurdos, inclusive o de, vez por outra, escolher o melhor. Mas esta possibilidade lhes foi negada. Não carecem lançar mão de seus talentos para convencer os parentes esquivos ou rebeldes. Diretamente da fábrica ao consumidor: produto de confiança.<sup>320</sup>

O processo “simples, de filtragem discreta” consistia no uso de todo tipo de violência, desde a jurídica, com a cassação de direitos políticos de adversários, passando pela coação física com a prisão e sequestro de candidatos e líderes políticos e até a morte de rivais: “Continua a campanha democrática das eleições municipais, exceto para uns tantos candidatos e eleitores assassinados no ardor cívico dos comícios ou fora deles.”<sup>321</sup>, denuncia Drummond em outro texto. A crônica registra, portanto, essa violência multiforme que garantiu a longevidade do regime e a manutenção da Arena no poder e que, assegurava, por exemplo, seu sucesso nas eleições de novembro de 1970:

Cavalgando a euforia do tricampeonato mundial de futebol e festejando o crescimento econômico, o regime cultivava a fantasia triunfalista do “Brasil Grande”. Enquanto isso, o senador Oscar Passos, presidente do MDB, escrevia a um amigo falando do surgimento “do manto negro da noite que cai sobre o entardecer”. Ele sabia do que falava. Duas semanas antes das eleições legislativas de 1970, marcadas para o dia 15 de novembro, o governo desencadeou um arrastão de oposicionistas. Pode-se estimar que tenham sido presas em torno de mil pessoas, numa lista onde se misturavam líderes sindicais, artistas e advogados de presos políticos. Em alguns casos foram levados para prisões conhecidas. Em outros, foram sequestrados, encapuzados e mantidos em cárceres clandestinos. Quando se abriram as urnas, a oposição parlamentar estava destrocada. Oscar Passos perdera sua cadeira. O MDB ficara com 21% dos votos para a Câmara, nove pontos percentuais abaixo da soma dos votos brancos e nulos.<sup>322</sup>

Os políticos que se mantiveram na cena pública são frequentemente acusados de agirem segundo seus próprios interesses e de se posicionarem de acordo com a conveniência, como vemos em *A voz no compacto*, de 11 de abril de 1972, na qual o cronista comenta as duas posições antagônicas de um pré-candidato, metaforicamente representadas como os dois lados de um disco de vinil. O pré-candidato a Governador, que se pretendia eleito pela via direta, lamenta, no *Lado A*, a decisão de que as eleições de 1974 fossem realizadas pela via indireta: “E essa de estabelecer a eleição indireta para Governador em 1974, que eu não esperava. Eu quieto, no meu canto, aguardando a hora e vez da eleição direta, que seria a minha grande chance. De repente essa bomba. Na direita eu seria imbatível. Meu esquema já

<sup>320</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>321</sup> ANDRADE, C. D. Continua. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 194, 31 out. 1972e. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/71164](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/71164). Acesso em: 21 ago. 2021.

<sup>322</sup> GASPARI, 2002a. p. 316



estava traçado, na moita. não falava nada a ninguém.”<sup>323</sup> O pré-candidato sendo um “simples soldado da revolução” já se considerava predestinado ao cargo, ainda que não tivesse base eleitoral, ironicamente descartando a necessidade de apoio dos eleitores quando se possuía o apoio da elite: “Eleitorado? Bem, admito que não disponho de base eleitoral, mas quem dispõe de base hoje em dia? No máximo dispõe de cúpula, e olhe lá.”<sup>324</sup>

Mas logo reavalia o cenário e contemporiza, enxergando as vantagens do pleito indireto, no *Lado B*: “Refaço meus planos, agora sou mais indireta; no fundo meu Deus, nunca fui senão indireta, é claro. Apenas, andei obnubilado. Mas recuperei a visão, e olho meus colegas com olhos otimistas.”<sup>325</sup>

As críticas do cronista ao sistema político-partidário vigente se concentram no bipartidarismo. Drummond se insurge contra a uniformidade de pensamento político pois, segundo o cronista, mesmo a oposição representada pelo MDB se via cooptada pelos interesses do governo. O tema aparece, por exemplo, na crônica *Palavras*, de 16 de março de 1972, onde o significado de três termos aplicados ao contexto político e econômico é explorado: “autêntico”, “moderado” e “conglomerado”. A crônica parte da reivindicação da palavra “autêntico” por uma ala do MDB, para qualificar aqueles que pretendiam fazer uma oposição real ao governo:

Passou. As palavras costumam passar mais rápidas que os engenhos russos e americanos caçadores de informações no espaço estrelado. E não voltam. Chega a vez de outras, que pedem licença, um sorriso, uma curvatura, uma cambalhota, e adeus. Somem nos dicionários. Porém autêntico hibernou apenas. Aí, está de volta, na pele de uma corrente do MDB, que pretende movimentar o Partido e conquistar-lhe o comando. Para que o Partido de Oposição se torne, realmente, Partido de Oposição. Aí, ocorre perguntar: os autênticos são sonhadores? Pois há quem diga que autenticidade verdadeira, só em sonho, quando se desprendem as amarras da conveniência, da prudência, do realismo, do vê lá rapaz em que é que isso vai dar. Em sonho, vive-se com plenitude. No chão cotidiano, e acordado, a coisa sofre limitações. Por isso mesmo, a outra ala do Partido, a que pisa no chão e evita as pedras do caminho, poderia reclamar: Autênticos? Nós é que somos autênticos, genuínos, frutos ajustados à natureza do terreno, do adubo e da árvore.

Mas tão autênticos são, que preferem chamar-se moderados.<sup>326</sup>

À palavra “autêntico” contrapõe-se o qualificativo moderado, de outra ala do partido, favorável ao governo. Numa inversão de significado, propõe-se que o que há de mais

<sup>323</sup> ANDRADE, C. D. A voz no compacto. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 2, 11 abr. 1972c. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/54715](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/54715). Acesso em: 08 jul. 2021.

<sup>324</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>325</sup> *Ibidem*.

<sup>326</sup> ANDRADE, C. D. *Palavras*. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 81, n. 290, 16 mar. 1972m. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/52720](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/52720). Acesso em: 08 jul. 2021.

representativo no universo do partido de oposição seja precisamente a ala moderada que tendia a apoiar o governo. A autenticidade não estaria em uma oposição autêntica, mas na convivência com o regime, de onde o cronista se pergunta: “Se a Arena e o MDB aplicassem o princípio de conglomeraridade, não se fariam muito mais autênticos, sob o princípio geral de moderação?”<sup>327</sup>

A crítica do cronista vai além. Ao colocar Arena e MDB dentro de um mesmo “conglomerado” unido pela moderação situacionista, o que aparece, como a verdadeira oposição é um conglomerado de outro tipo. A partir das conjugações do verbo conglomerar na primeira, segunda e terceira pessoas, caminha-se para um conglomerado de mazelas:

O verbo do dia é conglomerar. Eu conglozero, tu conglozero, ele conglozero. Evidentemente, em graus e modos que variam de uma atividade a outra, deste para aquele meio ou indivíduo. Pode-se até conglomerar tristezas, se houver identidade entre elas no mesmo círculo de relações. Favelados, retirantes, índios, párias poderão formar conglomerados específicos de miséria. Mesmo não havendo similitude entre componentes, e talvez melhor até não havendo. Pois o dicionário ensina que conglomerado ó também “amontoadado, qualquer coisa composta de materiais ou elementos heterogêneos.” E acrescenta que, em acepção geológica, ele se compõe de fragmentos de rocha de tamanho superior a um grão de areia. Grãos de areia, conglomerai-vos. É a onda. Autêntica. Porém, moderadamente, é claro.<sup>328</sup>

Fica como que a pergunta ou provocação se não seria desse desconfortável e múltiplo amálgama de diferentes tristezas que surgiria uma efetiva oposição política à ditadura, calcada na realidade e nos problemas verdadeiramente enfrentados pelo povo, já que a oposição oficial atuava dentro dos limites da lei que somente lhe permitia a concordância: “Oposição – Foi-lhe plenamente assegurado o direito de opor-se a alguma coisa– ao direito de oposição, para variar”.<sup>329</sup> As minorias, nominalmente citadas, sendo algumas das mais diretamente afetadas pela ação ou descaso dos governantes, formando um conglomerado de “excluídos” não era, acaso uma força em potência, como a *rosa incultivada*, de onde poderia emergir uma resistência? Ou para se pensar nos termos de Hannah Arendt, não seria dessa pluralidade que poderia emergir um poder capaz de fazer frente à força opressiva da ditadura? “Grãos, de areia, conglomerai-vos”, conclama o cronista. Talvez Drummond já tivesse em vista a necessidade de uma união ampla capaz de contrapor-se ao regime, antevendo uma mobilização que ganhará contornos mais definidos na segunda metade da década de 1970 e

---

<sup>327</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>328</sup> Ibidem.

<sup>329</sup> ANDRADE, C. D. Jornal Pequeno. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 79, n. 238, 13 jan. 1970h. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/632](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/632). Acesso em: 2 set. 2021.

que culminará nos movimentos da década seguinte (as “Diretas Já” e a elaboração da Constituição Cidadã).

Obviamente, há também nessas críticas à pouca efetividade da oposição representada pelo MDB, a denúncia à sistemática perseguição por ela sofrida, lembremos:

Quando o general Medici subiu a rampa do Planalto, o regime havia banido da vida pública todos os políticos que em 1964 aspiravam à Presidência da República. Podia parecer que se perdiam os líderes mas preservavam-se os partidos, no entanto eles foram extintos em 1965, substituídos por um sistema bipartidário rígido nas votações parlamentares e frouxo na coesão das bases. Podia parecer também que, mesmo sem lideranças e sem partidos, preservavam-se as instituições. Fechado duas vezes, o Congresso teve cassados 281 parlamentares. Foi esquartejado em vida. No dia 10 de abril de 1964, quando se acreditava que seria possível restringir as cassações de parlamentares a uma só rajada, abateram-se quarenta mandatos, liquidando-se a liderança de esquerda e centro-esquerda na Câmara. Nos meses seguintes expurgaram-se outros 29 parlamentares e em 1966, outros seis. A cada onda de cassações caía um núcleo de liderança oposicionista. No seu lugar entrava outro, mais cauteloso e mais moderado, porém igualmente insuportável. Depois do AI-5 cassaram-se 105 congressistas. O MDB perdeu o secretário-geral, o líder na Câmara e catorze de seus 21 vice-líderes.<sup>330</sup>

O resultado dessa sistemática perseguição aos rivais políticos – a inefetividade da oposição, encarnada pelo MDB – é objeto de repetidas menções pelo cronista, que diz não haver diferenças entre aquele partido e o do governo. Desse modo, o próprio ato de votar (com toda a simbologia de participação democrática que ele carrega) se converta em uma ação confusa e, talvez, inútil, uma vez que não se identificavam distinções práticas entre os dois partidos, como aparece na crônica *Passa o alto-falante*, de 22 de agosto de 1974:

Ó eleições, eleições, que tanto frequentei no passado, e que ultimamente me deixastes em jejum cívico. [...]  
Paro de lacrimejar. Eia, sus, alma política em mim dormitante, ergue-te e vai à seleção de nomes, depois de escolheres entre os dois Partidos que te solicitam. Só dois? E dos dois, na Guanabara, qual o do Governo, qual o da Oposição? A Oposição está no Governo, o Governo está na Oposição? Ou será um só Partido, com dois nomes? Começo a baralhar as ideias, o que levará a baralhar os nomes, enquanto pergunto pelo terceiro Partido, sonho de Pedro Aleixo, e ninguém me responde. Ele seria o terceiro ou o segundo? E qual o primeiro?<sup>331</sup>

Reforça a tese do sufocamento de qualquer tentativa de oposição institucional efetiva, a menção ao político mineiro, Pedro Aleixo, civil, que, embora fosse o vice do General Costa e Silva, foi impedido de substituí-lo quando de seu afastamento em 1969 e acabou se desligando da Arena, vindo a pugnar – sem sucesso – pela criação de um terceiro partido (o Partido Democrático Republicano). Como vice-presidente, o político foi o único dos membros

<sup>330</sup> GASPARI, 2002a, p. 232.

<sup>331</sup> ANDRADE, C. D. *Passa o alto-falante*. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 84, n. 136, 22 ago. 1974d. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/109692](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/109692). Acesso em: 21 ago. 2021.

do Conselho de Segurança Nacional que se opôs à imposição do AI-5. À oposição efetiva, neutralizada pela ditadura, quando não se tornava conivente com o regime, só restava o lamento em contraste com o “canto celebrativo” do partido de situação, como retratado em *Davi em pleno uso*, de 24 de fevereiro de 1973, onde o autor recorre a trechos bíblicos para contrapor a confortável posição da Arena à lastimável posição do MDB:

Legisladores novos trazem ideias novas... Que às vezes se reportam a velhos textos, evidenciando-lhes, porém, a cristalina perenidade. É o caso acontecido em Campinas. Moço vereador agora empossado propõe que, ao abrir diariamente a sessão da Câmara Municipal, seu presidente recite o Salmo 22 de Davi. Ouçamo-lo:

“1. O Senhor é o meu pastor, nada me faltará. 2. Ele me faz repousar em pastos verdejantes. Leva-me para junto das águas de descanso. 3. Refrigera-me a alma. Guia-me pelas veredas da justiça por amor do seu nome. 4. Ainda que eu ande pelo vale da sombra da morte, não temerei mal nenhum porque tu estás comigo: a tua vara e o teu cajado me consolam. 5. Preparas-me uma mesa na presença dos meus adversários, unges-me a cabeça com óleo. O meu cálice transborda. 6. Bondade e misericórdia certamente me seguirão todos os dias da minha vida. E habitarei na casa do Senhor para todo o sempre.”

Sou capaz de jurar que o autor da proposta pertence à Arena. Fosse do MDB e haveria de preferir outro Salmo. O 88, por exemplo. Neste pedacinho:

“47. Até quando, Senhor, te hás de mostrar continuamente adverso? Até quando arderá como fogo a tua indignação? 51. Lembra-te, Senhor, do opróbrio dos teus servos!”

Se for um emedebista fatigado de pelejar a peleja inglória, talvez sua preferência vá para este trecho do Salmo 78:

“8. Não te lembres de nossas antigas maldades, antecipem-se quanto antes as tuas misericórdias, porque fomos reduzidos à última miséria.”

Ou, vencido, reconhecerá, pelo Salmo 113:

“96. Vi o fim de tudo que é perfeito. Somente a tua lei não tem limites.”

Não há muito a escolher, na poesia de Davi, para uso do MDB. Sente-se que a belíssima coleção de hinos sacros convém mais à leitura da Arena, pois o louvor suplanta a queixa e não dá margem à censura. [...]

A harpa de Davi desfere som tão puro e extasiante que, de modo geral, pode ser tângida infatigavelmente pelos titulares da Arena. Toda ela é exaltação do Senhor, seus méritos e glórias: é apelo à sua misericórdia e confiança em sua justiça. “A minha alma está confiada na sua palavra” (129,4). “Quão magníficas são, Senhor, as tuas obras!” (41,6). “Trocou o deserto em tanques de água e a terra árida em mananciais de água. E estabeleceu ali os famintos.” (106,35 6). “Ele reduzirá a nada os nossos inimigos.” (107,14). Etc. Para que lembrar mais?<sup>332</sup>

Os atos do partido do governo são lidos como expressão de uma vontade mais que soberana – divina e suprallegal – porque regida por uma “lei sem limites”, autorizada, portanto, a tudo inclusive à “redução dos inimigos a nada”. Fica explícita a natureza da *vida nua* sujeita ao arbítrio pelo *estado de exceção*, cujo sucesso é celebrado. Carregada de ironia, a releitura dos trechos bíblicos parece comportar uma crítica indireta ao cunho conservador religioso que deu sustentação ao regime militar.

<sup>332</sup> ANDRADE, C. D. Davi em pleno uso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 82, n. 308, 24 fev. 1973b. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/79258](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/79258). Acesso em: 2 set. 2021.

Nesse sentido, a crônica de Drummond assume também um teor político enquanto crítica a aspectos viciosos da ditadura. Observe-se, contudo, que o estado de exceção brasileiro não foi o único do qual Drummond se ocupou. Por exemplo, em *Fuzilamentos*, de 30 de outubro de 1973, que aborda o golpe militar ocorrido um mês antes no Chile, lemos: “Interessado em estudar métodos e processos de restauração democrática aplicados no continente – esse vasto laboratório de pesquisas – João Brandão tenta levantar a estatística dos fuzilamentos políticos no Chile, sabido como esta vem sendo a fórmula adotada para contestar naquele país os inimigos da vida livre e tranquila.”<sup>333</sup>

No continente latino-americano, considerado um vasto laboratório de pesquisas, a crítica à violência noticiada pelos jornais e que se seguiu ao golpe no Chile, pode ser estendida, por sua similitude, à violência subterraneamente praticada pela ditadura local:

– Boto o nome do fuzilado numa coluna, seu antigo cargo público ou profissão noutra, e as razões do fuzilamento numa terceira. Às vezes esta última fica em branco ou encerra um delito não explícito, como “fraude”. Que espécie de fraude? Na mesma eleitoral? No peso do quilo de carne? Fico em dúvida, recorro ao dicionário; o mais antigo que possuo ensina que fraude é “engano, malícia, falsidade, dolo”; o mais recente, “burla, dolo, engano, logração, contrabando”. Todos, casos de pena de morte, ou só algum deles? Do ponto de vista da ciência política, seria interessante conhecer a qualificação que determina este tipo de remédio legal. Porque é legal, se ministrado pelo poder vigente.<sup>334</sup>

Vimos como Drummond aponta recorrentemente a questão da legalidade e do arbítrio como estando na base do regime militar brasileiro, pelo que se caracteriza como um *estado de exceção*. Novamente essa questão é colocada em evidência: o julgamento e condenação sumária dos “inimigos do regime”, por crimes sequer identificados, expõe a *vida nua* sujeita a um poder que torna indistinguível legalidade e ilegalidade, porque entende legal todo ato emanado pelos ocupantes do poder: “Porque é legal, se ministrado pelo poder vigente.”

Aqui, o biopoder, com tudo o que ele representava enquanto cálculo sobre a vida, revela sua dimensão tanatopolítica: uma estatística sobre os mortos – imprecisa por força da censura. João Brandão se esforça por contabilizar vítimas, num exercício documental que recusa a simples cifra, resgatando-lhes, ao menos a identidade do nome, num esforço último de preservação do indivíduo por via da memória, lembrando novamente o projeto de Foucault a que já aludimos, sobre a “vida dos homens infames”, preservadas no momento e pelo ato em que um poder as intercepta.

<sup>333</sup> ANDRADE, C. D. Fuzilamentos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 83, n. 205, 30 out. 1973d. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/94504](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/94504). Acesso em: 08 jul. 2021.

<sup>334</sup> *Ibidem*, p. 5.

- Você não quer saber demais?
- Sempre se sabe de menos, mas é natural que se procure colher subsídios para ilustração dos negócios humanos, e, eu colijo; eu anoto. Estes elementos serão considerados pelos especialistas na matéria, que dirão a última palavra sobre a melhor maneira de instituir na Terra aquilo a que todos aspiramos: o regime justo, baseado na sabedoria. Ou a penúltima palavra, que já será alguma coisa. Ciao. Vou-me à estatística. Mais quatro hoje, hem?<sup>335</sup>

A função política revela-se como registro e denúncia, ainda que a possibilidade de influir diretamente nos “negócios humanos” não se figure no horizonte o que pode nos trazer a pergunta: que resposta política poderia haver às investidas crescentes do biopoder? Na crônica *O Terrorista*, já citada, há uma recusa da violência como resposta:

- Qual a fórmula para resolver a situação?
- A solução não está em fórmulas, está na vida.
- E que se pode esperar da vida?
- Deve-se esperar a consciência de erros que geram o desespero e atirem caminho ao terrorismo.
- Então esses erros justificam de certa forma o terrorismo?
- Não justificam de forma alguma, porém, explicam.
- É possível reeducar um terrorista?
- Ainda não se encontrou tratamento científico para ele. Mas pode-se educar o jovem para não ser terrorista.
- A educação consegue tudo?
- Milagre, não. Mas há muitas formas eficazes de educar, mesmo fora da escola.
- Por exemplo?
- Um projeto democrático, que dê bem-estar, relativo a homens livres, relacionados.
- Não é também utopia?
- O contrário dela. Não aspira ao absoluto.
- E no plano individual?
- Cada um começar a educação por si mesmo, extirpando a raiz de terrorismo que se esconde sob os mais enganadores disfarces.
- Somos terroristas em potência?
- Muitos são e não sabem. Achem até que são contra.
- Crê na melhoria do homem?
- Acredito no esclarecimento do homem, mais hoje mais amanhã. E por que não?<sup>336</sup>

Apointa-se aqui um caminho ou crença, se assim quisermos, que passa pela possibilidade de esclarecimento gradual do homem, elemento em torno do qual se apresenta um possível papel político para o intelectual: por meio de sua voz pública fomentar um diálogo que favoreça esse esclarecimento. O que difere esse projeto de uma “utopia” é precisamente o fato de ele não aspirar à imposição de uma visão única de mundo, ou seja, de ter como princípio basilar a pluralidade dos homens.

A concepção de democracia defendida por Drummond pressupõe um estado de bem-estar social, mas não se limita a esse aspecto, que pode ser objeto de um projeto de *libertação*,

---

<sup>335</sup> Ibidem.

<sup>336</sup> ANDRADE, 1970l. p. 8.

vinculado às condições humanas do *labor e do trabalho*. É preciso assegurar a *liberdade*, espaço do convívio dos diferentes pensamentos, lugar da *ação* – uma esfera pública. Reforça-se, assim, uma dimensão importante da postura política de Drummond: ao lado de uma visão crítica, a defesa da tolerância e da liberdade, avessa a posições reducionistas ou maniqueístas. Essa postura está longe de ser *apolítica* porquanto não pode ser definida como isenta, mas recusa qualquer alinhamento automático e reverte-se em uma atitude vigilante que não se deixa absorver por discursos utópicos que, segundo o cronista, aspiram sempre ao absoluto.

Mas essa esperança de mudança, aposta no diálogo, depara-se, não raro, com uma realidade coercitiva que parece imutável. Há, então, a recorrente reemergência do pessimismo, ou antes, o reconhecimento da impotência do indivíduo, que se limita a expressar o desalento face à impossibilidade de interferir de forma direta nos rumos do mundo. Veja-se como a questão aparece em *O último noticiário*, de 11 de outubro de 1973, onde o cronista faz algumas reflexões a partir da Guerra do Yon Kippur, conflito entre árabes e israelenses que estourara uma semana antes:

A questão é que, paredes do peito adentro, me considero um entre muitos pacifistas, e chego a compor odes à paz de asas diáfanas. Abomino a crueldade, a tirania, a injustiça. Mas todos os dias, invariavelmente, absorvo a razão de erros que a bandeja do mundo me oferece, e vivo e continuo e envelheço na esperança de que as coisas se ordenem segundo um estatuto do bem.

Que faço para modificar a cena da vida? Como posso ter saco para aceitar o espetáculo e, de certo modo, ser um dos seus comparsas da ultimíssima fila, dispensado de abrir a boca e abanar a cabeça, porém não de estar presente? Não faço nada, senão (esporadicamente) grunhir em surdina minha desaprovação, e já me absolvo pensando que aprovação ninguém me arranca. E não sou um, sou milhões como eu, sou os outros todos, meus iguais.

Certamente não está em meu (nosso) poder alterar o jogo, mudando os resultados. Quem poderia alterá-lo, então? Temos de esperar pelo Mágico Supremo, se é que ele é mágico e é supremo? Estará mesmo escrito, nos papéis do homem, que nesta geração depois de outra geração depois de outra e de outra, a guerra há de ser uma constante, e a paz o controvertido intervalo entre duas, várias, muitas guerras?

As teorias e institutos de ciência política proliferam como lavoura japonesa em solo adubado, e o Direito Internacional abre suas avenidas majestosas para o *footing* dos doutrinadores. Nações pagam caro para manter um fórum de debates em que votam conclusões e decisões destinadas a cair no vazio, pois elas mesmas não as põem em prática. Um banquete, um discurso, uma conferência, um telefone secreto para evitar o universal aniquilamento; e a ameaça deste, vaga, indefinida, constante, contínua, sobre a humanidade; a isto se chama viver, hoje em dia.

O dia passa, na expectativa de novas notícias de guerra, da mais recente das guerras, nem diversa das anteriores, nem conclusiva — pois todas se pretendiam conclusivas, e no naco tempo de testemunha assisti a duas que se declaravam as finais, para salvação e felicidade da espécie. Volto a viver os telegramas e manchetes, a ver imagens enfumaçadas de soldados correndo e tanques abrindo caminho a fogo, entre míseras populações e míseros combatentes, dos quais o que se pode dizer é que nunca se viram em nenhum lugar, nem têm motivo algum, pessoal, para se detestarem e se exterminarem como feras.

E fico pensando nesse grupo pobre de ingleses que de seu canto me mandam prospectos e avulsos contra a guerra, contra todas as guerras, pregando a *War Resisters' International* — pensamento humanitário e humanista, que dá cadeia. Mal têm dinheiro para seus impressos, estão acuados e ridicularizados no meio de uma louca humanidade, e são o sal da terra, este sal que não se corrompe, mas também não consegue regenerar o funesto apetite do homem.

Um dia serão ouvidos?

Desce a noite sobre tantas perguntas amargas, e vamos ao noticiário das últimas misérias.<sup>337</sup>

O cronista faz um balanço do século e avalia, com desânimo, a repetição de guerras e o medo de uma aniquilação completa, temor constante e concreto na guerra fria. E reaparece a imagem da noite que desce sobre suas perguntas, recorrente nos poemas contemporâneos da II Guerra Mundial de *A Rosa do povo*. Há aqui uma expressão muito cristalina da *angústia da ação*, como a denominou Said, desejo de participação que se vê limitado pelo real. O escritor, que em seu desalento político parece restrito a “grunhir em surdina sua desaprovação” ciente da pouca efetividade deste ato, lembra, ainda, o poeta entediado dos acontecimentos da epígrafe de *Claro Enigma*.

No entanto, no que diz respeito à crônica, há um elemento que retira o escritor do impasse, não lhe permite o enclausuramento na torre de marfim e que constantemente o convoca a se colocar à serviço de uma esfera pública:

Outro companheiro útil de nosso trabalho é o leitor que nos fornece temas para comentário e até, de certa maneira, nos força a cuidar do assunto a que desejávamos fugir. E não se pense que a fuga é, em qualquer caso, sinal de covardia; às vezes resulta do tédio ante o acontecimento ou situação; às vezes, até de repulsa tão forte que torna desagradável o comentário, e não nos sentimos dispostos a isto; abrimos a janela da divagação, montamos na primeira nuvem irisada que se aproxime e galopamos em seu dorso, *bla-bla-bla* afora. Mas vem o leitor e intima: “Volta à terra e vença a náusea; fale; critique a seu modo, não deixe de criticar.”<sup>338</sup>

Se a crônica se estabelece como pacto dialógico proposto pelo cronista, é o leitor quem frequentemente o chama ao enfrentamento do tédio e da náusea e o incita a fazer de sua palavra uma expressão política. Assim, dentro do continuum da escrita drummondiana entre poesia e prosa, é esta última que irá de modo inapelável responder a um chamado à participação na *praça de convites*. Mesmo que a poesia possa eventualmente se tornar uma expressão mais subjetiva e evasiva (não por isso menos social, registre-se), na crônica, por sua

<sup>337</sup> ANDRADE, C. D. O último noticiário. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 83, n. 186, 11 out. 1973f. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/93364](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/93364). Acesso em: 19 ago. 2021.

<sup>338</sup> ANDRADE, C. D. O leitor fiscaliza e propõe. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 82, n. 222, 28 nov. 1972j. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/73535](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/73535). Acesso em: 2 set. 2021.



natureza dialógica, o embate com o real é reivindicado pelo próprio leitor. *O leitor fiscaliza e propõe* e Drummond, claramente, não se furtou a este diálogo ao qual ele mesmo convidara.

Vê-se que o político em Drummond não se apresenta de uma forma organizada e monotemática, mas dispersa, radiculada e microfísica, diversa como são as disputas de poder no mundo moderno e solidária da diversidade de pensamento que o autor defende. O papel político do intelectual aparece como a defesa e manutenção de um espaço de diálogo, aberto à pluralidade dos homens, mesmo em tempos de silenciamento. Dissemos que a participação política se dá em duas dimensões: enquanto uma voz ativa e enquanto testemunho. Se no aspecto ativo chamamos a atenção para a dimensão crítica e a denúncia, na dimensão passiva vimos, com recorrência, o registro de um sentimento de medo, insegurança e apreensão, expressões que guardam relação direta com a percepção de se estar sujeito a um biopoder que avança, tentacular, na captura e mercantilização do humano e do mundo, localmente manifesto por um regime autocrático, um *estado de exceção* em sentido estrito.

Do ponto de visto ativo, Drummond também professa a crença na possibilidade de mudança do ser humano a partir da consciência e, sob este ângulo, se poderia pensar que a crônica, ao partilhar uma visão crítica do mundo, elege-se a instrumento algo pedagógico de promoção dessa consciência.

Mas há ainda um outro aspecto importante da dimensão política da crônica de Drummond. Sua visão do indivíduo como ponto de resistência ao poder. Parece-nos que a experiência de Drummond nos anos 1940 – sua vivência dos bastidores da ditadura Vargas e sua aproximação posterior rompimento com o Partido Comunista – o teriam vacinado contra a tentação de anular-se em discursos e utopias totalizantes:

Reconduzida à sua raiz etimológica, a *immunitas* se revela a forma negativa ou privativa da *communitas*: se a *communitas* é a relação que, vinculando seus membros ao compromisso de doação recíproca, põe em perigo sua identidade individual, a *immunitas* é a condição de dispensa dessa obrigação e, logo, de defesa diante de seus efeitos expropriatórios.<sup>339</sup>

O político em Drummond aparece como essa reivindicação da liberdade de pensar do indivíduo contra a absorção completa, é uma imunização contra a *communitas* absorvente. O indivíduo torna-se, assim, um foco de resistência última e a liberdade de pensamento, sua final expressão. Assim, parece que por mais que avance o biopoder, haverá sempre um resto não assimilável nesse ponto de resistência que é a consciência individual. E o papel político

---

<sup>339</sup> ESPOSITO, 2017, p. 65

do intelectual, em Drummond, é tanto ser um defensor dessa irreduzibilidade quanto um seu exemplo.

Se há um poder que tudo submete ao cálculo e à lógica matemática, a resistência pode surgir como isso que lhe escapa, o caráter espontâneo, que talvez pareça até mesmo ilógico, símile da própria vida, misto de razão e de intuição, como aparece na já mencionada crônica *Passa o alto-falante*:

Evidentemente, estou delirando, mas se verifico o meu delírio é porque estou em perfeita lucidez, e isto me conforta: da mistura de lucidez e alucinação resultara talvez um senso político mais aguçado que irei aplicando em quantas eleições me forem propostas. A lucidez, sozinha, não dá para enfrentar o real; o delírio transforma, sem freios; mas em liga, os dois prometem aquele ponto de equilíbrio que domina as contingências. Desculpem, se não me faço entender. Mas será preciso fazer-se entender? Não se peça tanto a um cronista de dia-sim dia-não. Nos dias-não, o entendimento seria perfeito; mas são precisamente aqueles em que não escrevo. Também os dias em que não há eleição são os dias em que melhor saberíamos votar. Conclusão: vote a qualquer hora, dentro de você mesmo, independente de alto-falantes e de silêncios.<sup>340</sup>

A resistência é ainda, em outros termos, antídoto à lógica organizadora do biopoder em sua captura e controle do mundo sob o signo de uma inteligência que tudo submete a uma ordem rígida na qual o que se perde junto com o espontâneo é o próprio humano:

Não pretendo uma cidade burrinha, isso não, mas será bom que ela se deixe levar um pouco pela fantasia de sua gente, capaz de criar padrões variáveis, que têm mais a ver com a intuição do que com o raciocínio, sempre que a intuição descobre uma realidade nova, só admitida pela inteligência após longo processo de análise. Intuição e instinto, vejo-os como formas elétricas de inteligência, fundadas na experiência imemorial do homem. Já a inteligência costuma chegar atrasada. Felizmente ela não é de consumo obrigatório na direção do universo. Nem das Prefeituras. E, se for mesmo necessário dar qualificativo ao ajuntamento civil, que tal imaginarmos uma cidade humana – na dimensão, no espírito e na relatividade do homem? <sup>341</sup>

Não parece gratuita a revisitação de símbolos e imagens de sua fase poética mais combativa. O tempo era, ainda (e novamente) de *alucinações e espera*. Mas, se há uma máquina que avança destrutiva, há qualquer coisa viva que, emerge ou escapa, como flor que rompe o asfalto e individualmente resiste:

Não há dúvida de que os esforços do homem para aniquilar o meio em que se situa, aniquilando-se a si mesmo, têm obtido resultados apreciáveis. Não conclusivos, porém. Sem embargo de sua capacidade letal, resta sempre em volta dele, e até no fundo dele mesmo, quando não definitivamente pervertido, uma aspiração a viver. Ele arranca, machuca, esmaga, pulveriza, aleija, mata, mas sobra por aí um pezinho teimoso de flor, um peixe assustado e arisco, um bicho acuado na mata, que, por uma

---

<sup>340</sup> ANDRADE, 1974d, p. 5.

<sup>341</sup> \_\_\_\_\_, 1973a, p. 5.

dica do nosso compatriota John Dalgas Frisch, consegue safar-se do morticínio geral, escondendo-se em não sei que caverna sertaneja.<sup>342</sup>

Imagem individual da persistência. O indivíduo não absorvido, foco último de resistência, que se insurge contra uma aparentemente irrefreável pulsão de controle e propõe diálogo onde imperam o silenciamento e a morte. Apesar de tudo, há algo que resiste, pronto a brotar nos lugares mais improváveis: “Continua a medrar na garagem do edifício uma florzinha nascida no cimento e regada a óleo. A vida continua.”<sup>343</sup>

---

<sup>342</sup> ANDRADE, C. D. Profeta sem audiência. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 81, n. 52, 8 jun. 1971f. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/doceader/030015\\_09/33707](http://memoria.bn.br/doceader/030015_09/33707). Acesso em: 21 ago. 2021.

<sup>343</sup> ANDRADE1972e, p. 5.

## 6 CONCLUSÃO

Neste trabalho, nos propusemos a percorrer uma pequena fração da obra invisível de Drummond, constituída pelo conjunto de seus escritos não publicados em livros. Resta evidente que há ainda, nessa extensa parte de sua obra, um rico material a ser estudado. Lembremos que as crônicas aqui investigadas pertencem a um recorte de apenas cinco, dos quinze anos durante os quais o cronista escreveu trissemanalmente para o *Jornal do Brasil*. Na construção desse *corpus*, dispusemos os textos em uma sequência que indicasse as conexões que procuramos evidenciar, havendo, obviamente, outras nuances políticas que não foram aprofundados neste trabalho. Também cabe dizer que, entre os textos do período que não compuseram essa amostra, há muitos que, sob ângulos diferentes e com maior ou menor ênfase, abordam questões aqui levantadas. Assim, não consideramos esgotado nem o estudo das crônicas do período, nem dos aspectos políticos a elas atinentes, mas cremos ter identificado questões que, pela sua recorrência, se mostraram importantes para Drummond e relevantes para se compreender as relações entre política e literatura em sua escrita.

Para deslindar o caráter político da escrita de Drummond, recorreremos a alguns autores que abordaram as configurações do poder e do político na modernidade. As aproximações teóricas que procuramos fazer não foram gratuitas. Os modos de criação e circulação da crônica e sua “originalidade” em termos de expressão da cultura brasileira, remeteram à discussão sobre a partilha do sensível, proposta por Rancière. A constatação de que Drummond frequentemente abordou, de forma crítica, um inelutável avanço das tecnologias e estratégias de controle do ser humano, apontando as repercussões desse processo, nos levaram à conceituação de Foucault do *biopoder* e à concepção de Arendt sobre a *condição humana*, além da reflexão de Agamben sobre a *vida nua*. O contexto histórico da ditadura nos levou a pensar nas características do *estado de exceção* a partir de Agamben. Procuramos indicar alguns pontos de contato entre as crônicas de Drummond e a forma como esses teóricos pensaram o poder e o político na modernidade. Com isso, obviamente, não quisemos afirmar que Drummond tivesse em vista alguma construção teórica sobre o poder ou sobre o político, mas apenas que o olhar atento do cronista reconheceu, a partir da experiência cotidiana que alimentava sua crônica, alguns dos traços marcantes da modernidade política que foram teoricamente trabalhados por esses pensadores.

Procuramos, em suas crônicas, perceber como Drummond se posicionou politicamente frente e embates de seu tempo. Verificou-se, primeiramente, que o político em Drummond não era balizado por algum viés partidário (em linha com sua autoproclamada postura *apolítica*). Assim, o caráter político que identificamos em sua escrita difere conceitualmente da acepção a partir da qual o autor considerava o político. Quando Drummond se declarava “não político”, seu (não) posicionamento dizia respeito principalmente ao campo das disputas partidárias com vistas à ação *do e no* Estado por meio da máquina governamental. O político que identificamos em sua escrita remete a uma ação discursiva, política pela abordagem de temas que afetavam os indivíduos e a coletividade e pelo convite à discussão dessas matérias em uma esfera pública.

Em segundo lugar, o caráter político de sua escrita não se apresentava de forma ordenada e monotemática, mas se traduzia em uma abordagem a questões pontuais recolhidas a partir do seu dia a dia, da leitura dos jornais, ou ainda dos temas trazidos pelos próprios leitores. A crônica, colada ao cotidiano, dá a cadência de um embate político também diário. Nesse sentido, pontuamos o caráter microfísico das disputas de poder objeto de sua escrita.

No que diz respeito à ditadura, sua atenção se voltou, principalmente, para a denúncia ao cerceamento da esfera pública pela censura, para uma crítica às manobras político-partidárias de conveniência, para a publicização da inefetividade do sistema bipartidário (dados os silenciamento ou a conivência do MDB) e pela reivindicação do voto direto para os cargos do executivo federal e estadual. Localmente, há que se mencionar ainda a defesa de pautas relacionadas aos costumes e uma crítica ao conservadorismo e à hipocrisia.

De uma perspectiva mais ampla, Drummond demonstrou uma consciência crítica da configuração do biopoder no mundo moderno, dos avanços do capitalismo internacional e de uma lógica de organização da sociedade que têm resultado em um progressivo controle do ser humano e em sua objetificação e redução às instâncias do *trabalho* e do *labor*. No mesmo compasso, mostrou-se atento à degradação do meio ambiente com riscos para a própria existência do ser humano.

Como vimos, além de estar focado em discussões de seu tempo, Drummond se mostrou, não raro, antecipadamente atento a temas que só mais tarde ganharam destaque no debate público, como, por exemplo, a discussão entorno da redemocratização do país que somente se tornou dominante entre os intelectuais brasileiros na segunda metade da década de 1970 ou a temática ecológica cuja importância para a agenda política ainda é crescente em nossos dias.

O alcance e a profundidade dessa reflexão, é preciso lembrar, aparecem na crônica sob uma forma comunicativa e leve, o que amplia seu sentido político dada a facilitação ao diálogo a que o gênero se propõe, ou, melhor dizendo, ao *bate-papo*, como melhor lhe convém, uma vez que a informalidade e coloquialidade tornam a crônica convidativa à interação e, como esperamos ter demonstrado, potencializam-na como espaço literário da esfera pública.

A crônica de Drummond transitava por fatos e construções ficcionais, com lampejos reflexivos, recorrendo quase sempre ao humor, o que amenizava a forma, mas não o conteúdo de suas críticas. Estas, aliás, em não poucos momentos, se tornaram até mesmo mais ácidas porque fortemente irônicas.

Como mencionamos, o caráter político da escrita de Drummond levantado na fortuna crítica se apresenta enquanto dois modos diferentes de participação: um que guarda relação com o valor histórico do texto e que sugere uma participação *passiva*, como registro de fatos e de seus efeitos e outro modo de participação mais *ativa*, enquanto palavra que quer provocar o pensamento, mobilizar ou sensibilizar para uma reflexão extraliterária. Desse modo, parece-nos que na divisão sugerida por Candido entre poesia e prosa, baseada no maior ou menor grau de tensionamento e densidade da escrita, há também uma distribuição correlata entre os modos de participação do político, um modo mais passivo ou ativo. A crônica, por suas características linguísticas e pelo papel que desempenha *na praça de convites* responde, em grande parte, pela dimensão ativa da escrita de Drummond. Faça-se, contudo, um parêntese para recordar que, como apontou Candido, em Drummond há sempre um livre trânsito entre os gêneros, razão pela qual essa *divisão* não deve ser tomada em termos absolutos.

Por fim, registramos que reler essas crônicas cinquenta anos depois que foram escritas, contra toda a expectativa de perecibilidade frequentemente apontada no gênero, ainda é uma experiência prazerosa. As crônicas envelhecem não envelhecendo e, por vezes, ganham uma embaraçosa atualidade. Talvez porque, a despeito das mudanças observadas nesse meio século, certas questões de fundo persistem e se renovam, como um discurso autoritário de base conservadora que o autor criticou e que soa incomodamente atual. Talvez porque vivamos os desdobramentos de processos históricos vislumbrados pelo autor, o que, às vezes, dota sua crônica de um olhar quase profético.

Mas, se a modernidade é marcada pelo uso de estratégias que objetivam submeter o ser humano, reduzindo-o a número apenas, a literatura se mostra como possibilidade de reflexão crítica e de realização de diálogo. A crônica de Drummond, como vimos, é um bom

exemplo da exploração dessas possibilidades. Em um período em que vigorava o silenciamento imposto pela ditadura, o autor serviu-se do gênero para propor um lugar de reflexão, aberto à pluralidade e ao diálogo, fazendo da palavra literária uma ação dotada de valor político.

## 7 REFERÊNCIAS

### 7.1 Obras de Drummond

ANDRADE, C. D. Carlos Drummond de Andrade fala a Maria Julieta Drummond de Andrade. Caderno Domingo. **O Globo**. Rio de Janeiro, Ano 59, n. 18.346, 29 jan. 1984a. Domingo, p. 1 e 3.

\_\_\_\_\_. **Confissões de Minas**. São Paulo: Cosac Naif, 201.

\_\_\_\_\_. Cinquenta anos de poesia brasileira nas veias de Drummond. [Entrevista concedida a] Cremilda Medina. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, Ano 101, n. 32.223, 1º abr. 1980. p. 22.

\_\_\_\_\_. Encontro com Prestes. **Tribuna Popular**. 22 de maio de 1945. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/154547/3> . Acesso em 1º de abr. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Nova reunião**: 23 livros de poesia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. **O observador no escritório**. Rio de Janeiro: Record, 1985.

\_\_\_\_\_. O poeta desencantado. [Entrevista concedida a] Luiz Fernando Emediato. **Estado de S. Paulo**. São Paulo, Ano 1, n. 168, 19 out. 1986. Caderno 2, p. 8 – 9.

\_\_\_\_\_. **Tempo, vida, poesia**: confissões no rádio. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

### 7.2 Crônicas de Drummond

ANDRADE, C. D. A academia e as mulheres. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 74, 2 jul. 1970a. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/11421](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/11421). Acesso em: 19 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. A cidade inteligente. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 83, n. 41, 19 mai. 1973a. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/84252](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/84252). Acesso em: 19 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Ai de ti, natureza. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 84, n. 40, 18 mai. 1974a. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/105007](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/105007). Acesso em: 21 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. A lei e seu nome. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 79, n. 158, 9 out. 1969a. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/142111](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/142111). Acesso em: 8 set. 2019.



\_\_\_\_\_. A máquina oferecida. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 14, 25 abr. 1972a. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/55700](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/55700). Acesso em: 21 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. A repartição e a calça. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro. Ano 81, n. 60, 17 jun. 1971a. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/34323](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/34323). Acesso em: 20 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Ano novo: minhocas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 85, n. 268, 3 jan. 1976a. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/133682](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/133682). Acesso em: 8 maio 2021.

\_\_\_\_\_. Aos poetas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 79, n. 274, 26 fev. 1970b. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/3156](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/3156). Acesso em: 9 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. A pianista continua. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 186, 10 nov. 1970c. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/20186](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/20186). Acesso em: 19 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Aquele assunto. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 84, 14 jul. 1970d. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/12133](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/12133). Acesso em: 19 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Atenção, Curupira. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 117, 15 ago. 1972b. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/64244](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/64244). Acesso em: 21 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. A voz no compacto. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 2, 11 abr. 1972c. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/54715](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/54715). Acesso em: 08 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Camões e o Censor. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 81, n. 294, 21 mar. 1972d. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/53086](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/53086). Acesso em: 10 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Carta ao censor. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 79, n. 266, 17 fev. 1970e. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/2596](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/2596). Acesso em: 10 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Cartas ao cronista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 43, 28 mai. 1970f. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/9119](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/9119). Acesso em: 10 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Ciao. **Jornal do Brasil**: Rio de Janeiro, ano 94, n. 174, 29 set. 1984b. Caderno B, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_10/86400](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/86400). Acesso em: 10 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Constituição e Cultura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 79, n. 170, 23 out. 1969b. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/142908](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/142908). Acesso em: 21 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Continua. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 194, 31 out. 1972e. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/71164](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/71164). Acesso em: 21 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Conversa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 84, n. 148, 3 set. 1974b. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_09/110261](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/110261). Acesso em: 2 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Cuide-se, amigo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 81, n. 288, 14 mar. 1972f. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/52572](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/52572). Acesso em: 17 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Davi em pleno uso. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 308, 24 fev. 1973b. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/79258](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/79258). Acesso em: 2 set. 2021.

\_\_\_\_\_. De vários assuntos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 81, n. 186, 11 nov. 1971b. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/44010](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/44010). Acesso em: 18 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Dois quadradões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 89, n. 168, 21 out. 1969c. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/142805](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/142805). Acesso em: 21 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Dos cuidados necessários para comprar uma revista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 83, n. 16, 24 abr. 1973c. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/82727](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/82727). Acesso em: 18 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Escolher. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 79, n. 304, 2 abr. 1970f. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/5516](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/5516). Acesso em: 08 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Fuzilamentos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 83, n. 205, 30 out. 1973d. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/94504](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/94504). Acesso em: 08 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Hoje não escrevo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 148, 26 set. 1970g. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/17006](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/17006). Acesso em: 2 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Imagens: Leila Partindo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 62, 20 jun. 1972g. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/59596](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/59596). Acesso em: 19 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Jornal Pequeno. Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 79, n. 238, 13 jan. 1970h. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/632](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/632). Acesso em: 2 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **Leis. Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 93, 22 jul. 1972h. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/62152](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/62152). Acesso em: 18 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Mineiro. Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 122, 27 ago. 1970i. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/14055](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/14055) Acesso em: 17 maio 2021.

\_\_\_\_\_. **Nos seus lugares. Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 79, n. 232, 6 jan. 1970j. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/232](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/232). Acesso em: 18 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **O banco amanhã. Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 81, n. 292, 18 mar. 1972i. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/52848](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/52848). Acesso em: 18 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **O Colégio. Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 83, n. 6, 14 abr. 1973e. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/82121](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/82121). Acesso em: 16 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **O cronista da ambiguidade. Jornal do Brasil**: Rio de Janeiro, ano 94, n. 30, 8 maio 1984c. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_10/79714](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/79714). Acesso em: 14 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **O diabo assiste de camarote. Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 98, 30 jul. 1970k. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/13156](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/13156). Acesso em: 21 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **O leitor escreve. Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 84, n. 141, 27 ago. 1974c. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/109928](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/109928) Acesso em: 08 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **O leitor fiscaliza e propõe. Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 222, 28 nov. 1972j. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/73535](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/73535). Acesso em: 2 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **O melhor do cronista. Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 86, n. 61, 8 jun. 1976b. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/141919](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/141919). Acesso em: 2 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **O notão. Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 212, 18 nov. 1972k. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/72654](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/72654). Acesso em: 21 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. O Pai, hoje e amanhã. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 112, 10 ago. 1972l. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/63808](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/63808). Acesso em: 21 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. O Terrorista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 1, 9 abr. 1970l. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/5958](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/5958) Acesso em: 25 set. 2021.

\_\_\_\_\_. O último noticiário. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 83, n. 186, 11 out. 1973f. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/93364](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/93364). Acesso em: 19 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Os animais, a cidade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 81, n. 156, 7 out. 1971c. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/41566](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/41566). Acesso em: 19 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Os primos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 82, 11 jul. 1970m. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/11935](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/11935). Acesso em: 08 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Os Yanomami sem sorte / Esclarecimentos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 89, n. 317, 23 fev. 1980. Caderno B, p. 7. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_10/2489](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/2489). Acesso em 18 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Palavras. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 81, n. 290, 16 mar. 1972m. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/52720](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/52720). Acesso em: 08 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Palmas, que ele merece. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 81, n. 126, 2 set. 1971d. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/39441](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/39441). Acesso em: 15 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Para depois. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 89, n. 176, 30 out. 1969d. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/143289](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/143289). Acesso em: 19 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Passa o alto-falante. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 84, n. 136, 22 ago. 1974d. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/109692](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/109692). Acesso em: 21 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Pela gravata. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 23, 5 mai. 1970n. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/7690](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/7690). Acesso em: 2 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Pelo Telefone. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 83, n. 88, 5 jul. 1973g. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/87331](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/87331). Acesso em: 21 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Poluição Geral. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 81, n. 194, 20 nov. 1971e. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/44584](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/44584). Acesso em: 19 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Profeta sem audiência. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 81, n. 52, 8 jun. 1971f. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/33707](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/33707). Acesso em: 21 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Primavera afinal encontrada. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 146, 24 set. 1970o. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/16884](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/16884) Acesso em: 24 set. 2021

\_\_\_\_\_. Requerimento ao Ministro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 89, n. 128, 14 de ago. 1979. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/203669](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/203669) Acesso em: 14 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Seleção, eleição. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 80, 9 jul. 1970p. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/11827](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/11827) Acesso em: 24 set. 2021

\_\_\_\_\_. Trabalhador e poesia. **Letras e Artes: Suplemento de “A Manhã”**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 137, 11 set. 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/114774/1781> . Acesso em: 17 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Triste Horizonte. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 86, n. 128, 14 de ago. 1976c. Caderno B, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/145584](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/145584) Acesso em: 14 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Um cidadão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 126, 1º set. 1970q. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/15398](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/15398). Acesso em: 08 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Um homem, um número. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 244, 19 jan. 1971n. Caderno B, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/24567](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/24567). Acesso em: 18 ago. 2021.

### 7.3 Fortuna Crítica de Drummond

ALCIDES, S. Canto circunstancial *In.*: Andrade, Carlos. **Discurso de primavera e algumas sombras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 (p. 159-176)

\_\_\_\_\_. Belo Horizonte de expectativas: a despedida de Drummond. *In.*: DUTRA, E. F. e BOSCHI, C. C. (Orgs.) **Estudos sobre Belo horizonte e Minas Gerias nos trinta anos do BDMG Cultural**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2018.

ALVES, D. C. M. **Itabira nos versos de Drummond: poesia, memória e história**. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

ARRIGUCCI JR, D. **Coração Partido: uma análise da poesia reflexiva de Drummond**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

BORTOLOTI, M. M. Drummond e a associação brasileira de escritores: desencontros e rupturas. **Revista Criação & Crítica**, [S. l.], n. 28, p. 5-19, 2020. DOI: 10.11606/issn.1984-1124.i28p5-19. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/172714>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CAMILO, V. **Drummond: da Rosa do Povo à Rosa das Trevas – Classicismo, Melancolia e visão trágica na lírica de Drummond (1948 - 1951)**. 1999. 258 f. Tese (Doutorado em Letras) - UNICAMP, Campinas, 1999.

CAMPOS, H. Drummond, Mestre de Coisas. *In: \_\_\_\_\_*. **Metalinguagem & outras metas: ensaios de teoria e crítica literária**. São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 49-55.

CANÇADO, J. M. **Os sapatos de Orfeu: a biografia de Carlos Drummond de Andrade**. São Paulo: Globo, 2012.

CANDIDO, A. Drummond prosador. *In: \_\_\_\_\_*. **Recortes**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 13-23.

\_\_\_\_\_. Inquietudes na Poesia de Drummond. *In: \_\_\_\_\_*, **Vários Escritos**. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1995.

CASTELLI, C. Espaço e Memória em Boitempo. *In: DAMAZIO, R. (org.)*. **Drummond Revisitado**. São Paulo: Unimarco Editora, 2002, p. 123-150.

FERREIRA, H. B. **A Figuração da história em Boitempo, de Carlos Drummond de Andrade**. 2018. 92 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

GALDINO, M. R. **O Cinéfilo Anarquista: Carlos Drummond de Andrade e o Cinema**. Belo Horizonte: BDMG, 1991.

GINZBURG, J. Uma hipótese de ligação entre Carlos Drummond de Andrade e a poesia brasileira contemporânea: a ‘Vida menor’. *In: Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 29, p. 109-126, jan./jun. 2007.

GLEDSON, J. **Poesia e poética de Carlos Drummond de Andrade**. São Paulo: Duas cidades, 2018.

JUTGLA, C. A. S. **Lírica e autoritarismo em "A rosa do povo", de Carlos Drummond de Andrade**. 2008. 154 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMA, L. C. **Lira e Antilira**: Mário, Drummond, Cabral. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1968.

LINHARES, T. Situação da crônica. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 fev. 1963. Suplemento Literário, p. 4.

MARTINS, R. A. F. A Crônica de Carlos Drummond de Andrade: visões e impressões sobre a sociedade, a cultura e o cotidiano brasileiro. In: **RECORTE – revista eletrônica**, [s. l.], v. 10, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/recorte/article/view/797/pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

MARQUES, I. O País dos Andrades: Drummond e o Brasil Profundo. **Revista Cerrados**, [S. l.], v. 17, n. 26, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/13741>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MERQUIOR, J. G. **Verso universo em Drummond**. 2. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1976

\_\_\_\_\_. Notas em função de Boitempo (I) e (II). In: \_\_\_\_\_. **A astúcia da mimese**: ensaios sobre lírica. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 59-83.

MORAES NETO, G. **Dossiê Drummond**. São Paulo: Globo, 2007.

NUNES, V. S. **A produção jornalística de Carlos Drummond de Andrade no Jornal do Brasil (1969 – 1984)**. 1995. 290 p. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

PASINI, L. Antologia na gaveta: considerações sobre a poética do grupo modernista de Belo Horizonte. In: **Revista FronteiraZ**, São Paulo, n. 21, p. 163 – 181, dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/fronteiraz/article/view/36533/27228>. Acesso em: 10 out. 2019.

PENNA, J. C. **Drummond: testemunho da experiência humana**. Brasília: Abravídeo, 2011.

PIGNATARI, D. A situação atual da poesia no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Contracomunicação**. 3ª Ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. (p. 99 – 120)

SAID, R. **A angústia da ação**: poesia e política em Drummond. Curitiba: Ed. UFPR; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. Nonada: Filosofia, Memória e Identidade em Drummond. **Aletria**: Revista de Estudos de Literatura, [S.l.], v. 18, p. 231-243, dez. 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1455/1551> . Acesso em: 19 out. 2019.

SANT'ANNA, A. R. **Carlos Drummond de Andrade**: análise da obra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

\_\_\_\_\_. **Drummond: o gauche no tempo.** Rio de Janeiro: Record, 1992.

SANTIAGO, S. **Carlos Drummond de Andrade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. Convite à leitura dos poemas de Carlos Drummond de Andrade. *In:* \_\_\_\_\_. **Ora direis puxar conversa!** Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 9 – 58.

SCRAMIM, S. C. Poesia e política: o contemporâneo na poesia de Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes e João Cabral de Melo Neto. **Aletria:** Revista de Estudos de Literatura, [S.l.], v. 24, n. 3, p. 97-109, dez. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/6339/8675> . Acesso em: 26 out. 2019.

SIMON, I. M. **Drummond:** uma poética do risco. São Paulo: Ática, 1978.

TRAVANCAS, I. Drummond na imprensa: crônicas e dispersas. **Revista do GELNE**, [S.l.] v. 9, n. 1, p. 219-231, 23 fev. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/11406/8041> . Acesso em: 18 out. 2019.

VAGNER, C. **Da Rosa do Povo à Rosa das Trevas:** Classicismo, Melancolia e Cosmóvisão Trágica na Lírica de Drummond (1948 -1951). Campinas: 1999.

VILLAÇA, A. **Passos de Drummond.** São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

VONK, A. V. **Ao rés do chão, sem chão:** Drummond e a crônica moderna brasileira. 2013. 147 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

WERNECK, H. **O desatino da rapaziada:** Jornalistas e escritores em Minas Gerais (1920-1970). 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WISNIK, J. M. **Maquinação do Mundo:** Drummond e a mineração. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

#### 7.4 Crítica Literária, Teórica e Geral

ADORNO, T. Palestra sobre Lírica e Sociedade. *In:* \_\_\_\_\_. **Notas de Literatura I.** São Paulo: Ed. 34, 2003.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer:** o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. **Estado de Exceção.** São Paulo: Boitempo, 2004.

ALEIXO, J. C. B.; KRAMER, P. Os analfabetos e o voto: da conquista da alistabilidade ao desafio da elegibilidade. *Senatus*, Brasília, v.8, n.2, p.68-79, out. 2010



ARENDDT, H. **A Condição Humana**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 36.

ARRIGUCCI JR, D. Fragmentos sobre a crônica. In: \_\_\_\_\_. **Enigma e Comentário: ensaios sobre literatura e experiência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 51-66.

ARRIGUCCI JR, D. Jornal, realismo, alegoria: o romance brasileiro recente. In: \_\_\_\_\_. **Outros achados e perdidos**, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ASSIS, M. O folhetinista. **O Espelho: revista de literatura, modas, indústria e artes**, Rio de Janeiro, 30 out. 1859. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700037/101>. Acesso em: 8 set. 2019.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: UNESP, 1997.

BONEMY, H. Infidelidades Eletivas: intelectuais e política. In: \_\_\_\_\_. (org.) **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2001, p. 21.

BORGES, J. L. Do rigor na ciência. In: \_\_\_\_\_. **Obras completas de Jorge Luis Borges: volume 2**. São Paulo: Globo, 2005, p. 247.

\_\_\_\_\_. J. L. Pierre Menard, autor do Quixote. In: \_\_\_\_\_. **Obras completas de Jorge Luis Borges: volume 1**. São Paulo: Globo, 2000, p. 490 - 498.

BOSI, A. **História concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2017.

BOTTOMORE, T. (Org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

“BLITZ” policial do Leme ao Leblon detém 82 e dá banho em 4 “hippies”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 261, 8 fev. 1971. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/25791](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/25791). Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm) . Acesso em em: 10 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Ato Institucional nº 2, de 27 de abril de 1965. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm) . Acesso em: 15 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-03-66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-03-66.htm) . Acesso em: 12 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acesso em: 10 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3688.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm). Acesso em: 10 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm). Acesso em: 17 jun. 2021.

CANDIDO, A. (org.). **A crônica: gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992.

\_\_\_\_\_. **Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARNEIRO, A. M. **Signos da Política, Representações da Subversão: A divisão de Censura de Diversões Públicas na Ditadura Militar Brasileira**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFMG. 2013. 242 p.

CASTELLO, J. Crônica, um gênero brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **As feridas de um leitor**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 19 – 25.

CHALHOUB, S. A crônica machadiana: problemas de interpretação, temas de pesquisa. In: **Remate de Males**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 231-246, 30 jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636276/3985>. Acesso em: 15 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na belle époque**. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

COMBE, D. A referência desdobrada: o sujeito lírico entre a ficção e a autobiografia. Trad. Iside Mesquita e Vagner Camilo. In: **Revista USP**. n. 84. p. 112-128, dez./fev. 2009-2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13790/15608>. Acesso em: 29 out. 2019.

CONY, C. H. **A Revolução dos Caranguejos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. Da salvação da pátria. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.781, 7 abr. 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_07/50377](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/50377). Acesso em: 3 ago. 2021.

COSTA, J. F. Sobre a geração AI5: Violência e Narcisismo: In: \_\_\_\_\_. **Violência e Psicanálise**, 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1986, p.117-189.

DO MINISTRO ao poeta. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 89, n. 135, 21 de ago. 1979. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/204026](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/204026). Acesso em: 13 jul. 2021

DRUMMOND aqui entre nós. **Jornal do Brasil**: Rio de Janeiro, ano 79, n. 151, 1º out. 1969. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/141671](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/141671). Acesso em: 10 jul. 2021.

ESPOSITO, R. **Bíos**: biopolítica e filosofia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

FAORO, R. **Os donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 3ª edição. Rio de Janeiro, Globo. 2001.

FOUCAULT, M. A Função Política do Intelectual. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos**: vol. VII. Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2011.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: A Vontade de Saber. 23ª Edição, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Poder Psiquiátrico**: Curso dado no Collège de France (1973 – 1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e o poder. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos – volume IV**: Estratégia, poder-saber. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2006, p. 37 – 47.

GASPARI, E. **A ditadura encurralada**: o sacerdote e o feiticeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **A ditadura envergonhada**: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

\_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada**: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

GEISEL, E. O discurso. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 84, n. 144, 30 ago. 1974. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/110037](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/110037). Acesso em: 2 set. 2021.

GENTE: Jean Paul Sartre. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 70, 27 jun. 1970. 1º Caderno, p. 7. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/11068](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/11068). Acesso em: 25 ago. 2021.

GLEDSON, J. **Machado de Assis**: ficção e história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 144-145.

GONÇALVES, M. A; HOLLANDA, H. B. **Política e literatura**: a ficção da realidade brasileira. In: Anos 70: literatura. Rio de Janeiro: Europa, 1979.

GUINZBURG, J. Literatura brasileira: autoritarismo, violência, melancolia. In: **Revista de Letras**. S.Paulo, UNESP, v.43, n. 1, p. 57-70, jan/jun 2003.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOUAISS, A. **Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

LEFORT, C. **Pensando o político: Ensaios sobre democracia, revolução e liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LIMA, L. C. Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Dispersa demanda: Ensaios sobre Literatura e Teoria**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1981, p. 3 – 29.

\_\_\_\_\_. Dependência cultural e estudos literários. In: \_\_\_\_\_. **Pensando nos Trópicos: dispersa demanda II**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p. 266 – 279.

MÉDICI toma posse hoje sob nova Constituição. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 89, n. 176, 30 out. 1969. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/143252](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/143252). Acesso em: 14 abr. 2021

MEYER, M. Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a chronica. In: CANDIDO, A. (Org.). **A crônica: gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992, p. 93-134.

MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **S. Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920 – 1945)**. São Paulo: DIFEL, 1979.

MOISÉS, M. **A criação literária: prosa**. São Paulo: Cultrix, 1983.

MOTA, C. G. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974): Pontos de partida para uma revisão histórica**. 3ª ed., São Paulo: Editora 34, 2008.

NADAF, Y. J. O folhetim na França e no Brasil. In: **Revista LetrasMil**, [S.l.], v.1, n.1, p. 43-80, 2011.

NÓBREGA, M. S. A criação do Folhetim de Imprensa no Brasil: os textos de Francisco Otaviano. **Anais do 6º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, maio 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/A%20criacao%20do%20Folhetim%20de%20Imprensa%20no%20Brasil%20os%20textos%20de.pdf>. Acesso em: 9 set. 2019.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. Ed. Ática, São Paulo: 1990.

PELBART, P. P. Biopolítica. **Sala Preta**, [S. l.], v. 7, p. 57-66, 2007. DOI: 10.11606/issn.2238-3867.v7i0p57-66. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57320> . Acesso em: 22 ago. 2021.

PRESIDENTE adverte radicais e anuncia distensão gradual. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 84, n. 144, 30 ago. 1974. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/110033](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/110033). Acesso em: 2 set. 2021

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2005.

\_\_\_\_\_. **Políticas de Escrita**. São Paulo: Editora 34, 1995.

REIMÃO, S. “Proíbo a publicação e circulação...” - censura a livros na ditadura militar. São Paulo: **Estudos Avançados**, Volume: 28, Número: 80, Publicado: 2014 (p. 75-90) Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/L7cPdmb4GHCSrmTbYkxmNvF/?lang=pt> . Acesso em: 17 jul. 2021.

RUIZ, C. M. M. B. Cadernos IHU. O campo: o paroxismo da tanatopolítica. In: **A sacralidade da vida na exceção soberana, a testemunha e sua linguagem: (Re) leituras biopolíticas da obra de Giorgio Agamben**. Universidade do Vale do Rio dos sinos. São Leopoldo: RS. Ano 10, n. 39, 2012, p. 9-19.

SÁ, J. **A crônica**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2005.

SANTIAGO, S. Apesar de dependente, universal. In: \_\_\_\_\_. **Vale quanto pesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 13-24.

\_\_\_\_\_. Atração do Mundo (Políticas de Globalização e de Identidade na Moderna Cultura Brasileira. In: \_\_\_\_\_. **O cosmopolitismo do pobre**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. Nas malhas da letra: ensaios. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

\_\_\_\_\_. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: \_\_\_\_\_. **Uma literatura nos trópicos: Ensaios sobre dependência cultura**. 2a ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SOARES, M. V. N. “Uma flor murcha”: a crônica brasileira entre o jornal e o livro. **Revista da Anpoll**, nº 38, p. 101-110, Florianópolis, Jan./Jun. 2015.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARZ, R. Debate Mesa Redonda: Crônicas e narrativas de viagem. In: VÁRIOS AUTORES. **Gêneros de fronteira**: cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997, p. 48.

SCHWARZ, R. Nacional por subtração. In: \_\_\_\_\_. **Que horas são?** São Paulo: Cia. Das Letras, 1987. p. 29-48.

\_\_\_\_\_. A carroça, o bonde e o poeta modernista. In: \_\_\_\_\_. **Que horas são?** São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 11 – 28.

\_\_\_\_\_. Debate Mesa Redonda: Crônicas e narrativas de viagem. In: VÁRIOS AUTORES. **Gêneros de fronteira**: cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997, p. 46 – 51.

SKIDMORE, T. E. **Brasil**: de Getúlio a Castello (1930-64). São Paulo: companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SÜSSEKIND, F. **Tal Brasil, qual romance?** Ed. Achiamé. Rio de Janeiro:1984.